UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

ESPAÇOS DE SIMULAÇÃO: Aspectos Materiais e Simbólicos da Produção e Apropriação dos Loteamentos Fechados Ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico), sob orientação da Profª Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Maria Angélica de Oliveira

Dezembro de 2008

Oliveira, Maria Angélica de.
O49e Espaços de simulação : aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis, SP / Maria Angélica de Oliveira. - Presidente Prudente : [s.n], 2009
xii, 262 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito
Banca: Eda Maria Góes, Oscar Sobarzo Miño
Inclui bibliografia

1. Loteamentos fechados. 2. Natureza. 3. (In)Segurança urbana. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.)910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

Para Vagner, meu marido, que ao longo desses anos vem compartilhando sua vida comigo e tem tornado minha existência mais feliz: "gosto quando olho com você o mundo e gosto mais do mundo quando posso olhar pra ele com você!"

Para minha mãe, Ivanete (*in memorian*), por ter sido a minha melhor amiga e minha maior incentivadora. Obrigada pelos mimos e pelas broncas e obrigada por ter sempre buscado o melhor pra mim (mesmo que na época eu não entendesse isso!): "tua palavra, tua história, tua verdade fazendo escola e tua ausência fazendo silêncio em todo lugar".

Para Vô Zé – coisa mais linda desse mundo - (*in memorian*), por ter sido a pessoa com o coração mais puro que existiu, por sua extrema generosidade, que fez com que até em seus momentos mais difíceis, arrancasse sorrisos inesperados de todos nós: "e o fim é belo, incerto, depende de como você vê!"

"SÓ ENQUANTO EU RESPIRAR, VOU ME LEMBRAR DE VOCÊS"

AGRADECIMENTOS

É difícil enumerar no momento todas as pessoas que fizeram parte dessa caminhada. Existem pessoas que apenas passaram por minha vida e que mesmo assim, tiveram importância, mesmo que elas não saibam, em minha jornada pessoal e acadêmica. Destaco a seguir o nome daquelas que mais diretamente marcaram minha existência.

Gostaria de começar agradecendo à Carminha, pela dedicação, pela confiança, por ter respeitado minhas características e meus momentos. Mas antes de tudo, gostaria de agradecê-la, por ainda na graduação, ter "resgatado" – em meio a um momento de crise com a Geografia - meu interesse pela ciência geográfica, com suas aulas impecáveis e com sua postura que sempre me passou a sensação de extrema eficiência. Foi com o coração cheio de admiração que fui pedir sua orientação – e acho que por isso minha barriga gelava toda vez que ia falar com ela - e essa admiração só aumentou ao longo do tempo que trabalhamos juntas. Obrigada por me fazer acreditar na Geografia e por ser um exemplo de pessoa e de profissional.

Agradeço ao meu marido, Vagner, pela paciência, pela força, pela confiança e pela compreensão, porque mesmo que o meu estudo tenha significado que em alguns momentos nós tínhamos que estar distantes, sempre me incentivou e me fez ver que não era a presença física que nos une e sim o amor que a gente tem. Agradeço pela disposição que teve nas inúmeras vezes que teve que me levar aos loteamentos para que eu fizesse as entrevistas. Agradeço por ter aceitado o fato de que eu às vezes precisei deixar nossa casa de lado para conseguir terminar meu trabalho. Agradeço pelos "puxões de orelha" que me dava nos bilhetes que deixava quando saía pra trabalhar: "vê se vai estudar hein! Nada de dormir no sofá!". Enfim, te agradeço por tudo, por estar sempre do meu lado, tentando me mostrar o lado bom das coisas. É muito bom dividir a vida com você!

Essa dissertação não seria possível sem o incomensurável apoio de toda a minha família, que esteve do meu lado nos momentos mais difíceis e que me acolheram carinhosamente para que eu não me sentisse sozinha. Em especial agradeço à minha avó – Dona Maria – por ter cuidado de mim quando criança, por sua força em suportar as adversidades da vida e por ter deixado que sua casa se tornasse o ponto de encontro de nossa família. Aos meus queridos tios e tias que, das mais diferentes formas, contribuíram para que minha vida fosse mais feliz e para que eu pudesse estudar: Tio Carlos – nunca negou um pedido meu para me levar aos trabalhos de campo – Tia Claudete – que sempre está ajudando todo mundo – Tia Lisinha – que tem um enorme coração – Tio Cláudio – sempre capaz de me fazer sorrir, Tio Claumir – que apesar de seu jeito quieto, sempre demonstrou seu carinho por mim – Tio Donizete – que mesmo longe, sempre se

preocupou comigo. Agradeço também às minhas primas Hérika e Juliana, pelo tempo que dividimos nossas vidas em Prudente, pela paciência que tiveram com minhas chatices e com minhas ausências – mesmo estando presente. Sei que não adianta muito, mas gostaria de dizer que gostaria que tivesse sido diferente, gostaria de ter dado mais valor na época! Enfim, gostaria de dizer que amo toda minha família e é por causa deles que posso considerar Buritama como o melhor lugar do mundo!

Agradeço à Paula por ter alegrado minha vida em Prudente. Foi muito bom o tempo que moramos juntas – aprendi muitas coisas com você viu, mesmo não tendo aprendido a limpar a casa! Fia, obrigada por ter sabido respeitar nossas diferenças, pelas horas e horas de conversa e como não podia deixar de agradecer: obrigada pela ajuda com os mapas e pelos melhores cachorros-quentes da minha vida. Você é uma grande amiga!

Outra pessoa que marcou meus dias em Prudente foi o Reginaldo – Régis. Te agradeço por escutar minhas ansiedades, pelas risadas, pelo carinho, por entender minhas inconstâncias, por saber – você sabe, né? - que, mesmo que a gente não esteja sempre próximos, gosto muito de você. Sempre me lembro de você quando escuto: "eu ando pelo mundo prestando atenção em cores que eu não sei o nome..."

Agradeço imensamente ao Igor, por sua generosidade, por sua disposição em sempre me ajudar, pelo seu incentivo. Pessoas como você não se encontram todos os dias e estou feliz por termos nos encontrado. Obrigado pelas inúmeras vezes que você "quebrou meus galhos". Não é exagero dizer que sem você essa dissertação não teria "saído".

Agradeço ainda ao Oséias – Ozi – por ter sido companheiro, mesmo estando sempre tão atarefado e ao Márcio, por ter tornado o caminho mais alegre.

Agradeço também à Eda e ao Arthur, que no exame de qualificação deram contribuições importantes para o desenvolvimento dessa dissertação.

Pelo apoio financeiro, agradeço à FAPESP, que possibilitou a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço àquelas pessoas que indiretamente fizeram parte da minha vida e que ajudaram a me colocar no ponto em que estou hoje.

SUMÁRIO

ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	IX
ÍNDICE DE MAPAS	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE FOTOS	X
RESUMO	XII
RESUMEN	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	11
CAPÍTULO II	37
CAPÍTULO III	102
CAPÍTULO IV	161
CAPÍTULO V	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS	240
APÊNDICE METODOLÓGICO	248

ÍNDICE

RESUMO XI

RESUMEN XII

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I: Empreendimentos residenciais fechados: entendendo as lógicas de produção e apropriação dos novos *habitats* 11

1.1. Urbanização Contemporânea: produção dos empreendimentos residenciais fechados 12

1.1.1 - Empreendimentos residenciais fechados: alguns fatores estruturais que justificam sua produção 17

1.1.2. - Empreendimentos residenciais fechados: entendendo sua lógica de idealização 21

1.1.3. - Empreendimentos residenciais fechados: entendendo as decorrências socioespaciais a partir de sua produção e apropriação 30

CAPÍTULO II: Loteamentos fechados ribeirinhos: principais características e especificidades 37

2.1. – Caracterização dos loteamentos fechados ribeirinhos 39

2.2. – Diferenciação entre os loteamentos fechados ribeirinhos: espaços para a elite e espaços para os segmentos médios 53

2.3. – Loteamentos fechados ribeirinhos: singularidades em sua apropriação espacial e nas decorrências socioespaciais 64

2.3.1 – Loteamentos fechados ribeirinhos: paraísos para o lazer 65

2.3.2 – Loteamentos ribeirinhos: redefinições das relações entre rural e urbano 81

CAPÍTULO III: A Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos: dissociação entre apropriação simbólica e apropriação material 102

3.1. A Natureza e seus conteúdos: reflexões sobre algumas formas de se conceber os elementos naturais durante o desenrolar histórico 104

3.2. - A Natureza vendida e a Natureza apropriada: dissociação entre os símbolos e os conteúdos da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos 122

3.2.1 – O consumo da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos: Natureza selvagem x Natureza ajardinada 124

3.2.2. A simulação da Natureza: elementos naturais na produção e na

apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos 148

CAPÍTULO IV: Insegurança urbana e produção do espaço 161
4.1. A insegurança total: disseminação do discurso da insegurança em cidades médias e pequenas 172
4.2. – A simulação da segurança: aspectos materiais e simbólicos do oferecimento de segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos 184

CAPÍTULO V: Erguendo barreiras e construindo identidades: relações entre fechamento urbano e a busca por "comunidades" 198
5.1. - O que se revela por trás dos muros: loteamentos fechados ribeirinhos e a constituição de uma "comunidade de iguais" 205
5.2. – A simulação da comunidade de iguais e da identidade: atitudes segregacionistas e de distinção social nos loteamentos fechados ribeirinhos 221

CONSIDERAÇÕES FINAIS 235

REFERÊNCIAS 240

APÊNCIDE METODOLÓGICO 248
A - Visitas e levantamento de dados 248
B – Pesquisa qualitativa 249
C– Entrevistas 249
D - Observações em campo 257
E– Levantamento e análise de material publicitário 258
F– Levantamento e tratamento dos dados estatísticos 258

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de ocorrências registradas nos municípios estudados 260

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Loteamentos fechados ribeirinhos Estudados – 2008 43
Quadro 2 – Esquema da periodização das idéias e conceitos de Natureza para o mundo ocidental 110
Quadro 3 – Diversos municípios. Total de ocorrências criminosas: números

absolutos e por mil habitantes 177
Quadro 4 – Perfil dos entrevistados – proprietários de lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos 252
Quadro 5 – Perfil dos entrevistados – residentes nas cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos 253
Quadro 6 – Perfil dos entrevistados residentes na zona rural das cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos 257
Quadro 7 – Projeções da População nos municípios estudados 206

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Diversos municípios. Total de ocorrências por mil habitantes – 1997/2005 176
Gráfico 2 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas por mil habitantes - Roubo – 2005 179
Gráfico 3 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas, tipo furto, por mil habitantes – 2005 180
Gráfico 4 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas por mil habitantes (sem furtos)- 1997/2005 181

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios estudados 2
Mapa 2 – Localização dos municípios estudados em relação às principais vias de acesso e ao rio Tietê 40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Utilização dos termos loteamento e condomínio para designar o mesmo empreendimento localizado no município de Zacarias 41
Figuras: 3, 4, 5 e 6 – Recortes dos mapas utilizados em propagandas: destaque para a externalidade, aos municípios em que se localizam, da demanda pelos loteamentos fechados ribeirinhos 47
Figura 7: Localização dos loteamentos fechados ribeirinhos em relação à malha urbana consolidada de Buritama, SP 49
Figura 8: Localização do loteamento fechado ribeirinho Recanto Belvedere em relação à malha urbana consolidada de Penápolis, SP 50

Figura 9 - Localização do loteamento fechado ribeirinho Marina Bonita em relação à malha urbana consolidada de Zacarias, SP 51
Figura 10 – Buritama. Loteamento Riviera Santa Bárbara I e II e seu entorno rural. 2008 91
Figura 11 - Buritama. Loteamento Jardim Itaparica e seu entorno rural. 2008 92
Figura 12 - Buritama. Loteamentos Orla Um, Marbella e Vale do Sol I e II e seu entorno rural. 2008 92
Figura 13 - Buritama. Loteamentos Lago Azul I e II, Praia Bella, Portal da Praia e Paraíso das Águas e seu entorno rural. 2008 93
Figura 14 - Zacarias. Loteamento Marina Bonita e seu entorno rural. 2008 93
Figura 15 - Penápolis. Loteamento Recanto Belvedere e seu entorno rural. 2008 94
Figura 16 - Logotipos de alguns loteamentos ribeirinhos estudados, evidenciando os elementos naturais 126
Figura 17 - Buritama. Folders de divulgação dos loteamentos fechados ribeirinhos – Jardim Itaparica, Lago Azul e Praia Bella 127
Figura 18 – Zacarias. Página do *site* de divulgação do loteamento Marina Bonita 129
Figura 19 – Buritama. Folder do loteamento fechado ribeirinho Marbella: Natureza artificializada inserida em um arranjo paisagístico. 134
Figura 20 – Buritama. Verso do Folder do loteamento fechado ribeirinho Marbella em Buritama: a intervenção humana na Natureza "natural". 135
Figura 21 – Zacarias. Imagens de divulgação do Loteamento Marina Bonita, mostrando a valorização da Natureza tida como "natural" 138
Figura 22 – Zacarias. Loteamento Marina Bonita 185
Figura 23 – Penápolis. Loteamento Recanto Belvedere 185
Figura 24 – Buritama. Loteamento Jardim Itaparica 186
Figura 25 - Buritama. Loteamento Riviera Santa Bárbara 186
Figura 26 - Buritama. Loteamento Portal da Praia 186
Figura 27 – Buritama. Loteamento Orla Um 187

ÍNDICE DE FOTOS

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Zacarias. Exemplos de casas em empreendimento de alto padrão: loteamento ribeirinho Marina Bonita, 2008 54
Fotos 5, 6, 7 e 8 – Buritama. Exemplos de casas em empreendimentos de médio padrão: loteamento ribeirinho Portal da Praia, 2008 55
Fotos 9, 10, 11 e 12 - Buritama. Portal da Praia. Exemplos das "construções

indesejadas". 2008 60
Fotos 13 e 14 – Zacarias. Fotos do loteamento Marina Bonita, mostrando elementos da Natureza tida como "natural". 2007 139
Fotos 15 e 16 – Zacarias e Buritama. Fotos dos loteamentos Marina Bonita e Portal da Praia, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008 139
Fotos 17 e 18 – Penápolis e Buritama. Fotos dos loteamentos Recanto Belvedere e Jardim Itaparica, mostrando elementos da Natureza organizada pela ação humana. 2008 139
Fotos 19 e 20 – Buritama. Fotos dos loteamentos Riviera Santa Bárbara e Portal da Praia, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008 140
Fotos 21 e 22 – Buritama. Fotos do loteamento Riviera Santa Bárbara, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008 140
Fotos 23 e 24 – Buritama. Fotos do loteamento Portal da Praia, mostrando a Natureza não desejada. 2008 142
Fotos 25 e 26 – Zacarias e Buritama. Fotos do loteamento Marina Bonita e Riviera Santa Bárbara, mostrando a Natureza não desejada. 2008 143
Fotos 27 e 28 – Buritama. Fotos do loteamento Jardim Itaparica, mostrando a Natureza não desejada. 2008 144
Foto 29 – Portaria do loteamento Marina Bonita. 2008 185
Foto 30 – Portaria do loteamento Recanto Belvedere. 2008 185
Foto 31 – Portaria do loteamento Jardim Itaparica. 2008 186
Foto 32 - Portaria do loteamento Riviera Santa Bárbara. 2008 186
Foto 33 - Portaria do loteamento Portal da Praia. 2008 186
Foto 34 – Portaria do loteamento Orla Um. 2008 187
Fotos 35, 36, 37 e 38 - Exemplos de ranchos, nos loteamentos ribeirinhos que utilizam muros e grades para aumentar a segurança. 2008 188
Foto 39 – Buritama. Exemplo de pista de mini-golfe presente no loteamento Jardim Itaparica. 2008 233

Resumo

Na presente dissertação desenvolvemos uma análise sobre os aspectos materiais e simbólicos que perpassam a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos – espaços fechados e de acesso controlado, destinados ao lazer dos segmentos de maior poder aquisitivo. Consideramos a produção e a apropriação desses espaços sob o ponto de vista da constituição da sociedade de consumo, analisando os loteamentos fechados ribeirinhos como mercadorias produzidas no âmbito da estandardização do consumo, que não é baseado atualmente no consumo dos objetos em si, mas no consumo das imagens e símbolos associados aos produtos, capazes de oferecer inúmeras sensações e valores distintivos.

Sendo assim, para o estudo dos loteamentos fechados ribeirinhos realizamos, além de observações em campo e da análise dos materiais publicitários, entrevistas com diferentes agentes sociais, no intuito de identificar os principais símbolos associados a esses empreendimentos. Dessa maneira, identificamos como símbolos importantes para a compreensão dos loteamentos fechados ribeirinhos, porém, não os únicos, a busca por um contato mais direto com a Natureza, a busca por uma segurança total e a busca por uma identificação social e a inserção em uma "comunidade de iguais".

Além da identificação desses símbolos, empreendemos uma análise das formas pelas quais esses símbolos comparecem no discurso de nossos entrevistados, bem como das formas pelas quais esses símbolos são apropriados nas práticas realizadas nos loteamentos fechados ribeirinhos, verificando a hipótese de que a produção e a apropriação desses espaços são feitas mediante a constituição de simulacros.

Palavras-chave: Loteamentos fechados ribeirinhos. Aspectos materiais e simbólicos da produção/ apropriação do espaço. Simulacros. Natureza. Segurança. Comunidade de iguais.

Resumen

En esta disertación, hacemos un análisis sobre los aspectos materiales y simbólicos que atraviesan la producción y la apropiación de los asentamientos urbanos cerrados cercanos a ríos – espacios cerrados y de acceso controlado destinados al entretenimiento de los segmentos de más alto poder adquisitivo. Consideramos la producción y apropiación de esos espacios desde el punto de vista de la constitución de la sociedad de consumo y analizamos los asentamientos urbanos cerrados como mercancías producidas en el ámbito del establecimiento de patrones de consumo que no están basados actualmente en la consumación de objetos, sino en la consumación de imágenes y símbolos asociados a los productos que son capaces de ofrecer innúmeras sensaciones y valores distintivos.

De esa manera, para el estudio de los asentamientos urbanos cerrados, entrevistamos diferentes actores sociales, además de hacer observaciones en campo y análisis de materiales publicitarios, con el objetivo de identificar los principales símbolos asociados a esos emprendimientos. Por ende, identificamos como símbolos importantes para la comprensión de los asentamientos urbanos cerrados – aunque no sean los únicos – la búsqueda por un contacto más directo con la Naturaleza, la búsqueda por completa seguridad y también por una identificación social y la inserción en una "comunidad de iguales".

Aparte de la identificación de esos símbolos, hicimos un análisis sobre las formas como esos símbolos aparecen en el discurso de los entrevistados y son apropiados en las prácticas realizadas en los asentamientos urbanos cerrados, comprobando la hipótesis de que la producción y la apropiación de esos espacios se hacen mediante la constitución de simulacros.

Palabras clave: Asentamientos urbanos cerrados. Aspectos materiales y simbólicos de la producción/ apropiación del espacio. Simulacros. Naturaleza. Seguridad. Comunidad de iguales.

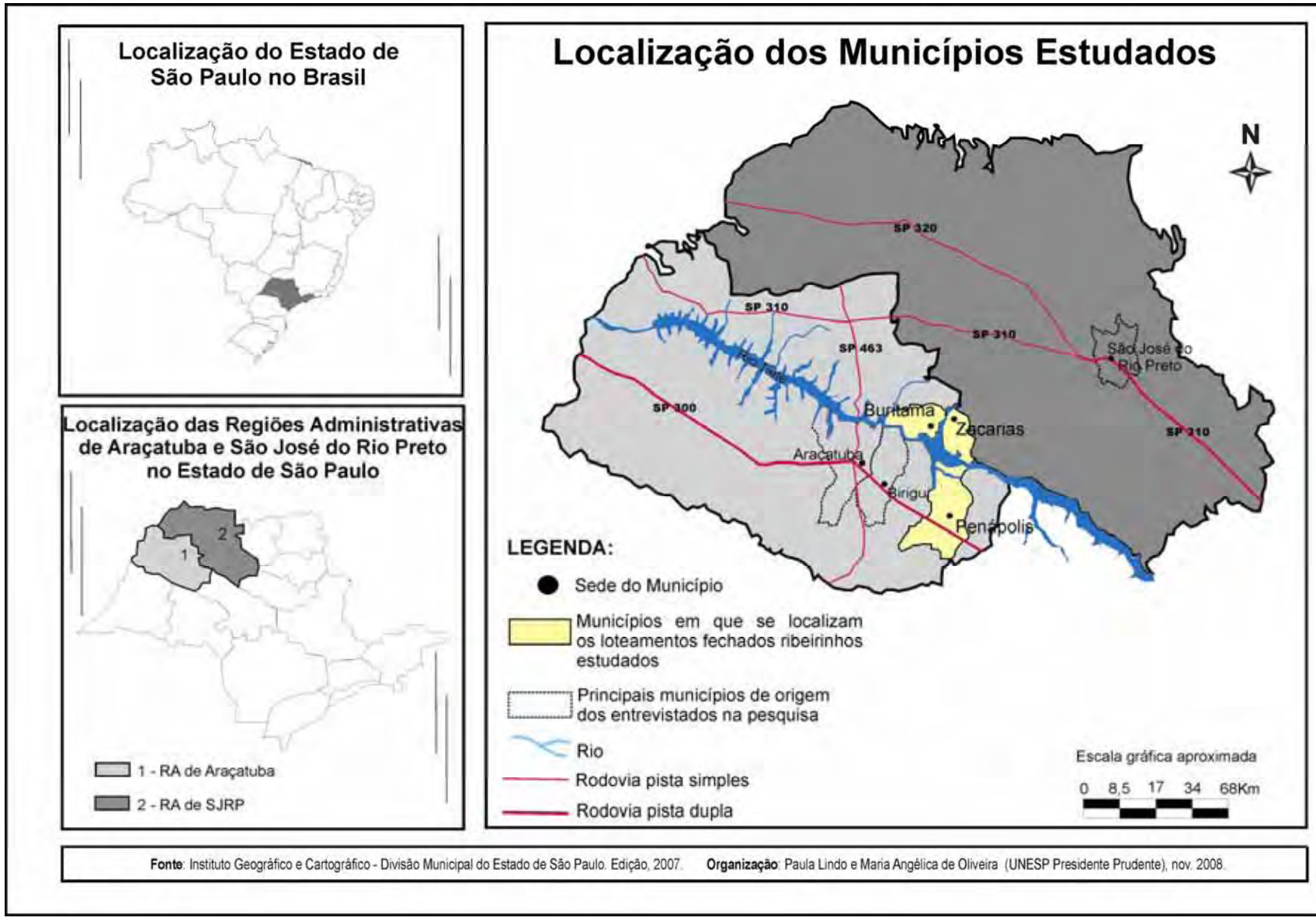
Introdução

No âmbito da urbanização contemporânea, os loteamentos fechados constituem um dos empreendimentos que mais têm alterado as formas da sociedade habitar e se relacionar com os diferentes espaços da cidade. Um tipo de loteamento fechado que vem sendo produzido nesse contexto, são os loteamentos fechados ribeirinhos, destinados à segunda residência, localizados nas margens de alguns rios, com a finalidade de oferecer atividades de lazer pautadas no contato com a Natureza.

Para a realização da presente pesquisa, foram escolhidos os loteamentos fechados ribeirinhos situados nos municípios de Buritama, Zacarias e Penápolis, localizados a noroeste do Estado de São Paulo, como podemos observar no mapa 1. Esses municípios possuem respectivamente, 14.735 habitantes, 2.229 habitantes e 56.681 habitantes (Contagem da população, IBGE, 2008), fato que nos pareceu relevante para a escolha desse recorte espacial, visto o interesse de compreender o modo como ocorrem dinâmicas de produção e apropriação do espaço em cidades consideradas pequenas, mas que possuem dimensões demográficas diferentes.

Os empreendimentos fechados materializam o processo de segregação socioespacial, ao concentrarem, nas mesmas áreas, pessoas com um padrão aquisitivo mais alto, negando, assim, a possibilidade de contato direto com diferentes segmentos sociais. A segregação socioespacial, freqüentemente atinente aos espaços residenciais de primeira moradia, com a implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos, está se ampliando, na medida em que ocorre também a partir dos espaços destinados ao lazer. As camadas com um padrão aquisitivo maior compram o direito de desfrutarem desses espaços longe das camadas mais pobres, produzindo, portanto, espaços relativamente "homogêneos".

A procura por esses empreendimentos decorre do fato de que as pessoas buscam, em seus momentos de lazer, realidades diferentes das que vivenciam em seu cotidiano. A Natureza, ao longo do processo histórico de consolidação e desenvolvimento das cidades, foi sendo colocada em segundo plano, aparecendo nos espaços urbanos apenas como recurso a ser explorado ou como algo metrificado e enquadrado nos arranjos paisagísticos. Dessa forma, as pessoas buscam nos loteamentos fechados ribeirinhos, novas formas de se relacionarem com ela, a partir da prática de esportes náuticos, pesca, realização de trilhas nas áreas de preservação, entre outras atividades possibilitadas por esses espaços.


Localização do Estado de São Paulo no Brasil
Localização das Regiões Administrativas de Araçatuba e São José do Rio Preto no Estado de São Paulo
1
2
1 - RA de Araçatuba
2 - RA de SJRP
Localização dos Municípios Estudados
N
SP 320
SP 310
SP 463
SP 300
Buritama
Zacarias
Araçatuba
Birigui
Penápolis
São José do Rio Preto
LEGENDA:
Sede do Município
Municípios em que se localizam os loteamentos fechados ribeirinhos estudados
Principais municípios de origem dos entrevistados na pesquisa
Rio
Rodovia pista simples
Rodovia pista dupla
Escala gráfica aproximada
0 8,5 17 34 68Km
Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico - Divisão Municipal do Estado de São Paulo. Edição, 2007.
Organização: Paula Lindo e Maria Angélica de Oliveira (UNESP Presidente Prudente), nov. 2008.

A produção dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados gera uma redefinição das relações entre o urbano e o rural, nos municípios em que estão implantados, visto que esses empreendimentos encontram-se em espaços tradicionalmente rurais, embora os governos municipais tenham transformado essas áreas, nas margens dos rios, em Zonas de Urbanização de Interesse Turístico. O fato é que os usos realizados, nos entornos desses loteamentos, ainda são predominantemente rurais e a partir da implantação desses empreendimentos – destinados para as pessoas que habitam as cidades e produzidos a partir de lógicas urbanas - temos a introdução de processos urbanos, nessas áreas, fazendo com que o rural e o urbano coexistam e se relacionem mais intensamente. Temos, portanto, a geração de espaços mistos, onde as lógicas se entrelaçam, mesmo que, no caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, essa proximidade entre ruralidades e urbanidades não tenham gerado um estreitamento e uma troca efetiva de experiências entre pessoas que vivem essas duas espacialidades.

Os loteamentos fechados ribeirinhos representam também, a presença de processos de segregação, segmentação e fragmentação socioespacial em cidades pequenas. Assim, esses processos que caracterizam a urbanização contemporânea estão ocorrendo também em outras realidades socioespaciais, além das metrópoles e das cidades de maior porte. Considerando-se as especificidades que esses processos adquirem nessas cidades menores, tanto na justificação, quanto em seu desenrolar, ressaltamos a importância de se considerar também as cidades de menor porte como realidades socioespaciais integradas aos processos mais gerais da urbanização.

Sendo assim, partindo da idéia apresentada por Carlos (2001, p.63), de que o espaço é produzido em função do processo produtivo geral da sociedade, nos seus diferentes momentos históricos, este trabalho pretende analisar como estão se desenvolvendo, atualmente, essas novas práticas socioespaciais de fechamento de parcelas da cidade, também em cidades pequenas.

Para realizar essa análise, poderíamos ter escolhido diferentes caminhos teóricos e metodológicos e também diferentes recortes analíticos, ao passo que o tema escolhido, para nossa pesquisa, abre uma possibilidade considerável de desdobramentos, razão pela qual faz-se necessário, portanto, esclarecer qual o enfoque que daremos no estudo da produção e da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em questão.

Consideramos que esses empreendimentos são mercadorias imobiliárias produzidas material e simbolicamente para atender a demandas criadas no âmbito da sociedade capitalista. Dessa forma, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços que oferecem concepções específicas de lazer, de Natureza, de segurança e de comunidade de iguais, produzidas pelos empreendedores imobiliários e identificadas pelos setores de maior padrão aquisitivo, a quem se destinam esses empreendimentos, como espaços ideais.

Segundo Castoriadis (1991, p. 150), os aspectos simbólicos dão substrato para a constituição do imaginário social. É a partir da matriz simbólica, que permeia todos os demais níveis de constituição da sociedade, que a "dimensão inventada" pode existir e ser investida na produção da realidade.

Para o autor, não é possível delimitar precisamente a fronteira entre o real e o imaginado, ou o momento que o simbólico invade o funcional, mas percebemos que, em algumas ocasiões, o imaginário pode estar muito mais investido de "realidade" do que o próprio real. Dessa forma, consideramos que as relações de consumo na sociedade contemporânea são carregadas de valores simbólicos.

O consumo, para Baudrillard (1995, p. 59), é estruturado como uma linguagem, na qual não se trata mais da apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços, mas da lógica da produção e manipulação dos significantes sociais. Segundo ele

> (...) nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal, quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior. (BAUDRILLARD, 1995, p. 60)

Dessa forma, o consumo das mercadorias, incluídos aí, os loteamentos fechados ribeirinhos, dá-se por meio do consumo das imagens associadas a elas, capazes de diferenciar seus consumidores das demais pessoas, comunicando aos outros que entre eles existe uma distinção. O consumo serve assim, para que as pessoas possam exibir seus gostos e seus estilos de vida.

Para Baudrillard (1995), a preponderância dos processos de consumo na vida social faz com que os sujeitos sejam levados, cada vez mais, a se identificarem com objetos-signos que os diferenciem dos demais, hierarquizando e discriminando os grupos sociais. As diferenças individuais não são organizadas diretamente pelo consumo, mas essas diferenças, assumindo a forma de personalização, é que se organizam em torno de modelos comunicados pelo sistema de consumo. O processo de construção da identidade na cultura do consumo dá-se de forma cambiante, fluida, fragmentada e parcial. Dessa maneira, as mercadorias, através das imagens associadas a elas, são utilizadas para demarcar as relações sociais e determinar os estilos de vida, alterando as formas das pessoas interagirem socioespacialmente.

Devemos analisar assim, como se dão as relações entre o consumo do emaranhado simbólico associado aos loteamentos fechados ribeirinhos e os usos que vêm se desenvolvendo, no plano material, nesses espaços. Nossa hipótese é que, ao escolherem seus espaços de lazer dentro dos loteamentos fechados, as pessoas consomem também uma carga simbólica e, nem sempre, realizam usos que coincidam e sustentem esses símbolos, a não ser a partir da concepção de simulacro.

De acordo com Baudrillard (1996, p. 70), no simulacro "o signo (ou a imagem) absorve e reifica o referente, tornando-se mais real que o próprio real: o hiperreal". Dessa maneira, consideramos que os símbolos associados aos loteamentos fechados ribeirinhos são apropriados nessa perspectiva, produzindo uma nova realidade constituída pelas imagens e suas representações. Nesse processo de simulação, não existe a questão do que é falso e do que é verdadeiro, visto que símbolos produzidos e manipulados pela sociedade são internalizados e vivenciados como reais. Dessa maneira, simular

não significa fingir e sim, viver os símbolos e as imagens como reais, criando assim, novas concepções de realidade.

Outra concepção que nos ajuda a entender a manipulação das imagens e do consumo na sociedade contemporânea é a de sociedade do espetáculo, cunhada por Debord. Para o autor (2002, p. 13), "toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se afastou numa representação.

> As imagens que se desligaram de cada aspecto da vida fundem-se num curso comum, onde a unidade desta vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente desdobra-se na sua própria unidade geral enquanto pseudomundo à parte, objeto de exclusa contemplação. A especialização das imagens do mundo encontra-se realizada no mundo da imagem autonomizada, onde o mentiroso mentiu a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo. (DEBORD, 2002, p. 13)

Sendo assim, a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos como espaços-símbolos que atendem às "necessidades" dos segmentos sociais mais privilegiados insere-se no contexto da sociedade do espetáculo, na qual as mercadorias e os símbolos associados a elas passam a definir as relações socioespaciais.

Para empreendermos a análise dos aspectos materiais e simbólicos que perpassam a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, identificamos, diante do emaranhado simbólico que constitui esses espaços, três símbolos principais, nos quais nosso estudo será pautado. Esses símbolos referem-se à Natureza, à segurança e à constituição de uma comunidade de iguais. Verificamos que há um trabalho, por parte de alguns setores da sociedade, no sentido de ressaltar o caráter de raridade desses elementos, para que eles possam ser vendidos em objetos, espaços e serviços, valorizando esses elementos e fazendo com que haja uma elitização e uma privatização da apropriação desses valores e/ou de seus símbolos, restringindo-os, apenas, aos setores de maior poder aquisitivo.

A Natureza, ao longo do processo histórico, veio adquirindo diferentes conteúdos que pautaram diferentes tipos de relacionamentos entre a Sociedade e os elementos naturais. De uma maneira geral, podemos afirmar que a Sociedade foi realizando um processo de dominação da Natureza, passando a vê-la como recurso com amplas e ilimitadas possibilidades de exploração. Esse processo de dominação dos elementos naturais pela Sociedade culminou, de acordo com Smith (1998), no processo de produção da Natureza. Atualmente, concepções idealizadas de uma Natureza ajardinada, que serve como elemento de decoração passam a ser difundidas e vendidas para aqueles que têm condições financeiras para pagar.

Nas cidades atuais, ambientes cada vez mais tecnificados e artificializados, a Natureza "natural" torna-se distante, sendo necessária, de acordo com Henrique (2004, p. 5) a produção de um sistema de idéias e símbolos que tragam a imagem dessa Natureza natural para a cidade e, até mesmo, que se produza uma Natureza padronizada e adequada aos padrões urbanos. Além disso, a

Natureza material, efetivamente incorporada e produzida, enclausurada nas propriedades imobiliárias privadas, terá seu acesso definido, de maneira desigual, entre, por exemplo, os empreendimentos de alto padrão e os conjuntos habitacionais de baixa renda.

Nos loteamentos fechados ribeirinhos, temos a produção e a valorização de uma Natureza específica, que possibilita atividades de lazer ao ar livre, em contato com alguns elementos naturais, selecionados como os adequados para formarem o cenário agradável buscado nesses espaços. Esse contato com a Natureza é realizado a partir de toda uma infra-estrutura urbana, que faz com que a Natureza idealizada, nesses empreendimentos, seja inserida numa situação de ordenamento e controle, a fim de que os consumidores desses espaços possam desfrutar dos elementos naturais com o conforto e a comodidade que possuem nas cidades.

A análise da busca pela segurança faz-se presente, em nosso trabalho, visto que passamos por um processo de banalização e amplificação do discurso sobre a insegurança, que acaba justificando a necessidade de proteção, legitimando a opção pelo enclausuramento em espaços fechados e supostamente homogêneos. A segurança torna-se, assim, um símbolo, vendido como atributo valorativo dos empreendimentos imobiliários.

A iniciativa de separação territorial dos diferentes segmentos da sociedade, a partir do fechamento dos espaços residenciais por barreiras físicas, é nova. Antes havia tendências para a segregação socioespacial, mas sem a prática de se erguerem barreiras tangíveis.

Atualmente, diante da impossibilidade ou da falta de interesse, em resolver os problemas advindos das desigualdades sociais, as pessoas negligenciam os espaços públicos e se escondem atrás de muros, erguendo barreiras para não terem que ver e conviver com as diferenças. A necessidade de enclausuramento dentro de enclaves fortificados surge, então, de um desejo de distanciamento dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, percebidos como sendo perigosos.

O discurso do medo é promovido pelos empreendedores imobiliários e sustentado pela mídia que acentua a idéia de insegurança nos espaços públicos urbanos. Nesse sentido, esse discurso possibilita a oposição entre o perigo, associado ao espaço público, e os enclaves fortificados, onde "toda" a segurança é oferecida. Dessa forma, a segurança além de constituir uma necessidade social, passa a integrar a esfera das mercadorias, transformando-se em símbolo de status social.

Para entendermos a produção dos espaços fechados nas cidades, incluindo-se aí os loteamentos ribeirinhos, devemos ressaltar o papel dos empreendedores imobiliários. O discurso de tornar os espaços seguros é apropriado por esses empreendedores e vendido como forma de valorização imobiliária. Trabalhamos, assim, com a hipótese de que há uma construção simbólica que associa o desejo e a possibilidade de se obter segurança, ao *status* e à distinção social.

As pessoas poderiam "fechar" e dotar suas casas individualmente de sistemas de segurança, se isso fosse objetivamente necessário, mas escolhem se "unir" com outras pessoas, de mesmo nível social, em empreendimentos fechados. Assim, novos elementos devem ser inseridos na análise dos

empreendimentos fechados, associados ao valor simbólico presente na produção e apropriação desses espaços.

Fatores como distinção social, separação dos segmentos mais pobres (possíveis agressores), *status*, busca de respaldo para ações individuais, busca de identidades, forjadas no âmbito de uma "comunidade" homogênea, são trabalhados simbolicamente, associados ao ideal de segurança e vendidos como mercadorias, agregando valor de troca aos empreendimentos

Segundo Bauman (2003, p. 108), a "comunidade" é, atualmente, a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora, é o que sobra dos sonhos de uma vida melhor, compartilhada com vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio. Dessa forma, um dos sentimentos que estão por trás da produção dos espaços fechados é a idéia de comunidade, baseada na ausência de diferenças, em que a alteridade do outro não oferece ameaça, pois dentro dos muros, são todos "iguais".

Essa tendência de fechamento da sociedade em espaços de iguais constitui-se num processo que se retroalimenta. Bauman (2003, p.123) ressalta que, quanto mais eficazes as tendências homogeneizantes e o esforço para eliminar as diferenças, mais difícil é sentir-se à vontade na presença de estranhos, a diferença fica mais aterrorizante e mais intensa é a ansiedade que ela gera. Assim, a estratégia de fechamento em "comunidades de iguais" reforça e reafirma a ameaça representada pelos estranhos e pelos diferentes.

Assim, consideramos que a produção de espaços fechados e de acesso controlado nas cidades seja resultado de novas estratégias socioespaciais de segregação. Esses novos tipos de assentamentos alteram as possibilidades de apropriação da cidade pelos diferentes sujeitos sociais, segmentando os usos das diferentes parcelas do espaço urbano.

Nesse sentido, constatamos que, nos loteamentos fechados ribeirinhos, mesmo que não sejam valores difundidos nos materiais publicitários, existe uma percepção de que a apropriação desses empreendimentos gera um ambiente que possibilita a identificação social e a inserção em uma comunidade de iguais. Mesmo que não haja o estabelecimento de uma efetiva sociabilidade entre os consumidores desses espaços, a percepção da identificação e da comunidade de iguais está presente no imaginário dos proprietários de ranchos nesses empreendimentos.

Nesses loteamentos fechados ribeirinhos, a idéia de comunidade mostra-se presente na diferenciação, implícita nos discursos dos entrevistados, quando se referem aos "de fora", pois são sempre os de fora que causam problemas relacionados às perturbações da ordem dentro dos loteamentos. Assim, a "comunidade de iguais" estabelece-se para que, juntos, exerçam o controle social sobre seus espaços, deixando de fora os diferentes. Não estamos dizendo, com isso, que todos os habitantes desses espaços sejam iguais, em suas condições de vida e em seus valores e visões de mundo, mas é certo que há certo grau de homogeneidade socioeconômica e de interesses na apropriação desses espaços, mesmo que eles se reduzam ao desejo de manterem distantes os outros segmentos sociais.

Segundo Giddens (2002, p. 120), um dos elementos centrais para entendermos a questão da segurança existencial da sociedade é a noção de casulo protetor. O casulo protetor está baseado psicologicamente na confiança básica, sendo uma estrutura que filtra muitos perigos que, em princípio, podem ameaçar a integridade do "eu". Esse casulo atua criando um espaço social no qual a pessoa pode estabelecer relações de confiança, sendo que os perigos ficam do lado de fora.

Dessa forma, temos, atualmente, estratégias dos produtores imobiliários, no sentido de tentar criar simulacros desse casulo protetor, ao produzirem, cada vez mais, espaços de convivência segmentada e espaços exclusivos, criando uma "comunidade de iguais", onde as pessoas não precisam se preocupar em conviver com a alteridade.

Com a produção dos loteamentos fechados, as relações pessoais tendem a se tornar cada vez mais segmentadas. A idéia de "comunidade" é criada assim, a partir da contraposição aos outros, aos que não podem fazer parte, aos que estão fora dos muros.

Nos espaços residenciais fechados, segundo Billard et al (2005), o estar entre iguais pode se dar de diversas formas, de acordo com as modalidades de tempo em que as pessoas permanecem nesses espaços. Temos também diferenciações no que se refere às formas de estar entre iguais, a partir da destinação do produto imobiliário, marcada por uma tendência à segmentação do mercado, cada vez mais forte. Nesse sentido, temos diversas formas de estar entre iguais, que se baseiam, além do critério social, em aspectos como cultura, escolhas sexuais, idade etc. Assim, colocam-se à disposição dos segmentos mais privilegiados, várias possibilidades de identificação que podem ser adquiridas a partir do consumo.

Dessa forma, na atualidade, uma das formas de se alcançar essa "comunidade" ideal e homogênea é escolhendo empreendimentos como os loteamentos fechados ribeirinhos como forma de *habitat*. Um dos objetivos imobiliários desses espaços fechados é reunir pessoas de mesmos grupos sócio-culturais, criando um ideal de pertencimento a uma comunidade ou a um lugar. Dessa forma, a partir da relação interior/exterior, as pessoas definem-se perante as outras.

O fechamento dos loteamentos ribeirinhos proporciona uma esfera, um lugar em que podem ser estabelecidas relações intra-grupos, mesmo que essas relações não se efetivem. Assim, o interesse de fechamento perpassa pelo ideal de se criar um universo privativo, a partir de duas dimensões de familiaridade: com o lugar e com as pessoas que podem conviver e se relacionar. Isso porque com o fechamento e a restrição do acesso aos espaços, temos um processo de pré-seleção das pessoas, dando uma idéia de tranqüilidade ao ato de se relacionar, visto que as pessoas não precisam ter medo do outro, pois estão "entre iguais".

Sendo assim, os loteamentos fechados ribeirinhos constituem um simulacro de um mundo maravilhoso, homogêneo, separado do mundo exterior, tão heterogêneo e desigual. Esses espaços de sonho têm que ser protegidos por barreiras tangíveis para que sua "pureza" não seja maculada. Com o fechamento desses espaços de lazer, as pessoas podem, mesmo que temporariamente, ficar longe dos "perigos" e dos "riscos" que permanecem fora de seus muros. Criam-se assim, como

pretendemos desenvolver nessa dissertação, simulacros de uma cidade homogênea, saudável, sem os perigos presentes no restante da cidade.

Mas até que ponto essa "comunidade" de iguais pode ser mantida? Até quando os segmentos de maior poder aquisitivo podem tentar negar a existência das mazelas sociais?

É certo que, por mais que as pessoas possam vivenciar a cidade de forma segmentada, escolhendo os espaços onde irão consumir, habitar e trabalhar, por mais que possam se enclausurar em seus espaços fechados, ainda terão que estabelecer relações com os segmentos menos privilegiados. Sendo assim, a separação e a segmentação socioespacial almejadas pelos segmentos de maior poder aquisitivo não podem ser alcançadas completamente.

Desse modo, as comunidades de iguais empreendidas nos loteamentos fechados ribeirinhos são exemplos da concepção que os segmentos dominantes possuem de comunidade. Nas comunidades de fato, teríamos que ter o estabelecimento de relações à longo prazo, no sentido da responsabilidade social, a partir da qual os diferentes segmentos sociais pudessem resolver coletivamente, os problemas produzidos socialmente.

Sendo assim, para analisarmos os aspectos materiais e simbólicos que perpassam a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, dividimos essa dissertação em cinco capítulos, além dessa introdução, das considerações finais e do apêndice metodológico. Os capítulos seguem a ordenação seguinte.

No capítulo I, intitulado *Empreendimentos residenciais fechados: entendendo as lógicas de produção e apropriação dos novos habitats*, apresentamos uma discussão sobre a disseminação dos empreendimentos residenciais fechados, em geral, analisando as possíveis causas e as estratégias imobiliárias que perpassam a produção e a idealização desses empreendimentos. Realizamos, também, uma apresentação de algumas decorrências socioespaciais advindas da implantação e da apropriação dos empreendimentos residenciais fechados, que alteram as formas de estruturação urbana e, também, as formas dos diferentes segmentos sociais se relacionarem no interior das cidades.

O capítulo II, denominado *Loteamentos fechados ribeirinhos: principais características e especificidades*, tratamos de uma forma específica de loteamento fechado: os ribeirinhos. Realizamos uma caracterização dos empreendimentos estudados, analisando os discursos que sustentam a produção e a apropriação desses espaços, apontando algumas especificidades desses empreendimentos por constituírem espaços para lazer, na modalidade de segunda residência. Apresentamos, também, a indicação de alguns processos socioespaciais que vêm se desenrolando a partir da produção e da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos.

No capítulo III, denominado *A Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos: dissociação entre apropriação simbólica e apropriação material,* apresentamos algumas reflexões sobre os diferentes conteúdos que a Natureza vem adquirindo, ao longo do desenvolvimento histórico, bem como, sobre a venda de uma concepção específica de Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos,

produzida como símbolo de qualidade de vida e bem-estar. Analisamos, também, as diferenças entre o discurso dos entrevistados que apontam para um desejo de um contato mais direto com a Natureza e as formas de apropriação que, efetivamente, realizam nesses espaços.

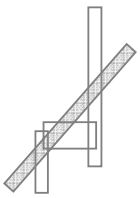
No capítulo IV, *intitulado Insegurança urbana e produção do espaço*, realizamos uma reflexão sobre a influência que o sentimento de insegurança, real ou imaginada, tem na produção do espaço urbano e na definição das formas das pessoas se relacionarem, entre si, e com os diferentes espaços da cidade. Apresentamos, também, uma reflexão sobre a atuação do sentimento de insegurança na produção dos loteamentos fechados ribeirinhos, identificados como espaços portadores de uma "segurança total", analisando as reais condições de oferecimento de segurança nesses empreendimentos.

No capítulo V, intitulado *Erguendo barreiras e construindo identidades: relações entre o fechamento urbano e a busca por "comunidades"*, apresentamos uma análise sobre as relações existentes entre o fechamento físico dos loteamentos ribeirinhos e a construção de laços de identificação entre os proprietários de casas nesses empreendimentos, questionando a busca pela constituição de um círculo comunitário, que nesse caso está muito mais ligado ao desejo de segregar, de deixar de fora dos muros os segmentos indesejáveis, do que ao estabelecimento de relações diretas entre os membros dessa suposta comunidade de iguais.

Apresentamos ainda, no apêndice metodológico, uma descrição dos procedimentos metodológicos que utilizamos para conduzir a pesquisa e chegar aos resultados que passamos a expor, na presente dissertação.

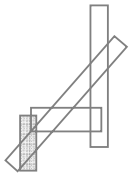
CAPÍTULO I

EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS FECHADOS: ENTENDENDO AS LÓGICAS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS NOVOS *HABITATS*



Muros e grades

Humberto Gessinger – Engenheiros do Havaí

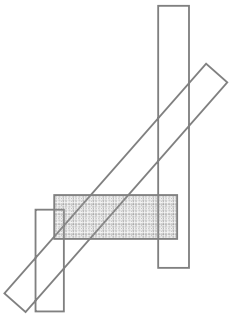


Nas grandes cidades, no pequeno dia-a-dia
O medo nos leva tudo, sobretudo a fantasia
Então erguemos muros que nos dão a garantia
De que morreremos cheios de uma vida tão vazia

Nas grandes cidades, de um país tão violento
Os muros e as grades nos protegem de quase tudo
Mas o quase tudo, quase sempre é quase nada
E nada nos protege de uma vida sem sentido

Um dia super, uma noite super, uma vida superficial
Entre as sombras, entre as sobras da nossa escassez
Um dia super, uma noite super, uma vida superficial
Entre cobras, entre escombros da nossa solidez

Nas grandes cidades de um país tão irreal
Os muros e as grades nos protegem de nosso próprio mal
Levamos uma vida que não nos leva a nada
Levamos muito tempo, pra descobrir
Que não é por aí... não é por nada não
Não, não pode ser... é claro que não é, será?



Meninos de rua, delírios de ruínas
Violência nua e crua, verdade clandestina
Delírios de ruína, delitos e delícias
A violência travestida faz seu trottoir
Em armas de brinquedo, medo de brincar
Em anúncios luminosos, lâminas de barbear

Para analisarmos os aspectos relativos à produção e à apropriação dos espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos, iniciaremos esse capítulo destacando, na primeira parte, os aspectos que se relacionam à produção dos empreendimentos residenciais fechados, de uma forma geral, abordando as justificativas de sua difusão e as decorrências socioespaciais a partir de seu uso, com o objetivo de oferecer bases para contextualizar a análise específica de nosso objeto de estudo, sem, contudo, esgotar a análise do tema.

1.1 – Urbanização Contemporânea: produção dos empreendimentos residenciais fechados

De acordo com Lefebvre (1999, p. 16), a sociedade que surge a partir do processo de industrialização pode ser caracterizada como uma sociedade urbana. O autor destaca que, mais que um fato consumado, a sociedade urbana é uma tendência, uma orientação, uma virtualidade, que caminha para a concretização por meio de um processo que ele conceitua como Revolução Urbana. Para o autor, essa revolução consiste num:

> (...) conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano. (LEFEBVRE, 1999, p. 19, grifos do autor)

Sendo assim, nossa sociedade é marcada pela lógica urbana, que se evidencia em nossas maneiras de produzir e de nos apropriarmos do espaço, mesmo fora das cidades. Isso porque a cidade deixa de ser o lugar por excelência do urbano, visto que seu conteúdo extrapola o tecido urbano e influencia práticas realizadas também no campo.

Segundo Sposito (1999, p. 81), as relações entre cidade-campo não são expressões simétricas das que se estabelecem entre o urbano e o rural, visto que "as relações que se estabelecem a partir das cidades, os símbolos e signos que nelas e através delas expressam o que é urbano estão além das cidades". Assim, o processo de urbanização da sociedade gera uma ampliação dos espaços que possuem suas práticas pautadas na perspectiva urbana. Portanto, quando tratamos da urbanização, não nos referimos apenas à constituição material das cidades, mas a um processo mais amplo, que surge da interação de um conjunto de valores, hábitos e símbolos urbanos, com as práticas socioespaciais.

Um dos conteúdos da urbanização contemporânea, que merece destaque, é a proliferação de espaços fechados, de acesso controlado, denominados por Caldeira (2000, p. 258) como enclaves fortificados. Segundo a autora, esses enclaves alteram a maneira como pessoas de segmentos mais privilegiados da sociedade vivem, trabalham, consomem e gastam seu tempo de lazer. Esses

espaços são delimitados por muros e grades, que marcam fisicamente a separação socioespacial desse tipo de empreendimento, que são voltados para o interior e não para seu entorno, negando, portanto, a vida nos espaços abertos da cidade.

No que diz respeito às modalidades residenciais desses enclaves fortificados, temos os condomínios e os loteamentos fechados. Muitas vezes esses empreendimentos são tratados como se fossem a mesma coisa, mas apresentam algumas diferenças básicas entre si. A lei federal que regulamenta a produção dos loteamentos, sem diferenciar loteamentos abertos de fechados, é a Lei Federal 6.766 de 19/12/1979. Segundo essa lei, fica estabelecido que um loteamento é constituído por uma subdivisão do terreno original em lotes destinados a edificações, com a abertura de novas vias de circulação e áreas públicas. Os loteadores devem destinar uma porcentagem da superfície loteada para o estabelecimento de áreas públicas, como praças e ruas. (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p.40)

Já os condomínios são regulamentados pela Lei Federal 4.591 de 16/12/1964, que estabelece que quando, num terreno que não apresente construções, se pretenda construir mais de uma edificação, deverá ser discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação e sua área de utilização exclusiva, assim como a fração ideal de todo terreno e das áreas comuns que corresponderão a cada unidade ou edificação. (SOBARZO e SPOSITO , 2003, p.40)

Sobre essa questão, Zandonadi (2005, p. 91) aponta que as principais diferenças entre os loteamentos fechados e os condomínios horizontais estabelecem-se da seguinte forma:

- O condomínio horizontal não implica na subdivisão da área original, comercializam-se as casas e um terreno destinado ao jardim individual; nos loteamentos fechados, a área original é dividida em lotes individuais, os quais são comercializados individualmente.
- No condomínio horizontal, o direito de propriedade constitui-se por uma fração ideal de todo o terreno, uma fração ideal das áreas comuns e da unidade autônoma (casa) e de parte do terreno ocupado por ela (jardim); enquanto no loteamento fechado, o objeto da propriedade é um lote do terreno, o qual deve ser numerado, individualizado e caracterizado com seus limites.
- No condomínio horizontal, as ruas, praças e espaços livres são propriedades dos condôminos, os quais têm direito de propriedade de uma fração ideal destas áreas comuns; nos loteamentos fechados, as ruas, praças e espaços livres são de domínio público, exercido pela municipalidade local. (ZANDONADI, 2005, p. 91)

Observamos, assim, que os condomínios e loteamentos fechados são tipos de espaços diferentes, mas que se assemelham e, por isso, muitas vezes, são tratados como sinônimos. O fato é que tanto os loteamentos como os condomínios horizontais não possuem dispositivos legais específicos que regulamentem seus fechamentos, uma vez que a Lei Federal 4.591 foi elaborada para os

condomínios verticais[1]. Dessa forma, no âmbito da produção imobiliária, o fechamento é empreendido sem que haja regulamentações específicas previstas na legislação urbanística.

Sobarzo e Sposito (2003, p.40) destacam que, no caso dos loteamentos fechados, as áreas de destinação pública encontram-se dentro dos muros, sendo que as legislações dos diferentes municípios é que devem prever e regulamentar a concessão de uso exclusivo aos moradores do loteamento, por período determinado. Já no caso da implantação dos condomínios fechados, as áreas de uso coletivo dentro do condomínio são de propriedade privada de seus condôminos.

Assim, no processo de produção dos loteamentos fechados a privatização dos espaços públicos é mais evidente, visto que as áreas de domínio público municipal dentro dos muros dos empreendimentos são utilizadas apenas pelos proprietários de lotes, muitas vezes, sem nem mesmo, a obtenção da concessão de uso especial. Sendo assim, para evitar confusões na utilização dos termos condomínios e loteamentos fechados, optamos por, nessa primeira parte do capítulo, onde estamos tratando de aspectos mais gerais sobre o fechamento residencial, utilizar expressões mais gerais, que englobem esses dois tipos de espaços.

Os empreendimentos residenciais fechados constituem novos *habitats* urbanos, que segundo Sposito (2006, p. 176-177) "rompem com os princípios de unidade e de integração socioespaciais que sempre marcaram a cidade". De acordo com a autora, a origem desse novo tipo de *habitat* urbano não é um fato recente na América Latina, visto que, como ela destaca, autores como Svampa (2001), Icks (2002), Borsdorf (2002), Carlos (1994) e Caldeira (2000) apontam a presença de espaços residenciais fechados, que deram origem aos empreendimentos fechados contemporâneos, em países como Venezuela, Argentina, México, Chile e Brasil, desde 1920.

Já nos Estados Unidos, Rybczynski (1996, p. 163-165) descrevendo o empreendimento Llewllyn Pard, em West Orange, iniciado em 1853, oferece elementos para se reconhecer o que terá sido, provavelmente, a primeira área residencial tipo condominial naquele país, já que faz referência ao fato de que era uma propriedade particular, cujo acesso era proibido aos não moradores, havendo uma cerca e um portão de entrada. Para os contextos europeu, africano e asiático, Billard, Chevalier e Madoré (2005) apresentam uma descrição das pesquisas realizadas sobre esse tipo de habitat urbano, sem precisar os anos de aparecimento desses empreendimentos, mas oferecendo referências bem completas sobre o que está publicado a esse respeito.

No entanto, o que faz com que possamos denominar esses espaços como novos, é o fato de que atualmente, vem ocorrendo um processo de generalização da implantação desses empreendimentos, que passaram a constituir a forma ideal de se morar, dos segmentos de maior poder aquisitivo, sendo que as pesquisas apontam que os espaços residenciais fechados não são mais exclusividade das grandes cidades (Sposito, 2003, Sobarzo, 1999). Atualmente, a produção desses

[1] Atualmente, está em discussão no Congresso Nacional, o projeto de lei nº20/2007 que trata da implantação de condomínios, de modo a contemplar os condomínios horizontais.

espaços vem sendo verificada, ainda que numa escala menor, em cidades médias, de porte médio[2] e até mesmo em cidades pequenas. Dessa maneira, o que consideramos como "novo" no processo de fechamento de parcelas da cidade é sua difusão em diferentes contextos socioespaciais e sua crescente influência na reestruturação dos espaços urbanos, assim como na redefinição das relações sociais cotidianas nas cidades.

Analisando a produção desses empreendimentos residenciais fechados na América Latina, mais especificamente na Argentina, Roitman (2003) identifica alguns elementos como sendo os fatores distintivos mais importantes entre os novos *habitats* urbanos e os demais empreendimentos residenciais. A primeira característica destacada pela autora é o fato de que os novos *habitats* encontram-se cercados por muros, portas e cercas, que constituem barreiras físicas entre os empreendimentos e o restante da cidade. Uma segunda característica diz respeito ao controle do acesso a esses espaços, cujas práticas podem gerar veto à entrada dos indesejados. Uma terceira refere-se à localização dos novos *habitats*, geralmente muito próxima a bairros pobres, fato que faz com que as desigualdades sociais tornem-se mais evidentes.

Caldeira (2000, p. 258/259), ao analisar os enclaves fortificados, aponta algumas características básicas que fazem parte da constituição de todos os tipos de enclaves, inclusive dos condomínios e loteamentos fechados.

> Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis (Cenzatti e Crawford, 1998). Em conseqüência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.
> Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. (...) (CALDEIRA, 2000, p. 258/259)

[2] Para uma análise das diferenças entre cidades médias e cidades de porte médio, assim como dos processos que vêm ocorrendo nessas cidades, ver Savério Sposito et. al., 2006.

Dessa maneira, entendemos os espaços residenciais fechados como ambientes socialmente homogêneos, fisicamente fechados, que não se integram diretamente com seu entorno e negam a cidade aberta, bem como os contatos entre pessoas diferentes e com os imprevistos deles decorrentes. São espaços com conteúdo social associado a status e qualidade de vida, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo.

Considerando a disseminação desse tipo de empreendimento em diversas partes do mundo e em cidades de diferentes tamanhos e papéis na rede urbana, é importante destacar que apesar de apresentarem características comuns, esses espaços apresentam variações tanto no plano das formas de produção e de apropriação, quanto nas causas que geram seus surgimentos. Assim, um fator característico da produção atual desses espaços fechados é a diversidade de formas de produção e uso que vem se verificando, juntamente com o aumento do número desses empreendimentos. Em cada contexto socioespacial, os *habitats* residenciais fechados apresentam lógicas de produção e apropriação diferenciadas, mas que, de maneira geral, interferem no processo de reestruturação das cidades contemporâneas e nas práticas socioespaciais de seus moradores e dos que ficam fora dos seus muros, como destaca Sposito (2006, p. 176).

Diante dessa diversidade de tipos, processos e contextos socioespaciais envolvidos na produção dos empreendimentos residenciais fechados, estabelecer uma causa, ou um conjunto de causas que explicassem de forma definitiva e geral o surgimento desses espaços, seria um exercício difícil e fadado ao reducionismo. Isso porque não podemos homogeneizar os processos que vêm ocorrendo em espaços com tantas características diferenciadas como é caso dos países ditos desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes. Não podemos tomar como iguais, nem mesmo, os processos que ocorrem em cidades de dimensões e papéis diferenciados, dentro de um mesmo país. Sendo assim, cada contexto socioespacial, no qual os empreendimentos residenciais fechados vêm se desenvolvendo, apresenta fatores específicos que justificam a produção desses espaços, embora em alguns casos, certos aspectos comuns compareçam em realidades diferenciadas.

De uma maneira geral, podemos dizer que os empreendimentos residenciais fechados nas diversas partes do mundo, utilizam, em seus discursos de justificativa, alguns elementos similares, que adquirem nuances e significados diferenciados para cada formação socioespacial em que se apresentam. Fatores como a busca por segurança, qualidade de vida, tranqüilidade, estar entre iguais, entre outros, comparecem como os objetivos ou razões de se morar em um empreendimento fechado em quase todas as partes do mundo. No entanto, para cada espaço, esses elementos serão buscados por razões diferenciadas.

Consideramos que, para entendermos os processos que permeiam o aumento e a diversificação desses novos *habitats* em contextos socioespaciais tão diversos, devemos considerar dois tipos de fatores: a) estruturais, ligados a mudanças sociais; e b) simbólicos, ligados à idealização desse tipo de empreendimento. Sendo assim, traremos a seguir, algumas considerações, a titulo de

exemplificação, para que possamos refletir sobre os significados dos empreendimentos residenciais fechados contemporâneos.

1.1.1 - Empreendimentos residenciais fechados: alguns fatores estruturais que justificam sua produção

Os *habitats* residenciais fechados e sua crescente aceitação e consumo entre os segmentos de maior poder aquisitivo refletem e condicionam novas práticas socioespaciais. A difusão dos empreendimentos fechados e de acesso controlado nos espaços urbanos altera as formas pelas quais a cidade é apropriada e apreendida, indicando a presença de novos anseios da sociedade atual.

Os empreendimentos residenciais fechados representam a condensação de várias aspirações da sociedade urbana contemporânea, advindas de mudanças na estrutura social, política, econômica e cultural, pelas quais temos passado. Essas mudanças colocam em pauta a exigência de novas respostas socioespaciais nas cidades. Assim, a sociedade, ao sofrer transformações, faz com que as formas de produção e apropriação do espaço sejam modificadas, ao passo que, por sua vez, essas modificações baseiam novas transformações na estrutura social, política, econômica e cultural das sociedades contemporâneas.

Como já ressaltamos, não é possível traçar um perfil único para a explicação das causas estruturais que justificam a produção dos *habitas* fechados, visto que cada país apresenta um contexto socioespacial e histórico diferenciado. No entanto, apresentaremos, a seguir, as reflexões de alguns autores sobre as mudanças estruturais, em diferentes países, que podem ser utilizadas para justificar a produção dos empreendimentos residenciais fechados, não no sentido da generalização, mas no intuito de exemplificar e ressaltar algumas similitudes e especificidades desse processo.

Ao tratar do caso da América Latina, Roitman (2004) destaca que as causas estruturais do surgimento dos *habitats* fechados estão ligadas ao aumento da insegurança, ao fracasso do Estado como provedor de serviços básicos, ao aumento da diferenciação social entre ricos e pobres e ao desenvolvimento de uma moda internacional, influenciada pelo *"American way of life"*, impulsionada pelos agentes imobiliários urbanos.

Conforme a autora (2003), a desigualdade social e a iniqüidade têm sido características de quase todas as sociedades atuais. No entanto, destaca que, nos últimos anos, elas têm aumentado drasticamente, tornando-se mais evidentes, devido à implementação de políticas neoliberais, que resultam na retirada do Estado de suas antigas funções, atinentes a educação, moradia, emprego e segurança. Nesse contexto, o tecido social não se apresenta apenas, dividido, mas sim, polarizado. A distância entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres aumenta, progressivamente, fazendo com que os mais privilegiados busquem evitar o contato com a pobreza, freqüentemente, optando por morar em empreendimentos fechados.

O paradigma do neoliberalismo, segundo a autora, além de tornar mais extremas as condições de pobreza dos segmentos menos privilegiados, também influencia na difusão dos empreendimentos residenciais fechados devido ao afrouxamento da regulamentação do mercado do solo urbano e às ações tendenciosas do Estado, no sentido de privilegiar alguns espaços e alguns segmentos sociais na distribuição dos serviços e infra-estruturas urbanas, não garantindo assim, a qualidade de vida na cidade como um todo.

A redução do papel do Estado e seu comprometimento com certos setores privados fazem com que o processo de produção dos espaços urbanos seja orientado segundo a lógica do capital, pautada em práticas que acentuam as desigualdades e provocam a segregação socioespacial, uma vez que se trata de um processo que é orientado pela maximização dos lucros e vantagens econômicas. Dessa maneira, os segmentos de maior poder aquisitivo são responsáveis por influenciar a estruturação espacial, ao passo que influenciam as ações do poder público, que, dependendo do seu grau de comprometimento, dirige para um local ou para outro, a implantação de benfeitorias e infra-estruturas que valorizam determinadas áreas, colocando-as como alvos propícios à especulação imobiliária. A distribuição de investimentos ocorre, assim, de forma desigual pelo espaço, privilegiando, na maioria das vezes, as áreas residenciais de maior padrão de renda.

Pode-se caracterizar, então, a segregação socioespacial advinda da produção dos empreendimentos residenciais fechados como sendo um processo de escolha espacial, realizada pelos segmentos de maior poder aquisitivo, que acaba resultando num processo de diferenciação espacial, em que certas parcelas da cidade são dotadas com melhores infra-estruturas, serviços urbanos e amenidades ambientais, em detrimento de outras áreas da cidade, que acabam destinadas aos segmentos menos privilegiados, ficando sem investimentos em infra-estrutura e serviços básicos. Essa configuração socioespacial caracterizada pela segregação decorre, assim, das práticas e ações especulativas do mercado imobiliário, possibilitadas pelo recuo da esfera pública no contexto neoliberal e suscitadas pelo enfraquecimento do Estado no provimento de serviços básicos a toda população, atestando a negação, pelos segmentos mais privilegiados, dos problemas sociais resultantes das desigualdades econômicas.

Sendo assim, as iniciativas e decisões tomadas com base no paradigma neoliberal podem ser consideradas como fatores que incidem sobre a proliferação dos espaços residenciais fechados, visto que esses empreendimentos são possibilitados pela especulação imobiliária que se acentua nessa fase do desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que surgem para negar ou escamotear situações socioeconômicas derivadas das próprias práticas neoliberais. Dessa maneira, dialeticamente, os espaços residenciais fechados utilizam e reforçam alguns valores intrínsecos ao neoliberalismo.

No entanto, não podemos explicar a difusão dos empreendimentos residenciais fechados apenas como uma conseqüência dos problemas sociais acentuados no bojo do neoliberalismo. Outras questões estão associadas à escolha dos espaços fechados como os *habitats* ideais na atualidade.

Analisando o caso da implantação de empreendimentos residenciais fechados em Santiago do Chile, Hidalgo et al (2006, p. 65/66) estabelecem relações entre o processo de globalização e a materialização dos postulados da economia de livre mercado como sendo as principais causas da difusão desses espaços. Para o autor, a globalização tem como motor a implantação do neoliberalismo, que promove a liberalização das fronteiras alfandegárias, o retrocesso do Estado intervencionista e a flexibilização da mão-de-obra. Sendo assim, a globalização e o neoliberalismo interagem, num processo de retro-alimentação, que tem como expressão territorial, nas cidades, o afrouxamento da regulamentação do mercado do solo e a especulação imobiliária. Dessa forma, as transformações urbanas passam a ser comandadas por agentes privados, que geram um aumento da segregação social e da fragmentação espacial, ao levar certos grupos sociais ao isolamento físico. Assim, esses autores colocam em discussão, além do neoliberalismo, a globalização como um fator importante para a compreensão da implantação dos empreendimentos residenciais fechados.

O processo de globalização, tido como uma das causas da proliferação dos *habitats* fechados é pautado, de acordo com Santos (2008, p. 24), na unicidade da técnica, na convergência dos momentos, na cognoscibilidade do planeta e na existência de um motor único na história – a mais valia globalizada. Esse processo produz alterações nas formas de produção dos espaços urbanos mundiais e nos estilos de vida das pessoas em diferentes partes do planeta. Assim, os processos engendrados pela globalização possibilitam que modelos de produção espacial surgidos em um país específico sejam difundidos pelo mundo todo.

Segundo Hidalgo et al (2006, p. 67), a propagação dos empreendimentos residenciais fechados na América Latina, tomando como referência o caso do Chile, seria resultado da difusão mundial de um produto de consumo que teve êxito no mercado habitacional norte-americano – as *gated communities.* O autor destaca que essa difusão dos *habitats* fechados deve ser analisada em função das manifestações locais, visto que em cada contexto socioespacial, a implantação dos empreendimentos residenciais fechados adquire nuances diferenciadas. Os "artefatos da globalização" mostram manifestações locais que, muitas vezes, pouco tem a ver com os originais.

Dessa forma, a propagação de modelos universais e modas arquitetônicas pelos espaços urbanos mundiais é resultado de uma globalização da cultura. Hidalgo et al (2006, p.70) apontam que a imagem da cultura globalizada é transmitida pelos sistemas de telecomunicações para o mundo todo, fato que vai determinando, não só as atitudes de consumo, mas também a atividade espacial, possibilitando novos estilos de vida, às vezes, muito mais ligados a padrões mundiais do que às conjunturas locais.

Sendo assim, os estilos de vida considerados modernos unem-se às características locais, dando origem a novos conjuntos de práticas socioespaciais. Dentro desse contexto, os empreendimentos residenciais fechados vão se propagando por várias partes do mundo, a partir de um processo que resulta da relação entre a imitação de modelos estrangeiros e as particularidades locais. Dessa maneira, em cada realidade socioespacial em que são produzidos os *habitats* fechados, novas

variações, combinações e, conseqüentemente, diferentes formas de influência na reestruturação urbana e da cidade são gerados.

Esse processo de imitação de modelos exteriores à realidade local, possibilitado pela globalização, não ocorre somente com a importação/exportação de padrões socioespaciais entre diferentes países. Como aponta Sposito (2004, p.380), está em curso um processo de homogeneização das paisagens citadinas, visto que cada vez mais, as cidades médias e pequenas adotam práticas que imitam as lógicas socioespaciais metropolitanas.

Sendo assim, diante da possibilidade, oriunda do desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações, de conhecer práticas urbanas diferentes, de diversas partes do mundo e em diversas escalas espaciais, temos um processo de transposição de algumas dessas práticas, que juntas com as especificidades locais, geram novas formas de produção e apropriação dos espaços das cidades. Ou seja, contextos internacionais podem influenciar a produção do espaço em diferentes países, mas, mesmo dentro de um mesmo território nacional, as práticas desenvolvidas em determinados espaços, essencialmente nas metrópoles, vão influenciar as lógicas de produção e apropriação de outras parcelas do território, principalmente nas cidades médias e pequenas. Portanto, a transposição de padrões culturais e de práticas socioespaciais de diferentes partes do mundo, tem o poder de gerar novas lógicas socioespaciais, em diferentes níveis escalares.

Para o caso da manifestação dos empreendimentos residenciais fechados na América Latina, Svampa (2001, p. 11/14) destaca que há uma relação direta desse processo com o aumento das desigualdades sociais e com a incapacidade do Estado de garantir segurança a todos os cidadãos. A autora aponta para a produção de um novo tipo de sociedade, a partir da globalização da economia, visto que esse processo potencializou a polarização social, criando uma lacuna que separa os setores sociais mais favorecidos dos mais pobres. No contexto argentino, a autora aponta que a redução das funções do Estado por meio da privatização de seus setores mais importantes, gerou um enfraquecimento dos laços sociais e culturais existentes no interior da antiga classe média, visto que ocorreu uma secessão dentro desse segmento social, em que as pessoas de maior poder aquisitivo tornaram-se os "ganhadores" e os de menor, os "perdedores", constituindo um novo segmento de pobreza. Assim, as novas formas de segregação espacial protagonizadas pela elite e pelos segmentos médios "superiores", ganham impulso diante da dificuldade e da incapacidade de gestão das distâncias sociais entre os "ganhadores e os perdedores" do processo.

Analisando a produção dos enclaves fortificados na cidade de São Paulo, Caldeira (2000, p. 302) destaca que o processo de fortificação coincide, dialeticamente, com a organização dos movimentos sociais urbanos, com a expansão dos direitos de cidadania da classe trabalhadora e com a democratização política.

> Foi exatamente no momento em que os movimentos sociais eclodiam na periferia, quando sindicatos paralisavam fábricas e lotavam estádios para suas assembléias, quando as pessoas votavam para os cargos executivos pela primeira vez em vinte anos, que os residentes da cidade começaram a erguer muros e a se mudar para

> enclaves fortificados. Quando o sistema político se abriu, as ruas foram fechadas e o medo do crime se tornou a fala da cidade. (CALDEIRA, 2000, p. 314)

Dessa maneira, a autora aponta que, além das diferenças nas condições econômicas e sociais dos diferentes grupos que habitam a cidade de São Paulo, as questões políticas também podem ter relação com a opção pelo fechamento urbano.

Diante desses exemplos, constatamos que existem alguns processos que, pelo menos no caso da América Latina, devem ser levados em consideração para que possamos compreender a proliferação dos empreendimentos residenciais fechados, considerando que a aumento da polarização social, resultante da diminuição dos papéis do Estado, é um fator importante para a análise do desejo de separação socioespacial observado nos segmentos de maior padrão econômico nesses países. No entanto, as especificidades desse processo devem ser levadas em conta, visto que, tanto a implantação da política neoliberal, quanto a influência do processo de globalização, manifestam-se de forma diferenciada em cada formação socioespacial.

Vemos, assim, que a lógica de produção dos empreendimentos residenciais fechados é baseada em um conjunto de fatores estruturais interligados, que não podem ser generalizados, visto que cada país possui um sistema político, econômico, cultural e social específico, que vai ser atingido de forma diferenciada pelas alterações estruturais globais.

No entanto, não basta analisarmos as questões objetivas que levam à produção dos empreendimentos residenciais fechados. A produção dos novos *habitats* deve ser entendida no âmbito da manipulação dos desejos, das construções simbólicas e da produção de novas "necessidades", justamente pela impossibilidade de encontrar aspectos objetivos que justifiquem, de forma ampla, a disseminação dos empreendimentos residenciais fechados em contextos socioespaciais tão diferenciados, visto que esses podem ser observados tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos, nas grandes cidades e também nas médias e pequenas. Nesse sentido, um aspecto que nos parece comum em todos os casos, embora com significações diferentes, é a valorização simbólica desses espaços, transformados na forma moderna de se morar, associados sempre a elementos como status e qualidade de vida.

1.1.2. - Empreendimentos residenciais fechados: entendendo sua lógica de idealização

A produção dos espaços residenciais fechados não pode ser isolada do processo de idealização que os promotores imobiliários realizam acerca desses empreendimentos, com o objetivo de aumentar a aceitação desses espaços e, conseqüentemente, ampliar o mercado consumidor para esse tipo de produto imobiliário.

Essa idealização é feita mediante a associação, aos novos *habitats* fechados, de símbolos como status, exclusividade, estilo e qualidade de vida. Ao escolher comprar uma residência num empreendimento fechado, a pessoa não está comprando apenas uma casa, está comprando um

conjunto simbólico produzido para distinguir esse tipo de espaço dos demais. Ao selecionar o empreendimento que se mostrou objetiva e subjetivamente mais atraente, as pessoas estão escolhendo um conjunto de símbolos, que irá representá-las e diferenciá-las das demais, indicando seus gostos, suas posições sociais e seus estilos de vida.

Na produção do espaço, temos sempre e de forma indissociável, uma construção material e uma construção simbólica. Há sempre um estabelecimento de relações entre os espaços e as imagens, sendo que ora os símbolos servem para valorizar, ora para desvalorizar certos espaços. Assim, de acordo com cada contexto, os agentes produtores do espaço constroem uma identidade particular para seus empreendimentos. Para isso, associam a eles, símbolos que possam estimular o consumo desses espaços. Dessa forma, quando analisamos os processos de produção do espaço, precisamos observar as construções simbólicas que são realizadas juntamente com a materialização dos empreendimentos.

De acordo com Castoriadis (1982, p. 164), não podemos compreender o conjunto da vida social como sendo um sistema simplesmente funcional, como sendo uma série de arranjos integrados e destinados à satisfação das necessidades da sociedade. Isso porque o entendimento das necessidades é relativo, visto que seu conteúdo é completamente diferente, conforme a sociedade que consideramos. Nas sociedades do capitalismo moderno, por exemplo, temos a criação, num ato contínuo, de novas "necessidades". Na nossa sociedade, portanto, a própria definição de necessidade passa por uma construção simbólica.

A unidade entre a imagem que fazemos do mundo e a que fazemos de nós mesmos é, segundo Castoriadis (1982, p. 180), trazida pela definição que cada sociedade dá acerca de suas necessidades, tal como elas se inscrevem na atividade, no fazer social efetivo. As sociedades formam imagens de si mesmas, que são refletidas nas escolhas que realizam, acerca dos objetos e das ações que consideram como importantes e emblemáticas de seus modos de vida. Sabemos que a necessidade, seja ela alimentar, sexual ou outra, só se torna necessidade social em função de uma elaboração cultural. Isso faz com que não possamos analisar as produções sociais apenas pelo caráter funcionalista ou com base na razão.

Sendo assim, não podemos compreender as dinâmicas referentes à produção e à apropriação dos espaços residenciais fechados, sem considerar os aspectos simbólicos que estão associados a esses empreendimentos, visto que são resultado de uma produção simbólica que perpassa sua idealização, sua implantação, sua comercialização e sua apropriação. O mercado para esses empreendimentos é um mercado, ao mesmo tempo, material e simbólico, visto que não se vende apenas um pedaço de terra, mas também, todos os símbolos que se associam a esses espaços, visto que além de serem produzidos para atender a uma necessidade "natural" de espaços de moradia, os empreendimentos residenciais fechados são produzidos para suprir necessidades "artificiais", produzidas no plano simbólico.

É importante destacar que, no âmbito da discussão sobre o imaginário social e as relações simbólicas, surge a questão das construções individuais dos sujeitos. Castoriadis (1982, p. 175) aponta que toda tentativa de derivação exaustiva das significações sociais a partir da psiquê individual parece fadada ao fracasso, por desconhecer a impossibilidade de isolar essa psiquê de um contínuo social, o qual não pode existir se já não está sempre instituído. Para que uma significação social imaginária exista, são necessários significantes coletivamente disponíveis, mas, sobretudo, significados que não existem sob a forma segundo a qual existem os significados individuais. Assim, para analisarmos a apropriação simbólica dos sujeitos, não podemos descolar suas escolhas do contexto geral das redes simbólicas de sua sociedade, pois somente nesse contexto as ações sociais individuais podem ser entendidas.

Como aponta Castoriadis (1982, p. 142), tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico, embora não se resuma a ele. Os atos reais, individuais e coletivos e os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são sempre e de forma direta, símbolos; mas são impossíveis, fora de uma rede simbólica.

O autor destaca, também, que a economia em seu sentido mais amplo, ou seja, no âmbito da produção e do consumo, passa pela expressão, por excelência, da racionalidade do capitalismo e das sociedades modernas. Mas é a economia que exibe da maneira mais surpreendente – precisamente porque se pretende integral e exaustivamente racional – a supremacia do imaginário em todos os níveis. Mais do que em qualquer outra sociedade, o caráter arbitrário, não natural, não funcional, da definição social das necessidades aparece na sociedade moderna, precisamente devido ao seu desenvolvimento produtivo, a sua riqueza que lhe permite ir muito além da satisfação das "necessidades elementares". Mais do que nenhuma outra sociedade, também, a sociedade moderna permite ver a fabricação histórica das necessidades que são manufaturadas todos os dias sob nossos olhos. (CASTORIADIS, 1982, p.188)

As determinações do simbolismo contemplam o componente imaginário que todo símbolo e todo simbolismo contém. O imaginário utiliza o simbólico para se exprimir e para existir, para poder passar do virtual a qualquer coisa a mais. As imagens utilizadas na construção do imaginário são revestidas de valor simbólico e o simbolismo, por sua vez, pressupõe uma capacidade imaginária, ou seja, a capacidade de ver em uma coisa aquilo que ela não é, de vê-la diferente do que é. Isso porque o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um "representa" o outro. Mas é só nas etapas muito desenvolvidas do pensamento racional lúcido que esses três elementos - o significante, o significado e o vínculo – são mantidos como simultaneamente unidos e distintos, numa relação ao mesmo tempo firme e flexível. (CASTORIADIS, 1982, p. 155)

De acordo com Bourdieu (1989, p. 10), os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, porque enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam

possível o consenso acerca do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução dessa ordem. Sendo assim, cada sociedade possui seu conjunto de símbolos e significados, que só podem ser entendidos dentro de cada contexto histórico-cultural. O mesmo símbolo pode ter significados diferentes para pessoas que pertencem a períodos históricos e realidades socioespaciais distintos. Isso porque para a percepção do significado de cada símbolo, precisamos de um conjunto de elementos cognitivos pré-existentes.

Dentro de cada sociedade temos diferentes campos em que podem ser exercidas as ações sociais, por exemplo, o campo econômico, científico, artístico, entre outros. Para cada campo, de acordo com Bourdieu (1996, p. 144), temos um *habitus* específico. O *habitus,* segundo o autor, é um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo quanto a ação nesse mundo. Sendo assim, os agentes sociais, dentro de seu *habitus,* agem de acordo com um conjunto de estruturas específicas, sendo que, muitas vezes nem se dão conta conscientemente que estão sendo "regidos" por elas.

De acordo com a análise de Bourdieu (1989, p.14), o poder simbólico aparece como sendo superior aos demais, visto que é ele que dá sentido ao mundo e orienta condutas em todos os campos. O poder simbólico, segundo o autor, pelo seu poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, assim, a ação sobre esse mundo, só pode ser exercido se for reconhecido como uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. O poder simbólico é uma forma transformada, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder, sendo que as diferentes formas de capital são transformadas em capital simbólico perante um processo de dissimulação e transfiguração. Tal processo garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo "ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia".

Os símbolos são, portanto, instrumentos que servem para a realização do conhecimento e da construção do mundo objetivo. A escolha desses símbolos, conforme Castoriadis (1982, p. 144/7), não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória. Todo o simbolismo edifica-se sobre "as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes" e o significante sempre ultrapassa a ligação rígida a um significado preciso. Na constituição do simbolismo não existem definições fechadas e transparentes dos símbolos.

Cada sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo crava-se no natural e se crava no histórico, participando assim, do racional. Tudo isso faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências, que não eram visadas nem previstas. O simbolismo,

> nem livremente escolhido, nem imposto à sociedade, nem simples instrumento neutro e *medium* transparente, nem opacidade impenetrável e adversidade irredutível, nem senhor da sociedade, nem escravo flexível da funcionalidade, nem meio de participação direta e completa em uma ordem racional, determina

> aspectos da vida da sociedade, estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade. (CASTORIADIS, 1982, p.152)

O simbolismo, de acordo com o autor, pode ser apropriado de duas maneiras. Existe uma utilização imediata do simbólico, em que o sujeito pode se deixar minar por este, mas existe também, uma utilização lúcida ou refletida. Mesmo se esta última nunca puder ser garantida a priori, ela se realiza, mostrando assim, a via e a possibilidade de outra relação na qual o simbólico não é mais autonomizado e pode se adequar ao conteúdo. Assim, não podemos ter a idéia de que somos fatalmente dominados pelas redes simbólicas, visto que nada que pertence propriamente ao simbólico impõe de maneira inevitável o domínio de um simbolismo autonomizado na vida social, nada nesse simbolismo impede seu uso lúcido pela sociedade e há uma gama de combinações que permite certa maleabilidade nas escolhas. (CASTORIADIS, 1982, p. 153)

As relações dos símbolos com seus significantes não é unívoca. Podemos observar segundo Castoriadis (1982, p. 168) a sobre-determinação dos símbolos, quando vários significados ligam-se ao mesmo significante e o processo inverso, da sobre-simbolização do sentido, quando o mesmo significado é carregado por vários significantes, mostrando que a constituição e o consumo das redes simbólicas é um processo complexo.

Na análise das ações sociais, nada permite, a priori, determinar o lugar por onde passará a fronteira do simbólico, o ponto a partir do qual o simbólico invade o funcional. Não podemos também, fixar nem o grau geral de simbolização, que é variável segundo as culturas, nem os fatores que fazem com que a simbolização se exerça com uma intensidade particular sobre cada aspecto da sociedade considerada. (CASTORIADIS, 1982, p.150)

Para Bourdieu (1996, p. 19/21), o espaço social é construído, essencialmente, a partir da distribuição estatística de dois princípios de diferenciação – o capital econômico e o capital cultural. Os agentes têm mais em comum, quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões e, têm menos em comum, quanto mais distantes estejam nelas. A cada classe de posições sociais, corresponde uma classe de gostos (*habitus*) e um conjunto sistemático de bens e propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. Dessa maneira,

> (...) o *habitus* é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.
> Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação de diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns. (BOURDIEU, 1996, p.22)

Assim, Bourdieu (1989, p. 144) aponta que o espaço social e as diferenças que nele se desenham, "espontaneamente", tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes.

O consumo é uma forma de estabelecimento da distinção, é através dele que as pessoas delimitam e sustentam sua posição no espaço social. Bourdieu (1996, p.22) afirma que os *habitus* são diferenciadores. São princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas também servem como esquemas classificatórios de visões e gostos diferentes. Essas diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas que expressam estilos de vida diferenciados.

Dessa forma o consumo está condenado, segundo Bourdieu (1989, p.145) a funcionar como sinal distintivo/de distinção. Os agentes sociais são capazes de perceber como sinal distintivo as diferenças "espontâneas", assim, são capazes de aumentar intencionalmente essas diferenças de estilo de vida por meio daquilo que Weber chama de "estilização da vida".

Mas o caráter distintivo não implica necessariamente a procura da distinção. Todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é visível, quer tenha sido ou não realizado a fim de ser visto, ele é distintivo, quer tenha sido ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar, de distinguir ou de agir com distinção. (BOURDIEU, 1989, p. 144)

Bourdieu (1996, p. 138) destaca que a Sociologia postula que há sempre uma razão para os agentes fazerem o que fazem, razão que deve ser descoberta para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes e arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a Sociologia defende que os agentes sociais não realizam atos gratuitos, desinteressados. Essa visão é perigosa e pode nos levar a reduções no sentido do utilitarismo e do economicismo, porque, segundo o autor, os agentes são tratados como se fossem movidos apenas por ações conscientes, como se colocassem para si mesmos, os objetos de sua ação e agissem de maneira a obter o máximo de eficácia com o menor custo. Outro problema é reduzir os aspectos que podem motivar as ações dos agentes sociais apenas ao interesse econômico, ou seja, a um lucro em dinheiro. (BOURDIEU, 1996, p. 142)

Para refutar essas duas reduções, Bourdieu destaca a relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo. Entre os agentes e o mundo social há uma relação de cumplicidade infra-consciente, sendo que os agentes utilizam constantemente em sua prática, teses que não são colocadas como tais. Os agentes sociais que têm o "sentido do jogo", que incorporaram uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem, não têm necessidade de colocar como fins, os objetivos de suas práticas. (BOURDIEU, 1996, p. 143)

No que diz respeito à redução das ações aos interesses econômicos, Bourdieu (1996, p. 147/149) destaca que o erro consiste em considerar que as leis de funcionamento do campo econômico valem para todos os campos. Na teoria dos campos, temos a constatação de que o mundo social é lugar de um processo de diferenciação progressiva. A evolução das sociedades tende a fazer com que

surjam campos com leis próprias, autônomas. Assim, não se pode utilizar as leis do campo econômico para compreender as ações engendradas em outros campos, que apresentam princípios e critérios diferentes. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode até parecer desinteresse. Dessa maneira, as ações da sociedade nem sempre tem objetivos conscientemente definidos e relacionados com o campo econômico. Existe uma gama de aspectos subjetivos que influenciam as práticas socioespaciais.

O processo de associação de empreendimentos imobiliários a símbolos que denotam estilos de vida diferenciados e diferenciadores é feito por meio dos anúncios publicitários. De acordo com Caldeira (2000, p. 264), o objetivo das propagandas é seduzir por meio de um repertório de imagens e valores que falam à sensibilidade e à fantasia das pessoas, a fim de atingir seus desejos. Para isso, os anúncios precisam articular imagens que as pessoas possam entender e reconhecer como suas. Portanto, as propagandas imobiliárias não agem somente no sentido de responder a uma demanda dos consumidores, elas elaboram e ajudam a moldar os desejos e valores das pessoas, o que resulta na produção de novas "necessidades".

Segundo Baudrillard (1969, p. 186/187/202), no âmbito da sociedade de consumo, a funcionalidade dos objetos passa a ser, quase que completamente, secundária e os discursos e imagens que eles possuem são, em grande medida, alegóricos, construídos pela publicidade que produzira o objeto ideal. É a publicidade que nos dirá o que estamos consumindo por meio dos objetos. Além das informações sobre os produtos, a publicidade é responsável pela persuasão, pelo convencimento de que "precisamos" de determinados produtos. A publicidade age por uma lógica própria, que não é a do enunciado e da prova, mas sim, a da fábula e a da adesão. Os publicitários não se interessam em falar dos processos objetivos de produção e de mercado e omitem suas contradições. Como num sonho, a publicidade fixa e desvia um potencial imaginário, sendo uma prática subjetiva individual.

> No se cree em lo que se dice, pero se obra como si se creyese. La "demonstración" del producto no convence em el fondo a nadie: sirve para racionalizar la compra, que de todas maneras precede o desborda los motivos racionales. Sin embargo, sin "creer" em este producto, creo em la publicidad que me quiere hacer creer. (BAUDRILLARD, 1969, p. 188)

No caso dos empreendimentos residenciais fechados, há um processo de produção simbólica que associa esses espaços com a forma ideal de se morar. Caldeira (2000, p. 265) aponta que os anúncios publicitários vêm elaborando um novo conceito de moradia, cuja versão ideal são os loteamentos fechados. Esse novo conceito de moradia surge da articulação de cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. Segundo a autora, os loteamentos fechados são mostrados nos anúncios como sendo mundos separados da cidade deteriorada, que oferecem um "estilo de vida total". Dessa forma, os loteamentos fechados não constituem apenas empreendimentos residenciais com uma organização espacial diferenciada. São espaços capazes de oferecer uma qualidade de vida melhor em comparação à cidade aberta.

Para Mendez e Chumillas (2004), as lógicas de mercado são impostas às novas formas residenciais fechadas, considerando as comunidades cercadas como produtos, essencialmente, resultantes da promoção imobiliária. Apontam que o amplo repertório de empreendimentos residenciais fechados em Cidade Juarez, no México, exibe em seus anúncios publicitários imagens, símbolos e palavras que remetem e explicitam a identidade pré-fabricada dos estilos de vida que vendem.

Analisando anúncios publicitários de empreendimentos fechados de São Paulo, a partir da década de 1970, Caldeira (2000, p. 266-267) destaca a importância da publicidade na criação de imagens que exaltavam a qualidade desses espaços, criando novas demandas na sociedade, que passou a "precisar" morar em locais mais seguros, com mais vegetação, mais equipamentos de lazer, enfim, em espaços que garantam além da exclusividade, a "felicidade", a "harmonia" e a "liberdade". A autora mostra essa relação entre os anúncios publicitários e a criação de novas necessidades ao analisar uma propaganda que apresentava, pelo menos dez anos antes de crimes tidos como violentos terem aumentado e se tornado uma preocupação dos moradores de São Paulo, a insegurança como um valor importante na compra de um empreendimento imobiliário.

A partir do estudo dos bairros privados e dos countries na Argentina, Svampa (2001, p. 86) aponta que os especialistas em *marketing* realizaram um processo de síntese e estandardização de alguns valores da classe média, transformando-os em fórmulas e categorias associadas a determinados estilos de vida. Duas imagens associadas aos empreendimentos fechados argentinos, destacadas pela autora, são o estilo de vida verde e as referências ao ruralismo idílico.

Nos anúncios publicitários de espaços destinados ao estilo de vida verde, são comuns as imagens de crianças correndo por gramados e famílias felizes com seus animais de estimação. As campanhas publicitárias repetem os slogans que anunciam "o melhor de uma cidade", "viver com estilo", "cidade verde: uma casa ao alcance de suas mãos". Os anúncios que se referem ao ruralismo idílico remetem ao passado ligado ao campo e destacam a exclusividade, a tranqüilidade, a natureza e a imagem das antigas estâncias como valores qualitativos desses empreendimentos. (SVAMPA, 2001, p. 87)

Assim, os anúncios publicitários são responsáveis por agregar imagens e valores aos empreendimentos residenciais, que se tornam, além de espaços de moradia, espaços onde se podem exercer estilos de vida específicos e diferenciados. Por exemplo, quando as pessoas identificam nas imagens associadas aos espaços verdes, valores e símbolos que expressam o estilo de vida que consideram ideal para elas e optam por viver em um desses espaços, acabam consumindo um conjunto de imagens reunidas de forma complexa, que servem para identificá-las, tanto no nível pessoal, quanto distingui-las perante as outras pessoas.

Svampa (2001, p. 88/94) constata que os agentes diretamente envolvidos no processo de apropriação desses espaços fechados apresentam um discurso literal, que repete os tópicos divulgados pelas campanhas publicitárias. Isso é uma constatação de que as pessoas introjetam as

imagens vendidas pelas campanhas publicitárias, fazendo com que elas façam parte de seus discursos e, em alguns casos, de suas práticas cotidianas. As vantagens de se morar em empreendimentos residenciais fechados são exaltadas pelos moradores, que exibem constantemente, por meio da repetição dos slogans das campanhas publicitárias, os símbolos que distinguem seus novos estilos de vida.

Para Barajas (2006, p. 125), o modelo de urbanização pautado no fechamento nutre-se mais a partir da oferta do que pela real demanda, visto que os empreendimentos residenciais fechados são os produtos imobiliários de maior sucesso nos últimos tempos, justamente porque as estratégias de venda desenvolvem-se no sentido de prometer elementos atrativos, como segurança, exclusividade social e qualidades ambientais superiores às encontradas no restante da cidade. Sendo assim, destaca que a fórmula para o êxito das ações imobiliárias baseadas no urbanismo defensivo consiste em: demarcar o empreendimento com muros, agregar valor por meio da dotação de espaços comuns e fazer uso de uma boa campanha publicitária.

De acordo com Sposito (2003), os incorporadores imobiliários apresentam, continuamente, novos produtos aos quais associam novos valores, visto que o principal alvo dos produtores do espaço urbano passou a ser aqueles que já possuíam imóveis residenciais e "só se disporiam a uma nova aquisição se a ela se associassem qualidades objetivas e/ou subjetivas que justificassem a troca de um local de moradia por outro ou, em outras palavras, de um produto imobiliário por outro". Para a autora, os loteamentos fechados são mercadorias imobiliárias, que se apresentam com um invólucro de vários atributos modernos, sendo o poder de consumo desses espaços, o que designa a distinção social dos moradores desses enclaves.

Na análise de Sobarzo (2006, p. 204/205), as estratégias de reprodução de capital estão sempre criando novos produtos para vender novas formas, deixando obsoletas as antigas, apresentando o novo e o moderno como desejo e aspiração para o segmento que possui a capacidade financeira para consumi-los. Para o autor, os loteamentos fechados tendem a se consolidar, especialmente no plano simbólico, como a forma moderna de morar, própria dos grupos de maior poder aquisitivo.

> Dessa forma, a necessidade básica de dispor de um local para morar reveste-se de outras dimensões, especialmente no plano simbólico, que conferem aos loteamentos fechados uma característica especial e os colocam como **"a forma de morar"** quase única para os segmentos de maior poder aquisitivo. Novamente, devemos destacar como nas estratégias de comercialização são explorados elementos de uma modernidade superficial, que promete vida moderna, arte de viver com estilo, primeiro mundo, etc. Essas construções simbólicas alimentam o desejo e a aspiração da população para alcançar esse "primeiro mundo", fato que pode ser relacionado às altas vendas que cada novo loteamento fechado provoca ao ser lançado no mercado, como se existisse uma fila de ávidos e ansiosos compradores esperando pelo seu ticket para a modernidade prometida atrás dos muros. (SOBARZO, 2006, p. 207, grifo do autor)

Sendo assim, para o entendimento da proliferação dos empreendimentos residenciais fechados na atualidade, precisamos analisar, além das causas estruturais que influenciam o comportamento da sociedade, as produções simbólicas que são associadas a esses empreendimentos, visto que os

promotores imobiliários desenvolvem ações que tendem a manipular os desejos e aspirações das pessoas, vendendo os espaços residenciais fechados como a solução para se viver longe dos problemas urbanos. Os espaços fechados são idealizados como verdadeiros paraísos, onde é possível se isolar do restante da cidade e das pessoas indesejadas e, além disso, viver com estilo e modernidade, estabelecendo um processo de distinção social.

1.1.3. - Empreendimentos residenciais fechados: entendendo as decorrências socioespaciais a partir de sua produção e apropriação

De acordo com Sposito (2004, p. 135), novas formas de produção do espaço urbano contribuem para a instauração de novas práticas socioespaciais e propiciam a transformação do próprio sentido da cidade, no âmbito da historicidade e no da práxis, tomando como referência a propositura de Lefebvre. Dessa forma, a produção dos novos *habitats* fechados, sejam eles condomínios ou loteamentos, implica em mudanças na estruturação das cidades e nas formas pelas quais os espaços urbanos são apreendidos e apropriados pelos seus habitantes. Nessa parte do texto, destacaremos algumas alterações que vêm ocorrendo nas cidades, em geral, a partir da implantação dos empreendimentos residenciais fechados.

Para o reconhecimento da complexidade do processo de urbanização e da multiplicidade de formas urbanas que são engendradas por ele e lhes dão sustentação, Sposito (2004, p.124) ressalta que é preciso, guardadas as diferenças, realizar um esforço de apreensão do que é comum e essencial para se compreender o conjunto das cidades contemporâneas.

Apresentamos, a seguir, algumas considerações que, segundo a autora, podem ser generalizadas para a maior parte das grandes cidades brasileiras, visto que denotam uma lógica geral do processo de urbanização, mas que devem ser analisadas, considerando-se as especificidades desses processos, no caso do entendimento das dinâmicas que vêm ocorrendo nas cidades médias, pois essas dinâmicas se realizam diferentemente, segundo diversos níveis de determinação, como o tamanho e a natureza dos papéis desempenhados pelas cidades. (2004, p.135)

O processo de produção dos novos *habitats* fechados modifica a morfologia urbana, mas segundo Sposito (2006, p.181) há uma defasagem temporal entre a origem da ocorrência de novas dinâmicas que reorientam o contínuo processo de estruturação das cidades e a efetiva redefinição das morfologias urbanas. Para a autora,

> Duas ordens de fatores explicam esse descompasso temporal. Primeiramente, é preciso considerar que a redefinição da morfologia ocorre quando a intensidade do fenômeno e sua freqüência se tornam prevalentes nas lógicas que orientam o movimento das determinações socioespaciais urbanas, não necessariamente em número, mas em importância.
> (...) Em segundo lugar, há que se considerar que uma nova dinâmica que se instaura no processo de produção do espaço urbano não é, necessariamente, capaz de redefinir, sozinha, a morfologia urbana. Ao contrário, é a articulação entre diferentes dinâmicas que possibilita a reorientação das lógicas, segundo as quais a estrutura urbana vai se reorganizar. Desse ponto de vista, o reconhecimento de

> uma nova morfologia urbana é indicativo de que se vive um processo de ruptura no movimento de estruturação e que, portanto, há reestruturação dos espaços urbanos. (SPOSITO, 26, p. 182)

Considerando esses aspectos, Sposito (2004, p. 135/136) aponta que a produção dos empreendimentos residenciais fechados faz parte de uma dinâmica que reorienta a estruturação urbana, podendo-se reconhecer sua redefinição, ou seja, a instauração de uma reestruturação urbana, que se expressa, basicamente, por dois processos: "a) a complexificação da estrutura urbana, gerando o aparecimento de "periferias" no centro e "centralidades" na periferia; b) fragmentação socioespacial das cidades, já que a segregação se acentua e, conseqüentemente, a possibilidade de convivência entre as diferenças se atenua".

A autora (2004, p.131/133) destaca que os conteúdos sociais e econômicos da periferia urbana começam a se alterar, nas cidades médias, em meados da década de 1980, com as primeiras iniciativas de implantação de loteamentos fechados nessas cidades, que vão se instaurar, de forma mais plena, no decorrer dos anos de 1990, quando aumenta o número desses loteamentos. Essa agregação de novos conteúdos à periferia urbana acontece porque a localização escolhida para a implantação desses empreendimentos é, geralmente, periférica. Dessa forma, a periferia urbana que sempre esteve associada, nas cidades brasileiras, à pobreza e à precariedade de meios de consumo coletivo – infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos – passa a receber novos conteúdos a partir da produção de empreendimentos residenciais fechados, destinados aos segmentos de maior poder aquisitivo, nessas áreas.

Em muitos casos, além da implantação dos espaços residenciais fechados, as periferias urbanas vêm recebendo também, um conjunto de infra-estruturas e serviços produzidos para sustentar as práticas socioespaciais de consumo das pessoas de maior poder aquisitivo, como *shopping centers,* centros de eventos, supermercados, hotéis, universidades, entre outros. Esses equipamentos comerciais e de serviços, juntamente com os novos *habitats*, ao serem implantados em novas localizações dentro das cidades, acabam gerando alterações das relações de centralidade entre os espaços urbanos.

Silva (2006, p. 217) aponta que a produção dos empreendimentos residenciais fechados contribui para criar homogeneidades internas às áreas em que estão implantados. Os fluxos em direção a essas áreas se estabelecem a partir do poder aquisitivo das pessoas, fato que:

> (...) complexifica e dialetiza a estruturação do espaço urbano e redefine a centralidade, de maneira que as lógicas de localização são alteradas, havendo a tendência à policentralidade, ou seja, à constituição de áreas centrais que se diferenciam, se dispersam e/ou contribuem para a segregação. Tal tendência se amplia na medida em que as facilidades de transporte possibilitam que a seletividade de acesso às áreas se amplie para a escala da rede urbana, o que redefine também, a centralidade interurbana. (SILVA, 2006, p. 218)

Portanto, a incorporação de novos conteúdos às periferias, às áreas que anteriormente constituíam vazios urbanos ou que eram pouco valorizadas e até mesmo estigmatizadas, por meio da implantação de novos empreendimentos residenciais, comerciais e de serviços, faz com que as

centralidades se alterem, visto que os segmentos de maior poder aquisitivo, diante de suas possibilidades maiores de acessibilidade, possuem mais capacidade de selecionar os espaços em que vão consumir, trabalhar, morar e desfrutar seus momentos de lazer. Sposito (2004, p. 134) destaca que essas novas centralidades resultam de estratégias locacionais de proprietários fundiários e incorporadores imobiliários, que têm como objetivo, ao criá-las, "agregar valor ao solo e aos imóveis que foram produzidos em áreas cujo preço fundiário e imobiliário era, anteriormente muito menor".

Dessa maneira, de acordo com Sposito (2004, p. 135), surgem "periferias" no centro e "centralidades" nas periferias. Isso porque, muitas vezes, o centro tradicional tem seus papéis e sua centralidade diminuídos diante da constituição de novas áreas que oferecem os produtos e serviços que anteriormente só podiam ser encontrados nesse espaço. Essas novas áreas, ao atraírem determinados setores da sociedade, em especial os de alta renda, constituem novas centralidades, em lugares que antes constituíam espaços periféricos.

Além da alteração das relações de centralidade nas cidades e a agregação de novos conteúdos às áreas periféricas, a implantação dos empreendimentos residenciais fechados contribui no processo denominado por Dematteis (1998) como cidade difusa ou urbanização reticular. Esse processo é caracterizado pelo autor como sendo resultado da desconcentração funcional, sendo que a cidade difusa difere da simples difusão do tecido urbano porque está dotada de uma estrutura funcional urbana autônoma, que lhe é própria. Assim, a difusão reticular é caracterizada pela existência de tecidos mistos, residenciais e produtivos (industriais, atividades terciárias, agroindustriais, turísticos). Sendo assim, a produção de novos *habitats* fechados, assim como a implantação de novos equipamentos e serviços urbanos, em áreas cada vez mais descontínuas em relação ao tecido urbano constituído, gerando dispersão da vida urbana, colabora com o desenvolvimento do processo de urbanização difusa que constitui um dos conteúdos da urbanização contemporânea.

Outra alteração urbana propiciada pelo novo padrão de produção do espaço representado pelos empreendimentos residenciais fechados é o que Caldeira (2000, p. 255) denomina de paisagens da coexistência de pobreza e riqueza. "Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle". Assim, as distâncias físicas que separavam os diferentes segmentos sociais, características do padrão centro-periferia, vão se encolhendo, mas a distância social é mantida e reforçada pelos muros e pelos sistemas de vigilância mais ostensivos. Assim, ficam mais evidentes na paisagem urbana as marcas dos processos de segregação socioespacial.

Roitman (2003) destaca que um dos efeitos sociais mais negativos da produção dos espaços residenciais fechados é a segregação social que eles geram, ao se constituírem como enclaves exclusivos que se separam do restante da cidade, transformando barreiras sociais em barreiras físicas. A autora destaca que a segregação não é um fenômeno novo no processo de desenvolvimento das cidades. O que diferencia o processo de segregação atual, pautado na

produção dos empreendimentos residenciais fechados, é o fato de ele ser mais extremo, mais intenso, mais visível e mais explícito.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 95) "as segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais". Para o autor, a segregação é revestida de três aspectos: – espontâneo, proveniente das rendas e das ideologias; – voluntário, estabelecendo espaços separados; e – programado, sob o pretexto de arrumação e de plano.

Bitoun (2003) discute o caráter da segregação gerada a partir dos loteamentos fechados, considerando que o isolamento dos segmentos mais privilegiados nesses espaços não se trata de um processo segregativo, visto que a iniciativa da separação parte da escolha daqueles que se isolam. Assim, para o autor, os outros segmentos, menos privilegiados, é que são segregados a partir da produção e apropriação dos novos *habitats* e não os que escolhem morar nesse tipo de empreendimento.

Considerando que o processo de segregação socioespacial, conforme Lefebvre (2004, p. 124), consiste em separação, em rompimento de relações, na inserção de uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta e espedaçar o urbano, analisamos o processo que resulta da implantação e da apropriação dos espaços residenciais fechados como sendo um processo que relaciona segregados e segregadores. Isso porque consideramos que as pessoas que escolhem habitar em empreendimentos residenciais fechados estão isoladas e separadas, do restante da cidade e das pessoas, por meio de uma opção pela auto-segregação. Ao mesmo tempo, os espaços residenciais fechados são elementos segregadores, no conjunto da estrutura urbana, visto que impõem a separação e o distanciamento entre os segmentos sociais.

Dessa forma, a produção dos empreendimentos residenciais fechados e dos enclaves fortificados, em geral, ao possibilitar a circunscrição das práticas cotidianas a setores determinados da cidade, faz com que, além da segregação, surjam processos de fragmentação socioespacial. Para Roitman (2003), a fragmentação urbana consiste no processo de divisão das cidades em parcelas isoladas dos seus arredores, que possuem a capacidade de possibilitar a satisfação das necessidades cotidianas dentro de seus próprios limites.

Para Silva e Sposito (2007, p. 112) com o processo de redefinição das centralidades urbanas, há uma modificação na estrutura urbana que altera a convivência entre as pessoas que nela habitam ou freqüentam.

> Há uma separação considerável decorrente dos diferentes padrões de poder aquisitivo, o que se mostra decisivo nas escolhas das áreas a serem freqüentadas e evidencia a segmentação existente no espaço urbano. A mudança de lógica da produção do espaço urbano e os interesses que a engendram provocam um processo de fragmentação do espaço urbano, decorrente da emergência de áreas que podem ser diferenciadas claramente pelo padrão de rendimento. (SILVA e SPOSITO, 2007, p. 112)

De acordo com Janoschka e Glasze (2003, p. 16), o aumento da produção de estruturas denominadas como enclaves – centros comerciais e espaços residenciais fechados – traz um incremento para a fragmentação física da cidade, ou seja, contribuem para a desintegração espacial do tecido urbano consolidado. Esses empreendimentos também, segundo os autores, promovem a fragmentação social da cidade, que significa a retirada de certos segmentos dos espaços públicos e uma organização da vida que é orientada para "dentro", evitando o contato direto com pessoas que se distinguem de seus estilos de vida.

Segundo Salgueiro (1997, p. 189), a cidade fragmenta-se e perde sua unidade funcional. A fragmentação corresponde à existência de enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. Esse processo traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos urbanos, que substituem a continuidade anterior, sendo visível, particularmente, no domínio da estrutura social e no território.

Os loteamentos fechados e os *shopping centers* constituem, conforme Sobarzo (2004, p. 173 - 177), espaços de uso coletivo orientados a extratos sociais que procuram e valorizam as relações de sociabilidade entre iguais e, por isso, contribuem para a segmentação socioespacial e também para a segregação. A partir disso, o autor entende que a apropriação possível de ser realizada nesses espaços seja uma apropriação limitada, porque não é realizada no espaço público e, nesse sentido, não dá conta da diversidade da cidade, visto que limita o convívio entre as diferenças. A apropriação desses espaços pode ser considerada limitada também, pelo fato de que as práticas cotidianas nos loteamentos fechados e no uso de *shopping centers* são práticas regulamentadas e normatizadas, que limitam a apropriação como uma instância de superação e subversão da dominação.

Dessa forma, Sobarzo (2006, p. 203) destaca que esses novos produtos imobiliários alimentam, reforçam e respondem ao desejo de um segmento da população – o de maior poder aquisitivo – de se diferenciar, dispondo na cidade de seus **espaços próprios**. Para o autor,

> A dinâmica de produção dos enclaves fortificados pode ser lida, seguindo os termos cunhados por Lefebvre (1992), como a tendência de criar um **espaço global e homogêneo**, já que esses empreendimentos podem ser encontrados nas diversas cidades, embora sejam menos freqüentes em cidades pequenas. Também, a mesma dinâmica **fragmenta** os espaços, pois os enclaves têm poucas ou nulas relações com as suas adjacências, e **hierarquiza** os lugares, uma vez que essas iniciativas potenciam os espaços que dispõem dessas novas formas de moradia, consumo, lazer e produção (...). (SOBARZO, 2006, p. 203, grifos do autor)

Sendo assim, podemos considerar que a produção dos espaços residenciais fechados gera um processo de fragmentação socioespacial, expresso no âmbito da morfologia urbana e na segmentação da apropriação dos espaços. De acordo com Silva e Sposito (2007, p. 112), essa segmentação reduz as possibilidades de convívio entre as diferenças sociais, ou seja, é uma forma de ampliar a diferenciação interna nos espaços urbanos.

Outro aspecto que se modifica a partir da emergência dessas novas formas de se produzir e de se vivenciar os espaços urbanos, diz respeito às relações entre espaço público e espaço privado. Há uma tendência, principalmente dos segmentos de maior poder aquisitivo, de se privilegiar os espaços privados, em detrimento dos espaços públicos para a realização de suas atividades cotidianas.

No entanto, como demonstra Sobarzo (2004, p. 16), o que se verifica não é uma morte do espaço público e sim uma alteração de seu conteúdo. Nesse sentido, o autor (2004, p.189) mostra-nos que o espaço público continua sendo uma dimensão importante de convívio e sociabilidade, mesmo em se tratando de uma sociabilidade segmentada.

O ideal moderno de vida pública, segundo Caldeira (2000, p. 302-3), tem como elementos básicos: a primazia e a abertura de ruas, a circulação livre, o uso público e espontâneo de ruas e praças e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam. A autora destaca que, no centro dessa concepção ideal de vida pública, temos duas noções relacionadas: o espaço da cidade é um espaço aberto para ser usado e aproveitado por todos, e a sociedade de consumo que ela abriga é acessível a todos.

Dessa maneira, a percepção de espaço público que vem sendo contraposta atualmente pelas novas formas de *habitas* urbanos é a oriunda do ideal moderno, que define o espaço público como sendo aberto e acessível a todos, onde há o encontro e a convivência entre os diferentes.

Devemos ressaltar, no entanto, conforme Sobarzo (2004, p.22), que o espaço público não pode e nem deve ser idealizado como um local de convívio próximo e profundo entre a diversidade, visto que sua concepção moderna colocava-o como um possibilitador de encontros impessoais e civilizados, que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual.

Dessa maneira, a simples presença de segmentos diferentes num mesmo espaço não indica que esteja havendo trocas e formas de relacionamento profundas, visto que muitas vezes, as pessoas não apresentam disposição e interesse para prestar atenção ao que os outros têm para oferecer, não havendo assim, uma possibilidade de interlocução entre a alteridade.

Portanto, a idéia de espaço público como sendo um espaço sem fronteiras, acessível a todos, faz parte de uma construção idealizada do espaço público. Segundo Caldeira (2000, p. 303), as cidades modernas sempre foram marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, sendo que a apropriação de seus espaços é feita de maneira diferenciada por diversos grupos, de acordo com sua posição social e poder. Sendo assim, as alterações que vêm sendo realizadas em relação aos espaços públicos contemporâneos, não significam a superação de um modelo perfeito e acabado de espaço de convívio social, visto que o ideal moderno nunca foi completamente realizado. Nesse sentido, o que vem sendo superada é a noção ideal do espaço público.

Segundo Sobarzo (2006, p. 95), a realidade atual impõe-nos grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação dos novos produtos imobiliários representados pelos loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos,

entre outros, questionam a significação do espaço público. "Os novos espaços "públicos", realmente semipúblicos ou pseudopúblicos, são muitas vezes, caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais *"clean"* e, em último termo, negando-a".

O autor (2006, p. 98) destaca, assim, que o surgimento dos espaços próprios das elites está quase sempre associado ao questionamento da relação público-privado.

> Em primeiro lugar, porque os espaços da elite são fundamentalmente espaços privados ou de acesso restrito. Em segundo lugar, porque na produção desses espaços quase sempre está envolvido o poder público, seja por ação – aplicação de recursos, implementação de obras, criação de leis – ou por omissão – deixando as coisas acontecerem à margem da legalidade. (SOBARZO, 2006, p. 98)

Dessa maneira, concluímos que a produção e a apropriação dos empreendimentos residenciais fechados alteram as relações entre os espaços públicos e privados, pois revelam uma tendência a não se valorizarem mais os elementos ligados à vida pública, ou seja, ao encontro entre as diferenças. O que alguns segmentos da sociedade, principalmente os mais privilegiados, desejam atualmente, é a produção de espaços exclusivos, com acesso controlado, na tentativa de deixar de fora de seus muros os indesejáveis, no caso, os diferentes deles, promovendo um processo de esvaziamento dos espaços públicos. Esse desejo é contraditório, visto que as pessoas que escolhem viver dentro dos muros não conseguem realizar esse intuito completamente, pois continuam precisando dos serviços prestados pelos segmentos de menor poder aquisitivo – empregadas domésticas, jardineiros e os próprios porteiros e vigias – dentro dos empreendimentos fechados.

Constatamos que a produção e a apropriação dos empreendimentos residenciais fechados atuam num processo de reconfiguração dos espaços e das relações estabelecidas no âmbito da vida urbana. Assim, a morfologia e as formas de sociabilidade nas cidades são alteradas, evidenciando tendências em direção à urbanização difusa, à segmentação da apropriação dos espaços urbanos, à segregação socioespacial, à fragmentação socioespacial, à constituição de novas centralidades, à agregação de novos conteúdos às periferias, e à redefinição das relações entre espaços públicos e espaços privados. Dessa forma, as dinâmicas urbanas precisam ser analisadas segundo novos referenciais, que contemplem os novos conteúdos associados à urbanização contemporânea.

CAPÍTULO II

LOTEAMENTOS FECHADOS RIBEIRINHOS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES

O descanso do guerreiro

Carlos Lyra

Um caminho de coqueiro
Que num ranchinho
Do interior
Um pomar e um canteiro
Donde vem um cheiro
Bom de fruta e de flor
E sendo passarinheiro
Ouvir sem cativeiro
O pássaro cantor
E almoçar feijão tropeiro
Feito por mineiro
Que é de bom sabor
É o descanso do guerreiro
Que merece ter todo trabalhador

À sombra do abacateiro
A prosa com o caseiro
Que é conversador
A cigarra no terreiro
O galo no poleiro
A noite já chegou
E quando a luz do candeeiro
Com meu filho herdeiro
Dorme o meu amor
Meu violão seresteiro
Pelo mundo inteiro
Roga do Senhor
O descanso do guerreiro
Que merece ter todo trabalhador

Como já destacamos, o objetivo central do presente trabalho é analisar os processos objetivos e simbólicos que permeiam a produção e a apropriação de empreendimentos residenciais fechados, a partir da análise de uma modalidade específica, que denominamos **loteamentos fechados ribeirinhos**.

A partir das entrevistas realizadas tanto com proprietários de casas nesses empreendimentos, quanto com aqueles que ficam fora de seus muros[3], coletamos depoimentos como os apresentados a seguir:

> *"O meu rancho aqui no condomínio é meu paraíso. É o único lugar onde eu posso vir e ter sossego. Aqui é uma delícia, tem o rio, as quadras, o barulho dos passarinhos quando a gente acorda. Além disso, é um lugar super seguro, a gente pode dormir com a porta aberta. A preocupação que a gente tem na cidade, não precisamos ter aqui".* (52 anos, comerciante, proprietário de lote no loteamento Belvedere, em Penápolis)
>
> *"Olha só a paisagem desse lugar! Quer coisa melhor! É muito bom passar os fins de semana aqui, pescar, nadar, jogar bola, beber uma cerveja. É um lugar de descontração, festa, mesmo. Não é exagero se eu falar que minha vida mudou depois que eu comprei esse rancho aqui".* (38 anos, escrevente judiciário, proprietário de lote no loteamento Portal da Praia, Buritama)
>
> *"Eu considero que atualmente, é muito necessário ter um lugar como esse para a gente descansar, passar nossos momentos de lazer. Aqui a gente tem um contato mais direto com a Natureza, coisa que foi ficando meio esquecida, a gente pode compartilhar nosso dia com nossos filhos, nossos amigos. (...) Um diferencial que nós encontramos aqui foi a segurança, porque do jeito que as coisas estão hoje, a segurança é fundamental. Aqui nós encontramos tudo isso".* (48 anos, empresária, proprietária de lote no loteamento Orla Um, Buritama)
>
> *"Ah! Deve ser muito bom ter uma casa lá, né? Quem que não vai querer ter um rancho para descansar? Num condomínio então! (...) Eu considero que lá, as melhores coisas devem ser a Natureza, porque ali você pode aproveitar o rio, os peixes, a paisagem; também a segurança, porque lá não pode entrar qualquer pessoa e tudo, né? É só olhar para aquelas casas bonitas lá dentro, jet ski e tudo!"* (56 anos, comerciante, residente na cidade de Buritama)
>
> "*É uma forma de vida diferente, para quem tem dinheiro. Não é para pobre não. Mas deve ser bom, para quem pode pagar. (...) Deve ser bom passar os fins de semana lá, nadar no rio, andar de barco, fazer churrasco, caminhar de tardinha. Deve ser bom também, ter só vizinho rico, olha que beleza! Parece que você se sente até melhor, é chic!"* (51 anos, frentista, residente na cidade de Penápolis)
>
> *"Sem dúvida são lugares bons, agradáveis, que oferecem um contato com a Natureza, tranqüilidade, vigilância, controle. Então é para quem gosta de sossego mesmo. Ir para lá e fazer um jardim, tratar dos passarinhos, sei, lá! Desestressar mesmo. Pode ser considerado como o cantinho do sossego".* (41 anos, contador, residente na cidade de Buritama)

A partir desses depoimentos e dos expressados pelos demais entrevistados, juntamente com as observações que realizamos em campo, identificamos algumas características que consideramos como centrais para o entendimento dos conteúdos dos loteamentos fechados ribeirinhos. Primeiramente, são espaços destinados à segunda residência, ao lazer e ao descanso, estando

[3] Ver apêndice metodológico em anexo.

voltados à tranqüilidade e à descontração, possibilitando um contato mais direto com a Natureza, ao passo que se localizam nas margens de rios e estão próximos de algumas áreas de preservação ambiental, que apresentam matas nativas ou reflorestadas. São espaços associados ao compartilhamento do tempo com a família e com os amigos. Outra característica destacada pelos entrevistados é a segurança que esses espaços oferecem, visto que são empreendimentos fechados por muros e cercas, que possuem acesso controlado e vigilância "24 horas". São espaços cujo público alvo são os segmentos de médio a alto poder aquisitivo, que buscam exclusividade e homogeneidade social também em seus espaços de lazer. Outro fator observado é a grande idealização que se faz desses empreendimentos, tidos como *"paraísos", "refúgios", "cantinhos de sossego", "tudo de bom", "chic!"*. É interessante ressaltar que essa idealização é feita tanto por parte dos proprietários de casas nesses empreendimentos, quanto pelas pessoas de diferentes segmentos sociais entrevistadas, que residem nos municípios em que esses espaços estão implantados e que não possuem casa nesses empreendimentos, sendo, portanto, os que estão fora dos muros.

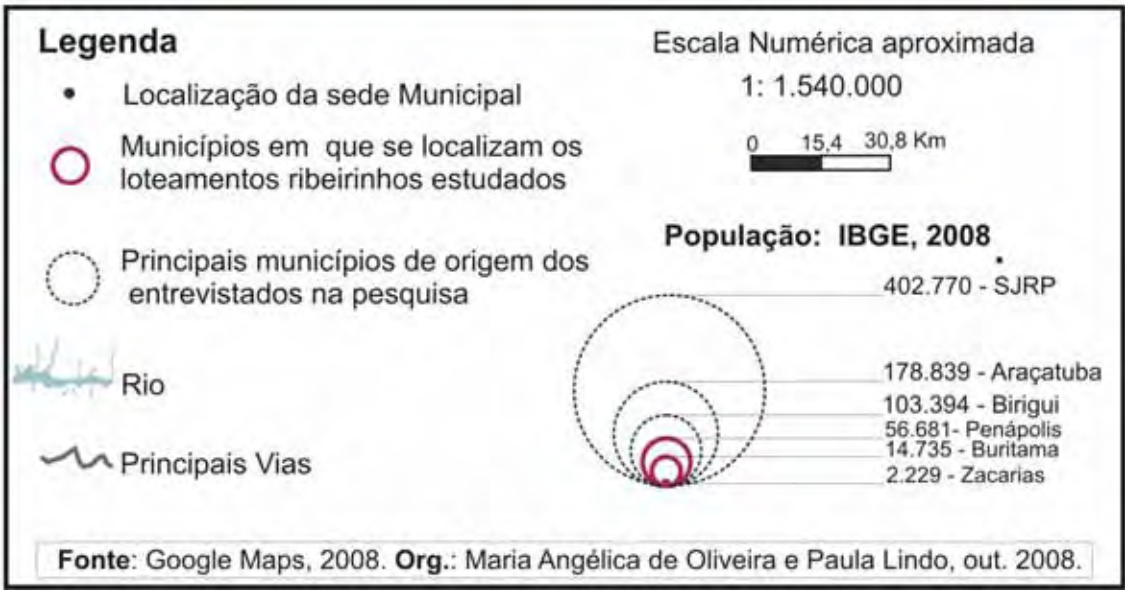
Dessa forma, os loteamentos fechados ribeirinhos possuem elementos que nos permitem identificá-los com os novos produtos imobiliários denominados por Caldeira (2000, p. 258) por enclaves fortificados. Uma análise mais pormenorizada, no entanto, revela que as lógicas que perpassam a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos apresentam singularidades, se considerarmos a destinação desses espaços e a área em que se localizam os empreendimentos analisados. Para iniciarmos a análise desses empreendimentos, realizamos a seguir uma caracterização dos loteamentos fechados ribeirinhos em estudo.

2.1. – Caracterização dos loteamentos fechados ribeirinhos

Para o estudo dos fenômenos relacionados à implantação e à apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, delimitamos um recorte territorial que abrange três municípios onde se verifica a ocorrência da produção desses espaços fechados. São os municípios de Penápolis, Buritama e Zacarias. Esses municípios possuem respectivamente, 56.681 habitantes, 14.735 habitantes e 2.229 habitantes (Contagem da população 2008, IBGE). Apesar dos empreendimentos estudados estarem localizados nesses três municípios de pequeno porte, os processos decorrentes da produção e da apropriação desses espaços devem ser analisados a partir de um ponto de vista mais amplo, visto que tanto a produção quanto a apropriação desses loteamentos fechados ribeirinhos estão intimamente ligadas às dinâmicas das cidades médias (São José do Rio Peto e Araçatuba) e de porte médio (Birigui) da região, pelo fato de que a maior parte das empresas incorporadoras responsáveis pela implantação desses empreendimentos e dos consumidores desses espaços são provenientes destas cidades. Dessa forma, o estudo dos loteamentos fechados ribeirinhos possibilita uma análise integrada de processos que vêm ocorrendo a partir de cidades médias e de porte médio e que vêm se estabelecendo também, em cidades pequenas, possibilitando estudos de

cidades de diferentes tamanhos populacionais, articuladas entre si, como podemos observar no mapa 2.

Mapa 2 – Localização dos municípios estudados em relação às principais vias de acesso e ao rio Tietê



Assim, ao ter escolhido os empreendimentos ribeirinhos localizados naqueles municípios, considerando conjuntamente suas interações com cidades médias, pretendemos verificar se as lógicas que norteiam os processos socioespaciais nos grandes centros apresentam-se também, nessas outras dimensões urbanas, constatando quais são as especificidades desse processo. É importante destacar que a presença de loteamentos fechados ribeirinhos pode ser detectada em outras cidades da região, como Araçatuba, Birigui, Brejo Alegre, São José do Rio Preto, entre outras, mostrando que a produção desses espaços é uma tendência que não se restringe aos casos estudados.

Antes de prosseguirmos com a análise, precisamos fazer um esclarecimento sobre os termos utilizados para designar os empreendimentos estudados. Nos levantamentos iniciais, em entrevistas com os engenheiros responsáveis pelo setor de obras dos municípios em que se localizam esses novos *habitats*, tivemos a informação de que se tratavam todos de condomínios fechados. As entrevistas com os proprietários de lotes nesses empreendimentos ratificaram essa informação, pois eles se consideram donos das áreas comuns e do que é chamado de fração ideal do todo. Nos materiais publicitários também é passada essa idéia. Portanto, passamos a denominar esses empreendimentos, em outras fases da pesquisa, como condomínios fechados ribeirinhos. No entanto, posteriormente, ao verificar a forma como esses espaços haviam sido registrados no cartório de imóveis, constatamos que a maior parte deles se tratava, na verdade, de loteamentos fechados.

Para ilustrar essa confusão na utilização dos termos loteamentos e condomínios fechados, apresentamos as figuras 1 e 2, retiradas do site do empreendimento Marina Bonita, localizado em Zacarias. Na mesma página da internet, encontramos, em lugares diferentes, a denominação loteamento e condomínio para identificar o empreendimento. Esse fato decorre da utilização desses dois termos como se fossem sinônimos.

Figuras 1 e 2: Utilização dos termos loteamento e condomínio para designar o mesmo empreendimento localizado no município de Zacarias

Fig. 1

Fig. 2

Fonte: www.marinabonita.com.br

Essa utilização equivocada dos termos é reflexo, também, da falta de leis específicas, nesses municípios, que regulamentem a implantação tanto de condomínios como de loteamentos fechados. Podemos perceber que há uma aquiescência dos poderes públicos municipais em questão, com as irregularidades verificadas na implantação desses empreendimentos, por ignorância ou por comprometimento com os interesses dos incorporadores imobiliários.

Isso ocorre porque, ao serem aprovados como loteamentos, os incorporadores teriam obrigação de destinar áreas internas ao empreendimento para o uso público, visto que as novas vias que foram abertas, assim como as praças e outros equipamentos de uso comum, são consideradas, de acordo com a lei federal 6.766 de 19/12/1979, como áreas públicas, portanto, passíveis de serem utilizadas por toda a população. Um dispositivo que tem sido utilizado para que os proprietários de lotes nesse tipo de empreendimento fechado tenham direito de uso exclusivo dessas áreas, é a concessão de uso especial, que deve ser regulamentada em âmbito municipal[4].

O que verificamos, no município de Buritama, é que o fechamento dos loteamentos ocorreu sem que os incorporadores desses espaços tenham solicitado essa concessão de uso especial. Assim, o poder público municipal, aproveitando-se do desconhecimento das pessoas, passa por cima dos direitos da população, ao permitir uma apropriação irregular das áreas comuns e das vias, presentes nesses empreendimentos, privilegiando certos segmentos da sociedade.

No município de Zacarias não existe, ainda, nenhuma lei municipal que institua a concessão de uso especial, portanto, no loteamento implantado nesse município, a apropriação exclusiva por parte dos proprietários, também é irregular. Os responsáveis informaram, em entrevista, que esse dispositivo já está sendo providenciado e que será realizada uma adequação da situação do empreendimento. No município de Penápolis, ao contrário, os proprietários de lotes no loteamento fechado possuem concessão de uso especial.

Dessa maneira, observamos que o interesse do poder público, dos incorporadores e até dos próprios proprietários de lotes, de passar a idéia de que esses empreendimentos fechados são condomínios e não loteamentos, relaciona-se à tentativa de corroborar e reforçar a opinião de que as áreas internas a esses empreendimentos são de propriedade exclusiva daqueles que compraram lotes nesses espaços, caso que acontece nos condomínios.

Sendo assim, percebemos que existe, nos casos estudados, uma confusão no que diz respeito à definição e à diferenciação entre condomínios e loteamentos fechados. As leis municipais não são eficientes no objetivo de regulamentar esses dois tipos de empreendimentos, fato que faz com que os interesses privados prevaleçam sobre os públicos, de maneira mais fácil.

[4] Os loteamentos fechados ribeirinhos em questão são empreendimentos localizados fora do perímetro urbano instituído pelos municípios. Mesmo assim, consideramos que a lei 6766/79, que trata do parcelamento do solo urbano, pode ser aplicada ao caso dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados porque, mesmo que o perímetro urbano não tenha sido estendido para incorporar as áreas em que estão implantados esses empreendimentos, existem, nesses casos específicos, leis municipais que as definem como Zonas de Urbanização de Interesse Turístico.

Diante disso, passamos a utilizar o termo loteamento fechado ribeirinho para denominar os empreendimentos estudados, visto que, mesmo os que são, de fato, condomínios, tiveram que passar, primeiramente, por um processo de loteamento.

Voltando à análise da implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que no município de Buritama, a produção deles é verificada com mais intensidade, visto que são lá encontrados, como podemos observar no quadro 1, nove loteamentos aprovados e implantados, sendo que mais dois estão em fase de aprovação, sendo eles os empreendimentos Paraíso das Águas e Residencial Praia Bella. No município de Penápolis, temos um loteamento implantado e mais um em processo de regulamentação, o empreendimento Recreio Recanto do Bonito. No município de Zacarias, temos um loteamento implantado.

Quadro 1 – Loteamentos fechados ribeirinhos Estudados – 2008

Nome do Empreendimento	Ano de implantação	Número de lotes	Área média dos lotes (m^2)	Número de lotes com edificações (%)	Área média das edificações (m2)	Incorporadora responsável pelo empreendimento	Cidade de origem da incorporadora ou do responsável pela incorporação
Orla Um (Buritama)	1996	71	1.200	100	300	ORLA Um Empreendimentos	Birigui
Riviera Santa Bárbara I (Buritama)	1998	464	450	40	200	Proprietário –	Monte Aprazível
Lago Azul (Buritama)	2000	305	450	40	450	Empreendimentos Imobiliários Três Irmãos LTDA.	São José do Rio Preto
Portal da Praia (Buritama)	2002	548	720	75	250	Fermiano de Almeida Empreendimentos Imobiliários	Buritama
Riviera Santa Bárbara II (Buritama)	2002	32	500	0,4	----	Proprietário	Monte Aprazível
Vale do Sol I (Buritama)	2002	102	400	40	150	Proprietário	Buritama
Vale do Sol II (Buritama)	2004	87	400	40	150	Proprietário	Buritama
Marbella (Buritama)	2004	223	360	0,3	----	Orla Um Empreendimentos Imobiliários	Birigui
Jardim Itaparica (Buritama)	2004	692	600	25	200	L.E. Empreendimentos Imobiliários –	Birigui
Marina Bonita (Zacarias)	1995	170	1.000	18	400	Marina Bonita Empreendimentos Imobiliários	São José do Rio Preto

Recanto Belvedere (Penápolis)	2000	284	1.000	45	300	Polizel Comércio de Glebas Rurais LTDA	Penápolis

Organização: OLIVEIRA, M. A.

Fonte: Prefeituras Municipais de Buritama, Zacarias e Penápolis.

Podemos observar, a partir da análise do quadro 1, que no conjunto dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, o primeiro empreendimento implantado foi o Marina Bonita, em 1995, no município de Zacarias, nas margens do Ribeirão Santa Bárbara, afluente do rio Tietê. A incorporação foi realizada por uma empresa de São José do Rio Preto, tendo sido demarcados 170 lotes, com área média de 1.000 m². Esse loteamento, o mais antigo, possui uma taxa de edificação baixa, quando a comparamos com as taxas encontradas em outros empreendimentos mais recentes, fator ligado às exigências praticadas, em termos de normas para edificação. Apesar de ter um número considerável de lotes vendidos, grande parte deles ainda não foi edificada, porque as casas devem ter um padrão arquitetônico mínimo, o que demanda altos investimentos.

O primeiro loteamento fechado ribeirinho implantado no município de Buritama foi o Orla Um, nas margens do rio Tietê, em 1996, pela incorporadora Orla Um Empreendimentos Imobiliários, cuja sede se localiza em Birigui. Esse empreendimento implantou 71 lotes, com área aproximada de 1.200 m² cada. Esse loteamento é o único, entre os estudados, em que todos os lotes estão edificados.

Em 1998, iniciou-se a implantação do loteamento Riviera Santa Bárbara I, nas margens do Ribeirão Santa Bárbara, com a demarcação de 464 lotes, com área média de 450 m² cada um. A implantação desse loteamento foi realizada pelo proprietário da gleba que reside em Monte Aprazível.

No município de Penápolis, o loteamento fechado ribeirinho Recanto Belvedere começou a ser implantado em 2000, nas margens do rio Bonito, afluente do Rio Tietê. A incorporação foi realizada por uma empresa originária do próprio município. Foram demarcados 248 lotes, com área média de 1.000 m² cada um.

As informações contidas no quadro 1, levam à constatação de que, a partir do ano 2000, a produção desse tipo de empreendimento imobiliário tornou-se mais evidente. É nesse ano que se verifica a implantação do condomínio Lago Azul no município de Buritama, nas margens do rio Tietê, pela empresa Três Irmãos Empreendimentos Imobiliários Ltda., de São José do Rio Preto. Foram demarcados, nesse loteamento, 305 lotes, com área aproximada de 450 m² cada um.

Em 2002, foram implantados três loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama. O loteamento Portal da Praia, nas margens do rio Tietê, foi realizado pela incorporadora Fermiano Empreendimentos Imobiliários, empresa formada por empreendedores do próprio município de Buritama. Essa incorporadora está realizando a implantação de outro loteamento fechado ribeirinho ao lado do Portal da Praia, que se chamará Paraíso das Águas. No loteamento Portal da Praia, foram demarcados 548 lotes, com área média de 720 m².

O outro empreendimento implantado em Buritama, em 2002, nas margens do Ribeirão Santa Bárbara, foi o Riviera Santa Bárbara II, segunda fase da incorporação iniciada com a implantação do loteamento Riviera Santa Bárbara I, em 1998. Essa segunda etapa também foi empreendida pelo proprietário da gleba, proveniente de Monte Aprazível. Foram demarcados, nesse loteamento, 32 lotes, com 500 m² de área média.

Também houve, em 2002, a implantação do loteamento Vale do Sol I, nas margens do rio Tietê, constituído por 102 lotes, com área aproximada de 400 m² cada um. Em 2004, houve a implantação do loteamento fechado ribeirinho Vale do Sol II, também nas margens do rio Tietê, disponibilizando 87 lotes, com 400 m² em média. Esses dois loteamentos foram realizados pelo próprio proprietário da gleba, residente em Buritama.

Ainda em 2004, foi implantado em Buritama o loteamento fechado ribeirinho Marbella, onde foram disponibilizados 223 lotes, com área média de 360 m². Esse loteamento foi realizado pela incorporadora Orla Um Empreendimentos Imobiliários, mesma empreendedora do loteamento fechado ribeirinho Orla Um. Uma especificidade desse loteamento é que ele não tem acesso direto às águas do rio Tietê, os proprietários de lotes desse empreendimento terão que desfrutar da mesma praia do loteamento Orla Um. No que diz respeito à incorporadora, apuramos que um dos sócios dessa empresa, cuja sede encontra-se em Birigui, atua em parceria com outros empreendedores, realizando loteamentos fechados em outras cidades como Birigui e Araçatuba.

Outro loteamento fechado ribeirinho implantado, em 2004, em Buritama, foi o Jardim Itaparica, nas margens do ribeirão Santa Bárbara, composto por 692 lotes, com área aproximada de 600 m² cada. A implantação foi realizada pela empresa L.E. Empreendimentos Imobiliários, cuja sede se encontra em Birigui. Essa incorporadora está realizando, também, outro loteamento fechado ribeirinho em Buritama, nas margens do rio Tietê, que se chamará Residencial Praia Bella. Essa empresa participa, além disso, da produção de outros loteamentos fechados em outras cidades como Birigui, Valparaíso e General Salgado.

Observando, assim, o conjunto de loteamentos fechados ribeirinhos estudados, podemos constatar que a lógica de produção desses empreendimentos está muito mais ligada a determinações externas do que inerentes aos próprios municípios em que se localizam. Isso porque a maior parte das iniciativas de implantação desses espaços fechados foi engendrada por empresas de outros municípios. Apenas os loteamentos Portal da Praia, Vale do Sol I e Vale do Sol II, em Buritama e o Loteamento recanto Belvedere, em Penápolis, decorrem de iniciativas locais. Os outros sete loteamentos fechados ribeirinhos estudados resultam de ações externas aos municípios em que foram implantados.

Associada a esse fato, temos a demanda por esses empreendimentos. Considerando que os loteamentos fechados ribeirinhos têm como principal finalidade servir de segunda residência, ou seja, não constituem a residência principal de seus proprietários, que só utilizam suas casas nos loteamentos, nos finais de semana, férias ou períodos determinados, podemos verificar uma

dissociação dos locais de moradia dessas pessoas com os municípios em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos.

Verificamos, a partir de entrevistas realizadas com pessoas ligadas à gestão interna desses empreendimentos (síndicos, presidentes de associações de proprietários) e com os proprietários de lotes, e de visitas a campo realizadas, que em todos os loteamentos fechados ribeirinhos existe um número maior de proprietários provenientes de outros municípios da região, do que dos próprios municípios onde se encontram esses empreendimentos. No loteamento Marina Bonita, não temos nenhum proprietário que seja morador de Zacarias, município em que se localiza o loteamento. A maior parte das pessoas que possuem lotes e casas nesse empreendimento é oriunda do município de São José do Rio Preto.

O mesmo fato pode ser verificado no loteamento Lago Azul I, onde nenhum dos lotes vendidos é de propriedade de alguém que resida em Buritama. Nesse empreendimento, a maior parte dos proprietários é de São José do Rio Preto, Birigui e Araçatuba. O loteamento Orla Um é outro empreendimento que não apresenta nenhum proprietário residente no município de Buritama. Nesse loteamento fechado ribeirinho, a maior parte dos proprietários de lotes é de Birigui, Araçatuba e São José do Rio Preto.

Nos outros loteamentos fechados ribeirinhos do município, a tendência da maior parte dos proprietários serem provenientes de outros municípios, também é verificada. De forma geral, grande parte dos proprietários de lotes nesses empreendimentos vem de municípios como Birigui, Araçatuba e São José do Rio Preto, mas encontramos, além desses e em menor número, pessoas provenientes de outros municípios como Lins, Monte Aprazível, Mirassol e, até mesmo, proprietários que residem em Campinas e São Paulo. No entanto, nesses outros empreendimentos localizados em Buritama, a presença de proprietários de lotes que residem no próprio município, também pode ser verificada.

No loteamento Recanto Belvedere, localizado em Penápolis, temos uma situação um pouco diferente. Nesse empreendimento, o número de proprietários que residem no próprio município em que o loteamento está implantado é, significativamente, maior que nos outros loteamentos estudados. Mesmo assim, o número de proprietários de outros municípios é expressivo, principalmente, moradores de Birigui, Lins e Araçatuba. No Recanto Belvedere, o número de pessoas que optou por morar no próprio loteamento também é maior que em todos os outros empreendimentos estudados, onde os casos de pessoas que utilizam o loteamento fechado ribeirinho como primeira residência são mais pontuais.

Dessa maneira, podemos concluir que a demanda por esse novo tipo de *habitat* é gerada, principalmente, externamente aos municípios em que estão implantados esses empreendimentos. Essa questão é refletida nas estratégias de venda realizadas pelos incorporadores desses loteamentos fechados ribeirinhos.

A divulgação dos empreendimentos ribeirinhos é feita, com mais ênfase, nas cidades da região do que nos próprios municípios escolhidos para a implantação dos loteamentos. No material de propaganda dos loteamentos fechados ribeirinhos, temos sempre um mapa com a localização do empreendimento, a distância entre eles e algumas cidades e as principais vias de acesso aos empreendimentos. Assim, os materiais publicitários demonstram a externalidade da demanda por esses loteamentos, cuja produção está voltada para atender mercados consumidores de outros municípios da região.

Como podemos ver nas figuras 3, 4, 5 e 6, retiradas de folders e de site de divulgação dos loteamentos fechados ribeirinhos, os empreendedores sempre localizam os empreendimentos em relação a outras cidades, colocando as principais vias de acesso para chegar até eles.

Figuras: 3, 4, 5 e 6 – Recortes dos mapas utilizados em propagandas: destaque para a externalidade, aos municípios em que se localizam, da demanda pelos loteamentos fechados ribeirinhos

Fig. 3

Fonte: Folder Marbella

Fig. 4

Fonte: Folder Jd. Itaparica

Fig. 5

Fonte: www.marinabonita.com.br

Fig. 6

Fonte: www.marinabonita.com.br

No site de divulgação do loteamento fechado ribeirinho Marina Bonita, em Zacarias, encontramos dois esquemas que mostram a localização do empreendimento. No primeiro, figura 5, são utilizados vários outros municípios como referência, bem como há o detalhamento das informações relativas à forma de se chegar ao empreendimento, a partir de São José do Rio Preto, com a indicação até das ruas em que as pessoas terão que virar, mostra que o objetivo desse empreendimento é atrair consumidores, principalmente, desse município.

No segundo esquema, figura 6, podemos observar que o loteamento foi localizado ao centro e três cidades foram destacadas em seu entorno: Araçatuba, Zacarias e São José do Rio Preto. O interessante, é que tanto de Araçatuba, quanto de São José do Rio Preto, partem linhas tracejadas que indicam a ligação dessas cidades com o empreendimento. A cidade de Zacarias não apresenta essa linha ligando-a ao loteamento. Esse fato nos mostra que o objetivo dos empreendedores não é o consumo do loteamento por parte dos habitantes de Zacarias, e sim de outras cidades. Assim, Zacarias serve apenas, para localizar o empreendimento.

É interessante destacar que, na figura 5, as distâncias das cidades de São José do Rio Preto e de Araçatuba em relação ao loteamento fechado ribeirinho são dadas em tempo, mostrando, como destaca Sposito (2003), a intrínseca relação que se estabelece, com base nos ideais modernos, entre o espaço e o tempo. Uma das características, de acordo com Harvey (1993), do período que denomina de pós-modernidade[5], é a de que as novas velocidades advindas do desenvolvimento dos transportes e dos sistemas de comunicação propiciam a supressão dos entraves espaciais, gerando um processo de compressão tempo-espaço. Assim, o tempo ganha nova importância na definição das atividades cotidianas.

Dessa forma, considerando que o público alvo dos loteamentos fechados ribeirinhos são, essencialmente, pessoas que moram em outros municípios e que dependem, assim, de suas

[5] Para um aprofundamento no debate sobre a conceituação da modernidade e da pós-modernidade, ver Giddens (1991), Harvey (1993), Soja (1993), e Bauman (2001)

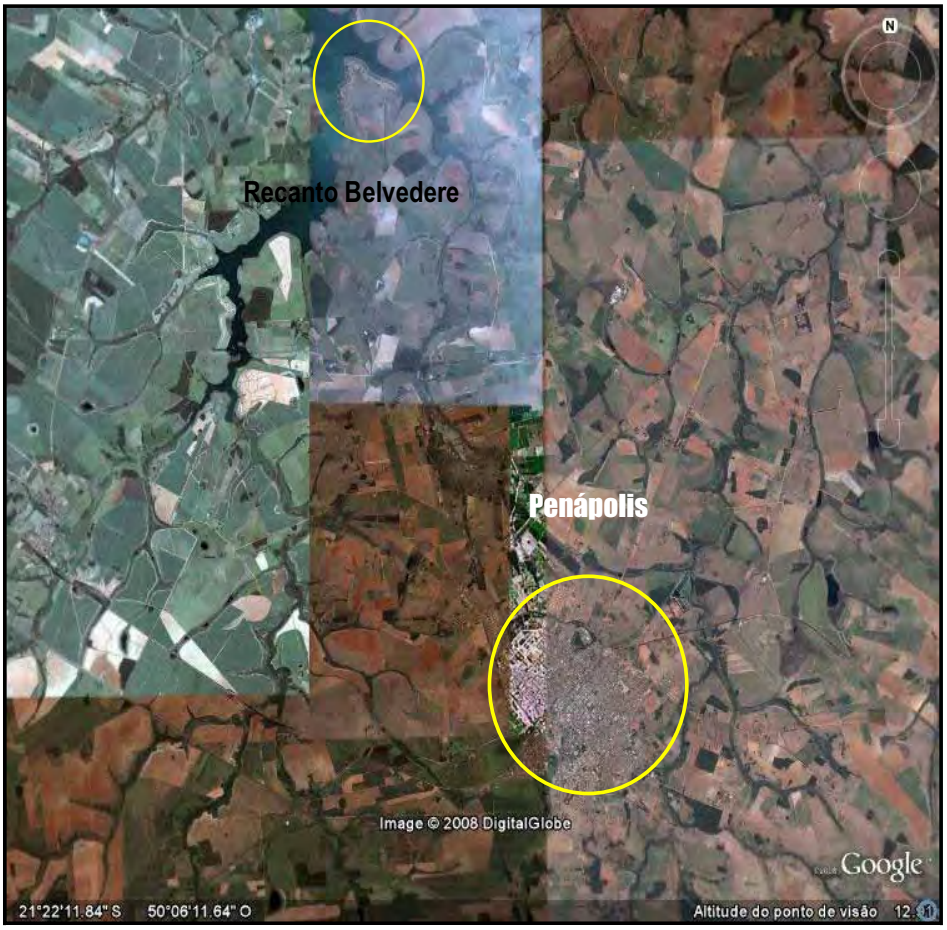
possibilidades de deslocamento, ressaltamos que o desenvolvimento dos meios de transportes e o aumento potencial da mobilidade, que privilegiou, principalmente, os segmentos de maior poder aquisitivo, são fatores importantes para o entendimento da produção dos loteamentos fechados ribeirinhos, visto que, além da externalidade da demanda, temos o fato desses espaços estarem localizados a certa distância dos tecidos urbanos consolidados, como podemos ver nas figuras 7, 8 e 9. Portanto, se as condições de transporte e de acesso fossem precárias, a viabilização de tais empreendimentos ficaria prejudicada.

Figura 7: Localização dos loteamentos fechados ribeirinhos em relação à malha urbana consolidada de Buritama, SP[6]

Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

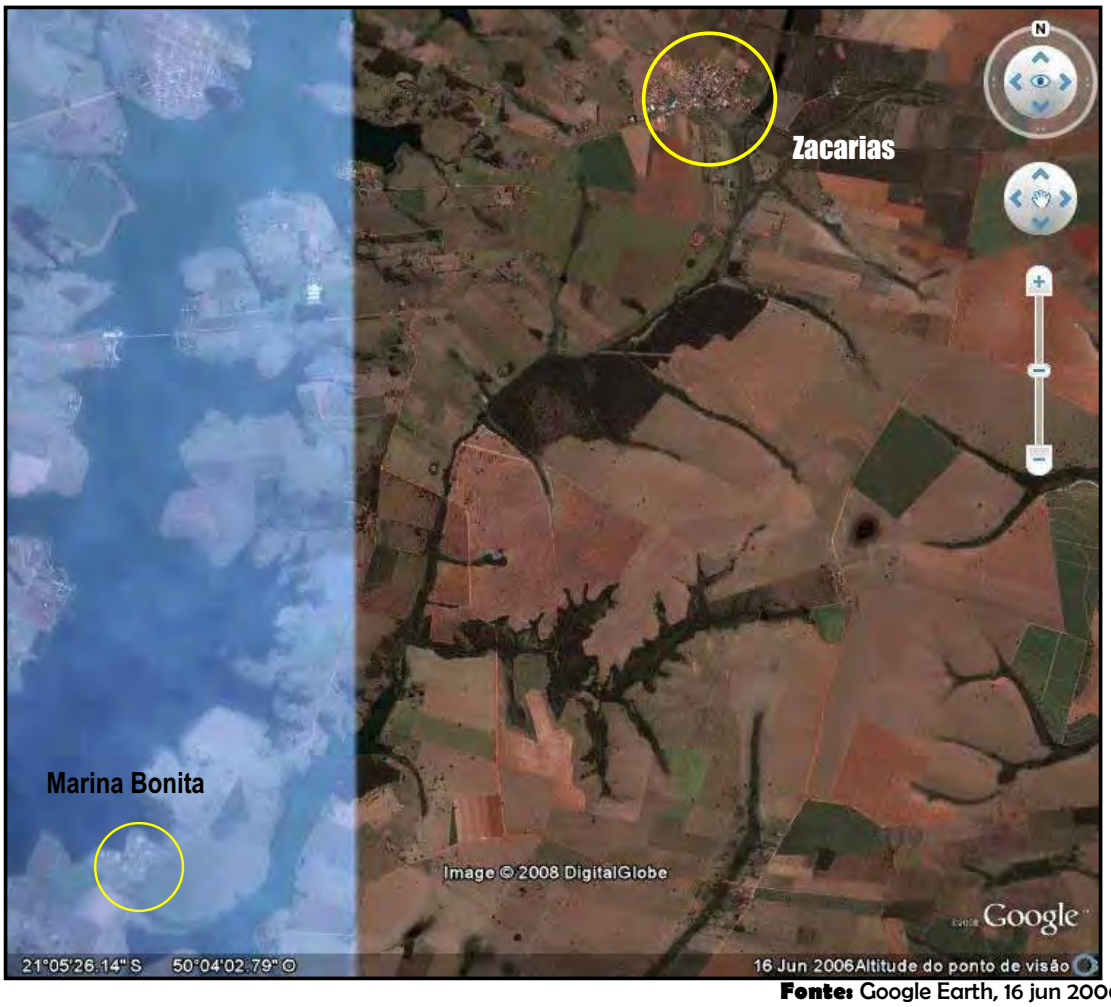
[6] As imagens de satélite utilizadas no trabalho foram retiradas do Google Earth, num momento em que a ferramenta estava passando por uma atualização da data da captação das imagens. Assim, a qualidade das imagens ficou prejudicada, visto que em alguns casos, as faixas espectrais utilizadas para a formação da imagem são de datas diferentes.

Figura 8: Localização do loteamento fechado ribeirinho Recanto Belvedere em relação à malha urbana consolidada de Penápolis, SP



Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

Figura 9 - Localização do loteamento fechado ribeirinho Marina Bonita em relação à malha urbana consolidada de Zacarias, SP.



Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

Outro aspecto que pode ser destacado, a partir da consideração da necessidade de acessibilidade para a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, é a segmentação socioeconômica. Pode-se fazer essa afirmação pois, nesses casos, a segmentação fica evidente, uma vez que o público alvo, para esses empreendimentos, deve possuir certo nível socioeconômico, visto que para que se efetive a apropriação desses espaços, as pessoas precisam possuir níveis de mobilidade espacial que os segmentos de menor renda não possuem. Dessa maneira, os padrões de mobilidade diferenciados, segundo os diferentes segmentos socioeconômicos, entram na composição dos conjuntos de possibilidades de apropriação dos espaços urbanos.

O público alvo dos loteamentos fechados ribeirinhos tem que ser analisada, também, considerando-se o local de implantação desses empreendimentos. Os loteamentos fechados ribeirinhos estudados estão localizados em três cidades consideradas pequenas. Como esses espaços fechados são destinados para segunda residência, as pessoas necessitam de certo nível econômico para poderem consumir esses loteamentos. Por serem cidades pequenas, o número de pessoas

pertencentes aos segmentos a que são destinados esses empreendimentos, encontrados nesses municípios, não é suficiente para justificar a implantação deles.

Em outras palavras, pode-se afirmar que não existe uma quantidade de pessoas pertencentes aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, nesses municípios, capaz de consumir totalmente, a oferta de lotes disponibilizados nesses empreendimentos. Constatamos então, que desde o início dos projetos de implantação desses loteamentos fechados ribeirinhos, eles foram pensados para atenderem a uma demanda externa. Essa questão pode ser explicada pelo fato de que, como os dados levantados mostram, a maior parte dos loteamentos ribeirinhos foi idealizada por empreendedores de outras cidades.

Essa relação entre os municípios onde estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos e as cidades de onde partem a maior parte dos incorporadores e dos consumidores desses espaços, nos leva a pensar na exterioridade revelada por esses empreendimentos, que juridicamente pertencem aos municípios em que se localizam, mas, do ponto de vista da produção e da apropriação, estão muito mais ligados a outras realidades espaciais, nesse caso, as cidades médias e de porte médio.

Esse fato indica que podemos verificar nesses empreendimentos, a seguinte característica destacada por Caldeira (2000, p. 259), para os enclaves fortificados: "eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis". Nesse sentido, as ligações estabelecidas entre os empreendimentos fechados ribeirinhos e os seus arredores são reduzidas, ficando limitadas ao suporte territorial e ao oferecimento de alguns postos de empregos. A apropriação desses espaços por moradores dos municípios onde estão implantados pode ser considerada, na maior parte dos casos estudados, como residual, visto que eles não constituem o público alvo central desses empreendimentos, sobretudo naqueles loteamentos ribeirinhos mais exclusivos, destinados aos setores da elite.

Esse fato coloca-nos como questionamento a existência de uma tendência de estabelecimento de uma fragmentação socioespacial na escala interurbana, visto que podemos considerar os loteamentos fechados ribeirinhos como espaços fragmentados, tanto do ponto de vista da morfologia urbana, quanto das práticas socioespaciais neles estabelecidas. No entanto, essa fragmentação não ocorre pelo fato desses espaços serem destinados apenas aos segmentos de maior padrão aquisitivo das cidades em que estão implantados. Sua destinação maior é para os segmentos mais privilegiados de outras cidades.

De acordo com Salgueiro (1998) a fragmentação urbana traduz o aumento interno da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios, representada por espaços descontínuos do ponto de vista da estrutura socioespacial que os cerca. Para Souza (2008, p. 56), a fragmentação é representada por espaços que não se conectam mais, ou quase não se conectam mais uns com os outros, indo além, tanto da diferenciação, quanto da segregação espacial.

Consideramos que a tendência de fragmentação observada a partir da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos pode ser identificada com os processos destacados acima. São espaços fragmentados, do ponto de vista social, visto que as ações neles estabelecidas são realizadas por segmentos econômicos determinados e são fragmentados espacialmente, ao passo que estabelecem poucas relações com seus entornos e com as cidades em que se localizam, sendo apropriados por pessoas pertencentes a outras cidades. Sendo assim, afirmamos que os fragmentos urbanos representados pelos loteamentos fechados ribeirinhos pertencem, no plano das ações e dos usos, ou seja, da apropriação, a outras configurações espaciais, externas aos municípios em que se localizam.

2.2. – Diferenciação entre os loteamentos fechados ribeirinhos: espaços para a elite e espaços para os segmentos médios

A partir da análise das informações disponíveis sobre os loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que eles não são homogêneos, visto que apresentam tanto diferenciações espaciais, quanto sociais entre eles. Todos os empreendimentos analisados apresentam características comuns, mas possuem destinações socioeconômicas diferentes, fato que gera formas de produção e apropriação diferenciadas. Destacamos a existência de dois padrões de loteamentos fechados ribeirinhos. O primeiro deles, diz respeito aos empreendimentos destinados aos segmentos de alto poder aquisitivo e o outro aos empreendimentos destinados aos segmentos de médio poder aquisitivo.

Nos loteamentos fechados ribeirinhos, para pessoas de alto poder aquisitivo, classificamos os seguintes empreendimentos: Marina Bonita, em Zacarias e Orla Um e Lago Azul, em Buritama. Os outros empreendimentos fazem parte do grupo de loteamentos destinados aos segmentos de médio poder aquisitivo.

O primeiro elemento a partir do qual podemos estabelecer essa diferenciação entre os loteamentos fechados ribeirinhos diz respeito ao preço dos lotes e às facilidades oferecidas para aquisição dos lotes. No caso dos loteamentos considerados como destinados para pessoas de alto poder aquisitivo, verificamos, nas entrevistas e em pesquisas em sites de empresas imobiliárias[7], que o preço dos lotes pode chegar a mais de R$ 150.000,00 se o lote estiver localizado de frente para a água e os prazos oferecidos para o pagamento ficam em torno de 36 meses, já o preço das casas nesses loteamentos podem ultrapassar os R$ 400.000,00. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos que consideramos como destinados para os setores de médio poder aquisitivo, os preços dos lotes variam de R$20.000,00 a R$75.000,00, dependendo de sua localização dentro do loteamento e os prazos para aquisição dos lotes estendem-se até por 82 meses. Alguns

[7] As pesquisas referentes aos preços de lotes e casas nos loteamentos fechados foram realizadas nos seguintes sites: www.fattoacessoria.com.br, www.imoveisdocampo.com.br, www.vendefazendas.com.br,

empreendimentos, como o Jardim Itaparica, implantado em Buritama, vendem os lotes com parcelas mensais a partir de R$99,00. Quanto ao valor das casas nesses loteamentos, temos uma situação mais heterogênea, com casas valendo R$60.000,00 e outras valendo em torno de R$250.000,00.

Outro elemento a partir do qual podemos diferenciar esses dois grupos de empreendimentos refere-se ao padrão arquitetônico das casas construídas nesses empreendimentos. As do primeiro grupo são maiores, apresentam um tratamento arquitetônico mais detalhado, enfim, demonstram, material e simbolicamente, o poder aquisitivo de seus proprietários. Grande parte das casas desses empreendimentos contém suítes, algumas com banheiras de hidromassagem, piscinas e jardins bem cuidados. De uma maneira geral, o padrão das construções não se diferencia muito entre os imóveis edificados, como podemos observar nas fotos 1, 2, 3 e 4, visto a regulamentação exercida pelos administradores e pela similaridade do poder aquisitivo dos proprietários.

No outro grupo de loteamentos fechados ribeirinhos, temos situações extremas, com algumas casas com padrão arquitetônico mais elaborado, maiores e com piscina e outras menores, com padrões arquitetônicos mais modestos, com menos detalhes, sendo que algumas não apresentam acabamento. Assim, nesse grupo de loteamentos fechados ribeirinhos, temos uma heterogeneidade maior dos padrões de construção, como podemos ver nas fotos 5, 6, 7 e 8, visto que o poder aquisitivo de seus proprietários varia de médio a médio baixo e, em alguns casos, temos proprietários com pequeno poder aquisitivo, que compram lotes nesses empreendimentos em sociedade com outros amigos. Dessa maneira, a diferenciação de destinação socioeconômica dos diferentes loteamentos fechados ribeirinhos pode ser constatada, no nível da paisagem.

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Zacarias. Exemplos de casas em empreendimento de alto padrão: loteamento ribeirinho Marina Bonita, 2008

Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 4

Fotos 5, 6, 7 e 8 – Buritama. Exemplos de casas em empreendimentos de médio padrão: loteamento ribeirinho Portal da Praia, 2008

Foto 5

Foto 6

Foto 7

Foto 8

Outro aspecto que evidencia a diferença entre esses dois tipos de loteamentos fechados ribeirinhos está ligado ao controle do acesso a esses empreendimentos. Nos loteamentos destinados aos segmentos de alto poder aquisitivo, esse controle é muito mais rígido. Neles, foi muito mais difícil, durante a realização da pesquisa, conseguir a autorização para realizar as entrevistas, sendo que, no loteamento Lago Azul, não houve concessão dessa autorização.

Nos loteamentos destinados aos segmentos de médio poder aquisitivo, o controle é menor, e as entradas para as entrevistas foram obtidas com mais facilidade, sendo que no loteamento Riviera Santa Bárbara, não encontramos, em nenhum dia em que o visitamos, alguém fazendo o controle da entrada das pessoas na portaria.

A confirmação dessa diferenciação de padrões socioeconômicos entre os loteamentos fechados ribeirinhos veio a partir das entrevistas realizadas. Nos loteamentos que classificamos como de alto poder aquisitivo, os entrevistados apresentavam rendimentos que giravam em torno de R$ 15.000,00 a R$20.000,00 mensais. Já, nos loteamentos classificados como de médio poder aquisitivo, as rendas dos entrevistados variaram de R$3.000,00 a R$ 6.000,00, sendo que em alguns desses empreendimentos, houve a ocorrência de pessoas com rendimentos mensais em torno de R$ 1.800 e outras com rendimentos mensais em torno de R$12.000.

Na ocasião das entrevistas, foi possível observar, também, que os próprios objetos e produtos presentes nas casas denotam a diferenciação social que existe entre os loteamentos. Por exemplo, nos loteamentos fechados ribeirinhos considerados de alto padrão, foi mais freqüente encontrarmos carros importados, jet skis, lanchas e outros bens que denotam o poder aquisitivo de seus proprietários e/ou usuários. Nos loteamentos fechados ribeirinhos considerados de médio poder aquisitivo, a maior parte dos veículos são carros populares e os produtos encontrados nas casas são mais simples.

Dessa maneira, por meio da observação da paisagem e das entrevistas realizadas, constatamos que nos loteamentos fechados ribeirinhos para pessoas de alto padrão aquisitivo há uma homogeneidade maior, tanto nas construções, quanto no próprio nível econômico das pessoas. Os loteamentos para os segmentos de médio poder aquisitivo, apresentam-se mais heterogêneos, com pessoas com rendimentos que variam mais, quando comparados entre si.

Outro aspecto no qual comparecem as diferenciações entre os loteamentos fechados ribeirinhos, é a percepção que as pessoas possuem acerca desses espaços. Tanto os entrevistados do grupo de pessoas que possuem casas nos loteamentos fechados ribeirinhos, quanto os do grupo de pessoas que residem nos municípios em que os empreendimentos estão localizados, ou seja os que estão fora de seus muros, percebem que alguns empreendimentos são mais exclusivos e destinados às pessoas de maior padrão econômico e que outros são mais acessíveis também para os segmentos de médio poder aquisitivo. É o que podemos verificar nos depoimentos que se seguem:

> *"Quando a gente foi comprar o rancho aqui, nós fizemos muita pesquisa, visitamos outros condomínios, aqui mesmo em Buritama e também em outras cidades. Nós*

decidimos por esse, porque a gente percebeu que aqui, o controle das pessoas que compram os lotes é maior, as construções são mais homogêneas. Na verdade, o que a gente encontra aqui são pessoas com um poder aquisitivo melhor e isso mantém o nível do empreendimento. A gente visitou alguns condomínios que eram muito desiguais, com nível mais baixo". (48 anos, empresária, proprietária de casa no loteamento ribeirinho Orla Um, em Buritama.)

"A gente não pode falar que os loteamentos são todos iguais. Têm aqueles que são mais para os ricos, como o Orla Um e o Lago Azul. Ali só quem tem dinheiro é que pode construir. Os terrenos são mais caros, as casas são verdadeiras mansões. Aqui não, até eu pude comprar um lote e fazer meu ranchinho aqui! E a gente sabe que tem muita gente aqui que compra um lote em sociedade, junta com uns amigos e compra, constrói um quiosque e pronto. Nesses outros, não. As pessoas constroem mansões mesmo." (50 anos, comerciante, proprietário de lote no loteamento Portal da Praia)

"Quando a gente passa ali pela estrada, a gente percebe as diferenças. O Portal [da Praia] *vamos dizer que é mais democrático, mais para o povo. Agora é que começou a ter umas 'casonas' lá. Mas tem casas mais simples também. No Orla* [Um] *não, lá a coisa é mais chique, a gente percebe pelas casas. Os donos de lá devem ser mais ricos" (*64 anos, aposentado, residente na cidade de Buritama)

"Olha, condomínio bom mesmo eu considero o Marina Bonita aqui em Zacarias. Um dia eu fui lá ajudar um amigo meu que é eletricista e foi fazer um serviço lá. Aquilo nem parece que é em Zacarias, uma cidadezinha tão pequena, que não tem nada! Lá é coisa fina. Agora o Itaparica, por exemplo, eu tenho um amigo meu que tem um rancho lá. É bonito também, gostoso. Num domingo a gente foi almoçar lá. Mas não é igual, imagina se ele ia poder comprar um lote lá no Marina!" (43 anos, tratorista, residente na cidade de Zacarias)

Percebemos, dessa maneira, que alguns loteamentos fechados ribeirinhos possuem mais prestígio, pois são considerados como sendo exclusivos para pessoas com alto rendimento. Os outros são considerados mais "normais", porque pessoas com rendimentos mais baixos também conseguem ter acesso à compra de lotes neles.

É interessante destacar que essa exclusividade presente nos loteamentos fechados para pessoas de alto poder aquisitivo é muito valorizada pelos proprietários e também pelos incorporadores, responsáveis pela venda de lotes nesses empreendimentos. Eles consideram que a presença de segmentos de menor nível de renda dentro dos loteamentos acaba "*estragando*" o empreendimento, visto que mesmo que consigam pagar o lote, não terão capacidade financeira para construir casas bonitas e nos padrões arquitetônicos definidos pelo loteamento. Sobre isso, é relevante analisar os depoimentos a seguir:

"Eu sei de um caso que aconteceu no loteamento Lago Azul. Há alguns anos atrás, um policial de Araçatuba que trabalhava aqui em Buritama e tinha um lote lá, foi meio que expulso do loteamento. Ele tinha feito só uma casinha pequena, com quarto, banheiro e cozinha e os outros donos do loteamento acharam que a casa dele estava destoando das outras. Aí eles começaram a pressionar o cara, para ele construir uma casa melhor, nos padrões do condomínio, para não desvalorizar o investimento deles. Isso foi parar até na justiça. Mas no final, o que aconteceu é que os dois vizinhos do lote dele começaram a oferecer um preço muito alto pela casa dele, e aí ele acabou vendendo. Depois as pessoas que compraram derrubaram a casinha e colocaram o lote à venda de novo. Eles só queriam que o cara saísse do

condomínio". (36 anos, comerciante, proprietário de lote no loteamento Riviera Santa Bárbara, Buritama)

"Para comprar lote aqui não pode ser qualquer um não. Porque o dono daqui, o homem que loteou, marca em cima. Ele até tirou os lotes da imobiliária de Buritama, para ele poder ter mais controle. Então a imobiliária lá de Rio Preto avisa ele, quando tem alguém interessado e ele vem com a pessoa para mostrar. Ele olha até o carro da pessoa, porque ele já teve prejuízo aqui com um moço que comprou o lote e não aquentou pagar. Não pagava as prestações, não pagava a taxa de condomínio, não conseguiu construir casa. Então, atualmente é mais seletivo, eles tem que perceber que a pessoa tem dinheiro, senão, não vende mesmo. Eles não aceitam que a pessoa venha construir qualquer coisa aqui no condomínio. Eles falam que se tiver uma casa feia, com aspecto de pobre, vai desvalorizar o condomínio." (depoimento coletado com o porteiro do Loteamento Marina Bonita, na ocasião de uma das visitas realizadas ao empreendimento)

Podemos perceber assim, que a estética arquitetônica do empreendimento é de extrema importância, visto que a aparência das casas vai denotar o poder aquisitivo de seus consumidores e, conseqüentemente, o status daqueles espaços, fato que serve para valorizar o loteamento. De acordo com Bourdieu (1996, 22), o consumo é uma forma de estabelecimento de distinção. Nesse sentido, ao consumirem espaços ligados a símbolos de *status*, bom gosto, exclusividade, homogeneidade social, as pessoas estão demarcando seu lugar no espaço social, distinguindo-se das outras. O consumo desses espaços pode ser considerado como um consumo que, na maior parte das vezes, objetiva ser visível, ao passo que procura tornar evidentes as diferenças entre as pessoas, transformando-as em distinção. Conforme Bourdieu,

> (...) as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir esses bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significantes*, ou, para falar como os lingüistas, em "valores", privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em conseqüência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social – por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia, e sobretudo "as maneiras", o bom gosto e a cultura – pois aparecem como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irredutível ao ter, enfim como uma *natureza*, mas que é paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza, uma graça e um dom. (BOURDIEU, 1974, p.16)

Dessa maneira, os proprietários de lotes nos empreendimentos fechados ribeirinhos de alto padrão, desejam manter e ressaltar, material e simbolicamente, as diferenças que distinguem seus espaços de lazer e eles próprios, das pessoas e dos espaços dos demais segmentos sociais. O consumo desses empreendimentos torna visível, espacialmente, as marcas de distinção concebidas no plano simbólico.

O que se procura com o consumo desses espaços diferenciados não é somente demarcar as diferenciações econômicas. O simbolismo desses espaços ribeirinhos fechados vai além desse aspecto, visto que serve para demarcar o "bom gosto e o estilo de vida dessas pessoas". Dessa maneira, esses empreendimentos têm uma função simbólica que extrapola as funções materiais e objetivas dos possíveis usos que podem ser realizados nesses espaços. É, nesse sentido, que a imagem desses

loteamentos é valorizada. Não basta consumir objetos e espaços destinados a pessoas mais ricas. Esses espaços e objetos devem exprimir as "qualidades" de seus consumidores. Sendo assim, qualquer quebra da estética, considerada como ideal, nesses loteamentos fechados ribeirinhos, significa uma ruptura na função distintiva que lhes é simbolicamente atribuída.

Essa valorização da homogeneidade paisagística e social, como fator de distinção e exposição de status e bom gosto, não é exclusiva das pessoas que possuem casas nos loteamentos de mais alto padrão. Alguns entrevistados dos loteamentos que consideramos como sendo destinados a pessoas de médio poder aquisitivo também se ressentem da presença de pessoas com menor poder aquisitivo dentro dos empreendimentos e, também, consideram que as construções mais modestas desvalorizam o empreendimento, num processo de degradação simbólica.

Nas fotos 9, 10, 11 e 12, temos alguns exemplos das construções consideradas pelos entrevistados como fatores de desvalorização do empreendimento e que, na opinião deles, deveriam ser proibidas.

Essa questão da padronização das construções está sendo motivo de divergências entre proprietários de lotes e os administradores do loteamento Portal da Praia, visto que esses estão sendo pressionados para multar ou para mandar demolir algumas casas que, no entender dos outros proprietários, não deveriam estar construídas ali, por não condizerem com a imagem que eles objetivam passar a partir do consumo desses espaços. Sobre esse ponto, os depoimentos a seguir são emblemáticos.

> "*Nós aqui temos problemas com alguns proprietários, porque eles compraram o lote e vieram construir uns barracos aqui. Isso não pode, estraga o condomínio. Quem é que vai querer um lote, ou construir sua casa do lado de um barraco, como têm alguns aqui dentro. O loteamento tem no regimento a previsão dos padrões mínimos de construção. Mas isso não está sendo respeitado. Na minha opinião, não deveriam permitir que qualquer pessoa comprasse lote aqui. Não sei, talvez eles poderiam subir um pouco o preço dos lotes, ou diminuir um pouco o número de prestações. Porque realmente isso estraga o condomínio. Não é preconceito. Mas é que acaba desmerecendo o investimento que algumas pessoas fizeram".* (46 anos, professora, proprietária de lote no loteamento Portal da Praia, Buritama)

> *"Às vezes eu me arrependo de ter comprado meu rancho aqui. Eles* (os administradores do loteamento) *não têm um controle muito rígido e acabam permitindo algumas barbaridades. Aí fica parecendo que aqui é o loteamento do povão. Qualquer um pode ter uma casa aqui. E como ficam as pessoas que construíram suas casas com cuidado, gastaram dinheiro? É difícil, porque depois vêm as pessoas que não se importam e acabam desmerecendo a imagem do nosso condomínio. Alguém pergunta: onde é seu rancho? Aí você responde e a pessoa vai saber que é naquele condomínio mais normal. (...) Fica tudo perdido, porque essas construções mal feitas acabam manchando a imagem do condomínio. Eu preferia ter comprado meu rancho em outro condomínio, mais homogêneo".* (41 anos, funcionária pública, proprietária de lote no loteamento Portal da Praia, Buritama)

Fotos 9, 10, 11 e 12 - Buritama. Portal da Praia. Exemplos das "construções indesejadas". 2008

Foto 9

Foto 10

Foto 11

Foto 12

A busca pela distinção social por meio do consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos, espaços produzidos material e simbolicamente para serem diferenciados e diferenciadores, está presente, como constatamos a partir das entrevistas, tanto nos segmentos de alto poder aquisitivo, quanto naqueles de poder aquisitivo médio e baixo. Não são apenas as pessoas com maiores rendimentos que desejam se diferenciar e marcar, física e simbolicamente, suas posições no espaço social. As pessoas dos segmentos médios também procuram a distinção, por meio da apropriação desses espaços exclusivos. A partir das entrevistas que realizamos com as pessoas que residem nos municípios em que estão implantados os empreendimentos fechados ribeirinhos e que estão fora de seus muros, pudemos verificar que existe uma vontade, também dos setores de menor poder aquisitivo de adquirir lotes e construir casas nesses loteamentos ribeirinhos, fato que não é consumado devido aos limites de poder aquisitivo. Para ilustrar essa questão, destacamos o depoimento do seguinte entrevistado:

> "*Se eu tivesse condições financeiras, dinheiro sobrando, é lógico que eu ia querer ter um rancho dentro de um condomínio na beira do rio. Parece que é diferente, não sei. Quando você fala condomínio, já dá um ar diferente, parece que é coisa importante. Dá mais destaque do que se você falar que tem um rancho comum.*

> *Então se eu pudesse escolher, é claro que eu ia preferir ter um rancho dentro de um condomínio."* (56 anos, comerciante, residente na cidade de Buritama, rendimento médio mensal R$1.500)

Nas palavras desse entrevistado, existe diferenças entre a posse de um rancho dentro de um loteamento fechado e fora dele, sendo que a propriedade dentro dos muros "*parece coisa importante".* Assim, considera que o loteamento agrega valor ao rancho, dando "*mais destaque"* que um rancho comum. Esse "*destaque*" propiciado pelo fechamento pode ser entendido como o fator diferencial que atua tanto no nível espacial, no que se refere à diferenciação nas condições objetivas do empreendimento, quanto no nível simbólico, "destacando" também o proprietário do rancho no loteamento. Dessa maneira, não podemos afirmar que apenas os segmentos de maior poder aquisitivo é que buscam se diferenciar socioespacialmente, visto que, muitas vezes, os mais pobres não empreendem estratégias de diferenciação porque seus recursos são limitados.

Essa ubiqüidade do sentimento de demarcação social nos diferentes segmentos sociais nos possibilita entender a produção de empreendimentos fechados para setores diferenciados da sociedade, visto que como apontamos, para a realidade estudada, existem loteamentos fechados para as elites e também para os segmentos de renda média e média baixa. Dessa maneira, podemos afirmar que vem ocorrendo uma tendência à "massificação" do consumo desses espaços, ao passo que os segmentos de menor rendimento vêm adotando, guardadas as especificidades, as estratégias socioespaciais dos segmentos de alta renda. Sendo assim, o que surge num intuito de personalização, passa a ser incorporado nas práticas daqueles de quem se desejava separar.

É importante ressaltar que essa busca de distinção social não é desejada apenas em relação à segmentos de poder aquisitivo diferentes. No interior dos mesmos segmentos também existe essa necessidade de mostrar a superioridade de gostos e de poder econômico. É nesse sentido, que constatamos, em algumas entrevistas, o desejo dos entrevistados de se diferenciarem dos demais proprietários, por meio das casas, dos jardins, das piscinas, enfim, a partir da ostentação de seus poderes aquisitivos e também de seus gostos.

Para exemplificar esse aspecto, os depoimentos a seguir são emblemáticos:

> "*Aqui dentro parece uma competição. Se um faz uma coisa, o outro vai lá e copia, ai o outro já não quer mais aquilo, porque o outro tem igual, faz outra coisa, modifica. É assim. Tem um homem aqui que já pintou a casa dele uma três vezes esse ano. Parece que ele quer ter sempre a casa mais bonita, o jardim mais arrumado, melhor. Ano passado ele mudou todo o jardim, plantou tudo de novo. Então, eu sinto isso. Às vezes, as pessoas nem fazem as coisas para elas mesmas, é mais para se mostrar para os outros. Mostrar que pode mais".* (48 anos, empresária, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Orla Um, em Buritama)

> "Existem mesmo pessoas que exageram. A gente ficou sabendo que teve uma mulher aqui no condomínio que contratou uma decoradora para decorar a casa, dizem que ela gastou muito dinheiro. Eu acho exagero, fazer isso em um rancho. Mas tem gente que não sabe onde gastar o dinheiro não é? Eu já não gosto de muita ostentação, não. Você pode perceber que a minha casa é mais simples, sem muita frescura. Justamente porque eu acho que a gente vem para cá para ficar

> sossegado, tranqüilo. Não precisa ficar mostrando, se tem dinheiro ou não tem. Mas a maior parte das pessoas daqui não pensa assim, um quer ter a piscina melhor que o outro, um coloca aquecimento, o outro coloca tobogã, um coloca cascata e assim vai". (43 anos, dentista, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita, em Zacarias)

Constatamos, dessa forma, que os loteamentos fechados ribeirinhos são como vitrines, onde as pessoas demonstram seu poder aquisitivo, seus gostos e estilos de vida, perante seus diferentes, mas também em relação a seus iguais. A estética da paisagem, com casas bonitas, bem decoradas, com jardins bem cuidados, serve para diferenciar e valorizar o empreendimento, visto que ao conter esses atributos, podem ser considerados como espaços exclusivos, considerando o fato de que quanto mais o empreendimento reunir elementos diferenciadores, mais status proporcionará aos seus consumidores.

Voltando à questão da diferenciação dos loteamentos fechados ribeirinhos quanto à sua destinação socioeconômica – para segmentos de alto padrão e segmentos de médio padrão aquisitivo – destacamos que uma decorrência dessa diferenciação socioespacial é a diferenciação entre os usos estabelecidos nesses espaços. Ao observar as práticas dos proprietários de casas nesses dois grupos de loteamentos e ao analisar as entrevistas realizadas, podemos perceber que existe algumas diferenças nas práticas estabelecidas nos loteamentos de alto padrão e nos loteamentos para os segmentos médios. Alguns exemplos dessas diferenças estão sistematizados a seguir:

- Nos loteamentos para pessoas de maior padrão aquisitivo, os intervalos de tempo que as pessoas passam sem ir ao loteamento são relativamente maiores e elas costumam levar, mais freqüentemente, pessoas apenas da família. Já nos loteamentos para as pessoas de padrão aquisitivo médio, as pessoas costumam ir para os loteamentos em quase todos os finais de semana e é mais comum que elas levem junto com suas famílias, alguns amigos. É mais comum também, que elas emprestem o rancho para outras pessoas.

- Nos loteamentos para pessoas de maior poder aquisitivo, a maior parte das atividades é realizada no âmbito da casa, ou seja, as pessoas utilizam mais a piscina, a churrasqueira, a varanda e o gramado de suas próprias casas, não utilizando com tanta freqüência os rios e as demais áreas comuns dos empreendimentos. Nos loteamentos para pessoas com padrão aquisitivo médio, as pessoas costumam utilizar, mais freqüentemente, as áreas comuns do loteamento, como os rios, a areia de suas margens, os campos para futebol, as ruas para as caminhadas.

- Nos loteamentos destinados às pessoas de maior poder aquisitivo, é mais comum a prática de construir uma pequena casa para abrigar os caseiros, funcionários pagos para morarem no loteamento e cuidarem do rancho, fazendo serviços de jardinagem, limpeza, manutenção e também a vigilância. Nos loteamentos para pessoas com médio poder aquisitivo, essa prática de contratar caseiros não foi encontrada, sendo que os serviços são feitos, geralmente, por pessoas contratadas pelo próprio loteamento.

- Nos loteamentos para pessoas com maior poder aquisitivo, foram relatados menos desentendimentos internos em relação à governança do loteamento, principalmente no que se refere ao gasto das verbas provenientes do pagamento do condomínio. Nos loteamentos para pessoas com médio poder aquisitivo, foram relatados mais desentendimentos desse tipo, principalmente quanto ao uso das verbas provenientes do pagamento do condomínio e no que se refere ao cumprimento do regimento interno.

- Os loteamentos para pessoas de maior poder aquisitivo são mais homogêneos espacial e socialmente e os controles exercidos tanto no que se refere ao acesso a esses espaços, nas portarias, quanto no cumprimento das regras estabelecidas pelo regimento interno, são mais efetivos. Os loteamentos destinados a pessoas de médio padrão aquisitivo são mais heterogêneos espacial e socialmente e os controles ao acesso e ao cumprimento das regras internas são exercidos com mais dificuldade.

- Nos loteamentos para os segmentos de maior poder aquisitivo as práticas realizadas para a obtenção de uma segurança suplementar nos espaços internos ao empreendimento são mais elaboradas, sendo comum, além dos vigias e seguranças que o loteamento oferece, a adoção de sistemas de alarme, muros, câmeras de vigilância e cercas elétricas nas casas. Nos loteamentos para os segmentos de médio poder aquisitivo as estratégias para se buscar segurança, são menos elaboradas, sendo que as principais formas suplementares de se buscar segurança nos espaços internos desses empreendimentos é a construção de muros nas casas e a colocação de cadeados nas janelas e portões.

Apesar dessas diferenças apontadas, existem também, semelhanças na apropriação desses espaços, visto que são espaços com a mesma destinação. Os diferentes segmentos sociais apropriam-se desse tipo de empreendimento ribeirinho com a intenção de se divertirem, descansarem, estarem mais próximos da Natureza, longe do cotidiano que levam nas cidades. Dessa maneira, consideramos que os dois tipos de loteamentos fechados ribeirinhos identificados, partem do mesmo pressuposto para sua criação: serem espaços para que os citadinos distanciem-se de suas rotinas cotidianas, em espaços que oferecem um contato maior com a Natureza e uma sensação de segurança, apresentando todas as infra-estruturas básicas que eles têm nas cidades.

De uma maneira geral, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços destinados ao lazer, nos quais se expressam as diferenciações sociais, verificadas na segmentação do consumo presente nesses empreendimentos. Os desejos de exclusividade e de distanciamento, que levam os segmentos de maior poder aquisitivo, incluídos aí os segmentos médios, a buscarem espaços fechados para a prática de suas ações cotidianas, são revelados também, quanto aos espaços de lazer. Assim, nesses loteamentos fechados, as pessoas com maior poder aquisitivo pagam para poderem desfrutar de seus momentos de lazer longe dos segmentos mais pobres. Portanto, esses espaços constituem áreas elitizadas e fechadas, nas quais os que possuem mais recursos apropriam-se do direito de usufruírem

a Natureza, no caso os rios e as áreas de preservação florestal, restringindo o aceso ao interior deles, para aqueles que puderem pagar.

Consideramos esses loteamentos fechados ribeirinhos, mesmo aqueles que classificamos como destinados para os segmentos de médio poder aquisitivo, como espaços para as elites, pois de acordo com Sposito (2004, p. 374), nas cidades de porte médio, a classe média se inclui na demanda solvável que é capaz de adquirir novos produtos imobiliários, como os novos *habitats* urbanos. Para a autora:

> (...) o consumo e a apropriação dos espaços urbanos produzidos pelo setor imobiliário, vão se realizar, em cidades de porte médio, segundo uma segmentação que difere da observada nas metrópoles, gerando uma separação socioespacial entre os mais "pobres" e os mais "ricos", que inclui a classe média neste último grupo. (SPOSITO, 2004, 374)

Sobarzo (2006, p. 205) destaca que essa dinâmica não é explicada somente pelos custos menores de aceder às novas formas de moradia, mas também porque uma fração dos segmentos médios, tenta, por meio do consumo, imitar as elites e, por sua vez, é imitada por segmentos de menor poder aquisitivo numa espécie de efeito cascata, "que explica, em parte, o grande prestígio simbólico que essas novas formas de morar possuem em amplos setores da sociedade".

Como os loteamentos fechados ribeirinhos estudados estão situados em cidades pequenas, onde os preços das terras também são menores que os encontrados nas metrópoles e os principais consumidores desses empreendimentos são provenientes de cidades de porte médio, consideramos que as afirmações acima são válidas também para a análise dos loteamentos fechados ribeirinhos.

Por estarem localizados em cidades pequenas, associados às dinâmicas que ocorrem nas cidades médias e por uma destinação voltada para o lazer, na forma de segunda residência, esses empreendimentos fechados possuem algumas especificidades nas formas de apropriação de seus espaços. Por serem apropriados em momentos de descontração e descanso, e não diariamente como nos outros tipos de empreendimentos, nos loteamentos fechados ribeirinhos temos características diferenciadas quanto às práticas ali estabelecidas.

2.3. – Loteamentos fechados ribeirinhos: singularidades em sua apropriação espacial e nas decorrências socioespaciais

Os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços diferenciados dos outros tipos de loteamentos fechados, porque não são destinados à primeira residência, ou seja, não constituem a residência principal de seus proprietários. Isso faz com que tanto a apropriação, quanto as decorrências socioespaciais advindas do uso desses espaços sejam diferenciadas. Assim, nessa parte do capítulo realizamos uma breve discussão sobre algumas singularidades encontradas nesses loteamentos fechados ribeirinhos, como a questão do lazer, segunda residência e redefinição das relações entre urbano e rural.

2.3.1 – Loteamentos fechados ribeirinhos: paraísos para o lazer

Antes de realizarmos algumas reflexões sobre os significados e as singularidades da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, apresentamos a seguir alguns depoimentos colhidos durante as entrevistas realizadas, que mostram as percepções sobre esses empreendimentos, a partir dos discursos dos proprietários de casas nesses espaços e, também, daqueles que ficam fora de seus muros.

Quando questionados quanto às motivações que os levaram a escolher comprar um lote nos loteamentos fechados ribeirinhos, os entrevistados deram respostas que podem ter seu conteúdo resumido pelos seguintes depoimentos:

> *Olha, em primeiro lugar, nós escolhemos comprar um lote aqui porque queríamos um lugar tranqüilo e bonito para que pudéssemos descansar, passar um final de semana agradável, trazer a família e os amigos. (...) E a gente escolheu dentro de um condomínio fechado porque aqui é mais seguro, a gente pode ter mais confiança, não precisamos nos preocupar durante a semana se a casa vai ser invadida, se vão roubar nossas coisas. Então a gente considera que aqui a gente tem uma tranqüilidade dupla. Uma porque a gente está longe da agitação da cidade, mais perto da Natureza e a outra porque a gente não precisa ficar se preocupando com a segurança da nossa casa e da nossa família.* (42 anos, dentista, proprietário de lote no loteamento Orla Um, Buritama)

> *Nós consideramos aqui como um verdadeiro refúgio. É nosso cantinho para a gente ficar escondido, esquecer dos problemas, das pessoas chatas. Então, foi para isso. Nós queríamos um lugar assim, mais tranqüilo, com o rio, os passarinhos, para poder pescar, poder nadar, fazer nosso churrasco. O meu marido estava ficando muito estressado, muito nervoso, daí a gente decidiu fazer uma casa aqui, porque quando as coisas começam a apertar, nós corremos para cá. É muito bom.* (41 anos, empresária, proprietária de lote no loteamento Belvedere, Penápolis)

> *Nossa, isso aqui é minha vida! Já não consigo nem pensar na minha vida sem ter o meu rancho aqui. Não vejo a hora de dar sexta a tarde para eu poder vir pra cá. A motivação foi essa, ter um lugar gostoso para descansar, para o lazer mesmo, não é? Eu tinha um rancho antes, mais individual. A gente decidiu comprar um aqui no condomínio por causa da segurança, para não ter dor de cabeça. Aqui a gente pode deixar as coisas na varanda, o carro aberto, colocar um colchão aqui fora e dormir, que não tem perigo. A paranóia fica lá fora, aqui a gente pode se divertir em segurança.* (35 anos, representante comercial, proprietário de lote no loteamento Jardim Itaparica, Buritama)

Quando perguntamos para os residentes nos municípios em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos e que não possuem casas nesses empreendimentos, qual era a opinião que eles tinham sobre esses espaços, eles deram respostas como as que se seguem:

> *Esses loteamentos são mais para as pessoas descansarem, não é? Passar um final de semana agradável, com a família. Porque a maior parte das pessoas não mora neles. Vem só no final de semana, nas férias. São lugares agradáveis, mais pras pessoas descansarem a cabeça. E, além disso, tem o fato de que as pessoas lá são selecionadas. Porque, você querendo ou não, só pessoas com uma renda razoável é*

que vão poder ter um rancho dentro de um loteamento desses. (64 anos, aposentado, residente na cidade de Buritama)

Eu já fui ao Belvedere com uma amiga, num aniversário. Eu gostei de lá. Parece que é muito seguro, as crianças se divertem muito. Não só as crianças, é claro. Mas é que lá elas podem ficar mais soltas, que não tem perigo. É o lugar ideal pra reunir os amigos, a família e aproveitar o sol, a água. É um lugar muito gostoso para recarregar as pilhas, podemos dizer. (44 anos, professora, residente na cidade de Penápolis)

Aqui no condomínio de Zacarias eu nunca fui não. Ele fica mais afastado, não fica no campo de visão. Eu conheço mais os de Buritama. Não que eu freqüente, mais lá alguns são mais visíveis. Ficam no caminho quando a gente vai para Birigui e Araçatuba. Então a gente conhece mais um pouco. Eu acho que esses condomínios foram, vamos dizer, investimentos que deram certo. Basta ver a quantidade de carros que vão pra eles. A maioria é gente de fora. O povo gosta de ter um lazer mais em contato com a natureza, em espaços mais tranqüilos. E nas cidades um pouco maiores já não se vê muito isso. Então elas vêm para os condomínios pra aproveitar um pouco dessa natureza. E tem também o fato da segurança. Esses espaços controlam a entrada das pessoas. Só os proprietários e os visitantes é que podem entrar. Então, você pode ter uma confiança maior. (34 anos, dona de supermercado, residente na cidade de Zacarias)

A partir dos depoimentos desses dois grupos de pessoas – os de dentro e os de fora – podemos perceber que a principal motivação que faz as pessoas buscarem esses espaços é o lazer, associado ao descanso e à tranqüilidade, ao encontro de familiares e amigos e a um contato maior com a Natureza. Esses loteamentos fechados ribeirinhos são tidos como espaços aonde se vai para "*desacelerar", "recarregar as pilhas", "desestressar".* Dessa maneira, simbolizam a quebra com a rotina, representando espaços que permitem o contato com outra realidade, mais agradável que a presente no cotidiano urbano.

Assim, uma breve reflexão sobre os conteúdos do lazer na sociedade contemporânea, apesar de não ser o foco de análise do presente trabalho, é importante para entendermos a significação dos loteamentos fechados ribeirinhos e suas formas de apropriação. Consideramos que as formas atuais de percepção sobre o lazer e as maneiras como o lazer é realizado são resultado do desenvolvimento histórico desse conceito, no sentido do processo de dissociação do tempo de trabalho e do tempo de não-trabalho.

A ocorrência histórica do lazer é bastante discutida, existindo correntes divergentes sobre a questão, sendo que Marcellino (2002) destaca que:

> Alguns autores consideram que, se os homens sempre trabalharam, também paravam de trabalhar, existindo assim um tempo de não-trabalho, e que esse tempo seria ocupado por atividades de lazer, mesmo nas sociedades chamadas tradicionais. Para outros, o lazer é fruto da sociedade moderna - urbano - industrial.
> Não há, a rigor, um caráter de rejeição entre as duas correntes, mas sim enfoques diferentes: a primeira aborda a necessidade de lazer, sempre presente, e a segunda se detém nas características que essa necessidade assume na sociedade moderna. Em outros tipos de organização social, o que se verifica é o não isolamento das atividades obrigatórias, das lúdicas, o que de modo algum significa a não-existência do lúdico. (MARCELLINO, 2002, p. 54)

Sendo assim, nas sociedades pré-industriais, trabalho e lazer não eram excludentes, sendo os dois, marcados pela ludicidade. Isso porque, não havia uma separação rígida entre as várias esferas da vida do homem. O binômio trabalho/lazer não era caracterizado, ocorrendo de forma entrelaçada. A dissociação entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho só passou a ser realizada a partir da Primeira Revolução Industrial. Nesse período, o trabalho adquiriu uma posição central, organizando as práticas cotidianas. A alienação dos trabalhadores em relação às atividades produtivas aumenta e os tempos de não-trabalho são organizados em função da reprodução do próprio trabalho, ou seja, é destinado à realização de atividades que possibilitem a manutenção do trabalho, visto que as jornadas diárias dos trabalhadores giravam em torno de 16 horas. Assim, nos momentos de não-trabalho, as pessoas alimentavam-se e dormiam, com vistas a começar um novo dia de trabalho. Nesse período, as possibilidades de lazer são separadas das atividades de trabalho, que passam a ser caracterizadas por aspectos mecânicos e impessoais. O lazer, assim, passa a ser praticado muito precariamente, visto que a maior parte do tempo era dedicada, direta e indiretamente, às atividades produtivas. (MARCELLINO, 2002, p. 54/55)

De acordo com Marcellino (2002, p. 3), a importância do lazer foi ganhando terreno com o advento da sociedade industrial, sendo que foi, na Europa, motivado pelas condições do trabalho industrial, que desrespeitavam o mínimo de dignidade para o ser humano, que surgiu o primeiro manifesto a favor do direito ao lazer dos trabalhadores, o clássico O Direito à Preguiça, do militante socialista Lafargue, publicado em 1880.

As graduais conquistas dos trabalhadores que, através de uma história de lutas e reivindicações, asseguraram seus direitos por meio da aprovação de leis, que regulamentam, por exemplo, a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias, um dia de descanso semanal, férias remuneradas e também a aposentadoria, foram aumentando o tempo livre dos trabalhadores e, conseqüentemente, ampliando as possibilidades de lazer.

Segundo Dumazedier:

> Lazer é o conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2001, p. 15)

Para o autor, o lazer não se reduz ao tempo liberado pelo progresso econômico e pelas reivindicações sociais. Ele é uma criação histórica, resultado de alterações nos controles institucionais e nas exigências individuais. Sendo assim, o lazer é influenciado pelo consumo de massa e pela estrutura de classe e vem se tornando centro da elaboração de novos valores para a sociedade. (DUMAZEDIER, 2001, p. 18)

Segundo Dumazedier (1975, p. 23/25) temos que entender o surgimento do tempo do lazer a partir de alterações na sociedade, referentes a quatro aspectos: a) dinâmica técnico-econômica, b) dinâmica social, c) dinâmica da transformação do tempo liberado em lazer e d) dinâmica cultural.

A alteração na dinâmica técnico-econômica é resultado das transformações ocorridas a partir dos avanços tecnológicos e gerenciais de produção, que permitiram a produção de um volume maior de riqueza, assim como a existência de um tempo liberado – o tempo do não- trabalho. Essa liberação de um tempo aos trabalhadores, que não seria utilizado para a produção, foi, segundo Dumazedier (1975, p. 25), a primeira condição histórica que tornou possível a produção do lazer na sociedade contemporânea.

Outro fator histórico fundamental para o entendimento do lazer contemporâneo diz respeito à dinâmica social, mais especificamente às forças sociais que agiram a favor da regressão do tempo de trabalho. Identificadas nos movimentos sindicais, essas forças sociais foram importantes para a obtenção da redução das jornadas de trabalho e das melhorias das condições de vida dentro e fora deste. Nessa etapa, já temos a configuração de um tempo livre, desobrigado do trabalho, mas que não constitui, ainda, um tempo de lazer. (DUMAZEDIER, 1975)

Temos assim, a dinâmica da transformação do tempo liberado em lazer, em que se constitui efetivamente a produção do lazer na sociedade industrial. A partir da regressão dos controles institucionais sobre a vida dos indivíduos, e, sobretudo, sobre o tempo liberado das pessoas, é que foi possível que o tempo liberado do trabalho fosse utilizado para a prática de atividades de lazer. Essa regressão dos controles institucionais estaria baseada, segundo o autor, nas resistências populares às concepções autoritárias de política, na diminuição do controle religioso sobre a vida das pessoas e na diminuição do papel da família na orientação das atividades de seus membros. (DUMAZEDIER, 1975)

Para consolidar a produção do tempo de lazer, temos ainda a dinâmica cultural, que representa a passagem de uma moral de repressão, para uma moral de expressão, marcada pelo desenvolvimento de novas iniciativas e atividades que significavam novas possibilidades de uso do tempo liberado para os indivíduos. Assim, o tempo livre adquiriu novos conteúdos, além do descanso, que representam as manifestações de desejos e tendências anteriormente reprimidos. Dessa maneira, o lazer é uma construção social que vai representar os anseios e os modos de pensar de cada sociedade. (DUMAZEDIER, 1975)

Daí, decorre, de acordo com Dumazedier (1975, p. 30), a necessidade de diferenciação entre tempo livre e tempo de lazer, visto que o tempo livre está, quase que preponderantemente,

disponível a todos, enquanto o tempo de lazer é elaborado socialmente e está sujeito a uma série de cerceamentos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais.

Para Elias e Dunning (1992, p. 45), o lazer serve como uma válvula de escape, como um processo que serve para a exteriorização de todas as pulsões reprimidas e todo o peso do processo civilizador. Dessa forma, os momentos de lazer, ou de explosão das pulsões, não podem abalar o processo civilizador das sociedades complexas, porque essa exteriorização das repressões é uma parte constitutiva desse mesmo processo. Os autores consideram, de maneira geral, que a busca da excitação por meio das atividades de lazer é uma necessidade social, pois facilita a incorporação das normas requeridas pelo processo civilizador, ao passo que se não houvesse momentos de aliviamento das repressões, as pessoas estariam sujeitas a uma implosão interna ou a uma neurose coletiva que levaria a uma instabilidade social. Assim, o lazer serve como um fator possibilitador da continuidade do processo civilizador.

Consideramos que o lazer dever ser entendido em relação às outras esferas da vida social. Não serve apenas para repor as energias para o início de uma nova jornada de trabalho. O lazer possibilita a reflexão, o contato com novas realidades, o crescimento pessoal, ou seja, é uma dimensão muito mais ampla do que a concepção que encara o lazer apenas como parte necessária da reprodução do trabalho.

De acordo com Bruhns (2004, p. 96), podemos aproximar o lazer de um estado de tranqüilidade e serenidade, o qual permearia a vida como um todo, não sendo realizado apenas em um tempo determinado. Realizar atividades de lazer implica em "fazer poucas coisas, procurar não se meter em coisas desagradáveis e não ir além dos próprios limites". Para a autora, o tempo de lazer está associado com valores como sossego, paz e tranqüilidade.

Segundo De Grazia (apud Bruhns, 2004, p. 96) o lazer é um estado no qual vivenciamos a ausência da necessidade de estarmos ocupados, portanto, corresponde a um estado de desobrigação, no qual seria possível exercitar as idéias e a imaginação. Dessa maneira, o lazer pode ser uma atividade reflexiva, onde estaria presente um ideal de liberdade relacionado a um compromisso político (no sentido de propor alternativas de vida) e a uma conexão profunda com o mundo, no qual o sujeito se situaria numa revisão constante de valores e concepções.

Marcellino (2002, p. 13) reconhece que o lazer pode ter vários conteúdos, ligados basicamente, ao descanso, ao divertimento e ao desenvolvimento pessoal. O lazer seria, assim, o momento da criatividade, da liberdade das pessoas na escolha de seus atos, visto que representa um tempo, pretensamente, livre de obrigações e que possibilita a fuga do cotidiano. Mas essa liberdade de escolha associada aos momentos de lazer é relativa, se considerarmos a introdução do lazer na esfera da produção capitalista. Assim, o autor destaca que a possibilidade de escolha das atividades e o caráter desinteressado de sua prática são características básicas do lazer. No entanto, o que temos observado atualmente é, cada vez mais, o estabelecimento de práticas compulsivas, ditadas

por modismos, ou denotadoras de status, realizadas em espaços pré-determinados e carregados de significados sociais distintivos.

O que vem ocorrendo, na atualidade, é que o lazer, ao ser valorizado e percebido como uma atividade "necessária" para a vida das pessoas, entra no circuito das trocas e passa a ser vendido a partir de modelos pré-concebidos. Criam-se conceitos padronizados para definir os tipos ideais de atividades de lazer. Assim, as escolhas das pessoas, quanto aos espaços e quanto ao tipo de atividade que se realizará, passam a ser influenciadas pelas tendências do mercado.

Símbolos de lazer passam a ser vendidos, sempre associando determinadas atividades de lazer com determinados estilos de vida e segmentos sociais. O lazer, no âmbito do consumo, passa a ser um fator de distinção social, visto que pessoas de diferentes segmentos terão possibilidades de se apropriar de diferentes atividades de lazer. Assim, o lazer passa a ser uma atividade que denota a segmentação socioespacial, ao serem produzidos diferentes espaços, destinados à prática de lazer de diferentes segmentos sociais, que não compartilham mais os mesmos territórios.

Devemos ressaltar que não consideramos que as atividades de lazer, marcadas pela produção capitalista, são realizadas, apenas, de forma passiva. O fato é que as escolhas pessoais, nessa conjuntura, possuem a tendência a serem mais comprometidas com os padrões de consumo dominantes, mas, dentro do contexto da manipulação das escolhas, ainda existe opções e resistências que podem ser empreendidas.

Para Gutierrez (2001, p. 38), o lazer possui uma natureza particularmente complexa, visto que se constitui como uma busca pessoal pela realização do prazer, fato que coloca o sujeito social no campo das ações determinadas racionalmente. No entanto, o prazer em si, com sua interface psicológica/fisiológica/cultural não pode ser reduzido à dimensão racional. Assim, as atividades ligadas ao lazer são dotadas de aspectos racionais e subjetivos que se entrelaçam na constituição de formas ideais de se gastar o tempo de não trabalho, impregnadas por conteúdos construídos socialmente.

De acordo com Lucas (2007, p.27), o tipo de lazer que vem sendo disseminado de forma mais preponderante no espaço urbano atual, representa muito mais algo funcional do que um lazer que promova a auto-reflexão e o bem estar do indivíduo. "Trata-se de um lazer cada vez mais comprometido com o mundo do consumo e também com a função de levantar 'tipos' ou marcas a serem seguidas, em contrapartida a um lazer que vise qualidade de vida e a livre ação e criação das pessoas".

Consideramos que essa mercantilização do lazer participa da produção da concepção dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados. Observamos que há uma idealização das atividades de lazer como possibilitadoras de bem-estar, tranqüilidade, convívio em família e fuga do cotidiano. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, a idealização do lazer une-se com a idealização do contato com a Natureza, vendendo-se a imagem de que esses espaços são verdadeiros paraísos, destinados ao relaxamento e ao divertimento. Dessa forma, a busca por lazer nesses espaços resulta

da busca da satisfação da "necessidade", criada pelo mercado, de se gastar o tempo livre de uma maneira considerada como ideal. Além disso, os loteamentos fechados ribeirinhos oferecem exclusividade e status, por serem espaços de lazer que não estão disponíveis para todos. Sendo assim, as práticas de lazer empreendidas nesses espaços servem para demarcar a posição social de seus realizadores.

Sobre essa questão da estandardização das atividades de lazer, pudemos constatar a partir das entrevistas realizadas, que o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos faz parte de uma lógica de consumo mais ampla, marcada pela procura da distinção e homogeneidade social, também nos momentos de lazer. Fazemos essa afirmação porque quando perguntados sobre suas atividades de lazer nas cidades em que residem, os entrevistados que possuem casas nos loteamentos fechados ribeirinhos mostraram que suas práticas de lazer estão restritas, basicamente, a espaços privados como restaurantes, bares e, também, *shopping centers*. Alguns entrevistados declararam que os *shopping centers* são espaços ideais para o lazer nas cidades, visto que dentro deles as pessoas têm acesso a um conjunto de atividades, como cinemas, boliche, restaurantes e as próprias lojas, podendo contar ainda, com a sensação de segurança que esses espaços oferecem, por serem vigiados e monitorados. Segundo os entrevistados:

> *As únicas coisas que a gente faz como lazer lá em Rio Preto é ir jantar na casa de amigos e ir ao shopping de vez em quando. Eu acho mais prático ir ao shopping, porque lá a gente pode almoçar, depois ir ao cinema, dar uma olhada nas lojas. Além disso, tem estacionamento e podemos considerar que é um lugar seguro. Mesmo assim, a gente não vai com tanta freqüência, não. Nossos filhos vão muito mais. (40 anos, arquiteta, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Marina Bonita)*

> *A gente costuma ir ao shopping com certa freqüência. Eu gosto de andar nas lojas, levar as crianças nos brinquedos que tem lá dentro, comer alguma coisa. Tem muita opção, você pode fazer de tudo, até pagar contas. Além disso, é um ambiente agradável, climatizado. Então, fora o rancho, a gente costuma ir para o shopping. Ou então, ficar em casa, alugar um filme, fazer uma comida diferente. Só isso. (45 anos, dentista, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Belvedere)*

As falas dos entrevistados, que possuem casa nos loteamentos fechados ribeirinhos, indicam que as atividades de lazer que realizam em suas cidades estão ligadas ao consumo. Quando saem de casa com o objetivo de se divertirem, os entrevistados buscam espaços em que possam consumir produtos e serviços. Assim, realizam um lazer de consumo, em espaços de consumo. Nenhum desses entrevistados apontou a utilização de algum espaço público, como praças e parques para a realização de suas atividades de lazer. Estão sempre em espaços privados, que pressupõem uma homogeneidade no que se refere aos gostos e ao padrão social.

Nesse aspecto, o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos constitui uma continuação do tipo de prática de lazer que empreendem nas cidades em que residem. São espaços privados, onde

as pessoas consomem a Natureza, o bem-estar e a tranqüilidade, em espaços tidos como seguros. Além do lazer nos espaços de consumo, podemos destacar que muitos entrevistados apontaram o lazer dentro de suas próprias residências, como reunião entre amigos, assistir a filmes, churrasco em família, etc. Nesses casos, o lazer também é estabelecido dentro de um parâmetro determinado de sociabilidade, visto que ocorre entre pessoas pré-definidas e selecionadas. Estão excluídas, dessa forma, ou pelo menos se tenta excluir, as possibilidades de encontros eventuais com pessoas diferentes, como os espaços públicos podem propiciar.

Constatamos, a partir dos depoimentos dos entrevistados que residem nas cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos e que não possuem casas nesses empreendimentos, que os espaços de lazer que eles utilizam diferem um pouco dos utilizados pelo outro grupo de entrevistados. As cidades em questão, Buritama, Penápolis e Zacarias, não possuem *shopping centers*, nem muitas opções diferenciadas de bares, restaurantes e outros equipamentos de lazer. O lazer nessas cidades, segundo os depoimentos levantados, ainda está muito ligado a ir à missa aos domingos, dar uma volta na praça, comer um lanche, tomar um sorvete. Assim, foi constatada com maior freqüência a utilização de alguns espaços públicos como a praça, a avenida, as ruas do centro, as calçadas onde as pessoas ficam vendo o movimento. No entanto, o lazer que ocorre nesses espaços não é valorizado, sendo percebido como a única opção que as pessoas têm. Os moradores dessas cidades que possuem um nível de renda mais favorável, procuram outras cidades, para ir ao *shopping*, cinemas, bares e boates, pois consideram que as atividades de lazer que suas cidades oferecem não são suficientes, ou não são adequadas para seus gostos. Sobre essa questão, destacamos os depoimentos a seguir:

> *As opções de lazer aqui na cidade são muito restritas. Ou você vai para a "avenida"* [Avenida Leandro Ratisbona de Medeiros – que concentra alguns bares e lanchonetes, para onde as pessoas costumam se dirigir nos finais de semana, no final da tarde e também à noite] *ou não tem mais nada. Você acaba ficando cansado de fazer as mesmas coisas. Então, eu sei que muitas pessoas daqui vão pra Araçatuba, para Birigui, procurando os shows, as boates, os barzinhos e até o shopping, pra ir ao cinema, comer alguma coisa. É o que acaba acontecendo, temos que procurar opções de lazer em outras cidades.* (33 anos, dentista, residente na cidade de Penápolis)

> *O único lazer que eu encontro aqui e acho que a maioria das pessoas também, é ir para a praça, ficar dando voltas lá no centro, comer um lanche, uma pizza. Ir a um baile quando tem. Só isso. Tomar um sorvete no domingo à tarde, ficar vendo o movimento. Eu vejo pelos meus alunos. Eles vivem reclamando que Buritama é o fim do mundo, não tem nada para fazer, nem de dia, nem de noite. Muitos vão pra outras cidades.* (44 anos, professora, residente na cidade de Buritama)

> *Olha, lazer, lazer mesmo, para diversão, aqui em Zacarias não tem muita coisa não. A gente costuma ir pra Buritama, para comer uma pizza, beber uma cerveja, mas lá também é só isso. De vez em quando tem um baile e a gente vai. Aqui é mais dar uma volta na praça depois da missa e só. Tem que ir pra outro lugar. Os jovens então, eles sofrem mais, porque não tem nada para eles fazerem, para sair, paquerar, essas coisas da idade deles.* (37 anos, advogada, residente na cidade de Zacarias)

Gostaríamos de ressaltar, antes de prosseguirmos nossa reflexão sobre as atividades de lazer, que estamos, apenas, levantando algumas questões para serem pensadas e desenvolvidas em outro momento, visto que o foco de nossa pesquisa não consiste em analisar mais profundamente os espaços e as práticas de lazer das cidades estudadas. Nesse sentido, estamos apresentando, mesmo que, sucintamente, algumas reflexões que consideramos interessantes e importantes para a compreensão da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, não no sentido de esgotá-las e sim, de fornecer um panorama interpretativo que facilite o entendimento do significado dos espaços de lazer ribeirinhos que estamos analisando.

Nessa linha de análise, pudemos constatar que as percepções dos entrevistados que estão fora dos loteamentos, sobre os espaços de lazer que suas cidades oferecem não contemplam os loteamentos fechados ribeirinhos como opções, mostrando a tendência que esses espaços possuem de serem destinados a grupos sociais específicos, não fazendo parte do imaginário dos entrevistados como espaços integrantes da lista de espaços de lazer de suas cidades.

É interessante ressaltar, também, que a maior parte das referências ao lazer, tanto dos entrevistados que possuem casas nos loteamentos, quanto daqueles que estão fora de seus muros, dizem respeito ao lazer noturno. Para eles, as atividades que consideram como sendo de lazer referem se a jantar fora, ir ao cinema, boates e bares, durante a noite. Na maioria das entrevistas, não tivemos nenhuma alusão aos espaços ligados à Natureza como possibilidades de lazer. Nem mesmo nas cidades que possuem as chamadas "prainhas municipais", espaços públicos nas margens dos rios, como Buritama e Zacarias, esses espaços foram citados. Para os entrevistados que possuem casas nos loteamentos fechados ribeirinhos, o lazer em contato com a Natureza só é possível em seus ranchos nesses empreendimentos. Essas questões podem nos dar pistas sobre a concepção de lazer e de Natureza que nossos entrevistados possuem.

Ainda sobre a questão das atividades de lazer, é importante destacar que precisamos considerar a faixa etária a que se destinam. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, sua apropriação é feita basicamente pelas pessoas mais velhas, acima de 30 anos, e pelas crianças. Alguns entrevistados relatam que conforme seus filhos vão crescendo, deixam de se interessar pelo rancho nos loteamentos e preferem passar seus finais de semana na cidade, fazendo outras atividades, sendo que uma bastante destacada foi a ida aos *shopping centers*. Os jovens só "*concordam*" em ir para os loteamentos fechados quando levam seus amigos ou na ocasião de alguma festa. Para ilustrar essa situação, destacamos os depoimentos a seguir:

> *É interessante você me perguntar isso, porque nós notamos muito essa diferença. Nós temos dois filhos, um de 9 anos e outro de 15 anos. O mais novo adora vir pra cá. Não vê a hora de chegar o final de semana pra ele poder vir pra cá e se divertir. Aqui ele pode fazer muitas atividades, joga bola, nada no rio, nada na piscina, anda de bicicleta. Tudo isso com a vantagem de que a gente não precisa ficar o tempo todo em cima dele. A gente observa, mas pode deixar ele andar pelas ruas sozinho, pode deixar ele ir jogar bola no campinho, que não tem perigo. Então ele gosta. Agora, o outro! É sempre uma luta fazer que ele venha para cá com a gente.*

*Ele acha chato, monótono, fala que aqui não tem nada para fazer, os amigos dele não estão aqui. Então, às vezes a gente traz os amigos também, é uma condição para ele vir com a gente. Ele gosta é de ficar na cidade, ir para o shopping, ficar com a turminha dele. (*48 anos, empresária, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Orla Um, em Buritama)

Meu filho acha que isso aqui é a morte. Fala que ele não é velho para se enfiar no meio do mato, que aqui é muito quieto, só tem gente velha. Essas coisas. Mas de vez em quando ele pede para o meu marido deixar ele vir para cá com os amigos dele, para eles passarem o final de semana sozinhos. Ai a gente deixa, porque aqui dentro eles estão seguros. Então a gente compra as coisas, traz eles no sábado de manhã e vem buscar no domingo à noite. Eles querem ficar sozinhos. A nossa presença inibe um pouco a diversão deles. A gente só pede para os guardas darem uma olhada e no resto eles se viram. É só assim para ele vir para cá. Só com os amigos. Para passar o final de semana aqui com a gente ele só vem mesmo, assim, no Natal e no Ano Novo e, mesmo assim, reclamando. Já teve dia que ele veio e meu marido teve que levá-lo embora à noite porque ele não dava sossego, porque queria ir a uma festa com os amigos. (41 anos, funcionária pública municipal, residente na cidade de Buritama, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia, em Buritama)

O meu filho diz que ele gosta de atividades mais 'urbanas'. Ele não gosta muito daqui, acha muito parado, sem diversão. O que ele gosta é de ficar na internet, que aqui não tem, ir ao shopping com os amigos. Se deixar, ele passa o dia inteiro lá. Vai na hora do almoço e só sai na hora de fechar. Não sei como eles agüentam ficar lá tanto tempo. Ele me fala que aqui é muito sossegado e que ele gosta é de agitação, de ver o movimento, pessoas. Eu me lembro que ele só gostava de vir pra cá na época do vestibular, porque ai ele precisava de tranqüilidade para estudar. (40 anos, arquiteta, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Marina Bonita.)

Dessa maneira, constatamos que o lazer proposto a partir dos loteamentos fechados ribeirinhos é destinado a um público específico, tanto socioeconomicamente, quanto etariamente. Esses espaços são representados como se estivessem em contraposição à cidade e suas práticas, embora tenhamos verificado que as ações ali desenvolvidas não negam a cidade, somente oferecem um descanso, ou uma mudança de ares, para que as rotinas urbanas possam ser continuadas.

Assim, destacamos que uma especificidade dos loteamentos fechados ribeirinhos é sua destinação para o lazer. Esse fato faz com que a apropriação desses empreendimentos seja singular, visto que são tidos como espaços de descontração, descanso, refúgio e prazer, em contraposição ao compromisso, à rotina e às obrigações cotidianas nas cidades.

Outro fator que é específico desse tipo de empreendimento é o fato de que eles não são voltados para a apropriação cotidiana, como nos demais tipos de loteamentos fechados residenciais, visto que são espaços destinados para segunda residência, o que faz com que esses espaços sejam apropriados, efetivamente, somente em períodos específicos, como finais de semana, feriados e férias. Nesses períodos, as pessoas dirigem-se para os loteamentos fechados ribeirinhos com uma predisposição para o divertimento e para o relaxamento. No entanto, esses espaços não ficam privados de utilização durante a semana. Esse período é destinado aos reparos, cuidados com os

jardins, limpeza das piscinas, faxinas nas casas, enfim, um conjunto de atividades que preparam o cenário dos loteamentos fechados ribeirinhos para seus consumidores periódicos.

De acordo com Tulik (2001, p. 11), a segunda residência pode ser definida como uma casa de temporada, de praia, de campo, como um chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer, utilizados por pessoas que têm residência permanente em outro lugar.

De acordo com Becker (1995, p. 10), o aparecimento do fenômeno das segundas residências ocorre, no Brasil, a partir da década de 1950, sob a égide do 'nacional desenvolvimentismo', responsável pela implantação da indústria automobilística e da ascensão do transporte rodoviário como a principal matriz de transportes do país, assim como do surgimento de novos estratos sociais médios e urbanos que começaram a incorporar entre seus valores sócio-culturais a idéia de turismo e de lazer. "(...) O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas)".

Tratando da existência de segundas residências na Europa, Dematteis (1998) destaca que esse costume de possuir uma casa destinada ao lazer, além da residência principal, é muito antigo.

> (...) aquella costumbre de dividir el tiempo entre la *domus* (urbana) y la *vila* (rural) que en la Antigüedad romana era propia de las familias patricias o muy ricas, se convierte, en el medioevo, en una costumbre difundida también entre los estratos sociales medios. Censos del siglo XIV muestran que en ciudades como Génova, Florencia y Perugia casi todos los propietarios de casas urbanas tenían también una casa y un predio rural. Datos análogos aparecen para ciudades como Marsella, Montpellier y Toulouse. Giovanni Villani escribía que, en 1350, Florencia estaba rodeada por «seis mil habitáculos (*abituri*) ricos y nobles que, de juntarlos, hubieran hecho dos Florencias» y, además, siempre en la campiña suburbana, «tienen quintas de recreo los comerciantes, y los artesanos más viles y vulgares». Villani y otros tras él, como Leon Battista Alberti, explican también el fenómeno, no tanto en términos de amor hacia la naturaleza (como sucederá después con el romanticismo) sino como evasión frente a los condicionamientos sociales de las ciudades, como búsqueda de la libertad en un ambiente agradable.

Segundo Assis (2003, p. 112), a residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, visto que implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel, impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular, geralmente, o automóvel particular. Esses fatores fazem com que a segunda residência seja uma modalidade elitista, símbolo de *status* social, para as camadas sociais mais altas e também para as médias. O autor (2003, p. 114) destaca ainda que as segundas residências convertem o fim de semana num fato sociocultural característico da sociedade contemporânea ao associá-lo com um tempo de liberdade, em que a pessoa pode gastar seu tempo livre em atividades que a levem a se encontrar consigo mesma, permitindo que ela se restabeleça das condições adversas do meio social.

Por serem destinados à segunda residência, os espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos não são apropriados diariamente por seus proprietários. Isso faz com que a paisagem desses empreendimentos seja diferenciada durante o período da semana e nos finais de semana. Pudemos

constatar, nas observações em campo, que durante a semana, o que prevalece são os serviços dentro dos loteamentos. Assim, notamos pedreiros trabalhando, jardineiros cuidando do jardim, trabalhadores cortando a grama dos terrenos sem edificações, faxineiras arrumando as casas, trabalhadores recolhendo lixo espalhado nas áreas comuns dos loteamentos, enfim, nesses momentos, os espaços dos loteamentos estão sendo preparados para o "espetáculo" que ocorrerá no final de semana.

Já, nos finais de semana, o cenário modifica-se completamente. Vemos carros estacionados nas frentes das casas, temos as mais diferentes músicas tocando, escutamos conversas e risadas, temos pessoas fazendo caminhada pelas ruas, crianças brincando, as churrasqueiras acessas para o churrasco, ou seja, é nesses momentos que a apropriação efetiva desses espaços é realizada. Podemos dizer que é nos finais de semana, que os espaços dos loteamentos ribeirinhos exercem sua real função: garantir o lazer e o descanso de seus proprietários, que já encontram o palco todo preparado para que possam desfrutar esses espaços.

Apoiamos-nos em Debord (2002, p. 125-140) para fazermos a afirmação de que a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos fazem parte do espetáculo encenado pela sociedade contemporânea. De acordo com o autor, o espetáculo está em todas as instâncias da vida social, servindo para comunicar o incomunicável, a partir da representação dos papéis que consideramos que nos caiba. No espetáculo, concebemos o mundo como representação e não como atividade. O espetáculo se impõe em cada momento de nossa vida cotidiana e gera a desinserção da práxis e a falsa consciência antidialética que a acompanha. No espetáculo, temos a presença real da falsidade garantida pela organização da aparência.

Dessa maneira, consideramos que o consumo feito a partir dos loteamentos fechados ribeirinhos é um consumo idealizado, no qual um conjunto de símbolos é criado e depois organizado materialmente, para que os espectadores contemplem essa representação como realidade. Assim, durante a semana, é realizado um trabalho de organização dos elementos espaciais dos loteamentos fechados ribeirinhos, para que, quando seus consumidores cheguem, nos finais de semana, encontrem tudo da forma como esperam: suas casas limpas, as plantas podadas, a grama aparada, a água da piscina limpa, enfim, um ambiente harmônico e esteticamente organizado, com a finalidade de lhes darem sensações agradáveis que remetam a conforto e bem-estar.

Todo o trabalho realizado para harmonizar a paisagem dos loteamentos fechados ribeirinhos é ignorado pelos proprietários de casas nesses empreendimentos, no sentido de que eles não acompanham sua realização. É claro que eles têm consciência de que esse trabalho é feito, pois pagam por esses serviços, mas, muitas vezes, as relações de trabalho não são nem estabelecidas diretamente entre os empregadores e os empregados, visto que é comum a prática de deixar à cargo da própria gestão condominial do loteamento a contratação dos trabalhadores para realizarem essas tarefas, sendo o pagamento feito também por intermédio dos responsáveis por essa

gestão, que já possuem pessoas determinadas para fazerem esses serviços internos, os quais, geralmente, acabam trabalhando na maior parte das casas do loteamento.

Assim, o espetáculo é garantido por trabalhadores invisíveis, que organizam as peças do cenário para que os proprietários possam dar continuidade ao espetáculo. Sobre essa questão do trabalho realizado durante a semana para deixar o loteamento fechado ribeirinho pronto para seu consumo nos finais de semana, é emblemático o depoimento a seguir:

> *Nós não temos empregados diretos aqui. Têm as pessoas que fazem os serviços de limpeza, manutenção, mas se eu disser que já vi a cara deles eu vou estar mentindo. As próprias pessoas que tomam conta aqui do condomínio já têm as pessoas específicas para fazer esses trabalhos, então a gente só paga no final do mês. E isso é uma tranqüilidade, porque não dá trabalho. Quando a gente chega, já está tudo feitinho, tudo bonitinho e a gente não têm que ficar se preocupando em contratar, se a pessoa vai vir ou não, em combinar o preço do serviço. Até porque ficaria um pouco difícil a gente tratar com os próprios empregados, nós não somos daqui e, durante o final de semana, é proibido fazer qualquer tipo de serviço no condomínio, para manter a tranqüilidade. Imagina você vir para o rancho descansar e ficar escutando barulho de pedreiro batendo martelo! Então, nós não teríamos oportunidade para encontrar com essas pessoas e contratá-las pessoalmente. Assim, é uma comodidade para a gente, já chegar e encontrar tudo do nosso gosto.* (48 anos, empresária, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Orla Um, em Buritama)

Observamos que a entrevistada apresenta certo alívio por não ter que tratar com os próprios empregados sobre as questões trabalhistas. Considera, também, um absurdo a idéia de ir para seu rancho e "*ficar escutando barulho de pedreiro batendo martelo*". O ideal para essa entrevistada é chegar ao loteamento e encontrar "*tudo feitinho, tudo bonitinho*", como se os trabalhadores não existissem. Como se a condição normal dos espaços do loteamento fosse estar tudo arrumado e organizado e que ninguém precisasse realizar as tarefas responsáveis por essa arrumação.

Essa questão da apropriação não cotidiana dos loteamentos fechados ribeirinhos propicia a invisibilidade de alguns processos e problemas presentes nos demais tipos de loteamentos fechados. Uma das questões que alguns pesquisadores (Goes, Sposito e Sobarzo, 2008, p. 26,) têm apontado é a questão dos conflitos entre os proprietários de casas nos loteamentos fechados e seus empregados, representantes do segmento social que querem deixar fora de seus muros. Os empregados, muitas vezes são vistos com desconfiança e têm que passar por revistas e controles. Em alguns casos, são tidos como os causadores de problemas dentro do loteamento.

No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, essa questão é um pouco amenizada, visto que os proprietários de casas, nesses empreendimentos, não têm contato direto com os trabalhadores e eles não são visíveis nos momentos em que os proprietários estão consumindo os espaços dos loteamentos. Isso faz com que a desconfiança nos trabalhadores não seja tão enfatizada.

Podemos perceber assim, que a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos é diferenciada da que ocorre nos demais tipos de loteamentos fechados, pois, seu caráter de não constituir a residência principal de seu proprietário associa um conjunto de valores específicos a esses

espaços. A questão da elitização das segundas residências e de sua associação com *status* social é ampliada no caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, pois, as residências secundárias encontram-se, nesse caso, em espaços fechados e exclusivos, fatores que agregam valor material e simbólico a esses empreendimentos.

A partir das entrevistas e das observações em campo realizadas, pudemos constatar que as pessoas consideram seus ranchos nos loteamentos fechados ribeirinhos como espaços para fugir da rotina e das normas presentes na vida cotidiana, contrapondo suas casas nesses empreendimentos com suas primeiras residências. Assim, os ranchos nos loteamentos fechados ribeirinhos são carregados de simbologias que remetem à liberdade, tranqüilidade, divertimento, entre outras características. Dessa maneira, a apropriação que os proprietários de casas nesses espaços pretendem realizar é permeada por esses valores simbólicos, que os fazem considerar que, quando estão nos loteamentos, podem relaxar e fazer coisas que não seriam adequadas ou não seriam aceitas na cidade. A destinação para o lazer de segunda residência faz, também, com que alguns proprietários relevem algumas atitudes de vizinhos, que talvez não deixassem passar em outros espaços. Para ilustrar essas questões, trazemos abaixo alguns depoimentos colhidos durante as entrevistas.

> *Quando eu atravesso a portaria, deixo todos os meus problemas para fora, porque aqui não é lugar para ficar se preocupando, se estressando por qualquer coisa. Se não, não adiantaria vir pra cá. Eu quero mais é ficar descansando, tranqüilo, tomando um sol, bebendo uma cerveja, batendo papo. Durante a semana a gente não tem tempo. Então, não pode gastar o tempo aqui para se preocupar com as coisas do trabalho, isso é típico da minha mulher. Ela tem dificuldade para desligar. Eu não, quando eu estou aqui, não quero nem saber. Aqui eu me esqueço do mau humor. (*43 anos, vendedor, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica)
>
> *Eu acho que é tão agradável vir para cá justamente por isso. Aqui a gente pode fazer coisas que não dá tempo ou que não pode fazer na cidade. Esse descanso do corpo e da mente é fundamental. Você tem que ter uma atividade diferente daquela que você tem no seu cotidiano, porque se não, você acaba 'pirando'. Aqui a gente acaba até relaxando mais em relação às outras pessoas também. Não fica perdendo o tempo procurando intriga com vizinho, por exemplo. Já aconteceu de nosso vizinho colocar som alto à noite aqui e a gente dizer: deixa, ele também tem o direito de se divertir. Se fosse na cidade, esse comportamento iria irritar a gente, porque no outro dia a gente teria que acordar cedo pra trabalhar. Aqui não, até incomoda, mas você releva, porque é um lugar mais descontraído. As pessoas vêm para cá para fazer festa mesmo. (*49 anos, empresária, residente na cidade de Andradina, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)
>
> *A questão é que não adianta nada a gente vir para o rancho no final de semana e continuar a agir como se estivesse na cidade e tivéssemos que seguir as mesmas regras. Aqui é um espaço mais desencanado, mais livre. A gente pode andar só de short, de chinelo. A gente pode beber um pouco além da conta. A gente pode abusar no videoquê, por exemplo. Lá na cidade já não dá, tem que manter a pose, você não pode sair de casa dessarumado, porque a gente trabalha com a nossa imagem. A questão do videoquê também, se a gente começasse a cantar lá na nossa casa, como a gente canta aqui, certamente chamariam a polícia, pelo barulho e pela qualidade das vozes! Nesse sentido é que aqui a gente pode agir diferente. Se existe um momento e um lugar para você ser 'mais você', podemos*

> *dizer assim, é aqui, justamente por ser um espaço destinado para isso, para a gente descansar e se divertir. (46 anos, empresário, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica)*

> *Bom, eu não posso falar que aqui não existem problemas. Acontece que não é nada comparado com o que acontece na cidade, no sentido de que aqui nós estamos mais relaxados. Na cidade não, tem as obrigações do dia-a-dia, o trabalho, então a gente já fica com o 'pavio mais curto'. É mais fácil da gente explodir. Aqui não, às vezes o cachorro de outro condômino faz as 'necessidades' na frente da sua casa, ou alguém passa 'cantando pneu' e você acaba deixando para lá. Já teve uma vez que algumas crianças arrancaram algumas rosas que minha esposa tinha plantado. Essas pequenas coisas são mais bem recebidas aqui. É claro que não é nada sério. Acho que os problemas sérios afetam a gente em qualquer lugar. Mas aqui é muito tranqüilo.* (45 anos, bancário, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Belvedere)

Podemos observar, a partir desses depoimentos que os loteamentos fechados ribeirinhos são considerados como espaços opostos à cidade, onde as pessoas podem exercer uma cotidianidade diferenciada. Nos loteamentos em questão, não é necessário "*manter a pose*", você deve deixar o "*mau humor do lado de fora*". As pessoas tendem a ficar mais relaxadas, relevando pequenos fatos corriqueiros que, se acontecessem nas cidades, serviriam para aumentar o estresse das pessoas. Os proprietários consideram que, nos loteamentos fechados ribeirinhos, eles podem ser "*mais eles mesmos*", no sentido de que podem relaxar tanto física e mentalmente, quanto em relação às convenções sociais presentes em suas vidas nas cidades. Ali, eles consideram que podem utilizar roupas que os deixem mais à vontade, podem exagerar um pouco mais na bebida e podem até se arriscar a cantarem alto no videoquê. Os entrevistados sentem-se mais livres nesses espaços e, assim, utilizam seu tempo nos loteamentos de forma mais relaxada e menos rigorosa.

Quanto às regras existentes nos loteamentos fechados ribeirinhos, alguns entrevistados demonstraram o desejo de que elas fossem mais brandas, afinal, estão ali para momentos de descontração e diversão em que a obediência às regras não condiz com a liberdade esperada. Nos depoimentos a seguir podemos observar alguns indícios dessa questão:

> *Estamos em um espaço de lazer, de descontração. Não dá para ficar seguindo regras o tempo todo aqui dentro, como na cidade. Aqui tem velocidade máxima para andar nas ruas, menor que nas cidades. Não pode deixar os cachorros soltos, não pode isso, não pode aquilo. É meio chato, porque já tem regras na cidade, aqui dentro são outras, mas tem.* (38 anos, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Portal da Praia)

> *Essa questão das regras é complicada. A gente sabe que precisa delas, porque se não, isso aqui seria uma desordem. Ao mesmo tempo, acho que a gente tem na nossa cabeça, que aqui a gente não deveria ter que seguir tantas regras. Deveria ser diferente. Aqui pode ser considerado como um momento de libertação. Mas essa libertação é relativa, porque continuamos tendo que seguir as tais regras. Acontece que muita gente acha que aqui dentro, eles têm o direito de fazer o que quiserem, porque é uma propriedade privada. É como se todo o condomínio fosse deles e eles pudessem fazer o que quisessem. Só que assim não funciona. As regras existem aqui dentro para isso, porque tem as pessoas que abusam. Se não, não haveria necessidade.* (36 anos, promotor de eventos, residente na cidade de Lins, proprietário de casa no loteamento Belvedere)

> *Aqui no condomínio as pessoas não costumam seguir muito à risca as regras não. Tem muitas pessoas que nunca leram o regimento interno, pra saber o que pode e o que não pode. E o loteamento, pela sua parte, também não cobra muito nesse sentido, porque no final das contas, essas pessoas são proprietárias do condomínio. Então, o que acontece não é que aqui dentro não existam as regras. Elas existem e são parecidas com as da cidade. O que aumenta aqui é o descumprimento dessas regras, por causa da questão da propriedade e também porque as pessoas consideram que aqui as coisas devem correr mais soltas, sem o rigor da cidade, porque são espaços para a recreação.* (56 anos, médico, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita)

Percebemos, assim, que nos loteamentos fechados ribeirinhos a destinação para o lazer ligado à fuga do cotidiano urbano, associado à "posse" das áreas comuns desses empreendimentos, faz com que alguns entrevistados esperem não terem que cumprir regras dentro desses espaços, que "*são deles*" e que não são destinados para os mesmos fins que os outros espaços urbanos. A partir daí, ressaltamos a contradição existente nesse processo, visto que as pessoas que consomem esses empreendimentos desejam passar seus momentos de lazer em espaços menos repressores, mas acabam buscando esse aspecto em espaços controlados e normatizados.

Dessa maneira, o que conseguem é apenas mudar um pouco o conteúdo das regras que irão seguir, ou seja, durante a semana são regidos por um conjunto de normas. Já, nos finais de semana, suas ações são normatizadas por outro conjunto de regras formais e informais, muito parecidas com as que seguem nas cidades. É importante ressaltar que todas as relações socioespaciais são mediadas por regras estabelecidas formalmente ou constituídas no plano informal. Dessa maneira, cada espaço e cada situação exigem que sigamos determinadas normas e comportamentos.

O que queremos dizer ao afirmar que alguns entrevistados desejam realizar suas práticas socioespaciais nos loteamentos fechados ribeirinhos sem a observância de regras é que, por terem o objetivo de se separar das atividades empreendidas nas cidades, ligadas ao trabalho e à rotina, as pessoas esperam que seus momentos de lazer sejam menos cerceados por normas. Ou pelo menos, que essas normas sejam mais brandas que as encontradas nas cidades. Mas os loteamentos fechados ribeirinhos acabam apresentando regras muito parecidas com as encontradas nas cidades. Isso porque mesmo que esses espaços sejam construídos simbolicamente como representantes de uma negação da cidade e de suas práticas, esses empreendimentos são apenas espaços que possibilitam uma fuga momentânea e incompleta do cotidiano urbano. Assim, podem ser considerados como espaços que permitem um distanciamento da cidade, sem deixarem de ser urbanos. Fazem parte de um processo de "retroalimentação" das cidades e de suas práticas, visto que permitem um relaxamento momentâneo para que as pessoas possam passar mais uma semana na cidade.

Durante a realização das entrevistas e das observações em campo, observamos que, em alguns casos, a rotina urbana não é deixada de lado quando as pessoas vão para os loteamentos fechados ribeirinhos. Muitas delas levam trabalho para esses espaços, não conseguem deixar de acordar cedo, as crianças levam suas tarefas e seus trabalhos escolares. Assim, vemos a incompletude do distanciado possibilitado pela apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos.

Outro fator que evidencia que os loteamentos fechados ribeirinhos, ao invés de se oporem à cidade, estão totalmente inseridos na lógica urbana, apesar de estarem cercados por entornos rurais, é a questão das infra-estruturas que esses empreendimentos apresentam, possibilitando um contato com a Natureza com um alto grau de conforto. As pessoas não querem entrar em contato com a Natureza "selvagem", querem consumir um tipo específico de Natureza, controlada e arranjada paisagisticamente, não abrindo mão das comodidades que possuem em suas vidas cotidianas. O lazer é buscado assim, em espaços que associam as amenidades naturais, com as infra-estruturas urbanas. Isso porque, apesar da idealização da proximidade com a Natureza, os segmentos de maior padrão aquisitivo, não desejam retornar a uma situação considerada como "primitiva". O que querem, na verdade, são cenários bonitos e confortáveis, que possibilitem o estabelecimento de simulações que os distanciem, momentaneamente, de suas rotinas.

Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos, apesar de estarem cercados por espaços rurais, constituem espaços urbanos, que inicialmente parecem denotar sua negação, mas que na verdade são apenas espaços onde encontramos práticas e temporalidades diferenciadas, mas inseridas na lógica da reprodução urbana. A partir disso, podemos perceber que outra especificidade da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos é a redefinição das relações entre cidade e campo, urbano e rural, visto que a inserção desses empreendimentos em entornos rurais leva conteúdos de urbanidade para esses espaços.

2.3.2 – Loteamentos ribeirinhos: redefinições das relações entre rural e urbano

De acordo com Viñas (2008), as residências secundárias podem ser consideradas como instrumentos de difusão e dispersão da cidade sobre o campo, por meio de processos diversos como suburbanização, periurbanização e rururbanização. Dessa maneira, os espaços rurais são modificados pelo estabelecimento das residências secundárias, que podem ser consideradas como espaços "ecológicamente especializados de la ciudad".

De maneira geral, a relação entre o urbano e o rural vem sendo tratada basicamente segundo duas perspectivas. Uma delas defende o caráter dicotômico entre essas duas dimensões, reafirmando a diferença e a separação entre elas, enquanto a outra se baseia na idéia de que o rural e o urbano seriam um "continuum", fazendo parte de um mesmo processo. A posição dicotômica vem sendo construída historicamente e é resultado de uma estratégia que tentou relacionar o campo e seu modo de vida rural ao atraso com o intuito de que o novo modo de vida, o das cidades, fosse solidificado. A ruralidade deveria ser substituída pela urbanidade e assim, a urbanização expandiria as condições do novo modo de produção, estendendo a "civilidade" a todos. (BAGLI, 2006, p. 54)

Conforme Castells (1999, p. 24), a noção de urbano oposta ao rural pertence à dicotomia ideológica entre sociedade tradicional/sociedade moderna, e refere-se a certa heterogeneidade social e funcional , existente entre essas duas realidades. Essa distinção rural/urbano aparece então como expressão da divergência entre uma realidade moderna, a urbana, identificada com o capitalismo, com o progresso da técnica e com novos padrões de relações sociais e estilos de vida e uma realidade tradicional, a rural, refratária a esses elementos. É aí também que identificamos a oposição entre aquilo relativo à urbanidade (ilustrada, civilizada) e a rusticidade (ingênua, rústica).

Consideramos que as atuais dinâmicas socioespaciais presentes no meio rural e no meio urbano vêm exigindo uma superação dessa visão dicotômica, que considera essas duas dimensões como opostas. Esse enfoque polarizador que trata o urbano e o rural como sendo realidades descoladas, desconectadas, não consegue mais explicar os processos que vêm ocorrendo nesses espaços. Aliás, essa visão nunca refletiu a realidade das relações entre o urbano e o rural, visto que elas sempre demonstraram o caráter integrado e complementar dessas dimensões socioespaciais.

Dessa maneira, opor urbano ao rural e cidade ao campo, é negar a complementaridade entre esses espaços, que se apresenta desde a origem das primeiras cidades. O campo e a cidade se originam de um mesmo processo e um é responsável pela manutenção do outro.

Sendo assim, consideramos que qualquer discussão sobre as relações entre o urbano e o rural deve ser realizada partindo-se do princípio da integração dessas duas dimensões, em que as dinâmicas de uma influenciam diretamente na outra e vice-versa. A visão dicotômica, assim como os enfoques que tentam valorizar mais uma dimensão que a outra, devem ser superados, diante da crescente interpenetração desses espaços.

É certo que o campo e a cidade possuem diferenças, mas não cabem juízos de valores, priorizando a importância de uma ou de outra dessas dimensões da realidade ou as hierarquizando. No que diz respeito às dinâmicas encontradas nas cidades, podemos constatar que, nesses espaços, a rapidez e a intensidade com que ocorrem são muito mais acentuadas do que no campo. Esse fato não significa que o campo seja imutável e homogêneo, visto que, apesar de mais lentas, as transformações não deixam de ocorrer.

Dessa maneira, destacamos que apesar dessa característica de complementaridade e integração, o meio rural e o meio urbano possuem elementos e dinâmicas que os diferenciam. A tendência é que, cada vez mais, essas dinâmicas se mesclem, fazendo com que elementos urbanos e rurais coexistam em espaços muito próximos ou nos mesmos espaços. No entanto, isso não significa que ao se mesclarem, urbano e rural, diluam-se e se percam um no outro, transformando-se em uma realidade homogênea. O que acontece é a criação de novos espaços em que urbano e rural adquirem novas características, mas mantém singularidades.

Sendo assim, consideramos que o rural e o urbano devem ser entendidos a partir de suas articulações, ou seja, um em sua relação com o outro. A estratégia de opor o rural ao urbano e o campo à cidade, não se justifica, pois não poderia haver cidades sem campo. O campo e a cidade

originam-se de um mesmo processo e as práticas que se estabelecem nesses e entre esses espaços são complementares. Assim, a idéia de "continuum" urbano-rural se apóia no fato de que podemos identificar uma continuidade e uma complementaridade socioespacial entre o meio urbano e o rural, a partir das relações estabelecidas entre essas duas dimensões.

Segundo Le Goff (1997, p. 32), a "desruralização" das cidades é um fenômeno que se desenvolve no século XIX, visto que até esse século persistia, de forma mais intensa, uma certa atividade rural nas cidades. O autor destaca que, apesar desse fato, a cidade pode ser penetrada pelo campo sempre que se fizer necessário, assim, não seria pertinente definir uma separação absoluta entre os dois. Le Goff (1997, p. 124) ressalta, também, que é na Roma Antiga que se cria, do ponto de vista cultural, uma oposição muito forte entre cidade e campo. Os termos relacionados com a cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância, sendo que a palavra urbanidade vem do latim urbs; polidez, da polis grega. O campo é tido assim, como sede do bárbaro, do rústico, do atrasado.

Segundo Lefebvre (2002, p. 17), caminhamos para a constituição da "sociedade urbana", a partir de um conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa, para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização, ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, ou seja, passaremos de uma realidade em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano. Assim, o autor compreende a urbanização completa da sociedade como uma tendência, entendendo que a sociedade urbana ainda é uma virtualidade, uma possibilidade.

O tecido urbano expande-se, estendendo-se sobre o campo. Devemos entender o tecido urbano não de uma maneira restrita, como se ele fosse apenas o domínio edificado das cidades, mas sim, como sendo um conjunto de manifestações do predomínio dos elementos urbanos sobre os rurais. Assim, segundo Lefebvre (2002, p.17), uma segunda residência, uma rodovia ou um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

Assim, a relação cidade-campo transforma-se. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de seus elementos tradicionais. O tecido urbano irá, assim, prender em suas redes a maior parte dos territórios, caminhando para uma superação da oposição campo-cidade. Porém, esse fato não ocorrerá em meio a uma confusão generalizada, com o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele. O que temos é a criação de novos espaços que absorveram certas características desses dois tipos de espaços. (LEFEBVRE, 1969, p.67)

É relevante destacar que Lefebvre trata da urbanização da sociedade juntamente com o processo de territorialização do modo de vida urbano e não necessariamente da territorialização da cidade em si. A simples implantação de infra-estruturas sociais, como eletrificação rural, escolas e transportes no campo não é indicativo do processo de urbanização da sociedade, visto que as pessoas do campo também necessitam desses serviços, apesar deles estarem, em grande parte do território brasileiro, concentrados quase que exclusivamente nas cidades.

O processo de urbanização da sociedade diz respeito às práticas socioespaciais que se desenvolvem no espaço rural e no espaço urbano. O modo de vida urbano tende a submeter e a influenciar cada vez mais o modo de vida rural, não no sentido da eleição do urbano como dimensão privilegiada ou mais importante, e sim no contexto do estabelecimento de práticas cada vez mais complementares, levando à necessidade de superação do pensamento dicotômico.

O campo não deixará de existir e a cidade não "reinará" como espaço único, o que temos é a tendência de uma interpenetração de práticas socioespaciais ligadas ao urbano e ao rural, produzindo espaços mistos. A cidade e o campo, como materialidades que expressam práticas socioespaciais definidas, restritas e exclusivas a cada um desses dois tipos de espaço, não poderão mais ser observadas deste modo, visto que o urbano transcende o espaço da cidade, caminhando para o campo e o rural também pode transcender do campo para a cidade.

Assim, vemos que o meio urbano, a partir de suas relações socioespaciais e dos comandos e interesses de parte de seus sujeitos sociais, subordina o meio rural, gerando novos tipos de relações. Mas esse pensamento não pode adotar um sentido único, pois o rural também influencia o urbano. Nesse contexto, defender o fim ou a decadência do campo ou de práticas e valores rurais não seria uma abordagem restrita ou inadequada.

Conforme Côrrea, (2001, p. 48), o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano, do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade econômica. As cidades não podem mais ser identificadas apenas como o lugar da atividade industrial nem os campos com o da agricultura e da pecuária. Logo, não podemos caracterizar o meio rural brasileiro como sendo somente agrário, visto que devemos considerar a presença de outras atividades não-agrícolas que estão sendo desenvolvidas nesses espaços, como, por exemplo, o turismo.

Nesse sentido, Teixeira (1998, p. 56) assevera que o espaço rural não é mais o que ele era, daí a pertinência de nos referirmos a espaços rurais, no plural, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agricultura das mais primitivas ou tradicionais até outras ligadas às técnicas mais modernas do mundo contemporâneo. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação, enquanto há outros em que as tradições têm peso fundamental na definição das práticas, da paisagem e dos usos de solo. O fato é que nesses espaços temos, ao mesmo tempo, transformações e permanências, com o rural tornando-se plural, complexo e polifuncional.

Graziano (2001, p. 43) aponta que, no "novo rural" brasileiro, podemos encontrar as velhas dinâmicas de geração de emprego e renda, associadas aos complexos agroindustriais. Mas elas não representam mais as únicas e, em muitos casos, nem mesmo as principais fontes geradoras de rendas. Sendo assim, os espaços rurais não se definem apenas pelas atividades agrícolas, mas também por atividades não agrícolas. É também importante ressaltar o aumento cada vez mais evidente do número de famílias que combinam a agricultura com outras fontes de renda como empregos urbanos ou em propriedades vizinhas.

Segundo Graziano (2001, p. 136), o espaço rural tem sido atingido pelas conseqüências das políticas atuais para o setor (dificuldades de financiamento para custeio e investimento, expropriação do homem do campo, mobilidade populacional, desemprego urbano, aumento da exclusão e violência social), e esses são os motivos que têm levado a população rural a buscar, através de estratégias, alternativas para se reproduzir e/ou mesmo acumular proporcionando uma nova configuração desse meio rural brasileiro. Essas atividades não-agrícolas, na maior parte das vezes, modificam o cotidiano e a paisagem, que vão perdendo gradativamente suas características rurais, visto que incorporam, cada vez mais, elementos ligados à lógica urbana.

A constituição da sociedade urbana caminha, assim, para uma redefinição das relações estabelecidas entre cidade e campo, não no sentido de transformar o campo em cidade e sim no que diz respeito às novas formas de articulação entre o urbano e o rural, dando um novo caráter para a dicotomia cidade x campo (Carlos, 2003, p.180).

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos, levando consigo, segundo Lefebvre (1969, p. 17), os sistemas de objetos e sistemas de valores componentes do modo de vida urbano. Como sistema de objetos podemos citar a infra-estrutura, a rede elétrica, o sistema de esgoto, os encanamentos de água, etc. Entre os elementos do sistema de valores temos os lazeres, os costumes e também as preocupações com a segurança e a exigência de uma racionalidade mais característica da cidade.

Nesse processo, a relação entre urbanidade e ruralidade não desaparece, pelo contrário, intensifica-se e acaba interferindo em outras representações e em outras relações sociais. Nos loteamentos fechados ribeirinhos, podemos observar as inter-relações contraditórias entre a dimensão urbana e a rural, que estão no cerne da produção desses espaços.

A partir da implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos, podemos constatar que o urbano não está mais restrito à cidade e nem o rural ao campo, visto que os modos de vida, os hábitos e costumes urbanos extravasam as fronteiras materiais a que estavam tradicionalmente atrelados e "invadem" o campo.

Essa crescente complexidade das relações entre o urbano e o rural faz com que não seja mais possível, em alguns casos, identificar imediatamente os limites do que é espaço urbano e do que é espaço rural. Essas unidades espaciais e seus valores correlatos passam a se relacionar mais intensamente, coexistindo numa mesma área, trazendo novos significados para esses espaços.

Sendo assim, diante da crescente interpenetração entre espaços rurais e urbanos, o enfoque central não deve ser dado para o estabelecimento do que seja urbano ou do que seja rural, na perspectiva de se estabelecer fronteiras entre essas dimensões, o importante é estudar, cada vez mais, as dinâmicas que envolvem esses espaços e as formas pelas quais são estabelecidas essas novas relações.

Dessa maneira, o entendimento desses espaços deve passar pela análise dos objetos e ações que fazem parte de suas composições, levando-se em consideração que o urbano e o rural possuem

diferentes densidades técnicas, informacionais, sociais, diferentes dinâmicas e elementos e, sendo assim, mesmo quando se interpenetram, não perdem totalmente suas características, apesar de adquirirem novos conteúdos.

Conforme Sposito (2006, p, 124), a unidade espacial urbana, como marca das cidades, no decorrer do longo processo de urbanização, "cedeu lugar ao binômio urbano/rural resultado, também da incapacidade, no período atual, de distinguir onde acaba a cidade e começa o campo. As formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos".

Entendemos que a produção e o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos, inseridos em áreas com características rurais, pelos citadinos, revela um processo de ressignificação simbólica do meio rural, que deixa de ser apenas o lugar privilegiado da produção agropecuária e passa a ser valorizado por suas características paisagísticas associadas a um ideal de qualidade de vida. Consideramos que essa nova forma de apropriação do espaço rural, pelas pessoas advindas do espaço urbano, surge da necessidade de se recriar e restaurar, mesmo que simbolicamente, modos de vida considerados anteriormente, por esses mesmos agentes sociais, como atrasados e decadentes. Viver o diferente passa a ser uma questão de status e qualidade de vida.

Essa nova forma de relação entre o rural e o urbano pode ser entendida, segundo Bagli (2006, p.65), a partir da análise das territorialidades rurais e urbanas. A forma como as pessoas relacionam-se com o território, construindo territorialidades, está fundamentada em um conjunto de valores, hábitos e costumes que compõem esse modo de vida. Assim, existem diferenças entre as territorialidades rurais e urbanas, visto que as relações em que se fundamentam são edificadas sobre realidades distintas. Mas nem sempre os territórios e territorialidades são edificados respeitando os limites tradicionais das respectivas configurações espaciais. Atualmente, temos territorialidades urbanas no interior de espaços tidos como rurais e territorialidades rurais em espaços tidos como urbanos.

Dessa maneira, Bagli (2006, p. 68) aponta que são construídas estratégias com o objetivo de aproveitar momentaneamente as urbanidades e ruralidades existentes nos espaços. Assim, a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos insere-se nesta lógica, visto que os moradores das cidades buscam os loteamentos como forma de se "libertar" da cidade, objetivo que, entretanto, não se realiza completamente. O que as pessoas buscam é aproveitar as ruralidades sem destituírem-se de seus hábitos, do modo de vida urbano, ainda que não desejem que o campo se torne cidade. Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos constituem espaços em que as relações entre as territorialidades urbanas e rurais devem ser analisadas.

Essa revalorização simbólica do rural presente na produção e na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos pode ser entendida porque a vida cotidiana moderna, marcada por ritmos acelerados e práticas que reproduzem, cada vez mais, a cisão entre a Sociedade e a Natureza, faz com que surjam sensações de nostalgia, de saudade de uma Natureza e de um passado perdidos, os

quais podem ser representados pelo campo. Neste sentido, o campo ou a residência no campo significa a Natureza, o sol, o verde, a saúde e a liberdade e, numa visão oposta, a cidade representa a "servidão". Assim, o rural, a vida no campo, seus costumes, seus ritmos e dinâmicas, são considerados naturais e bons, em oposição à cidade, que é vista como antinatural, impondo ritmos de vida e costumes contrários ao homem. (LEFEBVRE, 1991, p.46)

Essa nostalgia de um passado rural, que representa a qualidade de vida, a tranqüilidade e o sossego, é trabalhada pelos empreendedores imobiliários que oferecem um produto mercadológico ideal, para que as pessoas possam buscar, em seus momentos de lazer, um rompimento com sua rotina e com o entorno que as cerca, por meio de espaços diferenciados que trazem outros elementos e valores para suas vidas.

A partir das entrevistas realizadas, pudemos constatar que, em muitos casos, embora não todos, a motivação de escolher um empreendimento como os loteamentos fechados ribeirinhos para desfrutar os momentos de lazer, está ligada a um contato rural que os entrevistados tiveram, em alguma fase de suas vidas, seja por meio de visitas a sítios e chácaras de parentes e amigos, ou até mesmo, por já terem morado no campo. Sobre essa questão, destacamos os depoimentos abaixo, que mostram o desejo de um retorno a um contato com o mundo rural.

> *Eu posso falar que eu tenho origem do campo. Meu pai tinha um sítio e eu morei lá quando eu era criança. Então minha infância eu passei na roça e a gente tinha bastante contato com as coisas do campo, com os animais, a plantação. Nossas brincadeiras eram feitas nesse ambiente. Quando eu estava entrando na adolescência é que meu pai vendeu o sítio e nós fomos morar na cidade. Mas acho que esse gosto pela Natureza, pelas coisas do campo, continuou. Então, eu acho que esse contato teve influência* [na motivação de comprar uma casa no loteamento fechado] *sim, porque hoje, quando a gente vem pra cá, é como se estivéssemos voltando um pouco ao passado.* (50 anos, comerciante, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Portal da Praia)

> *Mesmo eu sempre tendo morado na cidade, a vida inteira eu tenho intimidade com o campo. Eu gosto desse sossego, dessa calma, dessa simplicidade que a gente pode encontrar na roça. Eu acho que por morar em cidade pequena, a gente acaba tendo mais contato com o campo. Tanto pela visibilidade, porque você está vendo sempre animais, a roça, tem também o queijo que você compra o leite, as verduras. Então isso vai criando um gosto pelo rural. Quando eu venho para o meu rancho, é justamente por isso, porque aqui eu tenho a possibilidade de ter minha horta, cuidar das plantas, pescar, ter uma vida mais rural, mesmo. (*41 anos, funcionária pública municipal, residente na cidade de Buritama, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia)

> *Olha, eu acho que o fato de eu gostar desse tipo de lazer, mais sossegado, mais perto da Natureza, tem relação sim, com o fato de eu sempre ter tido contato com o campo. Tenho parentes que têm chácaras, costumo visitar o sítio de alguns amigos. Mas nunca morei no campo. Mas eu gosto da tranqüilidade, de ouvir o barulho dos passarinhos, admirar o pôr-do-sol. Então minha casa aqui no loteamento significa isso, meu cantinho de campo. É onde eu posso ter um ritmo de vida diferente do meu dia-a-dia. (*48 anos, dona-de-casa, residente na cidade de Penápolis, proprietária de casa no loteamento Belvedere)

> *Eu já morei no sítio, já trabalhei com roça. Tenho esse passado. Mas hoje eu já não acostumo mais. Já me adaptei ao ritmo da cidade, ao tipo de trabalho da cidade,*

> *que é mais leve. Mas eu sinto sim, essa necessidade de voltar às minhas origens, de ter contato com a terra. Eu ter comprado o rancho aqui no loteamento tem essa motivação, é uma forma prática de você descansar um pouco da cidade, sem ter que mudar e morar no campo.* (61 anos, empresário, residente na cidade de Monte Aprazível, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara)

No entanto, alguns entrevistados apontaram que nunca haviam tido contato com a realidade rural, a não ser pela observação das paisagens rurais ao longo das estradas. Esses entrevistados explicam essa busca pelos espaços tidos como rurais, justamente pelo desejo de conhecer outra realidade socioespacial, além da que encontram nas cidades. Sobre esse aspecto, os depoimentos a seguir são emblemáticos.

> *Eu nunca tive um contato direto com as coisas do campo. Assim, eu já fui em sítios, mas não que eu entenda da rotina do campo, das atividades típicas da roça. Eu só fui para passear, mas nunca prestei muita atenção. Acho que é justamente por esse desconhecimento que eu me interessei em comprar um rancho. Para conhecer mais outra realidade, tomar contato com outros tipos de atividade.* (43 anos, dentista, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita)

> *Conhecer um pouco das coisas rurais eu conheço, por exemplo, sei olhar uma plantação e dizer do que é, conheço galinha, porco, vaca, essas coisas. Mas é um conhecimento muito raso, só de observar as paisagens, as coisas que acontecem, porque, por exemplo, se você pega uma estrada para ir pra outra cidade, você pode ver as coisas rurais. Então, eu conheço, assim, de observar. Mas sempre tive interesse e o rancho aqui possibilita isso, a gente pode ficar mais perto dessa outra parte da vida, que é diferente da cidade.* (43 anos, vendedor, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Percebemos, assim, que nos casos em que os entrevistados destacam não terem tido um contato mais aprofundado com a realidade rural, há sempre, mesmo que residualmente, algum elemento rural perfazendo suas trajetórias de vida. Acreditamos que isso ocorra devido ao fato de que, por morarem em cidades médias e pequenas, os entrevistados têm mais condições de apreender elementos rurais, visto que o campo e a cidade são materialmente mais próximos em municípios menos populosos. Assim, a compra de um rancho no loteamento fechado ribeirinho possibilita resgatar ou criar um novo contato com uma dimensão específica do rural.

Dessa maneira, nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, podemos constatar uma intensa relação entre o rural e o urbano. As pessoas residentes nas cidades buscam, nesses espaços, saciar suas "necessidades", muitas vezes manipuladas pelos empreendedores imobiliários, oriundas da falta de aspectos ligados à ruralidade (paisagem, temporalidade lenta, contato direto com a Natureza) no seu cotidiano e, nesse movimento, carregam consigo elementos da realidade urbana em que vivem, produzindo espaços mistos que comportam o rural e o urbano numa relação contraditória de afirmação e negação.

A forma como os loteamentos fechados ribeirinhos estão sendo produzidos, ou seja, o modo de parcelamento das glebas, tipos de construção e disposição das casas, arruamentos e implantação de

infra-estruturas, entre outros aspectos, obedece aos padrões dos loteamentos horizontais urbanos. Mas, embora parcelados e edificados como se fossem urbanos, a lógica de uso desses espaços não é a mesma, visto que sua função não é servir de primeira moradia.

O aspecto rural é um elemento central para a compreensão da produção desses empreendimentos, visto que a paisagem em que estão inseridos é rural, diferentemente da paisagem em que se inserem outros tipos de loteamentos fechados. Esse fator consiste num diferencial desses espaços, produzidos e apropriados a partir do movimento de negação/afirmação das características urbanas e rurais, materializadas na venda da paisagem.

O que se busca é reproduzir, nesses espaços, uma territorialidade rural, alcançada de forma temporária e incompleta. Ao realizarem esse movimento de busca de elementos ligados ao mundo rural, as pessoas não abandonam seus hábitos urbanos. Assim, podemos observar que os loteamentos fechados ribeirinhos apresentam, ao mesmo tempo, formas e conteúdos ligados ao urbano e ao rural, ou seja, representam espaços diferenciados que não podem ser entendidos a partir de um pensamento dicotômico, visto que no âmbito das dimensões do rural e do urbano, os elementos que as opõem, também as unem. Esses espaços reafirmam, assim, o fato de que não podemos mais associar o rural apenas com o campo e o urbano apenas com a cidade.

O que podemos observar, então, a partir da análise dos loteamentos fechados ribeirinhos, é que eles representam tentativas de se produzirem simulacros do rural. Os traços que permanecem no rural são apropriados e inseridos na lógica urbana. Temos assim, meras encenações do rural. Nesse contexto, constatamos a inserção da lógica urbana em um espaço paisagisticamente organizado como rural. As práticas que se estabelecem nesses espaços estão muito mais relacionadas ao urbano do que ao rural propriamente dito.

Dessa maneira, procuramos entender os loteamentos fechados ribeirinhos como espaços de simulacro. De acordo com Baudrillard (1995, p. 148), simulacros são representações dos objetos e dos acontecimentos. Na sociedade contemporânea, os simulacros passam a dominar a vida das pessoas, na medida em que não mais, apenas representam a realidade, eles são a hiper-realidade. O triunfo da cultura da representação resulta num mundo simulacional, no qual a proliferação dos signos e imagens tende a abolir a distinção entre o real e o imaginado. Isso significa dizer que, por toda parte, vivemos numa "alucinação estética da realidade".

Dessa forma, vivemos em uma realidade além da realidade, que apreendida por todos no cotidiano, transfoma tudo, do mais próximo ao mais distante, em uma noção de verdade vivida. Os simulacros são representados por signos ou por imagens que apresentam sentidos próprios, gerando realidades autônomas, além da realidade de fato. Assim, o consumo dos símbolos proporciona uma apropriação simulada, que não é falsa, nem irreal – é uma representação vivida como verdade.

Sendo assim, ao se apropriarem de forma simulacional de um símbolo, produzido pelos incorporadores imobiliários, de um contato idealizado com o rural, as pessoas estão transformando esse conteúdo simbólico em realidade. Cria-se, assim, um novo conteúdo para a rural, que não é

uma mentira, e sim, uma realidade criada e vivida como verdade. Dessa maneira, tanto do ponto de vista material, quanto simbólico, os loteamentos fechados ribeirinhos representam uma intensificação das relações contraditórias entre rural e urbano.

Analisando o significado da palavra 'rancho', utilizada para denominar as casas nos loteamentos fechados ribeirinhos, podemos perceber que ela pode ter vários significados, mas no que se refere ao tema de nossa pesquisa, de acordo com o dicionário de língua portuguesa Aurélio, rancho significa: casa ou cabana no campo, nas roças, em canteiro de obras, etc., para abrigo provisório ou descanso de trabalhadores; casa pobre, da roça, choça, ranchinho. Assim, a palavra remete à realidade rural, mas o que vemos, nos loteamentos fechados ribeirinhos, em sua grande maioria, é a produção de casas bem equipadas, seguindo padrões arquitetônicos, que se distanciam da definição de casa pobre ou de cabana. Essa resignificação da palavra rancho, nesse caso, faz parte da introdução de valores e hábitos urbanos em uma realidade tradicionalmente rural.

Sobre as dificuldades de se definir, diante da imbricação de seus processos característicos, o que é urbano e o que é rural, ou ainda, onde começa o urbano e termina o rural, ressaltamos um aspecto interessante referente à implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos nos municípios estudados. As leis municipais de Buritama, Zacarias e Penápolis definem as áreas onde estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos como Zonas de Urbanização de Interesse Turístico. As leis que definem o zoneamento urbano em relação a essa área de urbanização de interesse turístico, nos três municípios em questão, apresentam disposições semelhantes. À titulo de exemplificação, analisaremos o disposto na lei municipal nº 1443/2007 do município de Penápolis. Segundo essa lei, contida no plano diretor urbanístico do município:

> Art. 16. Zona de Urbanização de Interesse Turístico (ZUIT) é um trecho contínuo do território municipal, incluindo suas águas territoriais, a ser preservado no sentido cultural e natural, e destinado à realização de projetos de desenvolvimento turístico, cultural e de lazer.
>
> Art. 17. A ocupação da Zona de Urbanização de Interesse Turístico deve se dar de forma a:
> I - garantir o potencial para o turismo sustentável;
> II - evitar o excessivo adensamento populacional;
> III - evitar a degradação dos recursos naturais;
> IV - evitar a poluição dos recursos hídricos;
> V - criar condições para a recuperação de áreas degradadas;
> VI - propiciar o desenvolvimento do turismo como setor econômico.
>
> Art. 19. À Zona de Urbanização de Interesse Turístico:
> I - é passível, mediante autorização do Executivo Municipal, para uso de moradia, lazer, turismo, atividades culturais e outros de interesse público ou social;
> II - é passível, mediante autorização do Executivo Municipal, de parcelamento para fins urbanos, excluindo as áreas da APP que não poderão ser parceladas;
> III - o parcelamento de solo só será permitido para empreendimento constituído, preliminarmente, como Condomínio ou Associação, em conformidade com a legislação pertinente;

Sendo assim, podemos perceber que as Zonas de Urbanização de Interesse Turístico são faixas de aproximadamente 600 m a partir da margem dos rios, em que podem ser construídos hotéis, pousadas, parques temáticos, clubes e outros empreendimentos, sendo que seu parcelamento pode ser realizado para fins de moradia, lazer e turismo. São áreas em que os empreendimentos implantados devem evitar a degradação das condições naturais, garantindo seu potencial de "turismo sustentável". São áreas tradicionalmente rurais, que podem ter seu conteúdo alterado para a realização de atividades urbanas específicas, ligadas ao lazer e ao turismo.

Dessa forma, vemos que os espaços em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos são juridicamente identificados como urbanos, devendo seguir as regras do parcelamento urbano do solo e pagar o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Mas quando observamos mais atentamente esses espaços, vemos que essa delimitação e essa classificação como área urbana não são assim tão claras. Ainda existem muitos usos rurais nessas áreas, fazendo com que a definição delas como urbanas não demonstre e não explique todos os seus processos e conteúdos.

Como podemos observar nas imagens 10, 11, 12, 13, 14 e 15, que mostram os loteamentos fechados ribeirinhos e seus entornos, destinados para atividades rurais, esses empreendimentos podem ser considerados como enclaves urbanos em meio a uma realidade rural. Dessa maneira, nas Zonas de Urbanização de Interesse Turístico, temos uma mistura de usos, urbanos e rurais, que revela a intensificação das relações entre essas duas dimensões socioespaciais.

Figura 10 – Buritama. Loteamento Riviera Santa Bárbara I e II e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 3 jun 2006

Figura 11: Buritama. Loteamento Jardim Itaparica e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 3 jun 2006

Figura 12: Buritama. Loteamentos Orla Um, Marbella e Vale do Sol I e II e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 21 de maio de 2008

Figura 13: Buritama. Loteamentos Lago Azul I e II, Praia Bella, Portal da Praia e Paraíso das Águas e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 21 de maio de 2008

Figura 14: Zacarias. Loteamento Marina Bonita e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 3 jun, 2006

Figura 15: Penápolis. Loteamento Recanto Belvedere e seu entorno rural. 2008

Fonte: Google Earth, 21 de maio de 2008

A coexistência de usos urbanos e rurais, nesses espaços, faz com que possamos vislumbrar o início de uma tendência à periurbanização. Segundo Schneider (1999), as áreas periurbanas podem ser caracterizadas como: "espaços que não são tipicamente rurais tampouco urbanos". As áreas periurbanas seriam, então, zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas. Nos espaços periurbanos, a mistura entre atividades urbanas e rurais é intensa, sendo que os processos que se desenrolam nessas áreas passam a ter características próprias.

De acordo com Vallete (2004), os espaços periurbanos são territórios metropolizados com baixa densidade demográfica, plenamente inseridos nas dinâmicas dos novos territórios urbanos, mesmo que ainda conservem o essencial de suas características rurais e locais. Esses espaços encontram-se integrados a um conjunto regional urbano mais amplo: área metropolitana fragmentada.

Vemos a partir das análises realizadas nos loteamentos fechados ribeirinhos que a tendência à formação de espaços periurbanos não é exclusiva das metrópoles. A implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos em espaços tradicionalmente rurais dos municípios estudados aponta para a possibilidade de instauração de um processo de periurbanização, ou seja, as atividades rurais e urbanas nesses municípios estão começando a ocorrer, nos mesmos espaços.

Destacamos que, nesses municípios, não são apenas os loteamentos ribeirinhos que indicam essa tendência de periurbanização, mas, também, a presença de outros empreendimentos como pesque - pagues, restaurantes, hotéis, clubes e algumas empresas agroindustriais como frigoríficos de peixes e usinas de açúcar e álcool.

De acordo com Dematteis (1998), da combinação de dinâmicas de periurbanização e de cidade difusa derivam três tipos morfológicos: a periurbanização, a difusão reticular e a superposição de ambas.

> La mera periurbanización puede interpretarse como la situación de desarrollo más débil, en la cual el crecimiento depende sólo de las funciones de servicio (y eventualmente industriales) de un polo urbano dentro de un contexto regional relativamente pobre tanto en servicios como en actividad productiva. La difusión reticular («ciudad difusa») es característica de los tejidos mixtos residenciales y productivos (industriales, terciario-productivos, agro-industriales, turísticos) derivados ya sea de dinámicas endógenas del tipo «distrito industrial» ya sea de la descentralización metropolitana de amplio radio.

Dessa maneira, podemos afirmar que, embrionariamente, temos nas cidades estudadas, aspectos que apontam para uma tendência de constituição do processo de difusão reticular, caracterizado pela cidade difusa, ainda que em fase muito embrionária, isso porque os espaços desse municípios caminham para a constituição de tecidos mistos, com atividades residenciais e produtivas.

Segundo Vale (2004), as áreas periurbanas são uma reserva de espaço próprio para a instalação de equipamentos de lazer. Conforme a autora, esses empreendimentos de lazer periurbanos não decorrem apenas em detrimento da expansão urbana, mas da necessidade dos moradores rurais em busca de uma forma de complementação de renda.

No processo de produção dos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que essa dimensão, da complementação da renda dos moradores rurais não é contemplada, visto que a população rural não é diretamente inserida na lógica de funcionamento desses empreendimentos, sendo que o número de pessoas empregadas nesses espaços é relativamente pequeno e é constituído, primordialmente, de moradores oriundos das cidade.

Sabemos que a implantação de elementos urbanos, como os loteamentos fechados ribeirinhos, em espaços antes rurais, muda sua dinâmica de funcionamento e lhe dá novos conteúdos. Sendo assim, no âmbito das percepções e dos usos empreendidos nesses espaços, temos diferenciações entre os grupos de moradores rurais e as pessoas que consomem esporadicamente os loteamentos fechados ribeirinhos. Os antigos moradores desses espaços possuem um tipo de relacionamento e percepção dessas áreas, enquanto os novos consumidores, oriundos de lógicas diferentes, percebem e utilizam esses espaços de maneira diferente.

A partir das entrevistas realizadas com os moradores de áreas rurais próximas aos loteamentos fechados ribeirinhos, pudemos constatar que a relação e a percepção que eles possuem com a terra e com o meio rural é bem diferente das apresentadas pelos consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos. Para ilustrar essa diferença, apresentamos a seguir, depoimentos desses dois grupos de entrevistados.

> *Eu considero a vida aqui no campo muito boa, a lida é dura, mas no fundo é bom. Foi assim que eu aprendi a viver. Sempre lidando com a terra, com os bichos. Eu não tenho a mínima vontade de morar na cidade. Para mim, numa cidade grande,*

> *por exemplo, a gente não vive direito, as coisas são mais difíceis. Aqui a gente vai levando as coisas no nosso ritmo, vai fazendo as coisas com mais calma. Parece que nosso sítio é o nosso mundo. A gente vai na cidade para comprar algumas coisas, mas a gente se sente bem mesmo é aqui. Até o ar é mais puro, mais fresco. Então as vantagens* (de morar no campo) *são essas, esse é o nosso modo de vida. O campo para nós é a nossa essência. (*45 anos, residente em Buritama, em próxima ao loteamento Lago Azul)
>
> *A vida no campo é ótima. Tem seus problemas, suas dificuldades, é uma vida dura. Mas é o que a gente sabe fazer. Cuidar da terra, tratar dos bichos. Dá sempre uma alegria na gente, quando a gente vê a roça verdinha, os leitõezinhos pequenos, as vacas dando cria. Eu acho que aqui na roça a gente está mais próximo das coisas da criação de Deus. A gente tem a oportunidade de ver as coisas brotando, nascendo. Isso é o que eu acho melhor aqui na vida no campo.* (51 anos, residente em Buritama, próximo ao loteamento Riviera Santa Bárbara)
>
> *Eu acho que viver no campo deve ser difícil. As coisas não são tão organizadas. Não tem tanta infra-estrutura, o trabalho é mais pesado. Então, eu não gostaria de morar na roça não. Agora, aqui no rancho já é diferente. A gente já conta com uma estrutura que nos dá mais conforto. Então aqui é bom, a gente tem contato com um campo domesticado, se é que eu posso dizer assim. Então, pra relaxar, pra ver paisagens bonitas, eu acho bom.* (42 anos, dentista, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Orla Um)
>
> *O que tem de melhor no campo, eu acho que é o contato com a Natureza. É lógico que a produção dos nossos alimentos é importante. Mas, na minha opinião pessoal, eu gosto da tranqüilidade, dos bichos, do verde, do sossego mesmo, que a gente tem aqui no rancho. Serve para gente fugir um pouco do ritmo da cidade. Então, do campo eu privilegio o descanso que ele possibilita.* (56 anos, aposentada, residente na cidade de Araçatuba, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Podemos perceber, a partir da comparação das entrevistas, que os moradores tradicionais das áreas rurais consideram o campo como seu modo de vida, como sua essência. Trabalhar com a terra e dela tirar seu sustento é a forma como aprenderam a viver e é o que lhes dá alegria. Reconhecem as dificuldades da vida no campo, considerada, também, como uma vida dura, de trabalho pesado. Para esses entrevistados, o rural está impregnado em seus hábitos, em suas atividades e em sua forma de conceber a vida. Já, para os entrevistados que consomem o rural a partir dos loteamentos fechados ribeirinhos, vemos que eles não desejam se apropriar do campo em si, considerado por eles como não tendo as infra-estruturas necessárias para um mínimo de conforto. Desejam um "*campo domesticado*", em que a paisagem rural prevaleça, mas que apresente as infra-estruturas a que estão acostumados nas cidades. Privilegiam, no campo, o contato com a Natureza, mas não se interessam pela produção, pelos processos naturais ou pelos hábitos das pessoas do campo. Para eles, o rural ideal é aquele que encontram dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, que lhes oferece sossego e tranqüilidade, por meio das paisagens bonitas.

Querem, assim, consumir um conteúdo específico do rural, diferente do conteúdo que o rural representa para seus antigos moradores. Dessa maneira, a partir da introdução dos loteamentos fechados ribeirinhos no campo, temos a inserção da dimensão urbana nesses espaços, mas também, de um novo conteúdo rural constituído por meio de uma lógica urbana.

Portanto, temos, nesses espaços, a coexistência de duas formas distintas de percepção, uma ligada à apropriação tradicional, pautada nos laços rurais e outra baseada na idealização do rural como fonte de uma maior qualidade de vida, que trata a Natureza como uma mercadoria, vendida para a obtenção de lazer, ponto de vista esse, oriundo dos laços urbanos.

Dessa forma, esses espaços produzem uma realidade complexa, devido à presença de grupos sociais distintos que produzem material e simbolicamente esses espaços, de forma paralela. Temos a constituição, dessa forma, de distintas territorialidades num mesmo espaço.

No caso da heterogeneidade produzida pela implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos em áreas tradicionalmente rurais, vemos, a partir das entrevistas e das observações em campo, que o contato com a realidade urbana não é suficiente para desconfigurar as antigas práticas socioespaciais da área. Isso porque, ao surgirem de uma lógica segregacionista e se constituírem em verdadeiros enclaves, os loteamentos fechados ribeirinhos não propiciam contatos diretos das pessoas que os consomem com os espaços e com as pessoas do entorno. Sobre esse aspecto, apresentamos os depoimentos a seguir.

> *Em relação às pessoas que moram aqui no campo, a gente não conheceu ninguém não. Mas é que a gente vem específico mesmo para o rancho. Uma vez a gente chegou a comprar queijo em um sítio que fica aqui no caminho. Mas foi só. Do resto, a gente fica aqui no condomínio mesmo.* (55 anos, aposentada, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia)
>
> *A gente já tem tudo que precisa aqui dentro do loteamento. Tem o rio, a piscina, o campinho, o parquinho. Então eu acho que aqui é um espaço auto-suficiente. Não teria como a gente ter um contato mais aprofundado, porque eles (*as pessoas do campo) *são diferentes da gente. Têm suas rotinas, ficam mais na deles. E a gente também não sai do loteamento, porque o que a gente procura, já temos aqui.* (49 anos, empresária, residente na cidade de Andradina, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)
>
> *Olha, quando começaram a construir esses condomínios na beira do rio, eu achei que as coisas fossem mudar mais. Mas não, é tranqüilo. Eles ficam lá, a gente só vê o movimento dos carros, de vez em quando escuta algum barulho, mas é só. Não chega a misturar as pessoas de lá com a gente não.* (62 anos, residente em Zacarias, em área próxima ao loteamento Marina Bonita)
>
> *Eu acho que eles [*proprietários de casas nos loteamentos ribeirinhos] a partir de *não estão muito interessados na gente não. Eles vêm mais é para lazer, não é? Por causa da água, do ar puro, dos bichos. Mas com a gente eles nunca mexeram não. Então, não mudou muita coisa não.* (42 anos, residente em Penápolis, próximo ao loteamento Belvedere)

Percebemos assim, que esses dois grupos de entrevistados não mantêm contatos diretos. Apesar de dividirem uma mesma área, os muros impõem limites à troca de experiências entre os antigos moradores e os proprietários de lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos. Até porque o objetivo de sua apropriação do campo não é estabelecer um contato com o rural em si, com seus hábitos e seus ritmos. O que os consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos realizam é uma apropriação urbana de um conteúdo rural simulado.

Dessa maneira, constatamos que esses empreendimentos são áreas isoladas dos espaços que as cercam, apesar de sua lógica de produção estar ligada a eles. As pessoas que adquirem lotes, nesses empreendimentos, consomem a paisagem desses espaços e de seu entorno, mas no plano da apropriação objetiva, não estabelecem relações diretas com a comunidade rural, não havendo assim, um processo de trocas de experiências e valores.

O rural é consumido então, na perspectiva de um simulacro, como sendo um lugar que se vai aos fins de semana para fugir da agitação das cidades. Os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços que estão associados com valores como tranqüilidade e contato com a Natureza, mas onde as relações se dão nas mesmas bases das que ocorrem nas áreas urbanas. As pessoas não se interessam em conhecer e ter contato com uma realidade sociocultural diferente, buscam, apenas, espaços com qualidades diferenciadas das encontradas nas cidades. Dessa maneira, os contatos das pessoas que vão para os loteamentos fechados ribeirinhos nos finais de semana com os antigos moradores rurais do entorno são muito esporádicos e superficiais, quando acontecem, e não são suficientes para alterar a identidade desses espaços, não transformando de forma significativa o ritmo de vida das pessoas que já habitavam ali, embora em alguns relatos, os antigos moradores dessas áreas rurais tenham destacado certo incômodo com essas novas formas urbanas inseridas em seus espaços de moradia, visto que o fluxo de automóveis em direção aos loteamentos às vezes quebra a tranqüilidade do local, assustando os animais e "*tirando o sossego*" deles.

Dessa maneira, apontamos alguns exemplos das especificidades encontradas na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos por eles serem espaços destinados ao lazer de segunda residência. Essas especificidades comparecem, também, quando analisamos as decorrências socioespaciais a partir da implantação e da apropriação desses empreendimentos. Mesmo não sendo o objetivo de nosso trabalho discutir essas decorrências, fazemos uma breve apresentação de alguns aspectos que consideramos interessantes para a compreensão dos loteamentos fechados ribeirinhos.

Consideramos que algumas decorrências socioespaciais oriundas da implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos, por seu caráter de enclave fechado e de sua destinação para o lazer, são diferenciadas. Tanto os outros tipos de loteamentos fechados, quanto os outros tipos de segundas residências são responsáveis por realizar, em maior, ou menor grau, uma reestruturação do espaço em que se inserem. Cria-se um conjunto de infra-estruturas e serviços para dar suporte aos usos realizados nesses espaços. No caso das segundas residências, há a geração de empregos e uma preparação da cidade em que estão implantadas, para atender aos proprietários nas épocas de temporada, gerando também, um incremento da renda para seus moradores. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, esse aspecto é diferente. Os proprietários não vão para suas segundas residências para consumirem a cidade e seus atrativos. Buscam o consumo específico dos espaços dentro dos muros dos loteamentos fechados ribeirinhos.

Sendo assim, consideramos que a implantação e o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos não geram uma integração e um desenvolvimento das infra-estruturas e das relações

socioespaciais nas áreas em que estão localizados. Não levam ao desenvolvimento de atividades de comércio e de serviços no local, não favorecem as relações diretas entre os condôminos e os moradores rurais, não geram um número significativo de postos de emprego, não geram um aumento considerável na arrecadação municipal, pois, apesar de pagarem o IPTU, essas propriedades também demandam serviços públicos, como fornecimento de energia e coleta de lixo.

Dessa maneira, as implicações geradas a partir desses empreendimentos são limitadas, visto que esses espaços não se integram, no plano físico e no plano da apropriação, aos tecidos urbanos das cidades em que estão implantados ou tampouco, às atividades econômicas dos respectivos municípios. A produção dos loteamentos fechados ribeirinhos altera a paisagem, mas as novas formas de relações que acompanham a produção material desses espaços ficam restritas, apenas, ao interior de seus muros, como destacado por um entrevistado:

> *Quando a gente vem para o condomínio a gente passa pela cidade, mas nós nunca paramos para visitar. Nem sei se tem alguma coisa para visitar. Nós sempre viemos direto para o rancho. Eu acho que aqui a gente tem tudo que precisa, a gente sai de casa pra aproveitar o rancho e os outros espaços do condomínio. Então, aqui é completo. A gente costuma trazer os alimentos e as bebidas de casa, nunca paramos num supermercado de Zacarias para fazer compras. Acho que nem deve ter muita variedade de produtos, porque é uma cidadezinha muito pequena. Então a gente não vai parar na cidade não. Aqui a gente tem tudo o que precisa, o que não tem, a gente traz de casa.* (56 anos, médico, residente na cidade de São José do Rio Preto e proprietário de casa no loteamento Marina Bonita)

Podemos observar que, apesar de não causarem conseqüências diretas e consideráveis para a dinâmica urbana em que se inserem, a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos revela alguns processos característicos de outros tipos de empreendimentos fechados. Dessa maneira, podemos apontar como exemplos, a apropriação privada dos espaços públicos interiores aos loteamentos e os processos de segregação, segmentação e fragmentação socioespacial.

No que se refere à apropriação privada dos espaços públicos dentro dos loteamentos ribeirinhos, podemos considerar que esse processo faz parte de um processo que Serpa (2007, p. 36) caracteriza como sendo uma privatização do espaço público por meio da ereção de barreiras que podem ser simbólicas e invisíveis. O espaço público transforma-se em uma justaposição de espaços privatizados que não são compartilhados, mas, sobretudo, divididos entre os diferentes grupos sociais.

Os espaços dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, que deveriam ser integrados ao domínio da cidade, tendo seu acesso livre a todas as pessoas, visto que passariam a constituir espaços públicos, são privatizados, por meio de dispositivos legais, as concessões de uso especial, ou por meio de uma apropriação indevida, ratificada pela complacência das autoridades legais e pelo desconhecimento que as pessoas, em geral, possuem de seus direitos. Assim, os espaços públicos, que podem ser considerados como espaços onde há a possibilidade de livre circulação, de encontros impessoais, da presença de diferentes segmentos sociais, são privatizados e apropriados por um grupo social específico.

Assim, o que se verifica a partir da produção e da apropriação dos loteamentos ribeirinhos é a consolidação de espaços pseudopúblicos, como coloca Sobarzo (2004, p. 27). Para o autor, a consolidação de novos empreendimentos imobiliários - loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos – questionam o significado do espaço público, sendo muitas vezes, "caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais "clean" e, em último termo, negando-a".

Essa mudança que vem ocorrendo a respeito de uma resignificação dos espaços públicos, pode ser verificada nos loteamentos ribeirinhos, como podemos observar nos depoimentos dos entrevistados a seguir:

> *Olha, eu entendo espaço público como sendo um espaço que várias pessoas podem usar. Por exemplo, aqui dento do condomínio nós temos os espaços públicos, que são a água, a área da areia, o parquinho, o campinho, todas as áreas que todos nós podemos utilizar.* (43 anos, farmacêutico, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara)

> *Aqui a gente tem essa divisão entre espaço privado e espaço público. Os espaços privados, eu acredito que sejam as casas, os ranchos em si. Os espaços públicos são aqueles de uso comum, os espaços a que todos os proprietários podem ter acesso* (55 anos, aposentada, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia)

Podemos constatar a partir desses depoimentos, que servem para exemplificar a fala de muitos outros entrevistados, que a visão que eles possuem de espaço público coincide com a visão de espaço de uso comum. Dessa maneira, as áreas de uso comum dos loteamentos ribeirinhos são consideradas como públicas, visto que permitem a apropriação por parte de "*todos*". A questão é que esse "*todos"* está restrito, apenas, àqueles que possuem casas nesses empreendimentos, ficando de fora da possibilidade de sua apropriação por grupos sociais diferentes.

De acordo com Serpa (2007, p. 87), a soma de apropriações de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. Isso porque o espaço público supõe o encontro entre a alteridade e entre grupos sociais diferentes. Quando a apropriação é realizada por apenas um grupo de pessoas e o acesso a esse espaço é restrito, temos a instituição de um espaço pseudopúblico, como no caso dos loteamentos fechados ribeirinhos. As pessoas têm a impressão de que os espaços onde todas as pessoas que estão dentro dos muros podem desfrutar são espaços destinados ao uso público. Assim, sua concepção de público é restrita e deturpada.

Esse processo de apropriação privada dos espaços públicos que acontece nos loteamentos fechados ribeirinhos é marcado pela contradição. Os espaços que deveriam ser de uso verdadeiramente públicos, são privatizados e apropriados por grupos sociais determinados, fazendo que o caráter de público não seja alcançado. No entanto, os consumidores desses empreendimentos percebem essas áreas privatizadas como públicas, mostrando a redefinição da utilização e da percepção acerca das relações entre as dimensões de espaço público e espaço privado que está em curso.

Outros elementos que podem ser entendidos em conjunto, mesmo tratando-se de processos diferentes, e que estão presentes na produção e na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos é a questão da segregação, da segmentação e da fragmentação socioespacial. A segregação socioespacial a partir dos loteamentos ribeirinhos decorre do fato de que os grupos de maior poder aquisitivo escolhem áreas determinadas, separadas por barreiras físicas e também simbólicas, para desfrutarem de seus momentos de lazer. Assim, auto-segregam-se nesses enclaves e segregam os demais grupos sociais, que são obrigados a ficar fora de seus muros.

Esse processo de separação física e simbólica entre os diferentes grupos sociais em seus locais de moradia e, como podemos ver nos loteamentos fechados ribeirinhos, também em seus momentos de lazer, está ligado a um processo de segmentação socioespacial, decorrente da tendência crescente de que os diferentes segmentos sociais realizem suas diferentes atividades cotidianas em parcelas espaciais diferenciadas. Os espaços urbanos são marcados, assim, pela segmentação dos usos, com a produção de espaços próprios para cada segmento social. Podemos constatar que a apropriação realizada nos loteamentos fechados ribeirinhos é uma apropriação segmentada, específica para um grupo social. Assim, são espaços que não pressupõem a convergência de usos para os diferentes grupos sociais.

A fragmentação urbana pode ser considerada como um processo de agudização da segregação e da segmentação socioespacial, quando a cidade se esfacela em parcelas territorialmente desarticuladas entre si. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos podemos observar que há uma tendência para a fragmentação urbana tanto na escala intra-urbana, quanto na escala interurbana.

Sendo assim, pudemos constatar que os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços singulares, que apresentam elementos que os distinguem e que os ligam aos demais tipos de loteamentos fechados. Apresentamos, nesse capítulo, uma caracterização desses empreendimentos, seguida da exposição de algumas questões que podem ser analisadas a partir da produção e da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos. Nossa intenção foi realizar uma introdução de vários aspectos para que as dinâmicas que serão estudadas mais detidamente nos próximos capítulos sejam contextualizadas. Dessa forma, reconhecemos que nosso recorte analítico, diante da amplitude das possibilidades de análise que nosso objeto suscita, deixa de fora muitas questões interessantes e que mereciam um melhor desenvolvimento.

No entanto, seria impossível, no espaço dessa dissertação, abordar aprofundadamente todas as temáticas decorrentes da produção e da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos. Nesse sentido, elegemos como dimensões estruturadoras de nossa análise, três que serão trabalhadas na perspectiva das relações entre os aspectos materiais e simbólicos: apropriação idealizada da Natureza, construção de identidades e busca por "comunidades de iguais" e relação entre a insegurança real e imaginada na produção dos loteamentos fechados ribeirinhos.

CAPÍTULO III

A NATUREZA NOS LOTEAMENTOS FECHADOS RIBEIRINHOS: DISSOCIAÇÃO ENTRE APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA E APROPRIAÇÃO MATERIAL

Absurdo
Vanessa da Mata

Havia tanto pra lhe contar / A natureza
Mudava a forma, o estado e o lugar
Era absurdo

Havia tanto pra lhe mostrar / Era tão belo
Mas olhe agora o estrago em que está

Tapetes fartos de folhas e flores
O chão do mundo se varre aqui
Essa idéia do natural ser sujo
Do inorgânico não se faz

Destruição é reflexo do humano
Se a ambição desumana o Ser
Essa imagem infértil deserto
Nunca pensei que chegasse aqui

Auto-destrutivos
Falsas vítimas nocivas?

Havia tanto pra aproveitar / Sem poderio
Tantas histórias, tantos sabores
Capins dourados

Havia tanto pra respirar / Era tão fino
Naqueles rios a gente banhava

Desmatam tudo e reclamam do tempo
Que ironia conflitante ser
Desequilíbrio que alimenta as pragas
Alterado grão, alterado pão

Sujamos rios, dependemos das águas
Tanto faz os meios violentos
Luxúria é ética do perverso vivo
Morto por dinheiro

Cores, tantas cores
Tais belezas
Foram-se
Versos e estrelas
Tantas fadas que eu não vi

Falsos bens, progresso?
Com a mãe ingratidão
Deram o galinheiro
Pra raposa vigiar

Uma das inquietações que mais preocupam a sociedade atual, dentre o rol das várias que afligem a sociedade contemporânea, diz respeito à forma como as pessoas percebem e se apropriam da Natureza. Ao longo da História, os grupos humanos e as sociedades foram alterando suas maneiras de se relacionarem com a Natureza, caminhando no sentido de uma separação cada vez maior entre ela e os homens.

Segundo Smith (1988, p. 27), assim como uma árvore em crescimento recebe um novo anel a cada ano, a concepção social de Natureza tem acumulado inumeráveis camadas de significado no decorrer do tempo histórico. Dessa forma, a concepção de Natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória.

> A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. Em nosso elenco de concepções da natureza, todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção da natureza. (SMITH, 1988, p. 28)

Para o autor, o dualismo da concepção atual de Natureza é baseado na externalidade e na universalidade. Por um lado, a Natureza é externa, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. Por outro, é concebida como universal. Ao lado da Natureza exterior, temos a Natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos "externos" da Natureza. A Natureza exterior e a Natureza universal não são inteiramente conciliáveis, "pois ao mesmo tempo em que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior". (SMITH, 1988, p. 28)

De acordo com Gonçalves (1998, p.23), o conceito de Natureza não é natural, visto que é resultado de uma construção social, ou seja, é um conceito criado pelo homem. Segundo ele, toda sociedade e toda cultura cria e institui uma determinada idéia de Natureza que vai influenciar na sua forma de agir sobre ela. Para o autor,

> A Natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a Natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, como um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a Natureza "naturalmente" dá, para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva. (GONÇALVES, 1998, p. 26-27).

Dessa forma, podemos concluir que toda sociedade e toda cultura criam um determinado conceito de Natureza, ao mesmo tempo em que criam e instituem suas relações sociais, sendo assim, no interior das relações sociais sempre está embutida uma determinada concepção de Natureza. No caso da Sociedade Ocidental, a Natureza define-se por aquilo que se opõe à cultura, que é tida como algo superior, capaz de dominar e controlar os elementos naturais.

Para Smith (1988, p. 29), o dualismo existente entre a Natureza exterior e a Natureza interior ao Homem não é absoluto, visto que essas concepções são freqüentemente confundidas na prática, por

não poderem ser facilmente separadas. As raízes históricas desse dualismo remontam mais diretamente a Kant, embora elas apareçam em fragmentos na tradição judaico-cristã, que distinguiu a Natureza interior, suas paixões cruas, da Natureza exterior, o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam. Esse dualismo inicial implica outros que nos soam familiares, atualmente: a mente e a Natureza, a cultura e a Natureza.

Para atender aos objetivos do presente capítulo, realizaremos uma breve apresentação de alguns diferentes conteúdos e de algumas formas de apropriação da Natureza que foram se desenvolvendo ao longo do tempo histórico. Tendo em vista o caráter sucinto dessa análise, à vista dos objetivos dessa dissertação que não tem foco nela, não serão tratadas várias nuances relativas ao conceito de Natureza, presente no trabalho de diferentes pensadores, em diferentes períodos históricos. O que pretendemos é compor um quadro de reflexões sobre os diferentes conteúdos que o conceito de Natureza veio adquirindo, para que possamos contextualizar a Natureza vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos que estamos analisando.

3.1. A Natureza e seus conteúdos: reflexões sobre algumas formas de se conceber os elementos naturais durante o desenrolar histórico

Consideramos que no princípio da Humanidade, o Homem e a Natureza relacionavam-se de forma mais orgânica, compondo uma unidade mais articulada. O ritmo de vida das pessoas, no que se incluía a extração do que o ambiente lhes oferecia, estava muito mais ligado aos ritmos da Natureza que atualmente. Esse vínculo, Homem e Natureza, foi sendo rompido ao longo do processo histórico, à medida que os grupos humanos passaram a se organizar em Sociedades de Classes, gerando a passagem de uma relação mais harmônica e menos nociva com a Natureza, para uma relação estabelecida com base em práticas de transformação dos meios ambientes, muito mais causadoras de impactos. Dessa forma, a separação entre o Homem e a Natureza é histórica e não "natural".

Verificando-se as diferentes maneiras de se perceber a Natureza e as conseqüentes formas de sua apropriação, observamos que elas se encontram reveladas e materializadas na história do desenvolvimento e consolidação das cidades. À medida que a urbanização vai tomando força, os processos de degradação e artificialização dos ecossistemas naturais vão se acentuando.

As origens da vida urbana remontam ao Paleolítico, quando o homem passou a domesticar espécies vegetais e animais, necessitando, assim, ocupar permanentemente uma área, para que pudesse acompanhar todo o ciclo de desenvolvimento das culturas. Esse fato fez com que os homens primitivos passassem a se fixar em um território, deixando a vida nômade. Nesse contexto, os homens tiveram uma primeira visão dos processos naturais, passando a reproduzi-los sistematicamente. Assim, surgem as primeiras aldeias, nas quais existia "uma associação permanente de famílias e vizinhos, de aves e animais, de casas, silos e celeiros, tudo isso bem preso

ao solo ancestral no qual cada geração formava o humo para a próxima". Dessa maneira, muitas estruturas e símbolos urbanos encontravam-se, embrionariamente, nas aldeias agrícolas, por exemplo, a casa, o oratório, as vias públicas, etc. Esses elementos presentes nas aldeias primitivas foram se desenvolvendo, até constituírem uma estrutura mais complexa nas cidades. (MUMFORD. 1998, p. 19)

Portanto, as primeiras manifestações do caráter urbano surgiram a partir da domesticação de animais e cultivo de espécies vegetais nas aldeias paleolíticas, ou seja, tiveram sua gênese a partir do início do processo de dominação da natureza.

A transformação das aldeias primitivas nas primeiras cidades foi ocorrendo gradativamente, a partir de um aperfeiçoamento das técnicas de controle dos elementos naturais e de transformações na organização social, sobretudo no que diz respeito ao surgimento da divisão social e territorial do trabalho. As cidades foram desenvolvendo uma configuração que potencializava o incremento de suas capacidades e potencialidades, que não poderiam ser exploradas se seus elementos não estivessem articulados. Segundo Mumford, as pequenas aldeias juntaram-se e tornaram-se mais complexas, formando as cidades, com uma área mais ampla e com um aglomerado humano maior, que oferecia uma capacidade maior de transformação dos elementos naturais, visto que:

> Onde os esforços locais podiam construir apenas valas e represas menores, as cooperações em larga escala podiam transformar todo o vale de um rio numa organização unificada de canais e obras de irrigação para a produção de alimentos e transporte. Essa mudança deixou marcas na paisagem e nas relações humanas dentro da comunidade. (1998, p. 35)

Assim, vemos que juntamente com o desenvolvimento das primeiras cidades, tivemos, também, um incremento nos processos de dominação e transformação da Natureza. Esse fato deu-se, pois, na primeira grande expansão urbana, os muitos elementos da comunidade, até então dispersos, foram mobilizados e unidos, fazendo com que:

> Até mesmo as gigantescas forças da natureza fossem postas sob consciente direção humana: dezenas de milhares de homens a se mover para a ação como uma máquina sob comando centralizado, construindo valas de irrigação, canais, montes urbanos, zigurates, templos, palácios, pirâmides, numa escala até então inconcebível. (MUMFORD. 1998, p. 42)

Estudar a origem das cidades é uma atividade difícil, visto que existem muitas lacunas nos registros históricos, não sendo possível, assim, montar um quadro geral que explique e defina as origens das cidades. Conforme Mumford (1998, p. 67), a cidade parece ter brotado em alguns poucos vales de rios: o Nilo, o Tigre-Eufrates, o Indo, o Huang-Ho, constituindo o produto de uma enorme mobilização de vitalidade, poder e riqueza, estando necessariamente confinada a uns poucos grandes vales de rios, em regiões especialmente favoráveis, devido à grande fertilidade dos solos, que permitiam grandes colheitas. Esses rios constituíram, também, o primeiro meio de transporte eficiente nas cidades, possibilitando o crescimento de sua área e o aumento da produtividade, sendo a navegação realizada por meio de feixes flutuantes de junco ou de troncos ou até mesmo em barcos impelidos por remos ou velas.

Sobre a origem das primeiras cidades na antigüidade, Sposito (1989, p. 18), afirma que vários autores são unânimes em apontar que terá sido provavelmente perto de 3.500 a.C., na Mesopotâmia, tendo surgido posteriormente no vale do rio Nilo (3.100 a.C), no vale do rio Indo (2.500 a.C.) e no rio Amarelo (1.550 a.C.). Diante disso, a autora levanta uma explicação de ordem "geográfica", natural, para o surgimento dessas cidades primitivas.

> Essas cidades surgiram em regiões com predomínio de climas semi-áridos, daí a necessidade de se fixarem perto dos rios, repartir a água, repartir os escassos pastos, e proceder ao aproveitamento das planícies inundáveis, ricas de húmus e propícias ao desenvolvimento da agricultura.
> Assim, embora fossem resultado do social e do político enquanto processo, as primeiras cidades tiveram suas localizações determinadas pelas condições naturais, de um momento histórico, em que o desenvolvimento técnico da humanidade ainda não permitia a superação dessas imposições. (SPOSITO, 1989, p. 18)

Dessa forma, as cidades surgem a partir de mudanças nas formas das pessoas se relacionarem com a Natureza, num processo embrionário de transformação e subjugação de seus elementos. De acordo com Mumford (1998, p. 45), as pequenas aldeias achavam-se à mercê dos elementos da Natureza, pois, poderiam ser varridas numa tempestade ou seus habitantes poderiam morrer de fome numa seca. Essas condições alteraram-se, quando a cidade pôde mobilizar uma força de trabalho maior e exercer um controle centralizado sobre os elementos naturais.

Assim, de acordo com Santos (1992, p. 96-97), a história do Homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o Homem e o entorno. Esse processo acelera-se quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem descobre-se como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. "A Natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da Natureza". Para esse autor (1997, p. 11), a técnica, intermediária entre a Natureza e o Homem desde os tempos mais inocentes da História, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações da sociedade com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas. Dessa maneira, produz-se uma configuração espacial ou territorial que nega com mais força a Natureza primitiva dos meios naturais e se torna, claramente, fruto de uma ação histórica e intencional dos homens.

Nos estágios iniciais da vida humana em sociedade, quando as técnicas eram mais rudimentares, o Homem era mais suscetível à Natureza. Segundo Henrique (2004, p. 31), nesse período, o homem dependia exclusivamente dos animais e vegetais para sua alimentação e vestuário, e neste sentido, sua vida era uma repetição de formas organizacionais ainda muito similares à Natureza.

> De acordo com Férnandez-Armesto (2001), as sociedades nos seus momentos iniciais aprenderam a fazer suas vidas com aquilo que a natureza providenciava. Elas viviam com os produtos e habitavam os espaços que a natureza dava para eles ou, em algumas vezes, eles construíam suas moradias numa imitação muito próxima daqueles espaços, com os materiais que a natureza providenciava. A sociedade

> humana ainda começa a busca para minimizar este grau de dependência tão grande perante a natureza. (HENRIQUE, 2004, p. 31)

Com o desenvolvimento do capitalismo, essa tendência à elaboração de uma visão dicotômica da relação Sociedade – Natureza ampliou-se ao extremo, sendo o século XIX o ápice desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo um significado central na vida dos homens. A idéia de uma Natureza objetiva e exterior ao Homem, o que pressupõe uma idéia de Homem não-natural e fora da Natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo.

De acordo com Smith (1988, p. 27), mais que qualquer outro acontecimento conhecido, a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a Natureza. A transformação global da Natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico da Natureza quanto o intelectual.

Com o processo de desenvolvimento das cidades, a Natureza, controlada, cada vez mais e melhor, vai aparecendo nos desenhos urbanos de forma residual ou idealizada, como sendo portadora de uma qualidade de vida que as cidades foram perdendo ao longo de seu crescimento. Em muitos casos, a Natureza que esteve presente nos ideais urbanos foi a de uma Natureza metrificada e trabalhada esteticamente.

De acordo com Mumford (1998, p. 427), esse tipo de utilização da Natureza já estava presente no planejamento de jardins e parques do século XVII, que apresentavam uma composição simétrica no espaço,

> (...) na qual os crescimentos e inflorescências naturais tornam-se simplesmente padrões subordinados de um desenho geométrico: determinada quantidade de tapete, de papel pintado, e de decorações de teto, engenhosamente reunidos a partir dos materiais estranhos da natureza. A alameda podada, na qual as árvores são transformadas numa uniforme parede verde: a sebe podada, a deformação da vida no interesse de um modelo externo de ordem – tinha-se aí algo a um tempo imponente e infamante". (MUMFORD, 1998, p. 427, grifos nossos)

A partir do século XVIII, a idéia de Natureza faz-se presente na forma das utopias antiurbanas. Essas propostas, muitas vezes, apresentaram um caráter conservador, integrando um movimento nostálgico em contraposição à angústia da alienação metropolitana, visto que, a partir do Iluminismo, predominou a noção, presente até os dias atuais, do naturalismo urbano associado à restauração de uma Natureza perdida. (MARCONDES, 1999, p.20)

Já no século XIX, a proposta mais contundente de integração entre cidade e Natureza é o modelo de cidade-jardim idealizado por Ebenezer Howard (1898). Essa formulação constitui uma reação à aglomeração urbana do período vitoriano, caracterizada por uma exacerbada admiração pelo campo e pela natureza em face das condições de vida nas cidades. Em sua proposta, cada cidade-jardim deveria fazer parte de uma constelação de cidades-jardins circundadas pelo campo, em que haveria uma combinação perfeita entre todas as vantagens de uma vida urbana repleta de oportunidades e entretenimento, juntamente com a beleza e os prazeres do campo. (MARCONDES, 1999, p.21)

De acordo com Marcondes (1999, p. 22), ao lado dessas implantações concretas do ideário das cidades-jardins e das utopias antiurbanas, o pensamento urbanístico retoma e potencializa o projeto racionalista da cidade industrial, como nos trabalhos de Le Corbusier (1922) e Gropius (1926), que idealizam o projeto de uma cidade-máquina com a ausência do conceito de espaço e de lugar e as expressões da idéia de Natureza associadas ao antinaturalismo. Na cidade-modelo de Le Corbusier,

> A forma assume a função de tornar autêntico e natural o universo não-natural da precisão tecnológica e, na medida em que esse universo tende a subjugar integralmente a natureza, num processo contínuo e co-envolvente de transformação, é a própria estrutura antropogeográfica o sujeito sobre o qual irá incidir o ciclo reorganizado da construção de imóveis. (MARCONDES, 1999 p.22)

Dessa forma, vemos que a idéia de Natureza presente no projeto da cidade-máquina é a de Natureza racionalizada e artificializada e esse ideário é reiterado no zoneamento funcional proposto pela Carta de Atenas, que domina o pensamento urbanístico até os anos sessenta do século XX, com vários desdobramentos nas intervenções urbanísticas nas cidades neste século.

A partir desses fatos podemos constatar que o desenvolvimento das cidades e o processo de dominação e/ou manipulação dos elementos da Natureza estavam intimamente ligados, visto que os primeiros agrupamentos humanos só puderam se expandir e ampliar com o aperfeiçoamento das técnicas de controle dos elementos naturais. Assim, tanto do ponto de vista do pensamento, quanto das ações, observamos que a humanidade foi gradativamente subjugando a Natureza, num processo de dissociação crescente dos elementos naturais dos elementos culturais, resultando na presença nos espaços urbanos de uma "Natureza" idealizada, racionalizada, planejada e metrificada.

A Natureza, antes concebida como resultado das ações divinas, passa a ser percebida como uma dimensão a ser controlada pelo homem, sendo considerada como um recurso duplamente utilizável: como matéria-prima e como atributo de valorização estética. A Natureza vista como fonte de matérias-primas é transformada constantemente pelo homem, que tira dela os elementos utilizados na produção dos objetos necessários para sua sobrevivência. Essa utilização tem como característica ser realizada de forma, no mínimo, imprudente. Por muito tempo, os recursos naturais foram explorados sem que se pensasse nas conseqüências de seu uso irracional. Os resultados estão aparecendo, atualmente, na vasta gama de problemas ambientais que a Sociedade Contemporânea vem enfrentando.

A Natureza como atributo de valorização estética vem sendo utilizada pelos empreendedores imobiliários que oferecem para os consumidores de seus produtos uma "Natureza perdida". Assim, elementos como jardins e parques, são utilizados para aquilatar empreendimentos imobiliários e para valorizar certas parcelas da cidade.

Nesse caso, o ideal de Natureza presente não é mais o de uma Natureza "natural" e sim o da reprodução de situações que imitam as condições naturais, por meio de arranjos paisagísticos que

surgem para recriar uma união entre o espontâneo e o artificial, ou seja, como destaca Lefebvre (1970), a Natureza em si se distancia, mas seus símbolos se multiplicam, substituindo e suplantando a Natureza "real". A partir daí, o ideal de contato com a Natureza é vendido em massa, aparecendo constantemente ligado à idéia de bem estar e harmonia. Dessa maneira, vemos que a Natureza faz parte do cotidiano urbano apenas quando é encarada como recurso ou quando aparece como fruto do fetichismo criado em torno de tal idéia. Assim, a visão que os citadinos apresentam de Natureza é parcial, visto que não vivenciam e não apreendem a Natureza em sua totalidade.

A Natureza, vendida como símbolo de qualidade de vida e de bem-estar, é resultado de uma prática que incorpora alguns elementos naturais ao projeto urbano, como forma de valorização de áreas e não como fruto de um projeto integrador que pense os elementos naturais em conjunto com os espaços urbanos, no sentido de superar a idéia de que a cidade, como resultado da produção humana, é um espaço intrinsecamente não-natural.

Segundo Mumford (1998, p.58), a reocupação e o reavivamento da paisagem, como fonte de valores essenciais a uma vida equilibrada, é uma das mais importantes condições da renovação urbana, sendo vital a preservação da matriz verde em que as comunidades urbanas, grandes e pequenas, estão situadas: "acima de tudo, a necessidade de deter o descontrolado crescimento do tecido urbano, para que não aplaque essa matriz e não perturbe toda a relação ecológica entre campo e cidade".

Pode se dizer que, de uma maneira geral, os projetos que nortearam o desenvolvimento urbano, a partir do século XVIII, consideravam a Natureza como um fator secundário, ligado ao campo, um espaço "atrasado e rústico". No entanto, alguns grupos já apresentavam impulsos no sentido de fugir do ambiente industrial, procurando as áreas ao redor das cidades, os subúrbios, para construírem suas habitações. A vida perto da Natureza era valorizada, como símbolo de liberdade, saúde, independência e status econômico. (MUMFORD. 1998, p.521)

Assim, ao analisarmos as cidades contemporâneas, podemos perceber claramente a cisão entre o natural e o social (urbano), sendo a cidade uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade da sociedade de se apropriar da Natureza e transformá-la, ou seja, a cidade é considerada, por excelência, como não-natureza. Portanto, "a busca pela produção de *habitats* associados à vida bucólica do campo, vista como natural, e o interesse de consumo desses *habitats* por parte daqueles que vivem e trabalham no mundo urbano, indicam essa visão de Natureza em oposição à cidade". (SPOSITO. 2003, p. 297).

Todas essas visões dicotômicas que existem em torno do conceito de Natureza, seja em relação à cisão entre Natureza e Sociedade, seja em relação à divisão do campo como sendo espaço de Natureza e a cidade como lugar de Cultura, são construídas no plano das idéias. É a percepção de que essas dimensões estão separadas que faz com que as ações ocorram no sentido de reiterar essas

divisões. Do mesmo modo, tais ações reiteram e aprofundam essas visões, de modo que se está diante de um processo de dupla determinação.

Para uma visão mais completa sobre os diferentes conteúdos da Natureza e as diferentes formas da sociedade se relacionar com os elementos naturais, baseamo-nos no trabalho de Henrique (2004) que apresenta um resgate histórico das diferentes concepções de Natureza que, ao longo da História, foram sendo modificadas, superadas e agregadas, até culminar em nossa concepção atual de Natureza. Para ilustrar os diferentes períodos correspondentes a cada padrão de relacionamento do Homem com a Natureza, reproduziremos no quadro 2, um quadro organizado por Henrique (2004, p. 25).

Quadro 2 – Esquema da periodização das idéias e conceitos de Natureza para o mundo ocidental

Momento	História	Período	Concepção de Natureza	Recursos Técnicos	Cultura	Aspecto dominante da Relação Homem-Natureza	Economia
A Natureza e o Homem	Idade Antiga	Clássico	Mito	Irrigação	Helênica	Contemplação	Valor de uso
	Idade Média	Teológico	Divina	Arado	Teológica	Temor	Valor de uso
O Homem e a Natureza	Idade Moderna	Descobrimentos	Fisicoteológica Mecânica	Caravela - Balão	Marítima – Comercial - Rural	Dominação	Valor de troca
	Idade Contemporânea	Incorporação	Recurso	Automóvel - Avião	Industrial	Incorporação	Valor de troca
O Homem e o Território	Idade Contemporânea	Produção	Artifício	Satélites	Urbana	Produção	Valor de troca

Fonte e Organização: Henrique, 2004, p. 25.

O autor destaca que no período clássico o conhecimento sobre a Natureza era fruto da imaginação e contemplação, principalmente pelos relatos heróicos dos 'aventureiros', que atrelavam a idéia de Natureza à concepção de mito. Nesse período, as cidades ainda eram incipientes em número e importância, podendo ser representadas pela cidade grega. A principal ação do homem sobre a Natureza é dada pela invenção e propagação das técnicas da irrigação que permitiram o maior desenvolvimento da agricultura, levando a um incremento da produção de alimentos. (HENRIQUE, 2004, p. 25)

De acordo com Henrique (2004, p.33), as primeiras formas de interpretação da Natureza estão nos tratados romanos, gregos e até persas sobre as formas e técnicas de melhoramento do solo, cujo principal objetivo era a produção de alimentos. Ainda que rudimentares, as técnicas de irrigação, controle de insetos e fertilização se constituíram em importantes fontes de conhecimento para o entendimento da ordem e propósito da Natureza. No primeiro estágio de relacionamento do Homem com a Natureza, ainda não eram feitas as grandes distinções entre esses dois elementos, assim, o Homem era visto como um ser dentro da Natureza, composto dos mesmos elementos que ela.

Enquanto o Homem ainda não havia desenvolvido suas técnicas de dominação da Natureza, ele tinha uma relação mais estreita com ela. Muitas vezes, tinha que se adaptar aos seus preceitos e essa Natureza, ainda incontrolável, era geradora de medos e ansiedades. Conforme Reclus,

> (...) durante a infância das sociedades, isolados ou agrupados em tribos frágeis, os homens tinham de lutar contra obstáculos tão numerosos, que não podiam sonhar em se apropriar da superfície da Terra como seu domínio: aí viviam, escondidos e temerosos, como os animais selvagens das florestas; sua vida era uma luta ininterrupta: sob constante ameaça da fome ou do massacre, não podiam dedicar-se à exploração da região e ainda desconheciam as leis que lhes teriam permitido utilizar as forças da natureza. (1985, p. 41)

O processo de dominação da Natureza pelo Homem foi lento e progressivo, sendo desenvolvido paralelamente à complexificação das técnicas e das concepções de Natureza. Ainda nesse período, em que a Natureza prevalecia sobre o Homem, visto que seus processos não eram completamente conhecidos e controláveis, começaram a surgir as primeiras manifestações de uma preocupação de organização estética da Natureza para a contemplação.

De acordo com Henrique (2004, p. 35), no período clássico, temos uma grande influência da produção dos jardins no pensamento e no entendimento da Natureza. A presença de jardins e ruas arborizadas indica um desejo de se constituir um pequeno reino da Natureza dentro das cidades.

> Isso significa uma crescente preocupação estética, onde a Natureza passa a ser fonte de grande contemplação e a matéria original para as futuras imitações e aproximações. Também destacamos que com isto inicia um processo maior de destaque da interpretação antropocêntrica da natureza. Platão (Dialogues – Timaeus) considera que o homem é um ser capaz de criar ordem e beleza a partir da matéria bruta [natureza], ou, mais amplamente, de controlar os fenômenos naturais com uma combinação de inteligência e perícia. (HENRIQUE, 2004, p. 35)

Marcus Tullius Cícero (106–43 a.C.) foi um filósofo romano, filiado ao estoicismo, que em seu livro De Natura Deorum, tratou sobre alguns aspectos relacionados com a transformação da Natureza pelos seres humanos. Henrique destaca que para o filósofo,

> (...) é belo contemplar a natureza, e sua beleza deve ser conservada; é útil porque possui os materiais para o exercício da mente do homem, cujas criações, instrumentos e máquinas a mudam e a melhoram, para que satisfaça as sempre presentes e crescentes necessidades humanas. O homem é, num sentido muito integral, parte da natureza; desenvolve-se em seu meio e é afetado pelo mesmo.

> Salienta-se nesta fala de Cícero a idéia de que o homem é um agente na melhora e no embelezamento da natureza.
> Cícero escreve que os logros tecnológicos do homem, seus inventos, as mudanças na natureza resultam de combinações entre a destreza da mão, dos descobrimentos da mente e das observações dos sentidos; o homem, com sua presença criadora, participa de uma razão universal, que o penetra todo, e em particular a terra, como testemunham as adequações da natureza exterior - como encontramos no Nilo, o Eufrates e o Indo - que existem para a preservação do homem. (2004, p. 38)

Percebemos, assim, que a concepção de Natureza como um elemento passível de ser mudado, moldado e embelezado para o bem-estar humano vem se desenvolvendo desde a Antigüidade Clássica. É daí que vai surgir a noção de segunda Natureza, visto que Cícero, citado por Henrique (2004, p. 37), afirma que "os seres humanos buscam criar com suas mãos uma segunda natureza dentro do mundo natural".

> (...) a mudança do meio pelo homem, a criação de uma segunda natureza dentro do mundo natural, se explica por uma diferença qualitativa entre o humano e o animal. O homem é uma criatura que pensa, cuja experiência acumulada através do tempo permite inovação e invenção; o homem participa da vida criativa e do espírito que penetra o mundo inteiro.
> De acordo com Cícero (De Natura Deorum) pelo trabalho do homem, ou melhor, por suas mãos, ele encontrou alimentos e sua variedade. Com efeito, a mão humana fez surgir nos campos frutas que são consumidas imediatamente ou preparadas para consumo futuro. Na variedade de alimentação, os homens comem carne de animais terrestres, aquáticos e de aves. Também foram domesticados animais quadrúpedes para transporte e uso de sua força. Extraí-se o ferro da terra utilizando-o para cultivar os campos; o mesmo se dá com o cobre e o ouro, descobertos em veios sob a terra, utilizados tanto para as necessidades cotidianas como para demonstrar luxo. Cortam-se árvores e tudo o que pode ser queimado; quer seja produto do cultivo do homem ou que esteja em estado selvagem; dispõem-se destes materiais para a produção de fogo, usado para o aquecimento das casas e no cozimento de comidas; Constrói-se casas para abrigo contra o frio e contra o calor. O corte destas árvores assegura a vantagem da construção das próprias moradias onde se desenrola a vida. O que a natureza tem de mais impetuoso – o mar e os ventos – são utilizados pelos homens na arte da navegação; O homem torna-se senhor das obras da natureza sobre a terra, aproveitando-se das planícies, das montanhas; os rios e lagos são dos homens; são os homens quem semeiam o trigo, que plantam árvores; são os homens que conduzem a água sobre as terras para lhes dar fertilidade; controla-se e desviam-se fluxos d'água; as mãos humanas fazem dentro da natureza uma natureza nova, uma segunda natureza. (HENRIQUE, 2004, p. 37, grifos nossos)

Assim, a concepção de Natureza como recurso, como um bem a ser dominado pela inventividade humana não é exclusividade do período contemporâneo, embora tenha adquirido, ao longo do desenvolvimento histórico, novos conteúdos. A Natureza, desde o período clássico, foi encarada como uma possibilitadora da vida humana, enquanto fornecedora de seus alimentos, sendo que até seus elementos mais "impetuosos" podem ser controlados pelo homem para seu próprio proveito. Dessa maneira, a "emancipação" humana da Natureza inicia-se na Antigüidade, com as primeiras transformações do meio pelo Homem, no sentido da busca pela sobrevivência e pela contemplação estética.

O segundo período é caracterizado pela interpretação da Bíblia como fonte do entendimento da época sobre a Natureza, denotando o forte fator teológico atribuído a esse conceito. No âmbito

das técnicas, o arado foi a grande revolução desenvolvida e juntamente com a irrigação aumentou a produção agrícola do período. Mesmo com o início do desenvolvimento técnico, o temor à vontade de Deus prevaleceu e a Natureza, entendida como sua obra, foi dotada de valor divino. O mundo urbano começa a se desenvolver nas cidades feudais, protegidas pelas muralhas, que as separam fisicamente da Natureza, por deixarem de fora os bosques, as florestas, etc.. (HENRIQUE, 2004, p. 25)

Quando temos uma mudança do período clássico para o período teológico, tivemos uma mudança de eixo no pensamento sobre a Natureza, visto que há um abandono da idéia do homem como criador da Natureza em detrimento da idéia de que a Natureza era uma obra da criação divina. Henrique (2004, p. 41) destaca que o período teológico compreende o intervalo de tempo que abrange desde os finais do período Romano até o ano de 1500, ou seja, a Idade Média Cristã. Nesse período, a concepção de Natureza vigente é a que ela resulta da criação de Deus e seu estudo será marcado pela busca de provas da existência e da bondade do Criador. O homem, encarado como o auge da criação divina é visto como o possuidor de um direito teológico para o domínio dos elementos naturais. Dessa forma, diferentemente do período clássico, a dominação da Natureza presente no período teológico é marcada por ser uma vontade divina e não um desígnio da ciência, da arte e das técnicas.

Segundo Lenoble (1969, p. 187), o homem inserido no cristianismo não é considerado como um elemento situado no conjunto da Natureza, visto que é transcendente ao mundo físico, pois não pertence à Natureza e sim à Graça divina, que é sobrenatural. Assim, nesse período, o Homem é colocado como separado e superior à Natureza porque é considerado como uma criação maior, criado a imagem e semelhança de Deus, que tem o direito de dominar e de transformar a Natureza.

Mas o entendimento dessa plenitude do Homem em relação à Natureza, no período teológico, é mediado pelos relatos bíblicos da expulsão de Adão e Eva do Paraíso. De acordo com Glacken (1996, *apud* Henrique, 2004, p. 45) a concepção cristã de Natureza deve ser entendida a partir do relato da Queda, visto que segundo essa concepção, o pecado causou uma desordem na Natureza, trazendo as catástrofes, os insetos e plantas venenosas, para que o Homem se lembrasse de seu orgulho e de seu pecado. Assim, a Natureza, apesar de bela, fica deteriorada pela expulsão de Adão e Eva do paraíso. Dessa forma, nesse período, os processos naturais não são concebidos como resultado de causas físicas ou biológicas e sim, por desígnios morais e religiosos.

É no terceiro período que a superação dos obstáculos físicos e intelectuais ao entendimento da Natureza começa a se delinear. As constantes viagens marítimas e comerciais ao longo do mundo conhecido e a descoberta de novas terras, possibilitados pelo desenvolvimento das técnicas de transporte como as caravelas e os balões, irão ampliar o horizonte da ação humana, visto que as caravelas possibilitaram uma expansão horizontal do conhecimento humano e o balão permitiu

que pela primeira vez o homem saísse das prisões que a superfície da terra lhe impunha. (HENRIQUE, 2004, p. 26)

As cidades, principalmente as comerciais começam a se desenvolver em função das rotas de comércio que se estabelecem. As saídas das muralhas da cidade feudal possibilitam também um contato maior entre a cidade e a Natureza. As ações humanas concentraram-se na dissecação da Natureza, na redução de suas partes a pedaços cada vez menores, para seu entendimento, atrelados às idéias mecanicistas e da Natureza enquanto obra fisicoteológica – um corpo físico criado pela vontade divina, ainda em consonância com as idéias do período anterior. No período dos descobrimentos, a ação do Homem sobre a Natureza revelou uma preocupação com sua ordenação estética – grandes jardins românticos, parques florestais, atribuindo valores estéticos e paisagísticos à Natureza. (HENRIQUE, 2004, p. 26)

Dessa maneira, no período dos descobrimentos, há uma mudança brusca em relação aos outros dois períodos, visto que se antes, a Natureza se relacionava com os Homens, agora os Homens é que se relacionam com a Natureza. De acordo com Henrique (2004, p. 51), o período dos descobrimentos não se resume apenas pelo descobrimento de novas terras – a América e posteriormente a Oceania – mas também pelos descobrimentos da ciência e da técnica que trouxeram importantes contribuições para o entendimento que os homens fazem da Natureza.

Segundo Lenoble (1969, p. 260-261), nesse período, os Homens deixam de temer a cólera divina pela violação da Natureza e crêem que Deus nos deu a missão de trabalhar a sua imagem, de construir o mundo no nosso pensamento como ele o criou no seu, fornecendo suas leis. Nesse período, os cientistas mecanicistas abandonaram os antigos preceitos de Natureza e começaram a considerar seus elementos como partes de uma máquina. A ciência torna-se assim, a técnica para a exploração e entendimento da máquina, do seu funcionamento e de sua reprodução.

De acordo com Henrique (2004, p. 56), o Homem só toma consciência de sua força modificadora da Natureza, bem como dissocia dessa ação o pecado ou a audácia de imitar o Criador, porque termina o período em que, enquanto obra criada e designada por um ser superior, a Natureza não tinha muito propósito em sua existência. O Homem como inventor, experimentador, curioso, inquieto, ativo e portador de habilidades manuais, encontrou as formas para dar um sentido à Natureza.

Para Lenoble (1969, p. 192), no século XVII, Bacon e Descartes ousam se tornar donos e senhores da Natureza, proclamando sobre essa, seu domínio e sua posse. Segundo Bacon (*apud* Henrique, 2004, p. 57), "o império do homem sobre as coisas se apóia unicamente nas artes e nas ciências. A Natureza não se domina, senão obedecendo-lhe". Henrique destaca que

> Francis Bacon, na conclusão de Novum Organum (1999:218), ainda faz um elogio à nova posição do homem sobre a natureza, uma retomada de seu lugar de destaque dentro da criação divina, a retomada do direito e domínio da natureza, direito esse que havia perdido pela Queda do paraíso e que agora pela ciência resgatava o desejo de Deus. "Pelo pecado o homem perdeu a inocência e o domínio das criaturas. Ambas as perdas podem ser reparadas, mesmo que em parte, ainda

> nesta vida; a primeira com a religião e com a fé; a segunda com as artes as ciências." (2004, p. 57)

De acordo com Smith (1988, p. 30), Bacon defende que o domínio da Natureza era uma tarefa divina, sancionada por ele e necessária pela Queda do Jardim do Éden. Se a inocência foi perdida, algo do harmonioso equilíbrio ente o Homem e a Natureza poderia ser reconquistado através do benefício do domínio do Homem sobre a Natureza, realizado através da aplicação das artes mecânicas, que por sua vez são desenvolvidas a partir da "perquirição da Natureza". Assim, a concepção de Natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana, constituindo um conjunto de objetos a serem dominados e manipulados.

Essa questão da exterioridade da Natureza é relativizada por Smith (1988, p. 32) quando ele destaca que, por mais que separasse a Natureza exterior do mundo social, Bacon insistia que os objetos "naturais" e "artificiais" possuíam o mesmo tipo de forma e essência, diferindo somente em suas causas imediatas. "Por 'natureza' de algum objeto ou evento queremos dizer sua essência, o que existe por baixo de sua aparência. Sejam naturais ou sociais, todos os fenômenos têm uma essência; a natureza é universal nesse sentido".

Para Smith (1988, p. 33-34), baseado nos estudos de Bacon, Newton, Darwin e Weizsäcker os conceitos de Natureza que foram se desenvolvendo sempre englobaram a contradição entre exterioridade e universalidade. No caso de Bacon e Newton a universalidade era dada por preceitos religiosos e em Darwin e em Weizsäcker, temos uma universalidade dada pela ciência, no primeiro caso pela Biologia, sendo a Natureza humana simplesmente um subconjunto da Natureza biológica e no segundo, pela Física, sendo que a Natureza, composta pela matéria, "é de alguma forma tanto exterior ao homem, aquilo que não é o homem, quanto ela é o homem e também natureza. Para Weizsäcker também há então, duas naturezas: a que está fora dos seres humanos e a que os inclui".

Sendo assim, dentro dessa dualidade, a Natureza exterior ao Homem teve seu domínio resgatado pela utilização da ciência. De acordo com Gonçalves (1989, p. 33), é com Descartes que a oposição entre Sociedade e Natureza torna-se mais completa, sobretudo se levarmos em consideração dois aspectos de sua filosofia: o caráter pragmático e o antropocentrismo. O pragmatismo que o conhecimento adquire concebe a Natureza como um recurso, como um meio pra se atingir um fim. O antropocentrismo é caracterizado pela consideração do Homem como centro do mundo, o sujeito em oposição ao objeto, à Natureza. "O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da Natureza e, assim, torna-se senhor possuidor da Natureza".

A Natureza deixa, desse modo, de ser entendida como elemento divinizado. Os seus processos passam a ser analisados pela ótica científica e deixam, assim, de ser considerados como simples vontade de Deus. Ao ser alvo do escrutínio científico, a idéia de Natureza como uma dimensão exterior ao homem é reforçada. A Natureza vista como estando fora do Homem, torna-se passível de ser estudada, conhecida e, a partir desse conhecimento, de ser dominada.

Henrique (2004, p.60) destaca que, além da Natureza mecanicista, no período dos descobrimentos, tivemos também a visão organicista, baseada na idéia do naturalismo. Segundo essa concepção, o homem valoriza mais, em si mesmo e nos outros, aqueles processos que são intencionais e com propósito e quer buscar também, intenções e propósitos na Natureza, porque seu conceito desta não pode ir mais além do que o conceito que ele tem formado sobre si mesmo. "O homem ao enquadrar todas as coisas, inclusive a natureza, num sistema de referência a si próprio, obriga-se a supor que todas as formas externas a ele estão determinadas desde dentro, e este pressuposto é mais fácil para o homem porque não se concebe nenhuma coisa singular vivente sem uma complexa organização".

Dessa maneira, Henrique (2004, p. 60) destaca que as concepções naturalistas colocam o Homem como um ser "inserido" na Natureza e que necessita dela pra viver. O Homem é um intruso na Natureza, mas suas habilidades o fazem assumir uma posição confortável num mundo natural, sua inteligência deveria ser utilizada na busca por uma vida harmônica com a Natureza, uma vez que essa é o teatro da história do Homem. O autor destaca, também, que as idéias naturalistas irão influenciar, muito, o nascimento da Geografia enquanto uma disciplina sistematizada, pelas mãos de Alexander Von Humboltd, visto que seus estudos nos remetem a uma forma ou procedimento de estudo da Natureza baseado na observação, que nos lembra uma retomada do ideal de contemplação do pensamento clássico. "Na obra Kosmos, Humboltd nos revela todo seu interesse pela estética da natureza e beleza da paisagem, como fonte de prazer intelectual e moral oriundo de sua observação. Ressalta ainda o papel dos poetas e pintores que trazem as paisagens exóticas aos olhos e ouvidos europeus".

Sendo assim, tanto na concepção de Natureza mecanicista, quanto na de Natureza organicista, ambas desenvolvidas no período dos descobrimentos, temos uma inversão do foco de compreensão da relação entre os elementos naturais e os sociais. Agora, o elemento central volta-se para o Homem na Natureza. Nesse sentido, Henrique destaca que

> Se durante milhões de anos a natureza reinou absoluta no controle da vida na Terra, a contribuição dos pensadores clássicos, renegada ou retrabalhada durante o período teológico, e resgatada no período dos descobrimentos, foram decisivas para colocar em xeque esta influência da natureza na vida humana e na passagem para um momento de um certo equilíbrio entre o homem e natureza, com uma vantagem humana, no que concerne ao controle dos processos que movem este mundo. (2004, 62)

Para o entendimento desse período, Henrique (2004, p. 62) aponta que é muito importante considerarmos o pensamento de Conde de Buffon, principalmente no que se refere a duas obras: *Histoire Naturelle e Des Époques de la Nature.* O autor destaca que Buffon, influenciado pelas idéias de Cícero, concebia o Homem como superior à Natureza, possuindo um imenso poder para transformar os elementos naturais, tendo uma grande crença nas tecnologias e nas possibilidades de melhora para o indivíduo e para a sociedade. O homem, para Buffon, está na ordem dos animais,

mas é completamente diferente deles, está na Natureza, de outra forma. "Enquanto os animais vivem da repetição de seus instintos, vivendo uma sucessão dos mesmos padrões, o homem, pela sua inteligência, razão e capacidade de falar, criar e julgar, diferencia-se muito dos outros animais. O homem é o ser superior entre os seres viventes".

De acordo com Lenoble (1969, p. 316), o final do período dos descobrimentos é marcado pelo rompimento entre a natureza e Deus, sendo ela objeto unicamente da ciência. "A ciência torna-se o novo ídolo. Ela penetra os segredos da Natureza, como a psicologia positiva penetra os segredos da consciência".

O quarto período, denominado de período de incorporação, significou uma mudança na relação dos Homens com a Natureza, passando a incorporar uma forte cultura industrial. Este período foi marcado pela incorporação da Natureza à vida social, tanto em função das técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas, como da cultura vigente, que entende a Natureza como um recurso. As cidades passaram a concentrar uma crescente produção industrial, concentrando também a poluição decorrente dessa atividade. (HENRIQUE, 2004, p. 26)

As mudanças no plano das idéias, referentes à dominação da Natureza externa ao Homem pela ciência foram acompanhadas pela Revolução Industrial e pela transformação de um mundo mercantilista agrícola num mundo capitalista industrial. Dessa maneira, Henrique destaca que,

> O final do século XVIII representa o fim de um período das relações do Homem com a Natureza, em que se observa uma gradual mudança na posição de ambos no sistema de idéias, com a incipiente sobreposição do homem sobre a natureza. O período seguinte irá aumentar esta diferença entre o homem e a natureza, e no âmbito das idéias, assistiremos uma dissociação mais acelerada com a teoria da evolução, a especialização das ciências e as grandes transformações da natureza. (2004, p. 65)

Essas mudanças nas concepções de Natureza são para Lenoble como um imenso movimento de pêndulo, em que:

> (...) no Renascimento, o homem tem consciência da sua alma e projeta-a na Natureza, a quem concede também uma alma. No século XVII, em pleno dualismo, reivindica a alma para si mesmo e mecaniza a Natureza. Agora deixa-se de novo penetrar pelas coisas, mas pelas coisas mecanizadas, e é a Natureza que vai projetar no homem o seu mecanismo e esvaziá-lo da sua alma. (1969, p. 286)

Dessa maneira, o autor coloca que, no século XVIII, há uma grande mudança quanto à visão do homem sobre a Natureza. O ser humano não é mais pensante, e sim uma mecânica de sensações. A Natureza não existe mais por si, como uma totalidade, transformou-se em fenômenos independentes, separados por leis e estas estudadas diferentemente através do pensar. O Homem, agora, é parte mecânica da Natureza. (LENOBLE, 1969, p. 283)

Segundo Henrique (2004, p. 66), o período da incorporação da Natureza será influenciado por dois processos: o higienismo e o esteticismo. O higienismo pode ser definido como o saneamento e a limpeza das cidades e da Natureza, por meio de um grande número de técnicas e tecnologias que foram criadas para dar suporte ao novo conceito de Natureza limpa e padronizada. O autor

destaca que as medidas higienistas foram marcadas por serem classistas, pois sua utilização dependia dos padrões socioeconômicos, assim, "todo um aparato técnico surge com esta finalidade, entretanto seu uso é determinado pelo poder econômico e conseqüentemente político, pois somente a nobreza e a burguesia têm acesso a estas técnicas; as classes mais pobres continuam vivendo em meio a uma Natureza hostil e insalubre". Assim, temos uma Natureza saneada e controlada para os mais ricos e uma Natureza insalubre e hostil para os mais pobres.

O outro sistema de idéias que influenciou na concepção de Natureza, no período da incorporação, foi o esteticismo. Nesse sistema, a Natureza é tida como sinônimo de paisagem, passível de julgamento estético de beleza, que também irá seguir um padrão "civilizado", previamente definido. A Natureza, cortada, delimitada em linhas retas, torna-se um jardim, um signo da administração humana. A Natureza, como um padrão estético de beleza requintada e sofisticada, é cada vez mais valorizada e decorativa, sendo acrescida de objetos humanos e intervenções para torná-la cada vez mais grandiosa – a riqueza natural não basta é preciso demarcar o território humano, sua conquista, sua incorporação e sua produção. (HENRIQUE, 2004, p. 66)

Assim, nesse período temos a introdução da idéia de trabalho na instituição do movimento da Natureza, assim, o Homem constitui o agente produtor da Natureza, visto que é o executor do trabalho por meio do desenvolvimento de suas técnicas e ferramentas. Engels (1991, p. 25), citado por Henrique (2004, p. 69), escreve que a especialização da mão significa a ferramenta e esta significa a reação transformadora do homem sobre a Natureza, sobre a produção.

> (...) unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a Natureza, não só transladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; e até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as conseqüências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre. E tudo isso ele conseguiu, em primeiro lugar e principalmente, por intermédio da mão. "Até mesmo a máquina a vapor, por enquanto sua mais poderosa ferramenta para transformar a Natureza, em última análise e pelo fato de ser uma ferramenta, repousa sobre a mão". (HENRIQUE, 2004, p. 66)

Smith (1988, p. 71) aponta que o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o Homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele próprio se defronta com a matéria natural como uma força natural, visto que põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. O metabolismo dos seres humanos com a Natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores de uso para a Natureza.

De acordo com Marx e Engels (*apud* Henrique, 2004, p. 69), a Natureza sem a mediação do trabalho, sem a presença humana, torna-se um mero substrato material.

> É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica,

> material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. (MARX, 1980, p. 79 *apud* Henrique, 2004, 69)

Conforme Henrique (2004, p. 84), no período considerado como de incorporação da Natureza pela Sociedade, a questão do melhoramento da Natureza deve ser tomada como finalidade da vida humana, trazendo conseqüências para os próprios Homens, sendo que muita energia deve ser investida para ampliar e eternizar as fontes de riqueza e beleza natural. Assim, a influência do Homem sobre a Natureza não é apenas associada à melhoria da sua produtividade, mas também é composta com uma forte componente estética, e isto vem caminhando com a história das idéias e conceitos de Natureza desde o período clássico.

O Homem age sobre a Natureza para atender a suas necessidades mais elementares, como habitação, alimentação, segurança e para isso o desenvolvimento das técnicas é imprescindível. No entanto, outras necessidades são colocadas para o Homem, no que se refere a sua relação com a Natureza. Surge a necessidade de embelezamento da Natureza, de ordenamento de seus elementos, controle de seus processos, visto que, conforme aponta Henrique (2004, p. 74), citando Reclus, o Homem só processa a beleza da Natureza quando a mesma encontra-se filtrada, civilizada, enquadrada.

> A natureza muito selvagem é incompreensível para o homem, ele prefere trechos da natureza que já foram digeridos pela vida social, possibilitando assim, que sua imaginação envolva todo esse trecho humanizado mais facilmente. Símbolos da natureza, como uma charmosa avenida salpicada de árvores ou um lago rodeado por estátuas como um santuário, são mais valorizados pelo homem do que a natureza mantida em seu estado bruto. (RECLUS *apud* HENRIQUE, 2004, p. 74)

No quinto período, o período da produção da Natureza, observou-se uma mudança radical na perspectiva do entendimento da relação do Homem com a Natureza, ao passo que essa será totalmente incorporada ao território social. A sociedade urbana que se constituiu e as técnicas que permitiram ir da escala planetária até a escala da célula, como os satélites e a genética, levam os Homens a cada vez mais se encontrarem na qualidade de produtores da Natureza, tornando-a um artifício, entendido não no sentido de uma mentira ou de algo falso, mas sim como resultado da produção humana. As cidades passam a concentrar a maior parte da população e a Natureza passa a ser produzida nas cidades com o intuito de melhorar a qualidade de vida e também no sentido da valorização imobiliária. (HENRIQUE, 2004, p. 26)

Segundo Henrique (2004, p. 87), os séculos XIX e XX marcam, definitivamente, através da produção, das técnicas, das indústrias e mesmo da cultura, a incorporação da natureza à vida social. Os objetos, as ações, as crenças e os desejos dos homens passam a incluir a Natureza. No período da produção da Natureza, a transformação de uma primeira Natureza para uma segunda Natureza, se dá pelo uso das técnicas e ferramentas como prolongamento do corpo humano, que assim coloca sua marca sobre a Natureza. A partir desta transformação o homem passa não só a modificar a Natureza, como também a produzir espaço.

Para Santos, temos uma mudança marcada pela crescente artificialização da Natureza, sendo que,

> No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais. (1997, p. 117)

Segundo Smith (1988, p. 65-67), baseado na análise dos trabalhos de Marx, ao invés de dominação da Natureza, no âmbito do capitalismo, devemos considerar o processo muito mais complexo de produção da Natureza. A Natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido, é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se como o substrato material da vida diária, o domínio dos valores de uso sobre os valores de troca. No entanto, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse substrato torna-se cada vez mais o produto social. Quando a aparência imediata da Natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da Natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da Natureza são os sintomas materiais do desenvolvimento desigual.

Para o autor (1988, 82), com a produção objetivando a troca, a produção da Natureza ocorre em uma escala ampliada. Os seres humanos não produzem somente a Natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. "Desenvolvem uma diferenciação complexa na relação com a Natureza, uma natureza social diferenciada, obedecendo ao gênero e classe de atividade manual e mental, atividades de produção e distribuição e assim por diante". Dessa maneira, a intervenção do Homem criou uma ruptura entre Natureza e Sociedade, entre a primeira e a segunda Natureza. A produção de uma segunda Natureza apressou a emancipação da Sociedade da primeira Natureza.

Segundo Henrique (2004, p. 70), dentre as transformações que o Homem opera na Natureza, a produção de uma segunda Natureza é um processo dialético onde a Natureza transformada também pode retornar ao seu estado primitivo. Citando Marx, afirma que

> Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disto, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora da natureza. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não se emprega na produção de tecido ou malha, é algodão que se perde. O trabalho vivo tem que se apoderar dessas coisas, de arrancá-la de sua inércia, de transformá-las de valores de uso possíveis em valores de uso reais e efetivos.

Assim, a Natureza deve ser concebida como resultado do trabalho humano, uma segunda Natureza, que não é simplesmente dominada, mas sim produzida, com a finalidade de atender as "necessidades" sociais.

> Animais e plantas, que estamos acostumados a considerar como produtos da natureza são, em sua forma presente, não somente produtos do trabalho do último ano, mas o resultado de uma transformação gradual, continuada através de muitas gerações sob a direção do homem e por meio do seu trabalho... Na grande

> maioria dos casos, os instrumentos de trabalho mostram ao mais superficial observador, a marca do trabalho das épocas passadas. (MARX, *apud* SMITH, 1988, p. 93)

Para Henrique (2004, p. 92), a Natureza, como parte do espaço geográfico, como território usado, é incorporada e produzida, enquanto objeto e idéia, transformada em recurso pela valorização do espaço e por um intenso uso do território. Citando Lukáks, afirma que o Homem que vive num mundo fetichizado ignora que a riqueza, o valor e o conteúdo verdadeiro de sua existência encontram-se em ramificações numerosas e profundas que o ligam à existência de seus semelhantes, de seu meio e à da sociedade. "O indivíduo isolado e egocêntrico que vive só para si, vive num mundo empobrecido".

Assim, o homem contemporâneo, está descolado da Natureza "natural", visto que sua relação com os elementos naturais dá-se a partir de elementos elaborados e organizados esteticamente, mediada por técnicas e objetos. Assim, os processos naturais em seus mais diferentes processos, não são apreendidos pelos consumidores da Natureza, que se relacionam apenas com um tipo específico de Natureza – a Natureza artificializada, ajardinada.

Henrique (2004, p. 99), destaca que no período atual, para se conceber a Natureza, preservam-se e valorizam-se aqueles elementos que moral, estética ou monetariamente são considerados como relevantes. Se em algum momento da história estes julgamentos foram feitos com um caráter subjetivo,

> (...) nos dias atuais a definição de valores estéticos e monetários da natureza se dá num projeto e, portanto, extremamente objetivo e intencional, mesmo que de alguns grupos, como o caso das incorporadoras e construtoras de condomínios de alto padrão em São Paulo, ou da escolha das embalagens de produtos industrializados com apelos à natureza. (HENRIQUE, 2004, p. 99)

O autor (2004, p. 101), destaca que diante da crescente produção da Natureza, torna-se impossível para grande parcela dos homens definirem os limites entre as obras naturais e as dos homens, entre o natural e o técnico/social. Encontrar o grau de naturalidade de um objeto requer a compreensão de sua história e não apenas a observação de sua aparência, ao passo que todas as sociedades por mais simples que sejam seu modo de vida – comparado com as civilizações ocidentais – desenvolveram processos de alteração, controle e domínio da natureza.

Para Santos (2000, p. 18), todas as transformações empreendidas pela sociedade atual na Natureza, fazem com que possa se afirmar que

> (...) de certo modo, acabou a natureza. Bem, dizer que a natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa. Na realidade, a natureza, hoje é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu valorizo em função de sua história. Isso já ocorria antes, mas hoje é muito mais evidente. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados de naturais.

O autor (1994, p. 23), destaca ainda que se antes a Natureza podia ser geradora de medos, atualmente, o medo é que cria uma Natureza mediática e falsa, sendo que uma parte dela é apresentada como se fosse sua totalidade.

> (...) quando o meio ambiente, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza 'cibernética' ou 'sintética' substitui a Natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral. (SANTOS, 1994, p. 24)

Na atualidade, portanto, a Natureza constitui-se, de acordo com a proposta de Lenoble (1969), citada por Henrique (2004, p. 101) numa "coisa-imagem, muito mais imagem do que coisa". Nesta relação, os homens não são capazes de enxergar os fenômenos sociais, políticos ou econômicos que penetram no conceito de Natureza. Eles continuam a ver apenas uma imagem romântica da Natureza, que é captada e apropriada pelos empreendimentos imobiliários. "Na organizada feira de consumo da natureza, esta transforma-se em mercadoria vendida como autêntica ou mesmo como natureza 'caricaturizada', 'disneyficada'". (HENRIQUE, 2004, p.102/104)

É nesse sentido que consideramos a Natureza vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos. Uma Natureza produzida com finalidade de ser um cenário organizado esteticamente para emoldurar as práticas de lazer dos segmentos de maior padrão aquisitivo. Trazemos na próxima parte, uma análise sobre os símbolos e a apropriação da Natureza nesses empreendimentos.

3.2. - A Natureza vendida e a Natureza apropriada: dissociação entre os símbolos e os conteúdos da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos

O conceito de Natureza sofreu várias alterações ao longo do desenvolvimento da sociedade. Isso faz com que as pessoas, inseridas em contextos socioespaciais e históricos definidos, percebam e se relacionem de formas diferentes com os elementos naturais.

De acordo com Henrique (2004, p. 3), a cidade, grande realização humana, artefato por excelência, construída a partir de uma aparente negação da Natureza, torna-se o local principal para a observação de uma nova relação do Homem com a Natureza – uma relação mitológica, midiática e capitalizada. "A natureza, metáfora ou metonímia, que já havia sido reificada e incorporada à vida social, ao longo da história do homem, é apropriada e até mesmo produzida, com o objetivo de valorização monetária de objetos/mercadorias nos mais variados segmentos da produção e dos serviços".

Sendo assim, a concepção vigente de Natureza é baseada em sua matematização e artificialização sendo, cada vez mais, percebida como mero recurso para sustentar o desenvolvimento da Sociedade, sobretudo com as possibilidades geradas pelo desenvolvimento tecnológico. Esse fato fez com que a Natureza fosse sendo renegada a segundo plano na constituição dos espaços urbanos. Quando o processo de urbanização tomou impulso, a partir da

industrialização da sociedade, houve um esforço no intuito de associar as lógicas urbanas à modernidade e ao progresso. Conseqüentemente, a Natureza, tida como elemento constitutivo dos espaços rurais, foi sendo deixada de lado nos projetos urbanos, como se fosse uma dimensão a ser superada. Dessa forma, podemos constatar que a dicotomia que foi sendo construída entre Sociedade e Natureza, nos espaços urbanos, é fruto da concepção geral que a sociedade vem tendo desses conceitos, considerando a cidade, fruto da realização humana, como sendo uma dimensão externa e dissociada da Natureza.

Dessa forma, a presença da Natureza nos espaços urbanos, dá-se de forma residual, fruto do fetichismo criado em torno de tal conceito. A Natureza é vista apenas pelo seu potencial como recurso e como elemento de valorização estética. Assim, a Natureza "natural" se distancia e dá lugar à segunda Natureza, como destaca Lefebvre (1969). Nas cidades, os elementos naturais são arranjados paisagisticamente, no intuito de criar um cenário mais agradável para as práticas cotidianas, valorizando os empreendimentos imobiliários.

Segundo Santos (1982, p. 25), toda Natureza, congelada no senso comum como paisagem, tende a ser transformada em cartões postais e em fetiche. Esta Natureza artificial, enquanto produto da ação humana e de mentira, no sentindo de não possuir uma identidade local e sim ser um padrão, encontra-se hoje compromissada com uma felicidade capitalista.

A Natureza, dessa maneira, entra para o circuito das raridades (Lefebvre, 1969). Como raridade, passa, no âmbito do sistema capitalista de produção, a ter um valor de troca maior. Os elementos naturais tornam-se assim, mercadorias e o acesso a eles fica restrito àqueles que tiverem condições financeiras que possibilitem sua apropriação.

Para Bertrand (2007, p. 83), estamos passando por uma fase de reencontro com a Natureza. O autor destaca que, atualmente, estamos em um processo de reconstrução de nossa percepção acerca da natureza, visto que:

> Alguns recursos essenciais se degradam ou se esgotam; os grandes ciclos naturais estão ou parecem perturbados; as paisagens familiares desaparecem para sempre. A natureza natural não é mais um dado certo. Está emergindo outra natureza, forte, mas finita; um universo natural, coberto de crises, catástrofes e de irreversibilidades; um conjunto frágil que apreendemos com um olhar novo, cheio de admiração e de temor, e um pensamento novo, original e audacioso. A ecologia acaba de reinventar a natureza e de redesenhar uma economia política do planeta. (BERTRAND, 2007, p. 93)

Sendo assim, percebemos que as maneiras pelas quais a Natureza vem sendo percebida e apropriada pela sociedade, ao longo de seu desenvolvimento histórico, refletindo nas formas de inserção dos elementos naturais nos espaços urbanos, vêm mostrando a insustentabilidade desse tipo de relação entre a Sociedade e a Natureza. Com a colocação dos problemas ambientais em pauta, os símbolos associados à Natureza passaram por uma revalorização. Podemos dizer que se criou uma verdadeira moda, baseada no consumo de produtos considerados "verdes", ou seja, ecologicamente corretos.

De acordo com Henrique (2006, p.66), a reaproximação ou o reencanto do mundo urbano ocidental pela Natureza, ou melhor, por uma idéia de Natureza, dá-se num padrão moldado pelos interesses capitalistas.

> Sob a dinâmica atual do capitalismo, os grandes agentes do mercado global, nos mais diversos ramos da economia, das indústrias aos serviços, oferecem produtos e serviços para as classes com maior poder de consumo, que as colocam muito próximos da natureza. Uma natureza retrabalhada, sob a forma de uma segunda natureza, reificada, incorporada, mercantilizada, produzida e vendida de acordo com as leis e os objetivos do modo de produção atual – o lucro, a propriedade privada, os fetiches e a sensibilidade do mercado. (HENRIQUE, 2006, p. 66)

Portanto, a Natureza, ou uma concepção específica de Natureza, passa a ser vendida, por meio de sua associação com diferentes produtos, inclusive os imobiliários, como os loteamentos fechados ribeirinhos. Cria-se uma necessidade das pessoas estabelecerem um contato mais direto com os elementos naturais, tidos atualmente, como capazes de aumentar a qualidade de vida e o bem-estar.

Os loteamentos fechados ribeirinhos podem ser vistos, portanto, como espaços que possibilitam um reencontro da Sociedade com a Natureza, elemento não evidenciado em suas práticas cotidianas. O conteúdo dessa Natureza, vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos, está intimamente ligado ao processo de mercantilização dos elementos naturais, não significando uma mudança de paradigma, no sentido de superar a dicotomia Sociedade/Natureza.

A Natureza vendida nesses empreendimentos é uma Natureza produzida pelos empreendedores imobiliários diante do crescente distanciamento dos elementos naturais e os espaços urbanos. De acordo com Henrique (2004, p. 5) nas cidades, espaços altamente tecnificados e artificializados, a presença da Natureza natural torna-se muito distante, gerando a necessidade da "produção de um sistema de idéias e símbolos que tragam a imagem dessa natureza natural para a cidade, e até mesmo, que se produza uma natureza padronizada e adequada aos padrões urbanos". A Natureza material, efetivamente incorporada e produzida, passa a ser enclausurada nas propriedades imobiliárias privadas, tendo seu acesso definido de maneira desigual, de acordo com os diferentes segmentos sociais.

3.2.1 – O consumo da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos: Natureza selvagem x Natureza ajardinada

Como ponto de partida para analisar a venda da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos, consideramos alguns elementos associados a esses empreendimentos nos materiais de publicidade. Assim, analisando as mensagens que são vendidas juntamente com esses loteamentos,

temos indicações que servirão de base para o entendimento da produção da demanda por esses espaços.

Nos materiais de publicidade analisados, encontramos mensagens que, por meio das imagens e dos textos, tentam passar a idéia de um contato mais direto com a Natureza, a partir da apropriação dos espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos. Assim, encontramos slogans como:

- "Deixe a natureza fazer parte do seu dia-a-dia",
- "Lago Azul e você, a natureza completa",
- "A harmonia entre homem e natureza",
- "Venha para esse verdadeiro paraíso natural".

Essas frases publicitárias dão a idéia de que, nesses espaços, a Natureza pode ser encontrada, reforçando a impressão de que os espaços urbanos não são espaços próprios para a apropriação dos elementos naturais. A imagem da relação entre Sociedade e Natureza, nesses loteamentos, é vendida como se ocorresse de maneira harmoniosa. Dessa forma, os empreendedores imobiliários tentam vender a idéia de que os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços específicos onde se pode encontrar a Natureza, verdadeiros redutos, valorizados pela raridade de elementos naturais presente no cotidiano urbano das pessoas.

Quando questionados pelos motivos que os levaram a comprar um lote e construir uma casa no loteamento fechado ribeirinho, os entrevistados ressaltaram o interesse de se relacionarem de forma mais direta com a Natureza, ou com algum valor associado a ela. Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos foram eleitos pelos entrevistados como a forma ideal de se desfrutar dos momentos de lazer, visto que, como apontam, esses espaços oferecem a tranqüilidade, a Natureza, o bem-estar, a paz e o sossego para seus momentos de descanso. Esse desejo de ter um espaço onde possam estar em contato com a Natureza resulta do tipo de percepção que têm da Natureza, representativo da percepção dominante na sociedade contemporânea, que concebe a Natureza "natural" como um conteúdo externo à cidade, tendo que ser buscado em lugares específicos.

Consideramos assim, que um ideal de Natureza é vendido material e simbolicamente nos loteamentos fechados ribeirinhos. O primeiro contato entre o possível consumidor e esses espaços é realizado através da publicidade que é feita com o intuito de divulgar o empreendimento. É por meio da publicidade que as mensagens simbólicas são passadas para os consumidores. Segundo Baudrillard (1995, p. 175), a publicidade tem um grande poder de condicionamento do consumo, visto que funciona pela lógica da fábula e da adesão. Assim, a publicidade tem o poder de fazer com que os consumidores confiem nas qualidades das mercadorias e na felicidade que elas podem trazer.

No que se refere à centralidade da questão da apropriação da Natureza para o entendimento da produção e da apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, percebemos que ela pode ser verificada, tanto nos discursos dos entrevistados, quanto nos materiais de divulgação dos

empreendimentos estudados. Na figura 16, podemos observar os logotipos de alguns dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados. Todos eles contêm representações de elementos naturais, como o sol, o rio, os coqueiros e os pássaros, evidenciando que esses espaços são destinados para se estabelecer um contato com a Natureza. Temos também a representação dos barcos, mostrando a destinação para o lazer.

Figura 16 - Logotipos de alguns loteamentos ribeirinhos estudados, evidenciando os elementos naturais

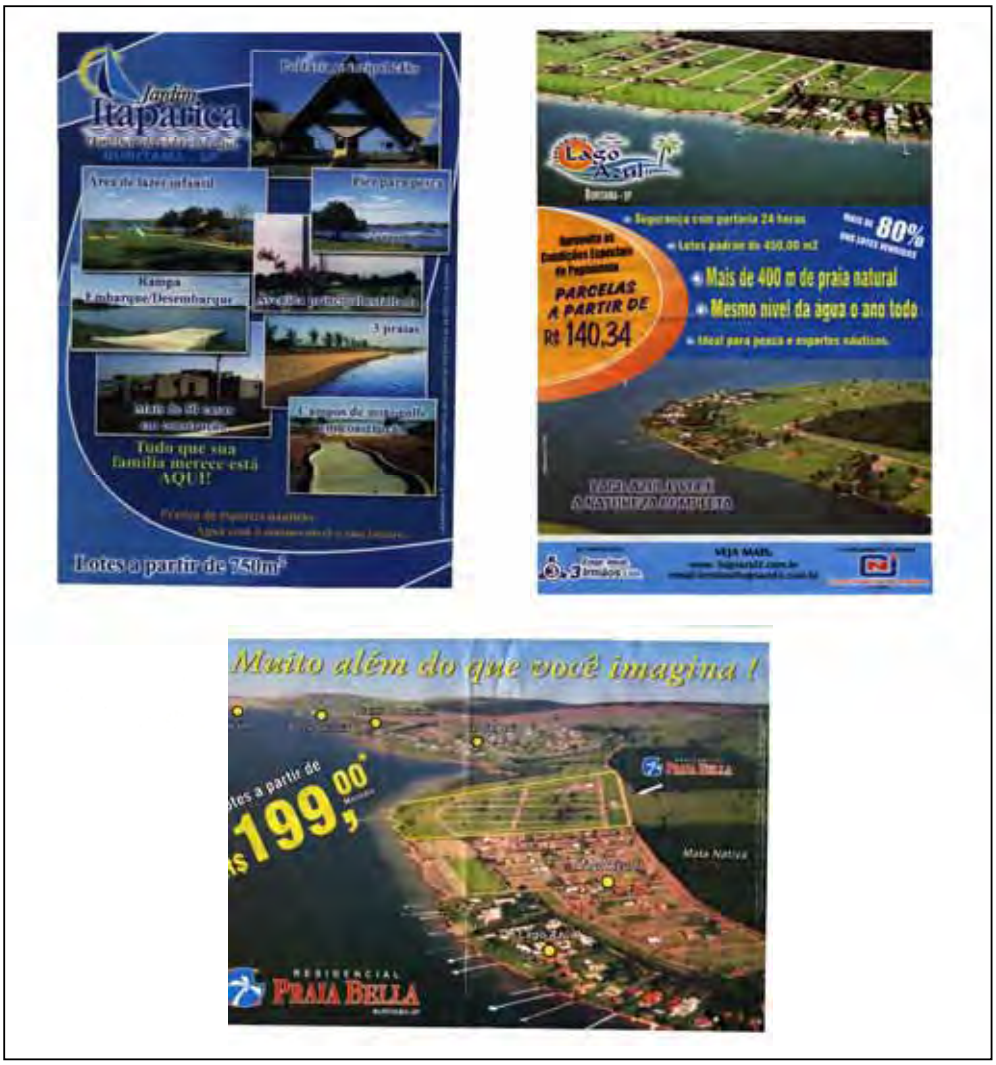
Outro aspecto que podemos ressaltar nos materiais publicitários dos loteamentos fechados ribeirinhos é o da escolha das cores para a confecção dos folders e também do site do empreendimento Marina Bonita. Como podemos observar nos exemplos, apresentados na figura 17, as principais cores escolhidas são o azul e verde. O verde é a cor predominante nas representações contemporâneas dos elementos ligados à Natureza. Já o azul, presente nos folders dos loteamentos ribeirinhos representam o diferencial desses empreendimentos, ou seja, os rios.

A escolha de cores específicas para representar a Natureza mostra que a concepção atual referente aos elementos naturais, é mediada por uma produção simbólica que valoriza certos aspectos específicos da Natureza. Essa representação monocromática da Natureza, segundo Henrique (2004, p. 103), não tem nada a ver com a variedade de cores que a Natureza, em qualquer período, tem. Assim, essa definição imposta de que a Natureza é verde,

> (...) é observada em vários produtos que quando querem mencionar algo natural sempre colocam a cor verde como representação da natureza. Nota-se que esta escolha pela natureza verde pode estar relacionada ao fato de que as plantas foram os elementos da natureza que mais se tornaram conhecidos, controlados e

> manipulados pelos homens ao longo de sua história, tanto de maneira empírica (primeiros cultivos) quanto através da ciência (botânica). Ou seja, a natureza representada pelas árvores e pelo verde é uma natureza já amplamente tecnificada que não apresenta riscos ao homem. (HENRIQUE, 2004, p. 103)

Figura 17 - Buritama. Folders de divulgação dos loteamentos fechados ribeirinhos – Jardim Itaparica, Lago Azul e Praia Bella



Dessa forma, a Natureza verde é o símbolo da Natureza contemporânea – controlada, tecnificada, organizada, submetida, produzida.

Nos loteamentos fechados ribeirinhos temos a eleição da cor azul para representar a maior parte desses empreendimentos. Isso nos indica que nesses espaços, a Natureza não está sendo valorizada como uma totalidade, com seu conjunto de cores variadas, que remetem à diversidade e à amplitude de seus processos.

O verde da vegetação e o azul dos rios e do céu são as cores escolhidas para formar a identidade simbólica desses empreendimentos. Dessa maneira, podemos constatar a partir da escolha dessas cores, uma produção simbólica da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos: a produção de uma Natureza mediada pelo símbolo da cor, no sentido de gerar uma identificação visual que ateste que nos loteamentos fechados ribeirinhos, a Natureza é azul e verde.

A Natureza apresenta uma gama muito maior de cores que as indicadas nas mensagens publicitárias desses empreendimentos. No entanto, a idéia é vender uma Natureza específica, "recortada" da Natureza selvagem e arranjada nos moldes de uma Natureza ajardinada, controlada. Assim, a escolha dessas cores específicas para representar os loteamentos fechados ribeirinhos já nos indica que os incorporadores imobiliários não estão tentando vender espaços em que se pode encontrar uma Natureza, digamos, total, e sim, uma nuance específica da Natureza.

Dessa forma, nos loteamentos fechados ribeirinhos, a Natureza oferecida não é qualquer Natureza. É uma Natureza peculiar, mediada pela produção social. Para ilustrar a idealização da Natureza nesses empreendimentos, analisamos na figura 18 uma página do *site* de divulgação do loteamento fechado ribeirinho Marina Bonita, localizado em Zacarias.

O *site,* como um todo, é interessante porque oferece um grande número de fotos de pessoas praticando esportes, de elementos naturais, de pessoas sorridentes e, também, ao acessá-lo, você começa a ouvir um som representando o canto de pássaros. A intenção é que ao acessar o *site*, você seja transportado para a Natureza, através das imagens e dos sons.

Na figura 18, podemos observar que a mensagem publicitária que se quer passar é de harmonia do contato das pessoas com a Natureza no loteamento ribeirinho. Contato harmônico que é capaz de oferecer aos consumidores desse espaço "a boa vida". A mensagem central da página é escrita em verde, cor padrão para representar a Natureza. Nessa página do *site* de divulgação do empreendimento, podemos perceber que há a colocação de fotos do local que mostram a "exuberância" da Natureza nesse espaço e algumas figuras gráficas representando a Natureza, como o tucano, o pássaro ao fundo e o trançado de folhas de coqueiro. Assim, temos nessa figura a criação de uma imagem de Natureza que associa os elementos naturais, tanto os materiais quanto os simbólicos, a sensações de bem-estar. Esse loteamento ribeirinho é idealizado como um reduto de Natureza capaz de oferecer para seus consumidores, a boa vida. Essa representação da Natureza ressalta a idéia de que a Natureza é uma dimensão fora da cidade, visto que a boa vida associada aos elementos naturais está esperando pelos citadinos fora das cidades.

Figura 18 – Zacarias. Página do *site* de divulgação do loteamento Marina Bonita

Org.: Maria Angélica de Oliveira

De acordo com Rodrigues (2001, p. 212), o cotidiano da grande cidade faz com que a Natureza seja vista como fonte de 'recuperação das energias'. Assim, a presença da Natureza é uma forma de renovação da vida estressante e rápida da cidade. Contraditoriamente,

> (...) na cidade, a 'natureza' precisa ser abolida para o porvir humano. Enterram-se os rios e córregos (canalização); impermeabilizam-se as ruas, avenidas e fundos de vale para possibilitar o deslocamento dos veículos, cada vez em maior número, derrubam-se matas para edificar lugares de 'convivência', de produção e de consumo. (RODRIGUES, 2001, p. 212)

Assim, embora a Natureza seja considerada como um elemento essencial para a reprodução da vida humana, as práticas empreendidas na produção das cidades vão cada vez mais reduzindo essa Natureza, que tem que ser buscada em locais específicos.

Henrique (2004, p. 114), destaca que, infelizmente, a Natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano numa espécie de metonímia da Natureza, uma Natureza racionalizada (em diferentes gradações), uma Natureza produzida, não uma representação direta da Natureza, mas sim um modelo de Natureza historicamente construído – pela técnica e pela ciência. A Natureza insere-se na cidade, através dos jardins e praças, que eram lugares para reis e nobres, e para a aristocracia e a burguesia, e só, recentemente, para a população em geral através dos jardins e parques públicos, ainda que pouco acessíveis para todos.

Para o autor (2004, p. 127), no século XIX, inicia-se um movimento mais intenso de associação entre a Natureza presente na cidade e a especulação imobiliária, a partir da produção de jardins e parques pelos agentes imobiliários, com o objetivo de valorização dos loteamentos construídos no entorno. A Natureza na cidade passa a ser uma 'isca' ou uma imagem/símbolo que valoriza os empreendimentos imobiliários, tanto pela apreciação de seus conteúdos estéticos, quanto dos elementos ligados ao melhoramento das condições ambientais, diante da crescente poluição dos espaços urbanos.

A partir das entrevistas que realizamos, pudemos constatar que tanto os proprietários de lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos, quanto os moradores dos municípios em que estão implantados esses empreendimentos, partilham a concepção de que a Natureza é uma dimensão externa à cidade, ou de que a Natureza presente nas cidades é residual, diferente quantitativa e qualitativamente da Natureza existente no campo. Assim, alguns entrevistados reconheceram a presença de alguns elementos naturais nas cidades, como as árvores e as flores, mas destacam "*que a Natureza mesmo*", só pode ser encontrada no campo.

Assim, as concepções apresentadas pelos entrevistados na pesquisa vão ao encontro com as afirmações de Le Corbusier (2000), que percebe a cidade como a grande obra humana, uma criação que revela o domínio do Homem sobre os elementos naturais.

> Uma cidade! É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho. É uma criação. A poesia é ato humano – relações harmoniosas entre imagens perceptíveis. A poesia da natureza é, exatamente, apenas uma construção do espírito. A cidade é uma imagem poderosa que aciona nosso espírito. Le Corbusier (2000)

A seguir, destacamos alguns depoimentos relevantes sobre essa visão:

> *Natureza, eu penso assim, que são as coisas que não foram construídas pelo homem. Então, as árvores, as plantas, os bichos, tudo isso é Natureza.(...) Na cidade a gente tem um pouco de Natureza, mais é diferente do campo. Aqui a gente tem a Natureza mesmo, é uma Natureza mais espontânea, mais do jeito que ela é mesmo.* (46 anos, professora, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no condomínio Portal da Praia, em Buritama)

> *Olha, Natureza é bicho, planta, rio, terra, tudo isso é coisa da Natureza. (...) ah, na cidade eu acho que tem pouca Natureza. É mais difícil de encontrar. Por exemplo, aqui em Penápolis tem o córrego Maria Chica. Mas é feio, está canalizado, cai esgoto. Então que prazer que dá olhar aquilo? Nenhum. Então Natureza é mais bonita, mais... livre, eu acho. (...) no rancho é diferente, aqui é a própria Natureza. A gente comprou o lote aqui por causa disso, na cidade não tem Natureza e a gente gosta de ter contato com essas coisas, relaxa a gente. Lá tem passarinho, peixe, rio, ar puro, árvores, é muito bonito, sossegado.* (48 anos, dona de casa, residente na cidade de Penápolis e proprietária de casa no Condomínio Belvedere, na mesma cidade)

> *Eu entendo como Natureza, as florestas, os animais, os rios, tudo isso que atualmente é difícil encontrar na cidade. Eu nasci na roça, então isso faz muita falta pra mim. Essa coisa de viver na Natureza, estar perto das criações, das plantas. Eu acho que é uma vida mais saudável, você tem mais ar puro, mais sossego. Agora na cidade não, você quase não vê Natureza, é uma judiação. O pouco que tem as pessoas parecem que querem acabar, não vêem que a gente precisa de ter a Natureza para gente viver. Olha, se eu já não estivesse de idade, se meus filhos ainda morassem comigo, eu ia querer morar na roça, eu gosto mais, me sinto melhor. Aqui na cidade se você quer criar uma galinha não pode, quer plantar milho pra fazer pamonha, não tem espaço, então na roça tem mais fartura, é mais fácil aproveitar as coisas que a Natureza dá.* (64 anos, aposentado, residente na cidade de Buritama)

> *A Natureza é tudo aquilo que serve de base pra gente viver, pra gente comer, é a parte física do mundo. Na cidade existe Natureza, mas é uma Natureza diferente, mais artificial, mais adaptada. No campo é diferente, a Natureza tem mais a ver com sua essência, porque lá há mais espaço para que os elementos naturais se desenvolvam livremente. Por exemplo, não dá para existir uma mata dentro da cidade. O que pode existir são árvores isoladas, plantadas. Já no campo, as árvores podem aparecer nas matas, nos pomares, numa forma mais natural.* (48 anos, médico, residente na cidade de Penápolis)

As entrevistas realizadas com moradores das áreas rurais próximas aos loteamentos fechados ribeirinhos permitem-nos constatar que eles também apresentam uma visão dicotomizada da relação entre Sociedade e Natureza nos espaços da cidade e no campo. Para eles, a Natureza se manifesta de forma mais acentuada no campo, visto que nas cidades, a Natureza foi perdendo espaço, porque os processos que lá ocorrem são mais ligados com as "*criações humanas*". Para os entrevistados que residem no campo, próximos aos loteamentos fechados ribeirinhos, a Natureza presente em seus espaços de moradia é encarada como fonte de seu sustento. Os depoimentos a seguir nos ajudam a entender essa questão.

> *Quem mora na roça não se acostuma na cidade justamente por isso. Aqui a gente pode pegar uma fruta no pé, matar uma galinha no final de semana. No final de ano a gente mata vaca, porco. A Natureza para gente é isso, nossa forma de viver. Eu acho que na cidade as pessoas têm menos contato com a Natureza, porque lá as criações humanas são mais presentes que a Natureza. Lá você não tem plantação, você não tem criação, o tipo de vida lá é outro. (42 anos, residente em Buritama, próximo ao loteamento ribeirinho Jardim Itaparica)*

> *Tem uma diferença grande entre a cidade e o campo. Na cidade tem muito pouca coisa da Natureza. Já no campo você vê mais os bichos, as plantas, os rios. Então as pessoas que moram nas cidades ás vezes não estão acostumadas com a Natureza. Têm medo de bicho, não sabem como funciona a plantação do arroz, do milho. Nem sabe como a comida deles chega no prato. É por isso que as pessoas da cidade*

> *vêm para esses condomínios nas beiras dos rios. È porque eles vêm procurar o que eles não encontram na cidade. (53 anos, residente em Zacarias, próximo ao loteamento ribeirinho Marina Bonita)*

Assim, a percepção dos entrevistados é a de que a cidade não é o espaço ideal para a Natureza. Os elementos naturais aparecem nos espaços urbanos apenas de forma residual. É, no campo, onde os loteamentos fechados ribeirinhos estão localizados, que a Natureza pode ser contemplada e vivenciada em sua forma mais pura e completa. Lá, de acordo com a fala dos entrevistados, a Natureza é mais "*livre*", mais "*bonita*", "*mais do jeito que ela é mesmo*". Dessa forma, diante da impossibilidade de encontrar a Natureza natural nas cidades, as pessoas acabam recorrendo a empreendimentos localizados fora delas para satisfazerem essa "necessidade" de contato com os elementos naturais.

Utilizamos o termo "necessidade" entre aspas, pois consideramos que o desejo de um contato maior com a Natureza é fruto mais de uma produção simbólica do que de, sempre, uma real necessidade vislumbrada pelos proprietários de casas nesses empreendimentos. Nesses termos, pode se falar de uma suposta ou idealizada necessidade de Natureza. As pessoas desejam passar seus momentos de lazer em espaços diferenciados, que as transportem para uma realidade distinta daquela em que vivem nos seus cotidianos. Por isso, vêem nos loteamentos fechados ribeirinhos uma possibilidade de estar em contato com uma dimensão diferente da que estão acostumadas.

Por meio das análises dos discursos dos entrevistados, das observações em campo e da análise das campanhas publicitárias utilizadas para divulgar os loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que a Natureza é o principal símbolo associado a esses empreendimentos. O contato harmonioso e direto com a Natureza é vendido como gerador de outras sensações, como tranqüilidade, qualidade de vida, união familiar. Assim, nesses empreendimentos temos a venda de elementos que são cotidianamente negados nas práticas dos citadinos, elementos esses que são trabalhados pelos empreendedores como sendo possíveis de serem encontrados, apenas, quando as pessoas se distanciam das cidades, cuja apropriação é marcada por outras lógicas.

Podemos observar essa questão quando lemos o texto da propaganda do loteamento Marina Bonita, localizado no município de Zacarias:

> No Marina, os esportes são praticados em família e em contato com a natureza. Seus filhos nunca vão esquecer aquele peixe que vocês pescaram juntos, a manobra radical no jet ski, a primeira vez que conseguiu ficar em pé esquiando, o castelo de areia que vocês fizeram juntos, ou o jogo de vôlei em que correram lado a lado, o gol que você marcou no futebol soçaite, o pic-nic na mata, as garças chegando no pôr do sol e tomando seu lugar na mata... ah, e todas aquelas estrelas no céu... É muito fácil fazer parte desse paraíso, a segunda e última fase do condomínio acaba de ser lançada, são 75 lotes a sua disposição, para pagar em até 36 meses. Entre em contato com o Marina Bonita e ofereça esse paraíso também para sua família. (Site de divulgação do empreendimento, grifos nossos)

A partir desse texto, percebemos que os idealizadores do loteamento tentam associar sua imagem a um símbolo de paraíso. Lá, a vida em família é privilegiada e o contato com a Natureza

é mais direto. Cria-se uma idéia de que, estando no loteamento, as pessoas podem desfrutar de sensações que não podem sentir nos espaços urbanos. Para fazer parte desse paraíso, é só comprar um lote no loteamento destacado.

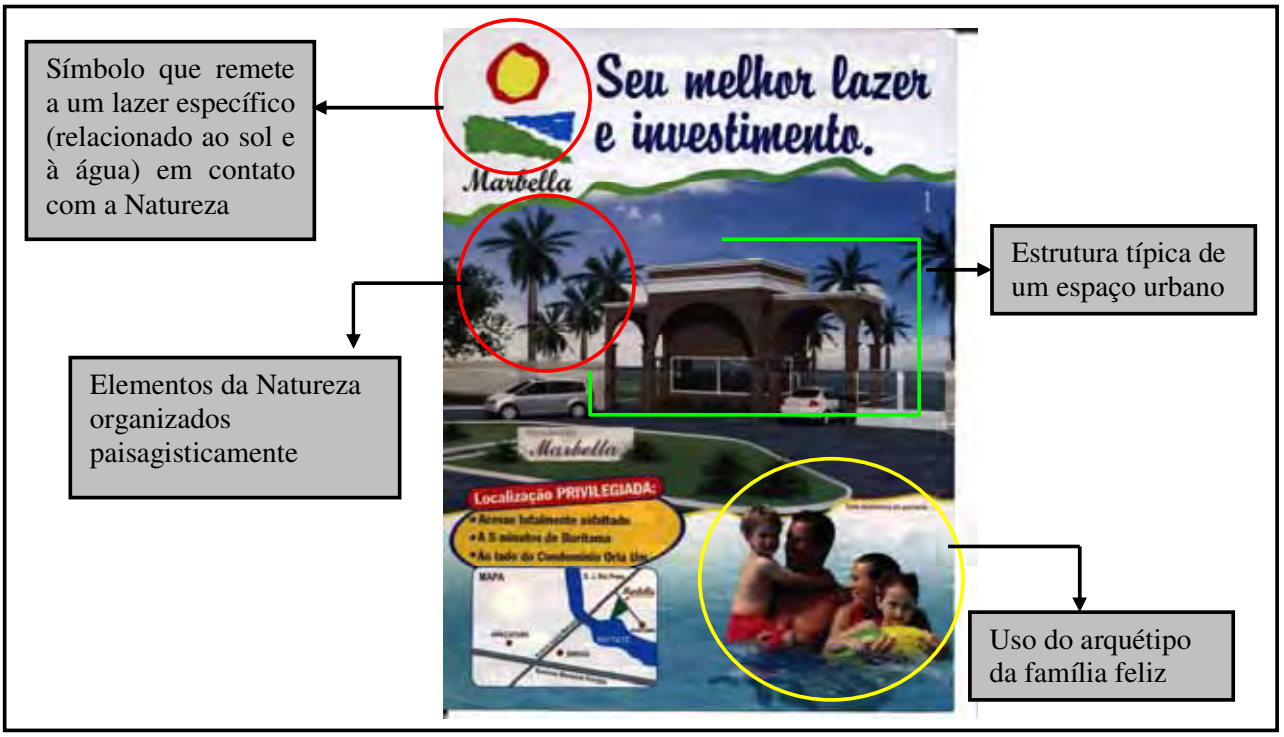
A Natureza vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos é representada como uma contraposição da Natureza residual que existe nas cidades. A lógica de produção simbólica e material, desses espaços está ligada a um reencontro com a Natureza perdida ao longo do processo de desenvolvimento histórico da sociedade. A Natureza, como elemento raro, só é passível de ser encontrada e apropriada nos refúgios produzidos para esse intuito, nos quais se insere os loteamentos fechados ribeirinhos.

Dessa maneira, a Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos seria a representação dos elementos naturais em seu estado mais "natural" – representando a Natureza selvagem, em estado bruto - diferentemente da Natureza humanizada – ajardinada - que pode ser encontrada nas cidades. No entanto, o que podemos perceber a partir das observações realizadas, das entrevistas e da análise dos materiais publicitários é que na realidade, a Natureza vendida nos loteamentos ribeirinhos não deixa de ser uma Natureza artificializada e humanizada, muito mais ligada ao ideal de Natureza ajardinada, do que a uma Natureza selvagem. Assim, o contato com a Natureza possibilitado pelos loteamentos fechados ribeirinhos parte da mesma lógica da produção da Natureza nas cidades.

Segundo Henrique (2004, p. 115), se no senso comum a Natureza se opõe à cultura e à história, o que se vê nas cidades hoje é exatamente o contrário, é a Natureza como produto desta mesma história – da evolução das idéias e conceitos que foram sendo criados, da história das técnicas – e da cultura consumista que se estabelece. Assim, devemos considerar os aspectos contraditórios da venda da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos, visto que ao mesmo tempo em que os incorporadores imobiliários fazem um trabalho de valorização e contraposição da Natureza em relação à cidade, a Natureza que oferecem em seus empreendimentos é produto dessa sociedade urbana e sua apropriação é feita perante as mesmas lógicas pelas quais são apropriados os espaços urbanos.

Para tentar exemplificar essa contradição presente na produção e na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, analisaremos nas figuras 19 e 20 as mensagens presentes no folder de divulgação do loteamento fechado ribeirinho Marbella, localizado em Buritama.

Figura 19 – Buritama. Folder do loteamento fechado ribeirinho Marbella: Natureza artificializada inserida em um arranjo paisagístico.



Org.: Maria Angélica de Oliveira e Paula Lindo

Como podemos observar na figura 19, na parte frontal do folder de divulgação do loteamento fechado ribeirinho em questão, temos a imagem de uma Natureza idealizada, capaz de oferecer felicidade para toda a família, a partir do oferecimento da possibilidade de lazer em contato com os elementos naturais. Os elementos utilizados para representar a Natureza nessa imagem são os coqueiros organizados paisagisticamente dentro dos muros do loteamento, o jardim sobre o qual se encontra a placa do empreendimento e a água em que a família está se divertindo, que aparenta ser a água de uma piscina e não de um rio. A portaria construída nos mesmos padrões das encontradas nos empreendimentos urbanos, ajuda-nos a perceber a presença da lógica urbana nesse empreendimento. Dessa maneira, o que nos é apresentado, nessa imagem, é uma Natureza humanizada, organizada paisagisticamente no intuito de servir de cenário para as práticas de lazer dos futuros proprietários.

Na figura 20, que mostra o verso do folder de divulgação do loteamento, podemos observar que a Natureza representada contém alguns aspectos diferentes dos aspectos ressaltados em sua parte frontal. Temos a imagem do rio formando a linha do horizonte com o céu na parte de cima e, na parte de baixo, temos a imagem do pôr-do-sol sobre o rio, com a figura de um homem pescando. Nesse sentido, tenta-se ressaltar a grandiosidade e a beleza da Natureza "natural". Os elementos naturais são mostrados de uma forma valorizada, como se, no loteamento fechado ribeirinho em questão, tivéssemos a possibilidade de um contato com a Natureza original.

No entanto, mesmo com a valorização do retorno à Natureza natural, podemos perceber que a Natureza que os incorporadores imobiliários querem vender não é a Natureza em seu estado primitivo. Na parte superior do folder, é destacado um conjunto de infra-estruturas mais características do meio urbano, quando se trata de Brasil, mostrando que a Natureza presente nesse empreendimento é uma Natureza saneada, mediada por elementos técnicos. Na parte central do folder, temos em destaque a área do loteamento, que apresenta arruamentos e lotes cobertos por grama, mostrando que a ação humana agiu organizando esse espaço. O traçado retilíneo das ruas mostra a introdução da lógica humana nesse espaço, no qual as sinuosidades da Natureza foram quebradas e controladas. Há ainda, no folder, a indicação de outros empreendimentos ribeirinhos que ficam próximos ao loteamento Marbella, mostrando que, além da Natureza, esse empreendimento é valorizado pela proximidade com outros espaços caracterizados pela lógica urbana.

Figura 20 – Buritama. Verso do Folder do loteamento fechado ribeirinho Marbella em Buritama: a intervenção humana na Natureza "natural".

Org.: Maria Angélica de Oliveira e Paula Lindo

Podemos constatar, assim, que a produção simbólica desse empreendimento traz elementos de uma Natureza tida como natural e de uma Natureza humanizada, unidas numa aliança contraditória que traduz o ideal de Natureza vendido nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados. Um retorno à Natureza é anunciado, evidenciando-se todas as vantagens de deixar o

cotidiano das cidades em nome da apreciação de outra realidade, ligada à presença dos elementos naturais, portadores de felicidade, bem-estar, tranqüilidade.

No entanto, esses empreendimentos oferecem uma Natureza humanizada e ajardinada, cujo consumo é feito com a utilização de infra-estruturas parecidas com as encontradas nas cidades. Nesse sentido, a Natureza vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos não é uma Natureza natural, e sim de uma Natureza produzida para agradar aos olhos de seus consumidores. Uma Natureza entremeada com objetos urbanos, capazes de garantir, mesmo fora das cidades, o conforto e a comodidade aos seus proprietários.

Segundo Henrique (2004, p. 63), Buffon em seu livro Histoire Naturelle, considera a Natureza selvagem como algo horrível e letal, sendo a função do Homem realizar sua conversão em algo "grato ou habitável, através de obras possíveis de transformação. Uma nova Natureza salta de nossas mãos. Quão bela é esta Natureza cultivada! Que brilhante és e quão esplêndida, adornada pelos cuidados do homem!".

Assim, consideramos que a Natureza presente, nos loteamentos fechados ribeirinhos, está associada a esse princípio. É uma Natureza melhorada, controlada e organizada, para que os homens possam tirar o máximo proveito de suas qualidades cênicas. Portanto, é uma Natureza tecnificada e humanizada, que não é tão "natural" quanto querem lhe representar.

Conforme Henrique (2004, p. 99), as técnicas inserem uma constante dissociação entre o Homem e a Natureza, sendo que a cultura propicia algumas aproximações, mesmo que metaforicamente. Para ele,

> Há sempre uma observação constante que é a necessidade que os homens têm de se aproximar da natureza e isto pode ser dado tanto pela sua contemplação, controle ou transformação; o homem imita a natureza e ao mesmo tempo a desnaturaliza. Pode-se exemplificar esta relação dialética com um jardim onde há algo natural - plantas e flores - mas ao mesmo tempo social, cultural e técnico. A paixão pela geometria regular e a necessidade de enquadrar a natureza num padrão uniformizado e compreensível pela mente humana. A natureza apreendida, aprisionada, em objetos e ações com finalidades bem definidas. A comunicação do homem com a natureza passa a ser mediada por técnicas e objetos – jardins, reflorestamentos, etc.

Dessa maneira, nos loteamentos fechados ribeirinhos, há a oferta dos elementos naturais tidos como símbolo de uma Natureza selvagem, diferente da Natureza ajardinada das cidades, no entanto, a Natureza que podemos verificar nesses empreendimentos também é uma Natureza artificializada e ajardinada, como a Natureza produzida nas cidades. Nesses espaços, os elementos oferecidos pela Natureza, como os rios e as árvores, são utilizados na composição de um ambiente modificado. Sendo assim, os símbolos de Natureza selvagem e de Natureza ajardinada integram-se nos loteamentos fechados ribeirinhos, a partir de uma lógica que valoriza seus aspectos estéticos para a venda de paisagens naturais.

Para Henrique (2004, p. 98), a ação humana transmuta a Natureza, transformando-a em social. No processo de produção da Natureza, a sociedade realiza uma mudança na qualidade daquilo que é natural para algo humanizado.

> Primeiramente esta transmutação se deu na superfície da Natureza, na sua aparência, acreditando que mudando a aparência mudar-se-ia a qualidade. Hoje as possibilidades técnicas aperfeiçoam cada vez mais esta metáfora alquimista, com o homem chegando mais perto de mudanças nas qualidades essenciais da Natureza, através da genética. Uma materialidade racionalista preenche a natureza em profundidade, e cada vez mais que esta substituição do natural pelo social acontece, aliada à ampliação das esferas do conhecimento humano, mais distante a natureza primitiva se encontra. (HENRIQUE, 2004, p. 98)

De acordo com Smith (1988, p. 37), o movimento de volta à Natureza, com a valorização dos elementos naturais começou nas cidades. "Domesticada, higienizada e estendida sobre mesas de café, a natureza era um pertence, da mesma forma como o gato da família". A Natureza, depois de dominada pelas técnicas humanas, começou a ser produzida para atender aos desejos de contemplação dos citadinos.

Assim, a Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos é fruto de uma produção que a transforma em uma mercadoria valorizada pelo seu valor de troca. Em seus depoimentos, os entrevistados na pesquisa destacaram que consideram como Natureza os elementos naturais "*livres*", apresentados "*como eles são na realidade*", principalmente quando se encontram no campo, embora considerem que uma árvore na cidade também faz parte da Natureza, mas não de uma Natureza livre. Dessa maneira, buscam a Natureza onde consideram que ela seja mais natural, no entanto, nessa busca, acabam levando a artificialização e a organização paisagística, características da Natureza presente atualmente nas cidades, para as áreas rurais em que foram implantados os loteamentos fechados ribeirinhos.

Na figura 21, apresentamos imagens retiradas do *site* de divulgação do loteamento fechado ribeirinho Marina Bonita, à titulo de exemplificação da forma pela qual a Natureza "natural" é oferecida nesse empreendimento, mostrando sua grandiosidade, sua beleza e as possibilidades de prazer contidas na realização de atividades de lazer em contato com os elementos naturais nesse "paraíso".

Dessa maneira, nessas figuras, temos a mensagem de que temos, nesse loteamento fechado ribeirinho, um reduto de Natureza que, após a compra, pode ser apropriado por seus proprietários, trazendo possibilidades de práticas de esportes náuticos e de trilhas em meio à mata nativa, que transformarão o final de semana dessas pessoas. Podemos constatar a partir dessa questão, que o caráter de descolamento com as atividades cotidianas realizadas nas cidades é reforçado nessa mensagem. Há uma contraposição do período da semana, destinado para o trabalho e as rotinas urbanas e o do final de semana, destinado à apropriação do "paraíso".

Figura 21 – Zacarias. Imagens de divulgação do Loteamento Marina Bonita, mostrando a valorização da Natureza tida como "natural"

Nas fotos 13 e 14, também retiradas do *site* de divulgação do empreendimento fechado ribeirinho Marina Bonita, podemos observar uma idéia de Natureza idealizada, "natural", capaz de gerar a sensação de tranqüilidade e de bem-estar.

Nas fotos de 15 a 22, apresentamos algumas evidências de que a Natureza oferecida nos loteamentos fechados ribeirinhos não é tão "natural" como expõem os empreendedores imobiliários e como querem acreditar os proprietários desses espaços. Nesses empreendimentos, os elementos naturais são organizados socialmente, para tornar a paisagem mais agradável à percepção humana.

Fotos 13 e 14 – Zacarias. Fotos do loteamento Marina Bonita, mostrando elementos da Natureza tida como "natural". 2007

Fotos 15 e 16 – Zacarias e Buritama. Fotos dos loteamentos Marina Bonita e Portal da Praia, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008

Fotos 17 e 18 – Penápolis e Buritama. Fotos dos loteamentos Recanto Belvedere e Jardim Itaparica, mostrando elementos da Natureza organizada pela ação humana. 2008

Fotos 19 e 20 – Buritama. Fotos dos loteamentos Riviera Santa Bárbara e Portal da Praia, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008

Fotos 21 e 22 – Buritama. Fotos do loteamento Riviera Santa Bárbara, mostrando elementos da Natureza organizados pela ação humana. 2008

A partir da observação desse conjunto de fotos, podemos constatar vários elementos naturais sendo modificados pela ação humana. Assim, temos a introdução de espécies ornamentais em meio às árvores nativas do local, temos os coqueiros plantados em linha reta, contrariando os movimentos sinuosos e assimétricos da Natureza, temos plantas podadas em formas geométricas, temos a colocação de areia na margem do rio, enfim, temos uma Natureza humanizada, em que os elementos naturais são entremeados com elementos técnicos, culturais, com o intuito de servir como elementos de decoração para os empreendimentos fechados ribeirinhos.

Essa Natureza presente nos loteamentos fechados ribeirinhos vai ao encontro dos dizeres de Calvino (1994), que afirma que a Natureza é cada vez mais falsificada e comprometida com os interesses do capital. A Natureza - capitalizada e mercantilizada - tem seus consumidores, seus clientes, aqueles que a percorrem, compram e a consomem, literal e metaforicamente, símbolo, imagem, ícone, poder, qualidade de vida. (HENRIQUE, 2004, p. 107)

Podemos constatar assim que, nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, temos a produção de uma Natureza análoga à que Henrique destaca estar presente na idealização dos jardins ingleses.

> A natureza do jardim inglês é uma natureza idealizada a partir da eleição de elementos do seu conjunto que irão representar o todo. Serão operadas correções em aspectos 'feios' dos elementos desta natureza idealizada. Nos parques urbanos serão construídos lagos e grutas com linhas curvas, num simulacro da natureza primeira, que há muito deixou de existir. O jardim inglês é a materialização de um conceito de beleza estética e uma representação cultural estética e ideologicamente definida. Como todo jardim, trata-se de um espaço modelado pela ação humana, mas vinculado à idéia romântica da natureza intocada. (2004, p. 125)

Assim, temos a vinculação dos loteamentos fechados ribeirinhos com espaços de Natureza intocada, de uma Natureza mais livre e mais "natural", quando na verdade o que é oferecido são espaços produzidos, a partir de modelos estéticos, que modelam os elementos naturais, "corrigindo" alguns de seus aspectos, para que ela possa ser apreciada pelo olhar social.

A partir dos depoimentos obtidos nas entrevistas realizadas, percebemos que, na realidade, os consumidores desses empreendimentos fechados ribeirinhos não desejam ter um contato com a Natureza selvagem e descontrolada. Buscam a Natureza mediada e domada. De acordo com Henrique (2004, p. 142), a Natureza selvagem não é a apreciada pelos citadinos. "A Natureza na cidade, sem controle e sem manutenção, retoma a sua imagem de perigo e o seu aspecto hostil. O jardim bem cuidado acaba por se transformar em mato". Assim, ao buscarem a Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos, as pessoas estão negando sua totalidade e consumindo apenas o seu aspecto moldado e estetizado.

Os entrevistados fizeram referências constantes aos espaços mal cuidados, que acabam deixando os loteamentos fechados ribeirinhos feios, gerando uma desvalorização do empreendimento. A preocupação com a estética dentro desses espaços fechados não se refere apenas às construções, mas também ao controle da Natureza, para que sua face mais selvagem não apareça e "*estrague a paisagem do loteamento*".

A partir da observação das fotos 25 e 26, podemos perceber que, em alguns espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos, os elementos naturais acabam incomodando os proprietários de casas nesses empreendimentos. O mato que toma conta de alguns terrenos é visto como fator de desvalorização dos empreendimentos, como causa da proliferação demasiada de insetos e cobras, como elemento que quebra a estética paisagística dos loteamentos. Assim, para muitos entrevistados, os dispositivos internos que regulamentam as multas para quem não cuidar de seu terreno deveriam ser mais altas, para coibir essa prática indesejada.

A seguir, destacamos alguns depoimentos acerca desse incômodo causado pelo mato que encobre alguns terrenos dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos:

> *Eu não acho que só porque a gente escolheu ter um pouco mais de contato com a Natureza, nós temos que passar nossos finais de semana no meio do mato. Acho*

que todos saem ganhando quando as pessoas cuidam de seus jardins, carpem o mato de seus terrenos. É tudo uma questão de qualidade de vida. Todos sabem que o mato gera insetos, que podem causar doenças para as pessoas. Além disso, não é agradável você ficar vendo do lado do seu rancho, um lote com mato alto, dá uma impressão de descuido, de sujeira. (...) Então eu acho que o loteamento deveria aumentar o valor da multa pra quem não deixar seu rancho ou seu terreno em ordem. (55 anos, aposentada, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia)

Com certeza, quando a gente fala de Natureza, não estamos falando desse matagal que algumas pessoas deixam nos seus terrenos. Tem gente que não está nem aí. Mas eu acho que isso deveria ser mais controlado. Se a pessoa não tem dinheiro para construir sua casa, que plantem pelo menos grama no terreno. Porque grama é melhor que o mato. É tão mais bonito ver tudo certinho. (36 anos, comerciante, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara)

Nossa, aqui a Natureza é mais bonita. É tudo harmonioso, tudo arrumadinho. A grama está sempre podada, a areia está sempre limpa, os jardins das casas sempre estão em ordem. Cada um cuida da sua casa para que o condomínio todo possa ficar sempre bonito. Não adianta nada você comprar uma casa para ficar mais perto da Natureza, se as pessoas não cuidarem, deixarem o mato tomar conta. Aqui não, é tudo muito organizado para que o condomínio esteja sempre agradável, os jardins sempre cuidados. (43 anos, dentista, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no condomínio Marina Bonita em Zacarias)

Fotos 23 e 24 – Buritama. Fotos do loteamento Portal da Praia, mostrando a Natureza não desejada. 2008

Outro aspecto pelo qual podemos constatar o desejo de nossos entrevistados por uma Natureza artificializada e controlada, é, como podemos observar na foto 25, a proibição de que os animais de estimação circulem soltos e sozinhos pelos loteamentos fechados ribeirinhos. Numa Natureza mais "natural", supõe-se que não haveria impedimentos à presença dos animais, que fazem parte da própria Natureza.

Fotos 25 e 26 – Zacarias e Buritama. Fotos do loteamento Marina Bonita e Riviera Santa Bárbara, mostrando a Natureza não desejada. 2008

Em entrevista realizada no loteamento fechado ribeirinho Riviera Santa Bárbara, tivemos um depoimento que evidencia a insatisfação do entrevistado com determinada parte do loteamento, mostrada na foto 26, que ele considerava que deveria ser "arrumada". O entrevistado não concorda e não consegue aceitar que as pessoas responsáveis pela organização do loteamento não tenham feito nenhuma ação para melhorar o local, como podemos observar no depoimento a seguir:

> *Aqui no loteamento, é evidente que temos um contato mais próximo com a Natureza do que na cidade. Acontece que a Natureza tem seu lado bom e seu lado ruim. Pode parecer meio incorreto, falando assim, mais eu acho que a gente paga aqui, para ter o melhor da Natureza. Isso porque a gente pode melhorar, arrumar a Natureza. Por exemplo, uma coisa que eu ainda não entendi aqui no loteamento, é porque eles ainda não arrumaram aquela parte da margem do rio, perto do girau. Ali deveria ser feita uma praia com areia, para as pessoas poderem ficar tomando sol, sentarem na beira do rio. Daquele jeito que está fica meio ruim, por causa da grama, não dá pra você colocar uma cadeira lá e ficar olhando o rio, curtindo a paisagem, porque te dá "piniqueira" nos pés. Acho que aquilo ali tinha que ser melhorado.* (61 anos, empresário, residente na cidade de Monte Aprazível, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara)

Outro fato interessante, que ilustra essa visão de que a Natureza precisa ser melhorada e adequada para que se possa efetivar a apropriação humana, diz respeito ao incômodo gerado pela falta de asfaltamento de algumas ruas dos loteamentos, como podemos observar nas fotos 27 e 28.

Fotos 27 e 28 – Buritama. Fotos do loteamento Jardim Itaparica, mostrando a Natureza não desejada. 2008

A seguir, destacamos dois depoimentos que revelam a insatisfação de alguns entrevistados com as ruas sem asfaltamento, devido à poeira e ao barro, presentes nelas.

> *Olha, isso* [a falta de asfaltamento] *incomoda muito a gente. É um terror. Quando chove então, suja tudo o carro, isso aqui fica um barro só. Quando não chove também incomoda porque a poeira levanta, a gente tem que fechar as janelas, ficar limpando a varanda o tempo todo, então não dá. Eu acho que tem que asfaltar todas as ruas do condomínio sim, a gente tem que ter mais comodidade, não dá pra continuar assim não.* (43 anos, dentista, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no condomínio Marina Bonita em Zacarias)

> *A questão do asfaltamento das ruas no loteamento é uma coisa que gera conflito nas reuniões da associação. Porque todo mundo quer que o loteamento asfalte primeiro a rua onde fica a sua casa. Isso é normal, porque ninguém gosta muito de andar pelas ruas de terra, é mais desconfortável, às vezes pode chover, formar lama. Então ninguém gosta. A gente não pode cimentar o nosso lote todo, por causa que tem um certo limite para garantir a infiltração da água. Mas pelo menos as ruas eu acho que deveriam ser todas asfaltadas.* (49 anos, empresária, residente na cidade de Andradina, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Que tipo de contato é esse com a Natureza que os proprietário de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos desejam, que não resiste nem a uma rua sem asfaltamento? Como as pessoas podem querer estar mais ligadas com a Natureza se não suportam a interação com a terra que entra em suas casas? Isso é possível porque o conteúdo dessa Natureza vendida nos loteamentos fechados ribeirinhos não é o de uma Natureza "natural", espontânea. Procura-se uma Natureza comportada, controlada artificialmente, que possibilite, ao mesmo tempo, as sensações boas que a Natureza pode proporcionar – tranqüilidade, bem-estar – e as comodidades que são características da vida urbana – asfaltamento, iluminação, água encanada.

Dessa forma, esses depoimentos ratificam a idéia de que a Natureza que as pessoas estão buscando nos loteamentos fechados ribeirinhos é uma "Natureza" organizada paisagisticamente.

Deseja-se uma Natureza idealizada, harmônica e, para isso, seus elementos devem ser controlados. A grama deve estar sempre podada. Não é admissível que "*o mato tome conta*". Para a "*Natureza ser mais bonita*", tudo precisa estar arrumadinho, os jardins bens cuidados. Fica evidente que o que se quer não é um relacionamento mais direto com a Natureza e, sim, desfrutar os símbolos que o contato com a Natureza carrega: harmonia, tranqüilidade, bem-estar, qualidade de vida.

Outro aspecto que pode ser observado, na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, que reflete o conteúdo da Natureza buscada, a partir do consumo desses empreendimentos, é a falta de uma consciência de preservação ambiental. As pessoas querem ficar em contato com a Natureza, mas apenas para aproveitar as qualidades cênicas que ela proporciona. Não há um interesse de cuidar e proteger a Natureza. Assim, os proprietários de casas nesses empreendimentos não respeitam algumas regras básicas para a preservação ambiental. Podemos citar duas, que observamos serem burladas nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados. Uma delas refere-se ao não cumprimento da norma de limite mínimo para as construções, que devem ser feitas a partir de 30 metros da margem do rio e a outra se relaciona com o descumprimento dos padrões de construção das fossas sépticas, que devem apresentar um tipo de revestimento adequado para evitar a contaminação do lençol freático. Pelos depoimentos que obtivemos, a fiscalização sobre as questões de preservação ambiental nesses espaços é praticamente nula, o que incentiva os abusos.

Nas entrevistas que realizamos, percebemos uma grande aceitação por parte dos proprietários de casas nesses estabelecimentos, da falta de fiscalização desses loteamentos por parte das agências ambientais responsáveis. Consideram que não devem seguir leis externas porque estão dentro de uma propriedade privada. Dessa forma, a apropriação desses espaços, na percepção dos entrevistados, não deve se sujeitar a nenhum tipo de regra ou limitação imposta por qualquer órgão ambiental, porque a Natureza de que desfrutam, pertence-lhes. Ao serem os donos da Natureza, os entrevistados sentem-se no direito de fazer o que bem entenderem com ela.

A fala de um entrevistado ilustra bem essa questão:

> *Olha, aqui a gente não segue muitas coisas que deveriam ser respeitadas. A gente não segue à risca porque não tem fiscalização. E eu acho que não deve ter mesmo. A gente comprou isso aqui, essa terra, esse rio é nosso. Então, o que adiante comprar se a gente não pode fazer o uso que a gente quiser? É lógico que a gente quer que o loteamento continue bonito, continue um lugar saudável, mas a gente quer ter o direito de fazer isso do nosso jeito. É por isso que a gente acaba não fazendo algumas coisas. Mas tem o problema de que algumas pessoas extrapolam. Esse pedaço de Natureza aqui é nosso, mas a gente tem que ter um mínimo de controle também, porque se não, acaba desvalorizando até o condomínio.* (61 anos, empresário, residente na cidade de Monte Aprazível, proprietário de casa no condomínio Riviera Santa Bárbara)

> *Esse nosso condomínio até que tem algumas preocupações com a preservação da natureza sim. Tem a questão do lixo que você não pode jogar nas áreas públicas, não pode cortar as árvores, não pode ficar jogando sujeira no rio, essas coisas. Mas tem gente que não respeita. Coloca fogo no mato de seu lote e não percebe que está diminuindo a qualidade do ar do loteamento. Sobre a questão da fiscalização, eu nunca vi nada acontecer, nem quando eu estava construindo, nem depois. Tem algumas construções irregulares aqui, que não respeitam o limite de 30 metros do rio. As pessoas não constroem as casas, mas fazem quiosques, fazem uma cozinha e*

> *um banheiro, tudo pra ficar mais perto do rio. Mas é irregular. Se a fiscalização passar, pode querer fazer as pessoas derrubarem as construções. Mas acho que não vem fiscalização aqui porque é uma propriedade privada, aí fica difícil de eles falarem alguma coisa.* (52 anos, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere)

> *Aqui funciona assim: as pessoas acham, às vezes, que só têm que cuidar da parte delas. Da casa, do quintal e do jardim do seu próprio rancho. Esquecem de manter limpas as áreas comuns, de não jogar lixo nas ruas, porque se chove, vai tudo pro rio. Se a qualidade da Natureza for prejudicada, acaba desvalorizando o loteamento como um todo. É muito comum a gente ver as pessoas arrancando flores, principalmente as crianças, e os pais não fazerem nada. Então, eu acho que precisava ter mais cuidado com a Natureza sim, porque se não, nosso loteamento não vai ter mais razão de ser. Porque a gente comprou aqui pra ter mais Natureza.* (35 anos, representante comercial, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Percebemos, nesses depoimentos, que alguns proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos, consideram-se como donos da Natureza presente no interior desses empreendimentos e, assim, passam a ter a idéia de que têm o direito de fazer o uso que quiserem desses espaços, sem ter que respeitar nenhuma norma ambiental. Há a percepção de que algumas pessoas extrapolam, ao desrespeitarem alguns preceitos básicos para a preservação ambiental, mas na maior parte das entrevistas, o incômodo causado pelas ações dessas pessoas não é reflexo de uma preocupação com a preservação ambiental e, sim, com a possível desvalorização do loteamento.

Como pudemos observar, a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos está intimamente ligada à idealização e à venda da Natureza. A Natureza produzida nesse contexto tem seus elementos organizados sob formas que dão a idéia de que são naturais mas, na realidade, apenas simulacros.

De acordo com Henrique (2004, p. 189), na cidade sitiada pelo consumo, o lugar de encontro, o lugar da troca de experiências é reduzido ao mercado. Na cidade comandada pelos preceitos capitalistas, a Natureza pode ser aproximada a alguns segmentos sociais pela venda. "Os signos da natureza e da cidade se convertem em signos de satisfação e alegria (individual), e as necessidades individuais são motivadas pelo consumo. A água, o ar puro – ou menos poluído –, as árvores, os animais, os parques tornam-se objetos de consumo – e o que ainda se torna mais grave: devido a sua raridade, em alguns lugares, passam a ser considerados artigos de luxo". Assim, conforme Santos (2000, p. 48) "quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais"

Portanto a Natureza passa a ser mercantilizada, vendida por seu valor de troca e conseqüentemente, vira artigo de *status,* visto que não pode ser apropriada por todos os segmentos sociais. Nos loteamentos fechados ribeirinhos temos um processo de enclausuramento da Natureza, que fica guardada pelos muros dos empreendimentos. Para desfrutar desses pedaços do "paraíso", é preciso ter uma condição econômica favorável, que permita a compra dessa Natureza cercada e loteada.

De acordo com Lefebvre (1969, p. 107-108), a mercantilização dos elementos naturais faz com que o direito à Natureza – ao campo e à Natureza pura – entre para a prática social a favor dos lazeres. A Natureza entra na esfera do valor de troca e da mercadoria, e assim é comprada e vendida. "Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente destroem essa 'naturalidade' da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A 'natureza', ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, da aposentadoria da 'criatividade'".

Segundo Smith (1988, p. 78), com o aparecimento das classes sociais, o acesso à Natureza não é distribuído de forma equânime – qualitativa e quantitativamente – entre essas classes. A classe dominante, responsável por controlar, direta ou indiretamente, os meios de produção sociais, controla o excedente apropriado da Natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção e não tem acesso a esses bens.

No contexto da produção da Natureza para a apropriação de seus valores simbólicos e estéticos, como no caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, o acesso também não é dado a todos os segmentos sociais. Cada vez mais, a Natureza vem sendo fechada em clubes, resorts, loteamentos fechados e outros espaços de contemplação, nos quais os segmentos menos privilegiados não têm acesso.

Dessa forma, a apropriação baseada na apreciação estética da Natureza, gera uma valorização dos elementos naturais como fator de agregação de valor a empreendimentos imobiliários. Segundo Henrique (2006, p. 129), cria-se uma diferenciação espacial da Natureza na cidade, de acordo com a estratificação social. "Enquanto nos centros urbanos e nos bairros nobres o que se via era uma natureza trabalhada e bem cuidada – tanto no jardim inglês quanto no francês, um lugar para passeio e exibição, um lugar de prestígio –, nas periferias a natureza bruta e ainda 'não controlada' fazia-se presente, trazendo enchentes, inundações, doenças e frio".

Sendo assim, o acesso à Natureza não é reservado a todos e sim, somente, àqueles que puderem pagar. Portanto, a contemplação dos elementos naturais é baseada atualmente numa relação de compra e venda. De acordo com Henrique (2004, p. 5), "hoje, a natureza, idéia e objeto, capitalizada e mercantilizada, tem seus consumidores e clientes, pessoas que por ela transitam, passam, viajam, comprando-a e consumindo-a, literal ou metaforicamente falando, como símbolo, imagem, ícone, poder ou status". A mercantilização da Natureza faz com que ela se torne um elemento de diferenciação social. Seu consumo, por parte dos segmentos de maior poder aquisitivo, faz com que a Natureza seja vista como fator de *status*, visto que não é possível que seja consumida por todos.

Nesse sentido, Henrique (2004, p. 165) aponta que a atual produção da Natureza, nas cidades, reforça uma mudança de perspectiva na relação do Homem com a Natureza, que passa de uma ação coletiva, para um consumo individualista e segregatório.

> Os empreendimentos aqui mostrados (...) reforçam a questão da mudança de perspectiva na relação do homem com a natureza, passando, (...) de uma ação na

> natureza visando os aspectos de vida coletivos, a sobrevivência do grupo, para um padrão individualista, segregatório e egoísta de consumo da natureza, enclausurada nestes condomínios e de usufruto apenas de seus moradores, ou melhor, consumidores. Assim, a natureza na cidade não é um bem coletivo, não é um objeto socialmente compartilhado, é uma mercadoria exclusiva que 'o dinheiro' pode comprar.

Assim, a Natureza é transformada em um elemento que evidencia a segmentação das práticas sociais, visto que vem se desenvolvendo uma elitização do consumo material e simbólico dos elementos naturais. A partir da privatização da Natureza, ela passa a ser uma mercadoria rara, disponível apenas para alguns segmentos sociais. No entanto, como pudemos perceber, até mesmo nesses espaços onde se privilegia a presença dos elementos naturais, a Natureza apresentada é uma simulação, organizada paisagisticamente, que se distancia da Natureza "natural".

Como afirma Rodrigues (2001, p. 213), mesmo com todas as utopias do urbanismo moderno, a cidade e a Natureza passam a ser medidas e mediadas pelo valor de troca e a volta da Natureza na cidade é baseada em uma forma de apropriação da Natureza como propriedade privada.

3.2.2. A simulação da Natureza: elementos naturais na produção e na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos

De acordo com Santos (2000, p. 51), o quadro da vida - a Natureza e o entorno humano - está carregado de significações sobrepostas, cheio de artifícios, que constituem uma verdadeira tela de enganos. "A natureza artificializada, instrumentalizada ao extremo, recusa-se a se deixar entender diretamente. Os homens não vêem o que enxergam".

Assim, nossas práticas cotidianas estão sempre mediadas por símbolos, cujos significados não são sempre diretos e únicos. Tudo que nos cerca passa-nos uma mensagem, intencional ou não, que pode ser lida de diferentes formas. Os objetos e ações não podem ser reduzidos meramente à sua aparência e funcionalidade, visto que possuem significados que nem sempre podem ser decodificados à primeira vista. Nesse sentido, consideramos que a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos devem ser entendidas, além de seus conteúdos materiais, considerando-se seus aspectos simbólicos.

Considerando que o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos é permeado por aspectos simbólicos, devemos considerar que os símbolos são imagens criadas no intuito de passar uma mensagem e, assim, realizar um processo de comunicação. Para Debord (2002, p. 125), no âmbito da sociedade contemporânea, cujas ações são baseadas no consumo espetacular, as imagens servem para comunicar o incomunicável. O autor destaca que, na sociedade do espetáculo, "é evidente que a imagem será a sustentação de tudo, pois dentro de uma imagem é possível justapor sem contradição qualquer coisa". (DEBORD, 2002, p. 188)

Assim, nos loteamentos fechados ribeirinhos, há o estabelecimento de um consumo que apresenta, explicita ou implicitamente, uma mensagem. Para Hall (2006, p. 365) o processo comunicativo é uma estrutura produzida e sustentada por meio da articulação de momentos distintos, mas interligados – produção, circulação, distribuição, consumo, reprodução. Assim, a comunicação dá-se a partir de uma "complexa estrutura em dominância", sustentada através da articulação de práticas conectadas, em que cada qual, no entanto, mantém sua distinção e tem sua modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência.

Analisando a comunicação de massa, Hall (2006, p. 366) destaca que os aparatos, relações e práticas de produção, aparecem sob a forma de veículos simbólicos constituídos dentro das regras da linguagem, sendo na forma discursiva que a circulação do "produto" é realizada.

> O processo, desta maneira, requer, do lado da produção, seus instrumentos materiais – seus "meios" – bem como seus próprios conjuntos de relações sociais (de produção) – a organização e combinação de práticas dentro dos aparatos da comunicação. Mas é sob a forma discursiva que a circulação do produto se realiza, bem como sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum "sentido" é apreendido, não pode haver "consumo". Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito. (HALL, 2006, p. 366)

Assim, a comunicação é feita objetivando a apreensão de um sentido. Então, os símbolos utilizados para a constituição da mensagem devem ser traduzidos, decodificados e empreendidos nas práticas sociais. Assim, em todas as formas de consumo mediadas pela troca comunicativa, como o caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, para que se efetive o sentido da comunicação baseada nos símbolos, esses têm que ser interpretados, têm que ter seus significados decodificados e articulados depois nas práticas sociais.

> Antes que essa mensagem possa ter um "efeito" (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma "necessidade" ou tenha um "uso", deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que "tem um efeito", influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. Em um momento "determinado", a estrutura emprega um código e produz uma "mensagem"; em outro momento determinado, a "mensagem" desemboca na estrutura das práticas sociais pela via de sua decodificação. (HALL, 2006, p. 368)

Dessa maneira, percebemos que os símbolos só começam a agir e a ter influência nas práticas sociais, a partir do momento em que se tornam significantes para as pessoas que participam do processo comunicativo. Assim, as relações estabelecidas nos loteamentos fechados ribeirinhos entre os aspectos materiais e simbólicos fazem parte do processo de codificação/decodificação de que trata Hall (2006).

O estabelecimento dos significados dos símbolos, no âmbito do processo comunicativo, não é sempre unilateral. Conforme Hall (2006, p. 369), não há uma identidade imediata entre as estruturas de sentido presentes na codificação e as estruturas de sentido presentes na decodificação. Sendo assim, os códigos de codificação e decodificação podem não ser perfeitamente simétricos.

> Os graus de simetria – ou seja, os graus de "compreensão" e "má-compreensão" na troca comunicativa – dependem dos graus de simetria/assimetria (relações de equivalência) estabelecidos entre as posições das "personificações" – codificador-produtor e decodificador-receptor. Mas isso, por sua vez, depende dos graus de identidade/não identidade entre os códigos que perfeitamente ou imperfeitamente transmitem, interrompem ou sistematicamente distorcem o que está sendo transmitido. (HALL, 2006, p. 369)

Sendo assim, não há uma garantia de que o sentido pretendido pelo codificador/produtor será o mesmo sentido apreendido pelo receptor/decodificador. Deste modo, as interpretações que são feitas dos símbolos não são engessadas, no sentido de permitirem apenas uma decodificação. Hall (2006, p. 372) destaca que há uma relação entre os sentidos literais e conotativos dos símbolos. Muito poucas vezes os signos organizados em um discurso significarão somente seus sentidos literais, isto é, um sentido quase universalmente consensual, isso porque os símbolos são polissêmicos. O autor (2006, p. 373) destaca que, na publicidade, "todo signo visual conota uma qualidade, situação, valor ou inferência que está presente como uma implicação ou sentido implícito, dependendo do posicionamento conotativo".

> No exemplo de Barthes, o suéter sempre significa "uma vestimenta quente" (denotação) e, portanto, a atividade/valor de "manter-se aquecido". Mas é também possível, em níveis mais conotativos, significar a "chegada do inverno" ou um "dia fio". E, nos subcódigos especializados da moda, o suéter pode conotar também um estilo em voga na *haute couture* ou, alternativamente, um estilo informal de se vestir. Mas, colocado contra o fundo visual correto e posicionado pelo subcódigo romântico, pode conotar "longa caminhada de outono no bosque". Códigos dessa odem claramente estabelecem relações para o signo com o universo mais amplo das ideologias em uma sociedade. Esses códigos são os meios pelos quais o poder e a ideologia são levados a significar em discursos específicos. (Hall, 2006, p. 373)

Assim, existem redes de significações que podem ser derivadas de cada símbolo. Além disso, cada elemento simbólico deve ser entendido sempre no contexto das relações que estabelece consigo e com os outros símbolos. Dessa forma, não é possível realizar uma leitura única das determinações simbólicas que perpassam a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos. O que estamos apresentando, nessa dissertação, é uma possibilidade de interpretação dos significados simbólicos desses espaços, baseada nas apreensões dos discursos dos entrevistados, nas propagandas publicitárias e nas observações realizadas em campo.

Longe de ser uma interpretação definitiva e única, nossa análise sobre as relações simbólicas e materiais nos loteamentos fechados ribeirinhos é uma leitura, uma decodificação, feita à luz de nossos referenciais teóricos e metodológicos e de nossos objetivos. Outro pesquisador, imbuído de outros objetivos e baseado em outros referenciais, certamente realizaria uma interpretação diferenciada da que apresentamos. É válido ressaltar também, que nossa leitura, enquanto cientistas difere da leitura realizada pelos consumidores e idealizadores desses espaços – leituras que tentamos apreender mas que, de todo modo, são diferentes porque o estabelecimento dos significados se dá em outras bases.

Dessa forma, consideramos que a Natureza, como elemento valorizado e evidenciado nos loteamentos fechados ribeirinhos está carregada de valores simbólicos polissêmicos, que podem ser interpretados de diferentes maneiras, dependendo do interlocutor. Os símbolos associados à Natureza não estão presentes, apenas, nas propagandas publicitárias que, por meio de suas imagens e textos, passam a idéia dos incorporadores sobre a Natureza que se pretende vender. A dimensão simbólica está presente também na concepção que os consumidores desses espaços possuem e na apropriação que realizam. Os símbolos perpassam seus discursos, suas ações e suas formas de entender e estabelecer sua relação com a Natureza, tanto dentro dos muros dos loteamentos fechados, quanto fora deles, em seu cotidiano urbano.

A Natureza, nos loteamentos fechados ribeirinhos, pode ser considerada como resultado de um processo produtivo, que atua tanto no sentido material, quanto simbólico. Assim, ao lado da produção da materialidade da Segunda Natureza, com seus elementos sendo organizados e controlados paisagisticamente, temos uma produção simbólica no sentido da idealização dessa Natureza, como se ela tivesse efetivamente um conteúdo natural, fosse Primeira Natureza, revestido da capacidade de gerar sensações como bem-estar, tranqüilidade, paz e outras percepções que fazem com que esses espaços sejam associados à qualidade de vida. Essas sensações geradas a partir do símbolo de Natureza produzido nos loteamentos fechados ribeirinhos são, elas mesmas, símbolos, que podem ter significações diferentes para cada pessoa que os decodifique.

Assim, a produção e o consumo da Natureza, nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, são tanto materiais, quanto simbólicos. Sobre o consumo simbólico, Baudrillard (1995, p. 60) destaca que vivemos numa fase caracterizada pelo fim da produção como princípio organizador da sociedade, substituída pelas preocupações com as motivações e com a promoção do consumo. A alienação social, na atualidade, é resultado da naturalização do consumo, não o consumo de objetos, mas sim de signos que obedecem a uma lógica própria, não necessariamente funcional. A mercadoria apresenta-se envolta por características geradoras de conforto e bem-estar, passando a dominar o homem, retirando-lhe as questões existenciais, passando a transformá-las em relações associativas e opressivas de signos-objetos.

Segundo Featherstone (1995, p.137), no âmbito da cultura do consumo, a aquisição de bens e mercadorias, atos supostamente materiais, é cada vez mais mediada por imagens culturais difusas (mediante a publicidade, exposição e promoção), nas quais o consumo de signos ou o aspecto simbólico dos bens torna-se uma fonte importante da satisfação deles derivada.

Para Baudrillard (1995, p. 47), o sujeito, alvo da publicidade, acaba sendo reduzido à condição primordial de consumidor. Como o que se quer vender não é apenas o produto, mas sim a imagem ou maneira de ser vinculada a essa compra, as estratégias de propagá-lo extrapolam o plano puramente material. O discurso que se cria em torno da necessidade da compra de determinadas mercadorias atua no desejo de obtenção da felicidade. Dessa forma, para o autor, a felicidade, ou

a venda da felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como equivalente autêntico da salvação.

Se o consumo teve seu conteúdo alterado, passando a ser focalizado como consumo de símbolos e imagens, a apropriação que se faz dos elementos consumidos também foi modificada. Considerando que a venda dos loteamentos fechados ribeirinhos é perpassada pela venda de um emaranhado simbólico, como podemos interpretar as formas de apropriação, material e subjetiva, que são realizadas nesses espaços?

Avaliamos que a proposição de Baudrillard (1991) da cultura simulacional ajuda-nos a avançar na análise da apropriação desses empreendimentos. Para o autor, simulacros são representações dos objetos e dos acontecimentos. Na sociedade contemporânea, os simulacros passam a dominar a vida das pessoas, na medida em que não mais, apenas, representam a realidade, eles são a realidade, ou melhor, a hiper-realidade.

O triunfo da cultura da representação resulta num mundo simulacional, no qual a proliferação dos signos e imagens tende a abolir a distinção entre o real e o imaginado. Isso significa dizer que, por toda parte, vivemos numa "alucinação estética da realidade". (BAUDRILLARD, 1995, p. 148)

Dessa forma, vivemos em uma realidade além da realidade, que apreendida por todos no cotidiano, transfoma tudo, do mais próximo ao mais distante, em uma noção de verdade vivida. Os simulacros são representados por signos ou por imagens que apresentam sentidos próprios, gerando realidades autônomas, além da realidade de fato. Assim, o consumo dos símbolos proporciona uma apropriação simulada, que não é falsa, nem irreal – é uma representação vivida como verdade.

Baudrillard (1991, p. 13) organizou a história da imagem em quatro estágios sucessivos: a) signo como reflexo da realidade profunda, b) signo como deformador e mascarador da realidade profunda, c) signo como dissimulador da ausência de uma realidade profunda e, d) signo sem nenhuma relação com a realidade, sendo ele seu próprio simulacro, pois tem significado autônomo. Sendo assim, na socieadde contemporânea, conceber simulacros é imaginar a substituição do real pelos signos do real, isto é, o real não é mais referência para a produção do sentido, mas os sentidos já estão dados e se constituem no padrão ao qual os acontecimentos deverão se enquadrar.

A simulação contemporânea pode ser entendida, portanto, como um sistema de produção obsessiva do real na medida em que se estabelece a precessão dos simulacros, emancipando-se o signo de uma lógica equivalente de significados ainda capaz de enredar dois sujeitos num ciclo de reciprocidades para que, enquanto significante, possa ele reenviar "a um universo desencantado do significado, denominador comum do mundo real, com relação ao qual ninguém mais tem compromisso." (BAUDRILLARD, 1996, p. 78)

Dessa maneira, Baudrillard (1996, p. 112) aponta que, operando a fusão entre real e imaginário, o simulacro absorve e substitui o primeiro, de forma a fazer coincidir em si mesmo o real e sua representação. "A irrealidade não é mais a do sonho ou da fantasia, de um além ou de um aquém, é a de uma alucinante semelhança do real consigo mesmo". E eliminando-se qualquer referente, a

duplicação do original corresponde à sua morte. Na sociedade contemporânea, há um descolamento entre os conteúdos simbólicos e o real. A simulação é uma recriação do real, que não precisa necessariamente estar atrelada a nenhuma condição real. No momento em que a simulação se generaliza e se aperfeiçoa, o simulacro passa a deter o mesmo status ontológico do real. Ou seja, o simulacro pode ser tão verdadeiro ou tão falso como aquilo que inicialmente pretendia simular.

Outra concepção que nos ajuda a analisar a apropriação dos loteametnos ribeirinhos no contexto da cultura do consumo simbólico é a de Debord. Segundo ele (2002, p. 13/14), toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção, apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens. Considerado em sua totalidade, o espetáculo é, ao mesmo tempo, o resultado e o projeto do mundo de produção existente.

Para o autor (2002, p. 15), o espetáculo que inverte o real é, efetivamente, um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retorna em si mesma a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. Assim, espetáculo e atividade social efetiva, só se fundamentam em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente. Dessa forma, no mundo realmente invertido, a verdade é um momento do que é falso.

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. O espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência. O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de "o que aparece é bom, o que é bom aparece". No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo. O espetáculo molda uma multidão crescente de imagens-objetos. (DEBORD, 2002, p. 16/17)

Debord (2002, p. 18) considera que a atual situação de nossa sociedade como sendo uma sociedade do espetáculo resulta de um processo histórico de dominação da economia na vida cotidiana. Para ele, a primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do ser para o ter. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo "ter" efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última.

Dessa maneira, o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por "coisas supra-sensíveis embora sensíveis" realiza-se completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele e que, ao mesmo tempo, fez-se reconhecer como o sensível por excelência. O consumidor real torna-se consumidor de ilusões.

A mercadoria é essa ilusão efetivamente real e o espetáculo é sua manifestação geral. (DEBORD, 2002, p. 28/33)

Sendo assim, é nessas bases que consideramos o consumo da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos. A apropriação dos elementos naturais é feita a partir da simulação, na qual a apropriação dos elementos simbólicos que representam o real faz com que seja criada uma nova realidade, hiper-real. A mensagem que simula o real, a partir de seus símbolos, passa a ser a própria realidade, quando esses símbolos são consumidos.

Dessa maneira, a partir da encenação da Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos, temos a constituição de uma nova Natureza, que não é falsa, visto que seu consumo simulado faz com que essa Natureza organizada paisagisticamente exista efetivamente.

Analisando as concepções de Natureza na cidade contemporânea, Henrique (2004, p. 105) destaca que, atualmente, passamos por um período marcado pela "disneyficação" da Natureza. Apoiado nos escritos de Harvey (2000), Henrique destaca que há um reencantamento da Natureza no âmbito do consumo, que passa pela mercantilização e "disneyficação" das experiências de Natureza. Para o autor, baseado em Harvey, esse processo de "disneyficação" consiste na produção de uma Natureza, sob os seguintes aspectos: a) criação de espaços de felicidade, harmoniosos e sem conflitos, que possibilitem a fuga do mundo real, b) espaços feitos para entreter, c) espaços que carreguem uma história inventada, d) um cultivo de uma nostalgia de um passado mítico, e) uma perpetuação do fetiche pela cultura da mercadoria, f) um lugar limpo, sanitarizado e mitologizado, esteticamente perfeito.

Podemos perceber, assim, que essa "disneyficação" da Natureza consiste na criação de um simulacro de Natureza, que a partir de sua representação, passa a ser real, visto que passa a fazer parte do espetáculo das práticas cotidianas. Nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, a Natureza apresentada aos consumidores desses espaços é produzida seguindo esses preceitos. São espaços a que são associadas sensações de bem-estar, tranqüilidade, qualidade de vida e felicidade, que possibilitam uma fuga da vida real, nesse caso, o cotidiano urbano.

São espaços feitos para que as pessoas desfrutem de seus momentos de lazer e, portanto, são espaços para o entretenimento, para a diversão. A história contada a partir desses empreendimentos é a história da volta de um contato mais próximo e harmonioso com a Natureza, que inclui a nostalgia e a romantização dos períodos em que o Homem relaciona-se mais diretamente com os elementos naturais. Os loteamentos fechados ribeirinhos são mercadorias que se justificam pelo fetichismo realizado em torno de seus símbolos e são também, espaços organizados, sanitarizados, controlados, produzidos com um conceito estético definido.

Assim, são espaços onde uma mensagem simbólica de Natureza é passada, sendo que, concomitantemente, a imaginação transforma-se em realidade, pelas práticas que são ali estabelecidas. As pessoas vivenciam os espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos como se eles fossem refúgios de uma Natureza natural. Assim, criam um novo conteúdo para a naturalidade.

Esse novo conteúdo, produzido socialmente, é resultante de uma imitação mediada por símbolos que não tem nenhuma necessidade de se parecer com a realidade. A própria simulação cria uma nova realidade, uma nova concepção de Natureza "natural".

A produção dos loteamentos fechados ribeirinhos revela assim, uma tendência atual que é caracterizada pela criação da "necessidade" de retorno à Natureza. Esse contato só é possível por meio do pagamento. Como a Natureza não é um elemento que esteja de forma efetiva, na cidade, quem quiser desfrutá-la deverá recorrer aos redutos criados pelos empreendedores imobiliários para essa finalidade. O acesso à Natureza, dessa forma, passa a ser mediado pelo poder de compra. Cria-se assim, uma nova dinâmica, em razão da qual, os segmentos menos privilegiados são deixados de fora. Como eles conseguirão atender suas necessidades de Natureza se não possuem um poder aquisitivo que os permita adquirir um espaço "paradisíaco" como os loteamentos fechados ribeirinhos?

Dessa forma, a Natureza passa a ser mais um fator a compor o quadro de exclusão ou inserção precária, dos segmentos mais pobres perante o conjunto de práticas socioespaciais do restante da sociedade. O direito à Natureza é negado aos mais pobres, revelando-se como possibilidade apenas para aqueles que puderem pagar.

Constatamos que a concepção e a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos são permeadas por um processo de idealização desses espaços, com a veiculação da imagem desses empreendimentos como um paraíso, um reduto onde se pode encontrar a Natureza perdida, ausente nos espaços urbanos. Verifica-se, assim, que a Natureza é um símbolo buscado e desejado no consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos.

A partir da análise das entrevistas e das observações em campo, pudemos verificar que há uma dissociação visível entre o desejo de um contato mais direto e harmônico com a Natureza expresso na construção simbólica desses empreendimentos e as ações de apropriação que ali se realizam.

Sendo assim, ao observar as atividades que as pessoas realizam, nos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que, muitas vezes, os entrevistados que revelaram o desejo de ter um contato mais próximo com a Natureza, na verdade, não costumam desfrutar dos elementos naturais desses empreendimentos. Assim, tivemos depoimentos de entrevistados que nunca tinham ido caminhar nas trilhas ecológicas e que não gostavam muito de nadar no rio, visto que preferiam as piscinas construídas em seus ranchos. Dessa forma, podemos observar que o "contato" que os consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos buscam nesses espaços, muitas vezes é baseado apenas na utilização dos elementos naturais como cenário para práticas de lazer que prescindem da presença da Natureza, poderiam ser realizadas em qualquer outro ambiente que não tivesse a presença dos elementos naturais. A seguir, destacamos alguns depoimentos que revelam as principais atividades que os entrevistados realizam quando estão nos loteamentos fechados ribeirinhos.

Quando a gente vem pra cá, nossa rotina muda. A gente tenta acordar mais tarde, tomar um café da manhã gostoso, ficar conversando, escutando música. Aí a gente acende a churrasqueira, começa a fazer um churrasco, fica bebendo uma cerveja, dá uma nadada na piscina, toma sol. Então é isso, não tem muita regra, a gente vai fazendo as coisas conforme vai dando vontade. Jogamos baralho, jogamos bola. Então a gente vem para cá sem muito compromisso, sem planejar o que vai fazer. Agora churrasco e cerveja são de praxe. (38 anos, escrevente judiciário, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Portal da Praia)

Aqui no condomínio a gente se sente mais livre pra fazer o que a gente quiser, porque a gente vem pra cá para se divertir, conversar com os amigos, com a família... Tudo num ritmo parece que mais lento. Aqui a gente fica mais preguiçoso. Mas basicamente, o que a gente costuma fazer é o churrasco, jogar baralho, escutar música e jogar conversa fora. A gente dá uma voltinha pelo condomínio para ver as casas, para ver se está tudo certo, toma um ar, descansa, dá para ler um livro, esse tipo de coisa. (52 anos, comerciante, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere, em Penápolis)

Dentre aqueles que disseram apreciar a pesca, somente uma parcela admitiu que a realizava freqüentemente. Em um dos feriados em que as entrevistas foram realizadas, constatamos que apenas uma pequena parcela de pessoas, na sua maioria crianças, estava utilizando o rio e as areias que recobrem suas margens. As outras pessoas, que estavam no loteamento, encontravam-se em suas casas, jogando bola nos seus jardins, jogando baralho, nadando nas piscinas e realizando uma atividade que se evidenciou uma constante em todos os loteamentos fechados ribeirinhos: o churrasco.

Sendo assim, consideramos que, nesses casos, o que as pessoas buscam é a Natureza como cenário. Desejam passar seus finais de semana em espaços bonitos, agradáveis, que os remeta a sensações de tranqüilidade e bem-estar. Querem uma paisagem esteticamente organizada para servir de moldura para a realização das atividades que mais os agradam dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, sendo elas: fazer churrasco, beber cerveja, jogar baralho, jogar bola, cantar no vídeokê, nadar na piscina e bater papo. Vale ressaltar o fato de que essas atividades elencadas pelos entrevistados como suas preferidas, quando estão nos loteamentos fechados ribeirinhos, não pressupõem, necessariamente, um contato com a Natureza que eles dizem buscar nesses espaços.

É evidente que alguns entrevistados também apontaram que gostam de utilizar a água dos rios para nadar ou andar de Jet-ski ou barco, que gostam de passear pelo loteamento para observar os macacos e os pássaros, que gostam de cuidar do jardim, gostam de pescar, enfim, gostam de realizar algumas atividades que as aproximem dos elementos naturais presentes nos loteamentos fechados ribeirinhos. No entanto, o que nos chama a atenção é que, diante da ênfase dada, tanto nos materiais publicitários, quanto nos discursos dos entrevistados, à busca pela Natureza, as atividades realizadas em contato com os elementos naturais tenham aparecido em segundo plano, quando os entrevistados descreveram suas rotinas nesses empreendimentos. A centralidade do lazer empreendido nos loteamentos fechados ribeirinhos não é representada pelos esportes ou atividades que utilizam diretamente a Natureza e que assim realizam uma reaproximação, mesmo que incompleta e mediada por símbolos, com os elementos naturais. O foco das atividades de lazer

desenvolvidas nos loteamentos fechados ribeirinhos recai em atividades que poderiam ser realizadas nas cidades. A escolha dos loteamentos fechados ribeirinhos como espaço ideal para a realização dessas atividades, dá-se a partir da construção simbólica realizada em torno do conceito de Natureza, como se a simples presença dos elementos naturais fosse capaz de gerar a tranqüilidade, o sossego e o bem estar que as pessoas buscam em seus momentos de lazer.

Dessa maneira, consideramos que parte desse desejo de estabelecer um contato mais direto com a Natureza, nos loteamentos fechados ribeirinhos, advenha do fetichismo criado em torno dessa idéia. Diante dos problemas ambientais que nossa sociedade vem enfrentando e da crescente raridade que a Natureza natural vai adquirindo nos espaços urbanos, os símbolos ligados à Natureza, ao verde e ao ecológico, viraram moda e símbolo de *status* para quem pode consumi-la.

A partir daí, a associação de quaisquer produtos ou serviços ao símbolo Natureza serve como fator de valorização. Nesse sentido, empreendimentos que possibilitem um contato maior com a Natureza passam a ser valorizados e considerados como "necessidades", no âmbito da sociedade de consumo. A Natureza passa a ser uma mercadoria, passível de ser vendida, consumida e, conseqüentemente, é transformada em um produto de acesso restrito àqueles que podem pagar por ela.

Outro aspecto significativo é que os loteamentos fechados ribeirinhos por serem espaços de lazer, ou seja, espaços destinados para o desenvolvimento de atividades no "tempo livre", no tempo liberado do trabalho, têm como função transportar as pessoas para um ambiente diferenciado daquele em que desenvolvem suas ações cotidianas. Assim, é mais prazeroso reunir os amigos e a família em espaços com características diferentes das encontradas nas cidades. Os loteamentos fechados ribeirinhos servem bem a esse propósito. Oferecem um cenário "natural" para aqueles que querem se distanciar dos elementos das cidades, percebidos como não-naturais e ligados às rotinas, muitas vezes estressantes, que levam em seu cotidiano.

Utilizamos "natural" entre aspas, porque a partir das observações que realizamos nos loteamentos fechados ribeirinhos constatamos que essa Natureza oferecida não é tão natural assim. Como a principal necessidade de Natureza ligada aos loteamentos fechados ribeirinhos diz respeito à busca de uma paisagem bonita e diferenciada para a realização das atividades de lazer, é compreensível que a "Natureza" oferecida seja esteticamente organizada e, muitas vezes, esvaziada de seus valores.

Dessa forma, nos loteamentos fechados ribeirinhos, o que temos não é uma Natureza "*mais pura*", "*mais livre*" ou "*mais do jeito que ela é mesmo*", como dizem alguns entrevistados. A Natureza que se encontra, nesses espaços, é tão arranjada e planejada quanto os resquícios naturais que encontramos nas cidades. Nesse sentido, as margens dos rios são cobertas por areias branquinhas, dando a impressão de que constituem a orla de uma praia. Na maior parte dos loteamentos ribeirinhos estudados, não constatamos a presença de uma mata ciliar nativa. Em alguns casos, a vegetação natural já havia sido retirada antes da implantação dos loteamentos e,

em outros, o processo de desmatamento das margens foi concluído no momento da implantação do loteamento. A vegetação natural desses espaços foi, em muitos casos, substituída por coqueiros e outras plantas ornamentais, todas plantadas de forma alinhada ou simétrica.

Em muitos dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, as áreas de preservação permanente, anunciadas como reduto de espécies vegetais e animais nativas, não passam de áreas de reflorestamento, muitas vezes realizado com espécies que não são naturais da área, como o eucalipto. As espécies de animais anunciadas como existentes nesses espaços restringem-se, principalmente, a alguns macacos, peixes e pássaros, acostumados com a presença humana, visto que as pessoas estão constantemente alimentando esses animais. Dessa forma, ao oferecerem alimentos para esses animais, os consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos, que dizem buscar uma relação mais harmônica com a Natureza, estão alterando o ciclo de vida deles, modificando suas relações instintivas de obtenção de seus próprios alimentos. A relação das pessoas com a Natureza, nesse caso, não é tão harmônica quanto se pretende.

Até os peixes, valorizados no discurso de alguns entrevistados, não estão presentes nos loteamentos fechados ribeirinhos de uma maneira tão natural. Em determinados loteamentos fechados ribeirinhos estudados, algumas espécies de peixes foram soltas no rio. Essa ação altera todo o ecossistema desses rios, visto que modifica a relação natural entre a quantidade e o tipo de espécies naturais daquele ambiente. Outro fato que colabora para a alteração da dinâmica natural dos rios é o costume de cevar os peixes, ou seja, jogar alimentos, principalmente, milho e mandioca, nos rios, para atrair os peixes, deixando-os mais "mansos" no momento da pesca.

Assim, o conteúdo dessa Natureza encontrada nos loteamentos fechados ribeirinhos é ligado a uma simulação dos elementos naturais como se estivessem presentes nesses espaços da mesma maneira que estariam na Natureza "natural". Mas o que temos, na verdade, são composições realizadas com alguns elementos da Natureza, feitas com o intuito de gerarem sensações estéticas agradáveis. A Natureza trabalhada como símbolo desses empreendimentos começa, assim, a se distanciar dos momentos de efetiva apropriação desses espaços.

Portanto, podemos concluir que a presença e a valorização da Natureza na produção e na apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos são evidenciadas na constituição de um simulacro. O que existe nesses espaços é a produção de uma representação de uma Natureza ideal, portadora de elementos estéticos geradores de bem-estar. Quando a simulação é efetivada, por meio do consumo dos símbolos, nas práticas desenvolvidas nesses espaços, temos a construção de uma situação supra-real, ou seja, os próprios símbolos servem de base para a construção da realidade.

Portanto, podemos concluir que não há justaposição entre o que o símbolo de Natureza quer representar e a apropriação que se faz deles. Ao buscarem um retorno à Natureza que, supostamente, serviria para superar a dicotomia entre Sociedade e Natureza, as pessoas acabam reafirmando e intensificando essa cisão. Não desejam ter um contato harmônico e respeitoso com a

Natureza. Querem apenas aproveitar as qualidades estéticas e sensoriais que a proximidade com a Natureza lhes proporciona, apropriando-se, assim, de outros símbolos vinculados ao contato com os elementos naturais – bem-estar, tranqüilidade e qualidade de vida.

A apropriação desses espaços sendo realizada nas mesmas bases da dicotomia que simbolicamente tenta superar é reforçadora do fato de que a Natureza é vista como um recurso, capaz de propiciar momentos agradáveis para aqueles que a compraram. Não há uma mudança de consciência no sentido das pessoas tentarem se integrar à Natureza, considerando-se como partes integrantes dela. Querem um contato maior apenas para satisfazer, por meio do consumo, uma "necessidade" de Natureza estimulada por vários determinantes ideológicos e econômicos, que atendem aos interesses dos empreendedores imobiliários.

Na forma como se realiza a apropriação dos espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos, não é superada, também, a dicotomia "campo natural" x "cidade não natural". Nos usos realizados, nesses espaços, é ratificada a posição da cidade como espaço intrinsecamente não natural. Quando querem apreciar a Natureza, devem se afastar do meio urbano e ir até o campo, onde a Natureza pode ser encontrada. Lá chegando, desejam desfrutar as mesmas infra-estruturas e comodidades que estão acostumados na cidade. Ao fazerem isso, exigem uma mudança do conteúdo da Natureza que é oferecida nesses espaços. A Natureza selvagem e imprevisível é deixada de lado para dar lugar a uma Natureza urbanizada, controlada e organizada esteticamente.

Ao buscarem a Natureza nos loteamentos fechados ribeirinhos, o que seus consumidores querem não é, realmente, a Natureza com seu conteúdo tradicional. Desejam uma Natureza encenada, organizada e controlada para servir de moldura para as atividades de lazer que gostam de realizar.

Assim, não podemos desconsiderar, na análise dos loteamentos fechados ribeirinhos, a união/dissociação entre os elementos materiais e simbólicos, visto que o mercado desses empreendimentos é um mercado, ao mesmo tempo, material e simbólico. Nesses empreendimentos, não se vende apenas um pedaço de terra, mas, também, todos os símbolos que se associam a esses espaços, visto que além de serem produzidos para atender a uma "necessidade natural" de espaços de lazer, os loteamentos fechados ribeirinhos são produzidos para suprir um conjunto de "necessidades artificiais", produzido no plano simbólico. Assim, o consumo desses espaços significa o consumo de um complexo emaranhado simbólico.

Dessa forma, o primeiro passo para tentarmos melhorar nossas formas de relacionamento com os elementos naturais tem que estar pautado em uma mudança de percepção, na nossa forma de conceber e representar a Natureza. A Natureza não pode ser vista apenas como recurso, que pode ser utilizado ininterruptamente de maneira irracional, não respeitando seus processos e limites. Diante dos problemas ambientais urbanos, a idéia de que as cidades são espaços de não-natureza deve ser superada e os elementos naturais devem ser considerados, de forma integrada, junto aos outros processos socioespaciais urbanos. A Natureza não pode ser utilizada apenas como fator de

organização estética ou de valorização de empreendimentos imobiliários, tendo o acesso a ela restrito aos segmentos sociais mais privilegiados. Temos que pensar as maneiras pelas quais iremos recuperar a Natureza, nas cidades, para que esses espaços possam ser vivenciados em sua totalidade.

Para que essa mudança na forma de conceber a Natureza possa ser superada, o pensamento científico deve se esforçar para analisar os processos resultantes da relação Sociedade-Natureza de forma integrada, sem a prevalência, dominação ou, até mesmo, desconsideração, de uma dimensão em relação à outra. Na própria Geografia, essa questão veio tradicionalmente sendo tratada de forma dicotômica, haja vista a separação entre Geografia Física e Geografia Humana. Mas, atualmente, já encontramos esforços, no plano científico, para estudar a relação entre Sociedade e Natureza de forma integrada.

No plano da produção do espaço, essa superação parece ser mais difícil. Mesmo que muitos incorporadores, perante a crescente exposição dos problemas ambientais e da raridade que os elementos naturais vêm adquirindo, venham adotando o discurso ecológico e acrescentando elementos naturais em seus empreendimentos, fazem-no de uma maneira que só reforça a cisão criada em torno da relação Sociedade-Natureza.

CAPÍTULO IV

INSEGURANÇA URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Miedo

Lenine e Pedro Guerra

Tienen miedo del amor y no saber amar
Tienen miedo de la sombra y miedo de la luz
Tienen miedo de pedir y miedo de callar
Miedo, que da miedo do miedo que da

Tienen miedo de subir y miedo de bajar
Tienen miedo de la noche y miedo del azul
Tienen miedo de escupir y miedo de aguantar
Miedo, que da miedo do miedo que da

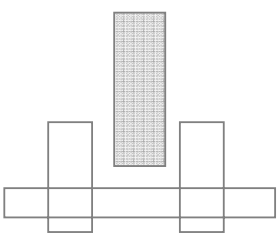
El miedo es una sombra que el temor no esquiva
El miedo es uma trampa que atrapó al amor
El miedo es la palanca que apagó la vida
El miedo es uma grieta que agrandó el dolor

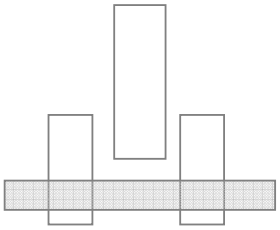
Têm medo de gente e de solidão
Têm medo da vida e medo de morrer
Têm medo de ficar e medo de escapulir
Medo, que dá medo do medo que dá

Têm medo de acender e medo de apagar
Têm medo de espera e medo de partir
Têm medo de correr e medo de cair
Medo, que dá medo do medo que dá

O medo é uma linha que separa o mundo
O medo uma casa aonde ninguém vai
O medo é como um laço que se aperta em nós
O medo é uma força que não me deixa andar

Tienen miedo de reir y miedo de llorar
Tienen miedo de encontrarse y miedo de no ser
Tienen miedo de decir y miedo de escuchar
Miedo, que da miedo del miedo que da





Têm medo de parar e medo de avançar
Têm medo de amarrar e medo de quebrar
Têm medo de exigir e medo de deixar
Medo, que dá medo do medo que dá

Medo de olhar no fundo
Medo de dobrar a esquina
Medo de ficar no escuro
De passar em branco
De cruzar a linha
Medo de se achar sozinho
De perder a rédea, a pose e o prumo
Medo de pedir arrego, medo de vagar sem rumo

Medo estampado na cara
Ou escondido no porão
Medo circulando nas veias
Ou em rota de colisão
O medo é de Deus ou do demo?
É ordem ou é confusão?
O medo é medonho
O medo domina
O medo é a medida da indecisão

Medo de fechar a cara medo de encarar
Medo de calar a boca medo de escutar
Medo de passar a perna medo de cair
Medo de fazer de conta medo de iludir

Medo de se arrepender
Medo de deixar por fazer
Medo de amargurar pelo que não se fez
Medo de perder a vez
Medo de fugir da raia na hora H
Medo de morrer na praia depois de beber o mar
Medo, que dá medo do medo que dá

As mudanças que vêm ocorrendo nas cidades contemporâneas referentes ao fechamento de espaços por barreiras físicas ou simbólicas, levando à produção de espaços de sociabilidade segmentada, que negam o ideal moderno de espaço público, trazem para a discussão a questão da (in)segurança urbana. As análises já realizadas sobre essa problemática indicam que, para justificar as práticas segregacionistas, é utilizado o argumento de que as cidades estão mais inseguras, necessitando assim, de novas estratégias socioespaciais que garantam a segurança das pessoas que nelas habitam.

Assim, uma das características mais marcantes da sociedade atual é sua preocupação com a segurança. Não que as sociedades anteriores não tivessem suas inquietações acerca da segurança mas, na sociedade atual, ela se tornou um elemento central, passando a ser um quesito norteador das escolhas que influenciam as relações entre os diferentes tipos de pessoas e, também, as relações das pessoas com os diversos tipos de espaços.

De acordo com Bauman (2007, p. 16), os sismos existenciais têm acompanhado os seres humanos ao longo de toda sua história, visto que nenhum dos ambientes sociais em que as realizações da vida humana foram conduzidas, jamais ofereceu um seguro infalível contra os golpes do "destino".

Nesse sentido, Billard et al (2005, p.7) destacam que a questão da *sécurisation* dos espaços residenciais em meio urbano não é nova, sendo contemporânea à aparição e ao desenvolvimento das cidades. Observamos, assim, que a preocupação com a segurança esteve presente desde o surgimento dos primeiros aglomerados urbanos, mas seu conteúdo foi se alterando de acordo com o desenvolvimento das cidades. Dessa maneira, cada período histórico é marcado por um dado tipo de preocupação, no que diz respeito à manutenção da segurança nos espaços urbanos, fato que acarreta a geração de configurações diferenciadas de estratégias e ações.

Le Goff (1998, p.72) mostra, em seu livro, que as cidades da Idade Média eram espaços em que a preocupação com a segurança era constante. Ressalta que seus habitantes fechavam suas casas à chave e reprimiam severamente o roubo, com muito mais rigor do que atualmente. A segurança nessas cidades constituía "uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva".

Na atualidade, o que temos de diferente é a dimensão que a insegurança adquiriu na vida social. A produção do espaço, sobretudo do espaço urbano, está em profunda ligação com os aspectos que perpassam a segurança. Os espaços passam a ser classificados e hierarquizados de acordo com suas possibilidades de oferecer uma sensação de segurança, seja ela objetiva ou subjetiva.

A partir desse critério é que as pessoas dos segmentos mais privilegiados da sociedade realizam suas escolhas espaciais, ou seja, é a partir da percepção da maior ou da menor sensação de segurança oferecidas pelos espaços, que as pessoas vão decidir os locais em que realizam suas atividades cotidianas, mesmo que essa sensação não corresponda às possibilidades concretas de segurança que esses espaços podem oferecer. Os segmentos de menor poder aquisitivo também possuem suas preocupações e estratégias a partir da sensação de insegurança, mas estabelecem um

tipo de relação diferenciada com esse sentimento. Suas práticas socioespaciais são diferentes das empreendidas pelas pessoas de maior poder aquisitivo, ao passo que suas condições materiais não permitem estratégias tão elaboradas para evitar os espaços das cidades tidos como inseguros e, na maior parte das vezes, esses espaços percebidos como inseguros pelos segmentos de maior poder aquisitivo são os espaços de moradia das pessoas menos privilegiadas, que apreendem esses espaços de outras formas, visto que suas práticas cotidianas e suas relações pessoais estão inseridas nesses espaços. Outro ponto que diferencia a ação dos segmentos menos privilegiados em relação à insegurança urbana está no fato de que, para os segmentos de menor poder aquisitivo, a insegurança é apenas mais uma das preocupações que compõem seu cotidiano, sendo que necessidades como emprego, alimentação e saúde para algumas pessoas, são mais imediatas do que a busca por segurança.

Dessa forma, consideramos que os diferentes segmentos sociais possuem percepções e estratégias socioespaciais que se distiguem entre si em relação à insegurança urbana e que cada segmento vai desenvolvendo suas práticas espaciais e estabelecendo suas relações sociais a partir do tipo de concepção que fazem da insegurança. De qualquer maneira, embora existam diferenças entre a percepção dos segmentos mais privilegiados e a dos segmentos menos privilegiados, a insegurança é um fator importante na produção e na apropriação das cidades contemporâneas.

Para entendermos as razões pelas quais a segurança se tornou um aspecto tão importante no processo de produção do espaço urbano temos que analisar a questão da violência, estreitamente ligada à sensação de (in)segurança.

A violência urbana é resultado de um conjunto de elementos interligados. Segundo Pedrazzini (2006, p. 73), a violência urbana é complexa e o termo é, por isso mesmo, polissêmico. É difícil identificar o momento em que um ato violento singular passa a ser um fenômeno reconhecido por todos como violento. Isso porque,

> O problema não é somente relativizar as formas de violência, mas identificar o tipo e a intensidade de um fato que possa ser julgado unanimemente violento e não apenas brutal, indisciplinar, movido pela revolta ou por uma simples mudança de humor. (PEDRAZZINI, 2006, p. 74)

Assim como a preocupação com a segurança, a violência não é uma questão exclusiva da sociedade atual. A violência adquiriu diversos conteúdos de acordo com os diferentes contextos históricos em que vem existindo. Em alguns momentos, foi mais aceita, em outros, mais escondida, mas sempre esteve presente na história da humanidade.

Segundo Elias (1997), a nossa sociedade foi aos poucos domesticando sua violência durante o processo civilizador, até se tornar uma sociedade contra a violência. Dessa forma, os resquícios de violência que ainda encontramos estariam destinados a desaparecer com o desenvolvimento moral da humanidade. Mas o que notamos é que a violência não parece estar em um estágio de extinção. Pelo contrário, cada vez mais, temos notícias sobre o aumento da violência em suas mais distintas modalidades.

De acordo com Souza (2008, p. 8), nossa época é caracterizada pela presença do medo como fator condicionante e estruturante das relações sociais e da organização espacial, culminando na produção das "fobópoles" que constituem

> (...) cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc, o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento e democracia (*lato sensu*). (SOUZA, 2008, p. 9)

Segundo Souza (2008, p. 10), precisamos de cuidado ao utilizar o conceito de violência urbana, visto que ele apresenta um alto nível de abstração, sendo que violências e crimes específicos possuem, muitas vezes, agentes e circunstâncias típicos e muito distintos, "não devendo o cenário urbano ser utilizado como um álibi para se lançar mão de uma espécie de 'expressão-valise', onde tudo possa ser acomodado sem maiores cuidados. Muito menos é desculpável dar a entender que é o espaço urbano, em si, o responsável pela geração da violência."

Conforme Misse (2001), a palavra violência vem do latim "*violentia",* que significa "a força que se usa contra o direito e a lei". Violento (*violentus*) é quem age com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais amplos: violência dos ventos, violência das paixões... Assim, a utilização do termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Na época moderna, a palavra violência adquiriu muitos significados novos, mas resistem em seu emprego, duas características que se mantiveram no seu uso cotidiano, atravessando muitas épocas e mudanças históricas. De acordo com o autor, essas características dizem respeito a como se usa e contra quem se usa essa expressão. Uma pessoa violenta é sempre o Outro, aquele a quem aplicamos a designação. O emprego da palavra é assim performativo, ou seja, ao empregá-la estamos agindo socialmente sobre outrem. Dessa forma, violência não é uma expressão apenas descritiva ou neutra, visto que seu uso já evidencia uma tomada de partido, envolvendo necessariamente relações de poder.

Sendo assim, Misse (2006, p. 19) destaca que temos que começar a desmembrar o tema da violência urbana, ao passo que não é mais possível essa unificação imaginária de tantos fatos diversos num único conceito.

> Nós estamos, por angústia e por uma série de ansiedades, tratando como um sujeito difuso o que na verdade é uma miríade de eventos, circunstâncias e fatores. Esse sujeito difuso, tal como um espectro, é nomeado: nós o chamamos: "A Violência". E procuramos encontrar esse sujeito difuso em todas as partes. Curiosamente, não é difícil encontrá-lo, já que inúmeros eventos, inúmeros fatos, caem, ou podem cair, razoavelmente, dentro dessa unificação imaginária. Uma só palavra para situações tão diversas, por um lado simplifica o problema e, por outro facilita um certo tipo de uso, inteiramente reificado, pois em lugar de descrever, age socialmente, produz uma performance e um resultado. (MISSE, 2006, p. 19-20)

Dessa maneira, não podemos tratar a violência como se ela fosse uma coisa só, como se todos os atos violentos tivessem o mesmo impacto na vida das pessoas, como se ela fosse gerada a partir de apenas uma fonte. Existem diversos tipos de violência, realizados por distintos agentes, em diferentes instâncias. Nesse sentido, fica difícil chegar a um conceito único de violência urbana. Por ser difusa, a violência deve ser sempre contextualizada, visto que em formações socioespaciais e em períodos históricos diferentes, temos percepções diferentes do que seja violência.

De acordo com Sodré (2006, p. 35), além das violências estandardizadas pela mídia, existem as violências invisíveis, as violências constantemente ignoradas: violências do poder instituído, violências dos órgãos burocráticos, violências do Estado, violências do serviço público. Esses tipos de violência são resultantes de um "efeito de inércia que é ao mesmo tempo social e psicológico sobre os indivíduos e é imposto por uma ordem cosmopolita, que é a ordem do Estado, com seus aparelhos e as suas articulações políticas". Essas violências institucionalizadas geralmente não são percebidas pelo senso comum como violências. A concepção dominante de violência diz respeito às violências anômicas, tidas como delinqüência, marginalidade, ilegalismos, que são combatidos pelo poder do Estado.

Assim, a violência pode ocorrer em diferentes instâncias e ser deflagrada por diferentes agentes socais. No entanto, por intermédio da mídia, temos a divulgação de apenas um tipo de violência. Segundo Sodré (2006, p. 36), a violência social ocorre em todos os planos: no plano econômico, no plano político, no plano psicológico. Não há um plano da existência que não seja estruturado pela violência social. "Só que nas narrativas de jornal, na mídia, no que a mídia diz, a violência é só o ato, a violência nunca é o estado de violência. Quer dizer, o que nós apreendemos da violência pelos jornais, pela mídia, é a violência visível, é a violência que pode ser encenada ou que pode ser dramatizada".

Dessa maneira, percebemos que a mídia é um agente importante na divulgação, na ampliação e na geração de uma concepção dominante de violência. Nesse sentido, as cidades estão sendo, cada vez mais, associadas com imagens de medo e de insegurança, isso porque vem ocorrendo, por intermédio da mídia, um processo de banalização e uma conseqüente amplificação da violência, que acaba gerando uma sensação de insegurança geral. Não queremos dizer que a violência não exista nas cidades ou que elas sejam seguras. Mas é fato que, ao dar maior visibilidade à determinados atos tidos hegemonicamente como violentos, a mídia contribui para gerar uma idealização do passado como tendo sido mais seguro e, também, contribui para propagar a idéia de que a violência está em toda parte.

Desse modo, cria-se uma sensação de insegurança que nem sempre corresponde às condições específicas de cada local. A percepção de insegurança acaba sendo generalizada e sentida em contextos em que os dados objetivos não a justificam. Assim, podemos dizer que existe um processo de transposição e generalização da insegurança, que tem que ser tratada, portanto, em suas duas formas ou de modo articulado, a real e/ou a imaginada.

Assim, devemos considerar que a insegurança gerada pela crescente divulgação dos atos que compõem a concepção dominante de violência, é fruto de uma construção simbólica empreendida pela mídia, cujos interesses estão intimamente ligados com os interesses do mercado, que não se resumem mais às atividades de compra e venda de mercadorias, sua ação age na constituição das relações sociais. Conforme Sodré,

> Nós tendemos a encarar a mídia como o aparelho de televisão nos dizendo alguma coisa, como o jornal lhe falando, e não percebemos que é toda uma nova existência que se constitui. E uma existência que se afasta, cada vez mais, das condições reais e concretas de existência. É o tipo de vida que se move numa esfera cada vez mais abstrata com relação ao mundo do trabalho, cada vez mais abstrata com relação às formas concretas de existência. A mídia é hoje, aqui, uma espécie de "boca de deus", só que esse deus se chama mercado. A mídia é a boca desse deus que não pode mais ser entendido como um lugar técnico, para compra e venda de mercadorias, circulação de dinheiro, mas um lugar que está vetorizando as relações sociais no instante histórico em que se enfraquecem, ou que fenecem, a sociedade política e a sociedade civil. (SODRÉ, 2006, p. 38)

Sobre o papel da mídia na disseminação do sentimento de insegurança, Góes e André (2006, p. 54) destacam que o tratamento dado ao tema da violência pela mídia garante que nós nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. Não que o real e o representado não tenham relações, embora elas sejam variáveis, dependendo do grau de sensacionalismo empregado, por exemplo.

Dessa maneira, a percepção de insegurança que passa a ser atrelada aos espaços urbanos por intermédio da mídia, que divulga uma concepção dominante de violência, contribui para a criação de movimentos de reação contra essa insegurança. Ao buscar espaços urbanos seguros, as pessoas, principalmente dos segmentos mais privilegiados da sociedade, acabam alterando suas formas de vivenciar a cidade e de se relacionar com as outras pessoas. Diante da verdadeira paranóia que se criou em torno da procura por segurança nos espaços urbanos, as pessoas com maior poder aquisitivo passaram a ser, rigorosamente, seletivas. A liberdade de escolha que alguns setores da sociedade possuem para decidirem quem fará parte do seu círculo de relações e quais os espaços que servirão de base para suas atividades cotidianas tem que estar ligada, atualmente, à análise das maiores ou menores possibilidades de segurança que oferecem.

Constatamos assim, que a insegurança, real ou imaginada, está alterando o processo de produção e apropriação do espaço. As diferentes estratégias e táticas encontradas pela sociedade para se protegerem, para acabarem com suas inseguranças, que têm conteúdos diferentes, de acordo com os segmentos sociais a que pertencem quem as enuncia, deixam marcas no espaço.

Uma tendência urbana contemporânea engendrada pelos empreendedores imobiliários no âmbito dessa sensação generalizada de insegurança, tendo como alvo os segmentos de maior poder aquisitivo, diz respeito ao fechamento residencial. Os condomínios e loteamentos fechados passaram a ser considerados como a forma ideal de se habitar e suas qualidades passaram a ser exaltadas.

De acordo com Caldeira (2000, p. 265), os loteamentos fechados propõem um "estilo de vida total", superior ao da cidade, mesmo quando são construídos dentro dela. Oferecem um nível de segurança que o restante da cidade não pode oferecer.

Juntamente com o fechamento físico de algumas parcelas da cidade, temos também, a instituição de novas modalidades de controle social e de vigilância, com destaque para a disseminação da utilização da segurança privada. Assim, o processo de renovação do ato de tornar seguros os espaços contém as formas, segundo as quais ele está sendo produzido atualmente.

Nesse contexto, podemos citar as novas formas de controle social associadas à televigilância. Ficou comum, em quase todos os tipos de espaços, depararmos-nos com a frase: "Sorria, você está sendo filmado". Dessa forma, a tentativa de se obter espaços seguros parte da prerrogativa da coerção individual.

Anteriormente, o controle social era estabelecido pelas instituições como a Igreja e a Escola. Segundo Billard et al (2005), a tradição e o costume eram responsáveis por estabelecer a ordem e a maneira pela qual as práticas eram realizadas. Assim, os indivíduos iam interiorizando, aos poucos, as formas de controle social, por meio das regras tradicionais de disciplina. O que temos, atualmente, são novas maneiras de se estabelecer o controle social, baseadas em normas externas a nós. Uma dessas novas formas de controle social, citadas pelos autores, diz respeito à organização espacial. As concepções urbanísticas dos espaços fechados favorecem o controle dos deslocamentos, como forma de evitar ou de prevenir qualquer tipo de problema. Essa organização da arquitetura ligada aos sistemas de segurança e à arquitetura do medo, como ressalta Caldeira (2000, p. 294), pode se dar, além do estabelecimento dos muros, de diversas formas, desde a monumentalidade das entradas, até os sistemas de iluminação, planejados para não deixar espaços escuros.

Dessa maneira, a disseminação do discurso da insegurança urbana é um elemento que, juntamente com outros fatores, influencia na produção de novos tipos de espaços e de práticas sociais. Os índices de ocorrência de atos objetivos que compõem a concepção de violência vigente em nossa sociedade são maximizados pela mídia e pelos incorporadores imobiliários, bem como são transpostos para realidades socioespaciais distintas. Essa propagação do discurso do medo é trabalhada no intuito de gerar novas demandas, para novos tipos de espaços, idealizados como sendo a solução para a insegurança urbana, solução essa disponível apenas para os segmentos de maior poder aquisitivo. Esse processo faz com que o discurso sobre a insegurança urbana gere novas práticas socioespaciais em contextos em que os indicadores de criminalidade não são capazes de, sozinhos, justificarem as ações em direção ao fechamento.

A partir da análise do processo de produção simbólica e material dos loteamentos fechados como espaços ideais e seguros, trazemos para a discussão a importância dos empreendedores imobiliários na disseminação dessa sensação de insegurança. Para o caso da produção dos loteamentos fechados na cidade de São Paulo, Caldeira (2000, p. 266) ressalta que pelo menos dez anos antes de o crime violento aumentar e se tornar uma das principais preocupações dos

moradores, a insegurança já estava sendo construída nas imagens elaboradas pelos incorporadores e corretores imobiliários para justificar e vender esse novo tipo de empreendimento urbano.

A ação dos empreendedores imobiliários em direção ao fechamento residencial utilizando como mote a insegurança urbana é importante, pois acaba moldando uma demanda por novos espaços urbanos. Para colocarem seus novos produtos no mercado, os agentes imobiliários agem construindo a demanda, aguçando os desejos, criando novas necessidades. Nesse sentido, contribuem, juntamente com a mídia, para a ampliação da percepção de insegurança nos espaços urbanos.

Segundo Bauman (2007, p. 15), o medo, uma vez investido sobre o mundo humano, adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprios. As próprias atitudes surgidas para aplacar a insegurança, reafirmam e retroalimentam o processo de disseminação da insegurança. Assim, cria-se um ciclo que contribui para a perpetuação e para o aumento da sensação de insegurança dos espaços urbanos. Ao realizarem o fechamento em busca da segurança, as pessoas acabam agregando mais elementos que podem ser interpretados como uma certificação de que a situação de insegurança das cidades aumentou. E isso acaba gerando novas ações em busca de segurança, que, por sua vez, servirão para justificar outras.

Dessa forma, devemos considerar os discursos, as ações e os espaços criados no âmbito da busca por segurança como símbolos utilizados na reprodução do capital. A segurança passa a ser uma mercadoria, disponível a quem puder pagar. Por não ser acessível a todos, a segurança entra para a esfera das raridades e, como tal, seu consumo adquire a aura de *status* e diferenciação.

Sendo assim, a busca pela segurança nos espaços urbanos vai muito além do desejo de se conseguir a segurança em si. Formou-se um verdadeiro mercado a partir da manipulação dos medos das pessoas. De acordo com Caldeira (2000, p. 294), todos os elementos associados à segurança tornaram-se parte de um novo código que expressa distinção, que poderia ser traduzido pela "estética da segurança". São agregados novos valores à segurança, que passa a representar símbolos de status e posição social.

Assim, para se protegerem dos perigos da cidade, os segmentos de maior poder aquisitivo não buscam apenas espaços mais seguros. Eles transformam esses mecanismos de segurança em fatores que expressam visivelmente o status que possuem. Dessa forma, muros altos, cercas elétricas, câmeras sofisticadas, interfones, são utilizados não só para garantirem a segurança, mas também para demarcarem a posição social daqueles que os utilizam. Os elementos ligados à segurança entram, portanto, na composição da imagem que as pessoas querem passar para as outras.

Dessa forma, ao escolherem um loteamento fechado para viverem, as pessoas não buscam apenas lugares mais seguros para residirem. Buscam também, consciente ou inconscientemente, adquirir toda a carga simbólica que esses empreendimentos trazem consigo. Esse tipo de *habitat*, considerado como ideal, é muito mais valorizado que os oferecidos pela cidade aberta. Muitas vezes essa valorização dá-se por atributos que os loteamentos fechados não possuem. Ou seja, é

produzida e vendida uma imagem desses empreendimentos que, muitas vezes, não correspondem às reais qualidades desses espaços.

Diversos agentes vislumbraram na (in)segurança urbana uma oportunidade de auferir grandes vantagens financeiras. Nas palavras de Bauman (2007, p. 18), "(...) tal como dinheiro vivo pronto para qualquer tipo de investimento, o capital do medo pode ser usado para se obter qualquer espécie de lucro, comercial ou político. E é". Segundo o autor, os aspectos ligados à segurança são utilizados cada vez mais, como bandeira nos manifestos políticos e nas campanhas eleitorais, além de terem se tornado um grande trunfo na guerra de audiência dos meios de comunicação de massa, que reabastecem constantemente o capital do medo.

Constatamos, assim, que a manutenção e a ampliação do sentimento de insegurança é um negócio lucrativo que beneficia diferentes agentes como: - a mídia, que vende a violência; - os empreendedores imobiliários, que criam novos produtos, vendidos como mais seguros; - as empresas de segurança privada, que oferecem seus serviços para conter o avanço da violência; - os políticos, que acabam utilizando o discurso da segurança como moeda de troca. Enfim, existe uma verdadeira plêiade de agentes e de interesses que se alimenta da propagação do sentimento de insegurança urbana.

Diante dessa generalização e amplificação do sentimento de insegurança, constatamos estratégias de seleção socioespacial, realizadas principalmente pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Mas os segmentos menos privilegiados também vêm incorporando ações contra a insegurança de seus espaços. Essas dinâmicas diferem, em seus conteúdos e dimensões, mas revelam uma tendência – a de se buscar individualmente a segurança, ou seja, a segurança deixa de ser um ideal coletivo e passa a ser condicionada à posição social das pessoas.

É fato que as ações referentes à segurança urbana oferecidas pelo Estado não têm mais credibilidade na sociedade brasileira, mesmo que sejam as únicas opções dos segmentos menos privilegiados. A sensação de impunidade, a lentidão da justiça, a falta de qualificação e a corrupção de alguns profissionais foram aos poucos minando as bases da confiança que se tinha nos meios oficiais de segurança. Dessa forma, a sociedade foi obrigada a buscar, por si mesma, soluções individuais para obter segurança.

De acordo com Bauman (2007, p. 20),

> (...) passa a ser tarefa do indivíduo procurar, encontrar e praticar soluções individuais para problemas socialmente produzidos, assim, como tentar tudo isso por meio de ações individuais, solitárias, estando munido de ferramentas e recursos flagrantemente inadequados para essa tarefa.

Nesse sentido, Bauman (2007, p. 20), aponta que as mensagens dirigidas dos centros de poder político, tanto para os ricos, como para os menos privilegiados, apresentam que a solução para a situação insustentável da insegurança seja "mais flexibilidade". Dessa forma, retratam uma perspectiva de mais incerteza, mais privatização dos problemas, mais solidão e impotência e, na verdade, mais incerteza ainda.

> Elas excluem a possibilidade de uma segurança existencial que se baseie em alicerces coletivos e assim não oferecem incentivo a ações solidárias; em lugar disso, encorajam seus ouvinte a se concentarem na sua sobrevivência individual ao estilo de "cada um por si e Deus por todos" – num mundo incuravelmente fragmentado e atomizado, e portanto cada vez mais incerto e imprevisível. (BAUMAN, 2007, p. 20)

O fato de que a busca pela segurança nos espaços urbanos é cada vez mais individualizada, evidencia ainda mais as diferenças socioespaciais, ao passo que os segmentos de maior poder aquisitivo possuem mais possibilidades de estabelecer estratégias para combater a insegurança, tanto a causada por fatores objetivos, quanto a baseada em aspectos imaginários. Dessa forma, recorrem ao fechamento residencial, passam a consumir em espaços socialmente segmentados, como os *shopping centers*, e realizam suas atividades de lazer em lugares privados. Além disso, podem pagar seguranças particulares, instalar sistemas de televigilância e outros aparatos que prometem lhes devolver a sensação de segurança.

E os segmentos de menor poder aquisitivo? Como podem desenvolver suas estratégias para a obtenção de segurança, se vários outros problemas sociais perpassam suas vidas? A possível resposta a essas questões torna-se mais perversa se considerarmos que os segmentos de menor poder aquisitivo são os principais alvos de atos tidos como violentos. Por exemplo, destacamos a afirmação de Cano e Santos (2001, p. 73), de que há uma tendência maior para a ocorrência de homicídios nos bairros pobres. Assim, podemos dizer, que sobre esse aspecto, os segmentos de menor poder aquisitivo estão mais vulneráveis.

Outro elemento que deve ser considerado na análise da relação entre os segmentos menos privilegiados e a concepção dominante de violência urbana é a estreita relação que existe no imaginário social entre as situações de pobreza e a geração de atos considerados violentos. De acordo com Misse (1995 e 2006), a associação da pobreza, da miséria e da pauperização com a ocorrência da violência é antiga, mas permanece como um debate inacabado e muitas vezes contraditório, uma vez que, a despeito da tentativa de alguns estudiosos de relativizar essa questão, ela continua a influenciar, por exemplo, práticas policiais e coberturas jornalísticas, não podendo, portanto, ser desconsiderada.

> Ainda que concordemos (e não há porque discordar) que a pobreza e a privação relativa podem investir estratégias que incorporam a opção criminal, é evidente que essa incorporação não é feita pela maioria dos que sofrem a pobreza e a exclusão, ou mesmo a privação relativa. (MISSE, 2006, p.128)

No mesmo sentido, segundo Pedrazzini (2006, p. 100), os bairros pobres são estigmatizados e seus habitantes considerados como grupos de bárbaros equipados para atacar o cidadão honesto, sendo que essas representações negativas são constantemente reconstruídas através da mídia, do cinema e dos pesquisadores. Dessa forma, permanece na percepção dominante o estereótipo do pobre como "classe perigosa", gerando no âmbito do espaço urbano, cada vez mais, práticas (auto)segregativas empreendidas pelos segmentos de maior poder aquisitivo, no intuito de afastar

os mais pobres de seus espaços de realização da vida cotidiana. Esse fato vai se refletindo em uma tendência de fragmentação urbana, segunda a qual cada segmento socioeconômico ou sociocultural ocupa e se apropria de parcelas específicas do território da cidade.

De acordo com Zaluar (2004, p. 23-24), a correlação entre pobreza e criminalidade, ou entre pobreza e violência deve ser problematizada. Isso porque,

> Atribuir apenas à pobreza - que sempre existiu no país e que teve vários indicadores melhores nas décadas de 1970 e 80 – o incrível aumento da criminalidade e da violência, observado nas últimas décadas, especialmente na última, é alimentar preconceitos e discriminações contra os pobres. Além de constituir um erro diagnóstico, que pode tornar ineficazes as políticas públicas adotadas a partir dele, tal postura tem efeitos políticos desastrosos. (ZALUAR, 2004, p. 24)

De acordo com Bauman (2007, p. 74), nossa sociedade é marcada pela competição e não pela solidariedade, havendo assim, uma dilapidação dos laços coletivos. O autor destaca que há uma contraposição entre a concepção, que havia no passado, dos pobres como classes perigosas e a situação das classes perigosas que se configura atualmente. Nesse sentido, destaca que as classes perigosas originais eram constituídas do excedente populacional temporariamente excluído e ainda não reintegrado que o progresso econômico acelerado havia privado de alguma função útil. Sendo assim, existia a perspectiva de as pessoas rotuladas como perigosas fossem reintegradas e seus interesses na ordem social seriam restaurados. Por outro lado, as pessoas estigmatizadas com o símbolo de classe perigosa, na atualidade, são aquelas reconhecidas como inadequadas à reintegração e proclamadas inassimiláveis, ao passo que não têm perspectiva de conceber alguma função útil. Assim, as pessoas tidas como perigosas atualmente "não são apenas excessivas, mas excedentes".

Dessa forma, na sociedade contemporânea, as pessoas não integradas ao sistema, ou melhor, integradas precariamente, são tidas como as causadoras dos problemas relacionados com o aumento da violência e da insegurança urbana. Essa percepção acaba funcionando como uma cortina de fumaça, que não permite a visualização dos efetivos problemas atuais. Assim, na atualidade, conforme destaca Adorno (2002, p. 111/112), a questão da insegurança urbana tem profundas relações com a questão da desigualdade social, visto que as sociedades vêm, ao longo do desenvolvimento histórico, estabelecendo relações mecânicas entre pobreza e violência, num processo que se expressa da seguinte forma: quanto maior a pobreza, maior a violência. Essa idéia influencia a produção dos empreendimentos residenciais fechados, porque a criminalização da pobreza, ao criar estereótipos preconceituosos, faz com que se torne desejável manter a maior distância possível dos segmentos mais pobres, potenciais causadores de situações de perigo.

Dessa maneira, ao aumentarem as desigualdades sociais, tem-se a percepção de que, conseqüentemente, a insegurança aumentará. Quanto maior o número de pessoas vivendo em situações de pobreza, maiores os riscos de se viver nos espaços urbanos. Além dos riscos potenciais vislumbrados a partir dos segmentos mais pobres, temos a questão do incômodo que as condições

precárias em que essas pessoas vivem causam nos indivíduos que compõem os segmentos mais privilegiados, despertando o desejo destes de viverem e consumirem em espaços, separados social e fisicamente do restante dos espaços da cidade, considerados deteriorados pela presença das pessoas mais pobres.

Sendo assim, nesse processo engendrado pelo crescimento e espalhamento da sensação de insegurança, as formas das pessoas se relacionarem com os espaços e com as outras pessoas se alteram. Para Bauman (2007, p. 15), o principal não é o medo do perigo, mas aquilo no qual esse medo pode se desdobrar, ou seja, o que ele se torna. A vida social altera-se quando as pessoas vivem atrás de muros, contratam seguranças, buscam estratégias individuais para conter a insegurança. O problema é que essas atividades reafirmam e ajudam a produzir o senso de desordem que essas ações buscam evitar. "São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra", conferindo proximidade e tangibilidade ao medo.

4.1. A insegurança total: disseminação do discurso da insegurança em cidades médias e pequenas

Esse sentimento de insegurança propagado e reforçado por diferentes agentes acaba sendo internalizado pela sociedade, levando a um processo de limitação da liberdade de apropriação dos espaços urbanos. Devido ao sentimento generalizado de insegurança, que vem sendo atrelado aos espaços urbanos, as pessoas alteram suas atividades cotidianas, buscando, de acordo com suas condições sociais, cada vez mais, espaços tidos como seguros em detrimento daqueles em que a sensação de insegurança é maior.

A partir das entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa sobre os loteamentos fechados ribeirinhos, implantados em cidades pequenas e destinados à segunda residência de pessoas provenientes, na maior parte dos casos, de cidades médias, pudemos constatar que esse caráter de insegurança urbana não é uma exclusividade apenas das grandes cidades. O sentimento de insegurança está generalizado e se encontra também nas pequenas e médias cidades, mesmo naquelas em que os índices de criminalidade não o justificam.

Assim, os entrevistados alegaram ter percebido um aumento da insegurança nas cidades em que habitam e nas cidades em geral, mesmo não sendo considerável o número de pessoas entrevistadas que tiveram alguma experiência pessoal de violência. Há uma percepção comum de que as cidades, como um todo, estão mais inseguras. De acordo com uma entrevistada:

> *A situação das cidades piorou muito. Hoje em dia ninguém pode mais ficar tranqüilo. Não é mais como antigamente, que a gente podia levar uma vida mais calma, sem preocupação. Hoje a gente tem que estar sempre prestando atenção, não pode bobear, porque senão pode acontecer alguma coisa. A gente acaba vivendo sempre com medo. Eu, por exemplo, não tenho mais coragem de sair sozinha à noite. Antigamente não era assim, dava pra confiar mais.* (aposentada,

55 anos, proprietária de casa no Loteamento Portal da Praia, residente na cidade de Birigui)

Podemos observar na fala dessa entrevistada que ela faz uma contraposição do período atual, em que não podemos mais confiar, ao passado, em que se podia levar uma vida calma, sem preocupações. Ao ser questionada se ela ou alguém da família já tinha vivido alguma experiência de violência, a resposta foi negativa. Segundo ela,

> *Hoje a gente não precisa viver a violência para saber que ela está presente. A gente vê em todo lugar, todo mundo comenta. As coisas chegaram numa situação que todo mundo já sabe que ficou perigoso. Não dá para esperar acontecer, para depois ter medo. A gente sabe, não vai arriscar.*

A partir dessa declaração, observamos que o sentimento de insegurança faz com que as pessoas ajam por antecipação. Elas não vão esperar a violência se aproximar objetivamente delas para se defenderem. Dessa forma, suas ações contra situações de insegurança, muitas vezes imaginadas, vão servir para engrossar o discurso do aumento da insegurança e as práticas socioespaciais dele decorrentes.

Outros entrevistados destacam o fato de que a insegurança já chegou às cidades médias e pequenas:

> *A segurança não é mais uma preocupação só de quem mora em cidade grande. Não tem mais essa divisão. A violência está em toda parte. É claro que em menor grau, mas ela existe também nas cidades menores. Não tem mais essa coisa de falar que cidade pequena é melhor pra morar porque é mais segura. A gente tá cansado de ver que a violência já chegou aqui também. Pode ser melhor* (viver em cidades menores) *por outros motivos, mas por causa da segurança não. Tá complicado. Não tem mais para onde correr.* (42 anos, dentista, proprietária de casa no loteamento Orla Um, residente na cidade de São José do Rio Preto)
>
> *Eu acho que a situação hoje está difícil em todo lugar. A gente liga a televisão e só vê coisa ruim acontecendo. É gente matando, roubando, parece que as pessoas perderam um pouco da sua humanidade. E pelo que a gente percebe, essa é uma situação generalizada. A gente vê casos acontecendo aqui no interior também. Não é só em São Paulo que as coisas estão perigosas, não. As coisas começaram a mudar também por aqui. (41 anos, funcionária pública, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia)*
>
> *A insegurança aumentou muito sim. Hoje por todo lado as pessoas perderam a confiança umas nas outras. Antes você não tinha tanta preocupação porque as coisas eram mais calmas. Hoje parece que a gente vive constantemente numa situação de descontrole. Não conseguimos mais controlar as coisas. É por isso que a gente vive com mais medo e acaba tomando mais cuidado. (51 anos, frentista, residente na cidade Penápolis)*
>
> *Parece até mentira, mas é verdade sim. A violência aumentou aqui também. É uma situação generalizada. A bandidagem atualmente circula de um lugar para o outro. Aí, vai espalhando a insegurança em todas as partes. A gente não se sente mais seguro, fica sempre desconfiado, achando que pode acontecer alguma coisa. Então, a insegurança aumentou aqui também. (52 anos, aposentada, residente na cidade de Zacarias)*

Percebemos, assim, que tanto os entrevistados, residentes em cidades médias e que possuem ranchos nos loteamentos fechados ribeirinhos, quanto os moradores das cidades em que estão

implantados esses empreendimentos, os quais foram entrevistados, apresentam a concepção de que a insegurança aumentou.

Os entrevistados que residem nas áreas rurais próximas aos loteamentos fechados ribeirinhos também relataram a percepção de que a insegurança havia aumentado e atingido atualmente todas as cidades, independentemente de seus tamanhos, e que a insegurança está começando a atingir também as áreas rurais. Para ilustrar essa visão, destacamos alguns depoimentos obtidos nas entrevistas.

> *É uma coisa preocupante, porque a maldade humana está em todos os lugares. Tanto nas cidades grandes como nas pequenas. Então, a gente percebe que, hoje em dia, as cidades estão mais perigosas. Antigamente a gente não ouvia falar em tanta maldade como a gente vê hoje. Tá ficando cada vez mais perigoso. Até aqui no sítio a gente já anda ficando com mais medo das coisas. A gente não deixa mais o sítio sozinho, quando a gente vai pra cidade fazer compras. (...) Então, eu acho sim, que houve um aumento da insegurança, mas não é só nas cidades, é em todos os lugares. (*51 anos, residente em Buritama, próximo ao loteamento ribeirinho Riviera Santa Bárbara)

> *Com certeza, as coisas estão diferentes. Acho que é em geral. A gente vê no Rio de Janeiro, as balas perdidas, a gente vê as coisas nas cidades grandes. Mas não é só lá que a cidade está ficando mais perigosa. Aqui também, a gente assiste no jornal da região, e todo dia tem algum crime que aconteceu, algum roubo. Então as pessoas acabam ficando com mais medo, nas cidades pequenas igual às cidades grandes. E posso falar até que não é só nas cidades, na roça também. Porque ninguém tá livre de que alguma coisa ruim vá acontecer. (*53 anos, residente na cidade de Zacarias, próximo ao loteamento ribeirinho Marina Bonita)

Dessa forma, as cidades menores, antes consideradas como redutos de tranqüilidade e segurança, passam a perder, mesmo que simbolicamente, essa qualidade, sendo "contaminadas" também pela idéia de que a insegurança generalizou-se nos espaços urbanos. É indiscutível que o sentimento de insegurança está presente nessas cidades e começa a alterar as formas de vivenciá-las. No entanto, precisamos nos perguntar se esse sentimento de insegurança, nas cidades médias e pequenas, origina-se de fatos reais ou se é fruto do processo de amplificação e generalização do sentimento e da midiatização da insegurança.

Os escritos de Pedrazzini (2006, p.99) nos ajudam a pensar essa questão ao ressaltar que:

> Os fenômenos da violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano. A 'reconquista' da segurança individual e coletiva nas cidades do Norte e do Sul realiza-se por meio de uma luta contra os atores da violência urbana e os responsáveis pela 'insegurança', favorecendo a criação de um mercado atrativo. O problema não se restringe às grandes cidades e **não parece fundado em situações reais, pois observamos o sentimento de insegurança invadir igualmente cidades médias e pequenas, inclusive aquelas onde não foram constatados incidentes violentos recentes**, mas que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano, hoje também perceptível em meio rural. (grifos nossos)

O autor coloca-nos a possibilidade de que o sentimento de insegurança nas cidades não esteja baseado apenas em fatos de violência urbana concreta. Segundo Bauman (2008, p. 9), os seres humanos conhecem um tipo de medo diferente do encontrado nos animais:

> (...) uma espécie de medo de "segundo grau", um medo, por assim dizer, social e culturalmente "reciclado", ou (como o chama Hughes Lagrange em seu fundamental estudo do medo) um "medo derivado" que orienta seu comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente.

Para Bauman (2008, p. 9/10), o "medo derivado" é uma estrutura mental estável que consiste em um sentimento de estar suscetível ao perigo, uma sensação de insegurança e vulnerabilidade. Esses sentimentos estão mais ligados à falta de confiança nas defesas disponíveis do que no volume ou na natureza das ameaças reais. Dessa forma, uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade, recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de uma ameaça genuína, à situações que busquem lhe dar proteção. Assim, o "medo derivado" pode ser facilmente dissociado dos perigos que o causam.

Para tentar elucidar esse ponto na realidade estudada, fomos buscar os dados disponíveis sobre a criminalidade, nas cidades em que estão implantados os loteamentos ribeirinhos estudados e também nas principais cidades onde residem os proprietários dos imóveis localizados nos loteamentos fechados ribeirinhos: Araçatuba, São José do Rio Preto e Birigui. Para estabelecer um referencial de comparação, buscamos os índices de criminalidade em São Paulo, capital do estado, e em Campinas, tida como uma das cidades mais violentas do Estado de São Paulo.

Para chegar a um número que nos desse indicações da situação da criminalidade nessas cidades, elegemos alguns tipos de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, que consideramos os mais relevantes e presentes no cotidiano urbano, de forma geral e que fazem parte da construção da idéia dominante de violência urbana.

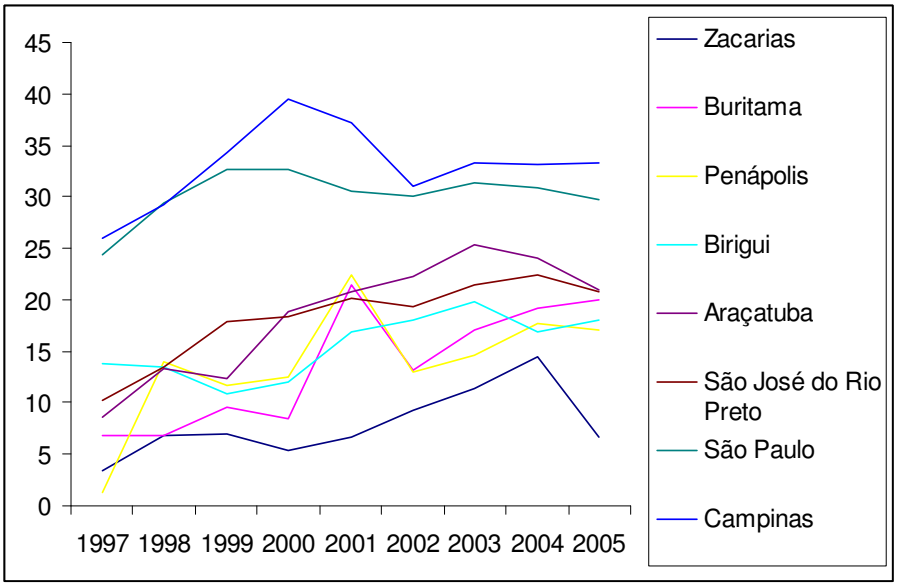
É importante ressaltar, para se contextualizar a análise dos dados, que existe uma gama de ações que podem ser consideradas como violência, das mais corriqueiras como um xingamento, às mais complexas como um homicídio. Dessa forma, seria praticamente impossível analisar a presença de todas as manifestações violentas presentes nessas cidades, diante da própria dificuldade de definir o que seja essa violência. Diante disso, selecionamos algumas infrações criminais que nos permitem realizar um quadro que, se não completo, mostra-se ilustrativo da situação dessas cidades, no que diz respeito ao que vem se denominando como violência.

Dessa forma, analisamos o número total, no período de 1997 a 2005, de ocorrências registradas dos crimes a seguir: homicídio doloso, roubo consumado, roubo de veículos consumado, roubo seguido de morte, extorsões, furto consumado, furto de veículos consumado, estupro consumado e tráfico de entorpecentes[8].

[8] Ver tabelas com os dados levantados, no apêndice metodológico em anexo.

Para obter números mais elucidativos em relação à presença de atos tidos como violentos nessas cidades, somamos o número de ocorrências registradas em cada um desses crimes e chegamos ao número de ocorrências totais, por ano. Depois, dividimos esse número pelas projeções populacionais (IBGE) para cada município, para cada ano respectivo e multiplicamos o resultado por mil, chegando ao número total de ocorrências por mil habitantes[9]. A partir disso, elaboramos o gráfico 1, que apresenta a variação do total das ocorrências consideradas somadas, divididas por mil habitantes.

Gráfico 1 – Diversos municípios. Total de ocorrências por mil habitantes – 1997/2005



Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE –
Organização: Maria Angélica de Oliveira

A partir do gráfico, vemos as variações do total de ocorrências em cada cidade estudada, durante o período selecionado. Podemos observar que a cidade de Campinas apresenta os maiores índices de ocorrência dos crimes selecionados, por mil habitantes, superiores, inclusive, aos encontrados na cidade de São Paulo. Esse fato coloca-nos a necessidade de refletirmos sobre a relação entre o tamanho populacional da cidade e a ocorrência de atos violentos. Nem sempre, como esse caso mostra, as cidades maiores são as mais violentas, precisamos tomar cuidado para não estabelecer generalizações incorretas. Para facilitar a compreensão do gráfico, apresentamos no quadro 3 as informações que basearam sua organização.

[9] Para um melhor detalhamento dos procedimentos metodológicos, ver apêndice metodológico em anexo.

Quadro 3 – Diversos municípios. Total de ocorrências criminosas: números absolutos e por mil habitantes

Ano		Zacarias	Buritama	Penápolis	Birigui	Araçatuba	São José do Rio Preto	São Paulo	Campinas
1997	Ocorrências Totais	6	94	689	1.233	1.431	3.425	241.606	24.085
	Ocorrências por mil habitantes	3,4	6,8	1,3	13,8	8,6	10,2	24,4	26,0
1998	Ocorrências Totais	12	97	742	1.241	2.255	4.660	291.329	27.453
	Ocorrências por mil habitantes	6,9	6,9	13,9	13,5	13,4	13,5	29,34	29,2
1999	Ocorrências Totais	12	137	638	1.036	2.115	6.283	326.710	32.546
	Ocorrências por mil habitantes	7,0	9,6	11,7	10,9	12,4	17,8	32,7	34,2
2000	Ocorrências Totais	9	122	688	1.185	3.247	6.618	326.723	38.003
	Ocorrências por mil habitantes	5,3	8,4	12,5	12,1	18,9	18,3	32,6	39,4
2001	Ocorrências Totais	13	300	1.248	1.638	3.570	7.400	321.879	36.587
	Ocorrências por mil habitantes	6,6	21,4	22,5	16,9	20,8	20,1	30,6	37,2
2002	Ocorrências Totais	18	187	729	1.782	3.849	7.279	319.202	30.874
	Ocorrências por mil habitantes	9,2	13,2	13	18,1	22,2	19,4	30,1	31,0
2003	Ocorrências Totais	22	243	837	1.995	4.432	8.229	336.296	33.592
	Ocorrências por mil habitantes	11,3	17,1	14,7	19,9	25,4	21,5	31,4	33,3
2004	Ocorrências Totais	28	276	1.028	1.763	4.268	8.996	333.903	34.274
	Ocorrências por mil habitantes	14,4	19,1	17,7	16,9	24,0	22,5	30,8	33,2
2005	Ocorrências Totais	13	291	1.004	1.914	3.758	8.498	326.380	34.611
	Ocorrências por mil habitantes	6,7	20,0	17,12	18,0	20,9	20,8	29,8	33,3

Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE
Organização: Maria Angélica de Oliveira

Podemos observar que, de maneira geral, os índices de ocorrências aumentaram em todas essas cidades, no período selecionado. Em Zacarias, o número de ocorrências por mil habitantes subiu de 3,4 para 6,7, sendo os anos de 2003 (11,3) e 2004 (14,4) os que apresentaram o maior número de ocorrências. Buscando os números brutos, vemos que em 2003 foram registrados na cidade, um

roubo e 21 furtos e, em 2004, dois roubos, 25 furtos e uma ocorrência por tráfico de entorpecentes. (ADeSP – SEADE)[10]

Em Buritama, tivemos uma variação, com a passagem de 6,8 ocorrências por mil habitantes, em 1997, para 20 ocorrências por mil habitantes em 2005, sendo que o ano que apresentou maior número de ocorrências registradas foi o de 2001, com 21,4 ocorrências por mil habitantes.

Em Penápolis, o número de ocorrências passou de 1,3 para 17,12, sendo o ano de 2001 o que apresentou o maior número de ocorrências por mil habitantes – 22,5.

Birigui teve um aumento de 13,8 ocorrências para 18,0 apresentando em 2003 o maior número – 19,9.

Em Araçatuba o aumento é representado por uma passagem de 8,6 ocorrências registradas por mil habitantes, em 1997, para 20,9 ocorrências, em 2005, sendo 2003 o ano em que foram registradas mais ocorrências – 25,4.

Em São José do Rio Preto, o número total de ocorrências registradas por mil habitantes passou de 10,2 para 20,8, sendo 2004 o ano em que foram registradas mais ocorrências – 22,5.

A cidade de São Paulo teve uma passagem de 24,4 ocorrências registradas para 29,8, sendo 1999 a ano que apresentou mais ocorrências registradas – 32,7.

Em Campinas, observa-se evolução de 26,0 ocorrências registradas, em 1997, para 33,3, em 2005, sendo 2000 o ano que apresentou mais ocorrências registradas – 39,4[11].

Então, diante do crescimento do número total de ocorrências, no período estudado, também nas cidades médias e pequenas, deveríamos considerar procedente essa generalização do sentimento de insegurança nessas cidades, afirmando que ele encontra respaldo nos índices apresentados?

Tentando aprofundar um pouco a análise, consideramos necessário qualificar esse número de ocorrências registradas por mil habitantes, com o qual estamos trabalhando, visto que percebemos que os tipos de ocorrência que predominam, nas cidades analisadas, são diferentes entre si.

No decorrer do período analisado, observamos que nas cidades pequenas - Buritama, Penápolis e Zacarias - a maior parte das ocorrências registradas diz respeito a furtos, definidos no artigo 155 do Código Penal como sendo a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel. Nesse caso, não há o exercício direto de violência. É praticamente irrelevante o número de homicídios, roubos, latrocínios (roubos seguidos de morte), estupros, extorsão e tráfico de drogas nessas cidades.

Nas cidades médias e de porte médio - Birigui, Araçatuba e São José do Rio Preto - de onde provêm a maior parte dos proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos estudados, que são, portanto, os espaços a partir dos quais os consumidores desses empreendimentos constroem

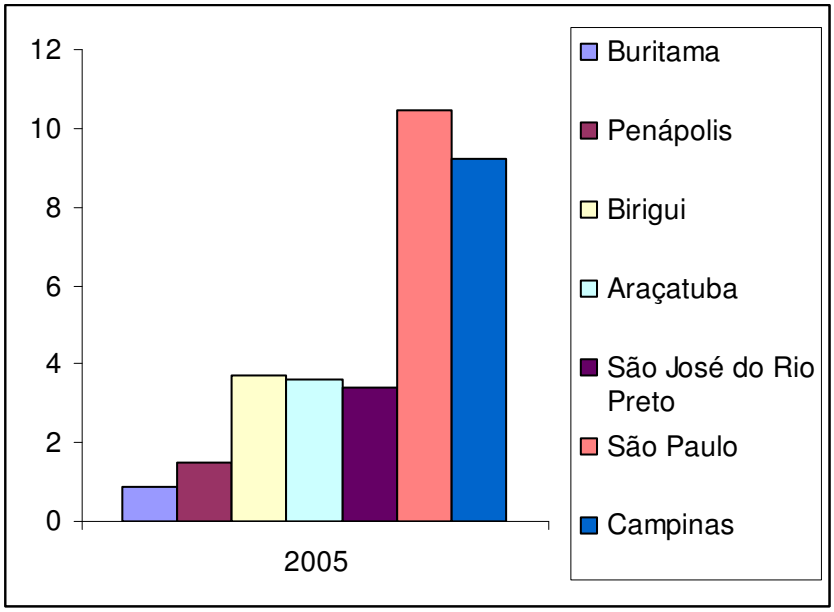
[10] Ver dados brutos no apêndice metodológico, em anexo.

[11] Sabemos das limitações dessa análise, visto que estamos trabalhando somente com as ocorrências registradas, não levando em consideração aqueles atos que aconteceram e que, por diversas razões, não foram registrados nas delegacias de polícia.Outro fator importante na constituição desses indicadores é a própria posição da polícia, que pode dar mais ênfase a alguns crimes e mostrar desinteresse no registro de outros.

suas percepções sobre a segurança, os furtos continuam a representar o maior número das ocorrências registradas. Começam, no entanto, a aparecer os roubos, definidos pelo artigo 157 do Código Penal, como sendo a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Crimes como homicídio, tráfico e estupro começam a aparecer também nessas cidades, embora em números pequenos. Dessa forma, percebemos que a complexidade dos crimes começa a aumentar nessas cidades, ainda que não atinja níveis predominantes.

Em São Paulo e Campinas, observamos a presença significativa de todos os tipos de crimes selecionados para a análise, sendo a maior parte das ocorrências registradas constituídas por roubos. Sendo assim, podemos considerar que o número de tipos de atos tidos como violentos a que uma pessoa que mora em uma cidade grande pode estar exposta, é muito maior do que o que ameaça, efetivamente, as pessoas que residem nas cidades menores. Para ilustrar essa afirmação, apresentamos o gráfico 2, que mostra o número de ocorrências registradas por mil habitantes, por roubo, nas cidades estudadas, em 2005.

Gráfico 2 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas por mil habitantes - Roubo – 2005



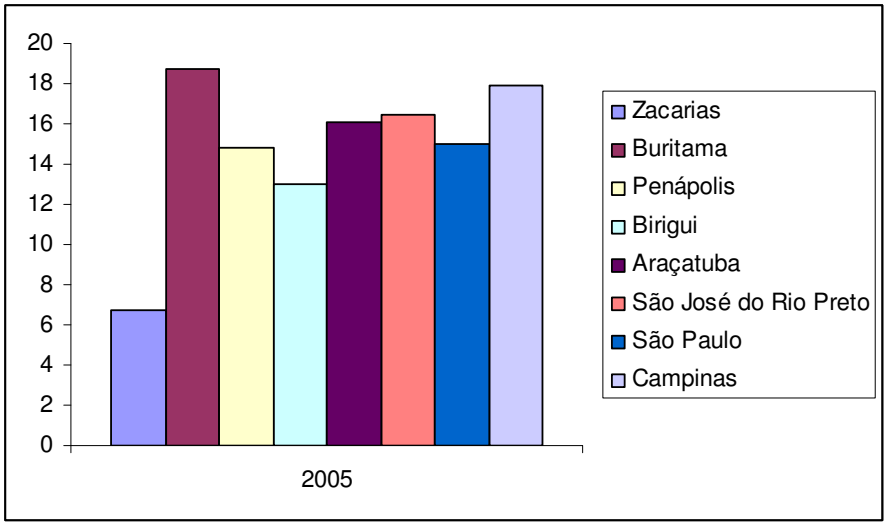
*O município de Zacarias não apresentou nenhum registro de roubo no ano de 2005.
Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE
Organização: Maria Angélica de Oliveira

Como podemos observar a ocorrência de roubos, que pressupõem violência, é muito menor nas cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos. O perigo efetivo que as pessoas residentes nessas cidades correm, é representado, principalmente, pelos furtos. Os dados mostram que, nas cidades pequenas e médias, a variedade de crimes a que uma pessoa está

sujeita, é reduzida, mas os níveis de insegurança demonstrados pelas pessoas entrevistadas revelam que elas não têm medo apenas de serem furtadas, mas têm medo de todas as potenciais ameaças. Nesse sentido, consideram-se tão vulneráveis quanto as pessoas que residem nas cidades maiores, que estão expostas efetivamente há um leque maior de atos considerados violentos. Sendo assim, a criação do sentimento de insegurança não pode ser considerada, simplesmente, como resultado dos índices objetivos de criminalidade.

Voltando à análise dos dados levantados, verificamos um fato interessante. Quando observamos, individualmente, os furtos, o número de ocorrências por mil habitantes das cidades menores é semelhante ou superior ao das cidades maiores, como podemos ver no gráfico 3:

Gráfico 3 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas, tipo furto, por mil habitantes – 2005



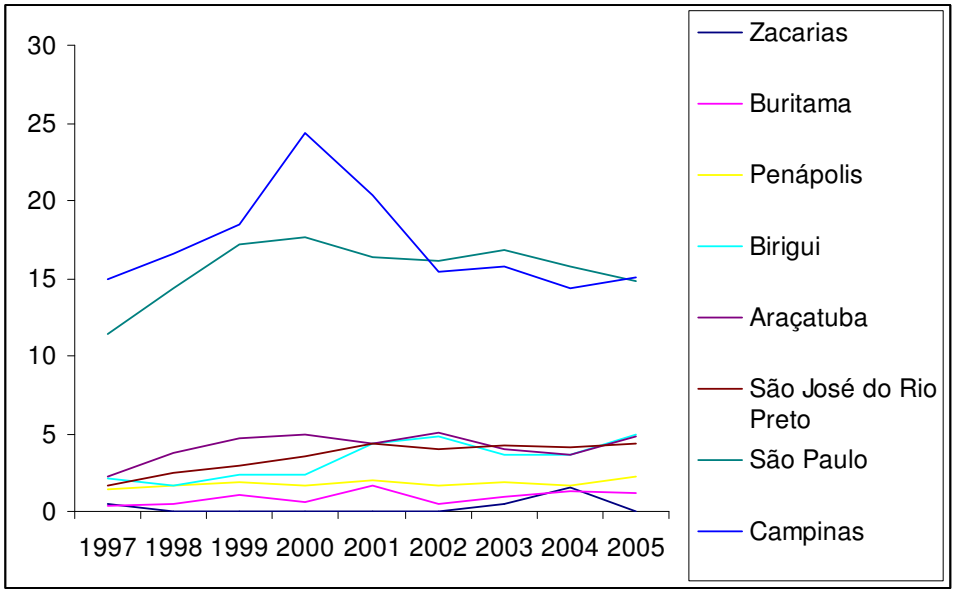
Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE
Organização: Maria Angélica de Oliveira

Consideramos que esses altos índices de ocorrências encontradas para furtos, nessas cidades menores, são resultado da facilidade de registrar esse tipo de acontecimento em cidades desse porte. Fatores como, maior acessibilidade aos distritos policiais, visto que as distâncias são menores nas cidades de menor dimensão, disponibilidade de tempo, possibilidade maior de acompanhar o andamento das investigações, possibilidade maior de reaver o objeto furtado e até mesmo a postura das autoridades policiais dessas cidades, podem levar as pessoas residentes em cidades menores a registrarem mais as ocorrências de furtos.

Nessas cidades, se a pessoa tem uma galinha ou as roupas do varal furtadas, provavelmente ela registrará a ocorrência na delegacia, fato que dificilmente ocorrerá em uma cidade grande. No que diz respeito aos crimes mais graves, como homicídios e roubos, acreditamos que o número de ocorrências registradas seja mais fiel à realidade. Se formos analisar a evolução das taxas de registro de ocorrências por mil habitantes, sem a consideração dos furtos, que parecem mascarar um pouco

a situação real, veremos que a disparidade entre os números encontrados nas cidades menores e os encontrados nas cidades grandes é mais acentuada, como demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4 – Diversos municípios. Total de ocorrências registradas por mil habitantes (sem furtos)- 1997/2005



Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE
Organização: Maria Angélica de Oliveira

Campinas e São Paulo distanciam-se do restante do grupo de cidades estudadas, sendo que, no início do período analisado, Campinas apresenta números mais elevados que São Paulo. Esses números vão diminuindo e São Paulo passa a apresentar números maiores, sendo que, no final do período, as duas cidades apresentam praticamente os mesmos índices. As outras cidades ficam bem abaixo dessas, não ultrapassando cinco ocorrências por mil habitantes.

A análise que apresentamos aqui é parcial, visto que existem muitos outros aspectos a serem analisados para estabelecermos um quadro completo que revele a situação dessas cidades estudadas quanto à presença da chamada violência urbana e a influência desta na composição do sentimento de insegurança.

Precisaríamos analisar a distribuição dessas ocorrências pelos bairros dessas cidades, para ver se existe uma concentração ou se elas ocorrem de forma generalizada ou homogêna pelo tecido urbano; precisaríamos analisar a diferença entre registros de ocorrências e instauração de inquéritos; seria interessante qualificar melhor os tipos de ocorrências e observar quais delas têm mais impacto na percepção das pessoas e, também, precisaríamos considerar o fato de que os atos violentos têm alcances diferentes nas cidades grandes e nas cidades pequenas.

Isso porque, por exemplo, numa cidade como Buritama, a ocorrência de apenas um homicídio pode gerar uma sensação de insegurança na cidade inteira, visto que o fato terá visibilidade e será

de conhecimento da maior parte de seus habitantes. Já, em uma cidade com as dimensões de São Paulo, podemos ter múltiplas situações de acordo com as características sociais do bairro em que o homicídio ocorrer. Nos bairros onde os índices de criminalidade são maiores, a ocorrência de um homicídio terá um impacto individual muito menor, podendo ser identificado apenas como mais um crime, entre os que estão constantemente acostumados a presenciar. No entanto, se o homicídio acontecer em um bairro considerado como mais calmo, o impacto desse homicídio será maior. Mesmo assim, diante da diluição que um acontecimento como esse tem nas grandes cidades, diante da grande extensão territorial desses espaços e, também, do grande número de pessoas que ali residem, consideramos que o impacto simbólico que um homicídio pode causar em uma cidade grande é bem menor do que nas cidades pequenas, respeitando, é claro, as singularidades de cada bairro das cidades maiores.

Em uma cidade pequena, têm-se a impressão de que todos são, de uma forma ou de outra, conhecidos. Quando um crime acontece com alguém da cidade, têm-se a percepção de que a violência está mais próxima. Esse fato não tem o mesmo impacto em uma cidade maior, onde as pessoas, diante de seu grande número, não conhecem umas às outras.

Precisamos avançar na análise da constituição do sentimento de insegurança nas cidades de diferentes dimensões, vista a complexidade de fatores que se unem para compor esse sentimento. O que pretendemos com a apresentação desses dados e desses gráficos, é mostrar que não podemos entender o sentimento de insegurança das cidades estudadas apenas relacionando-o com os índices registrados de criminalidade. Precisamos estar atentos para as múltiplas determinações que perpassam a percepção que as pessoas associam aos espaços urbanos.

Dessa forma, concluímos que a proliferação de loteamentos fechados ribeirinhos, nas cidades estudadas, não pode ser entendida, apenas, como uma reação ao aumento da insegurança real ou objetiva. Existem questões subjetivas e ideológicas que entram na composição desse sentimento de insegurança e na constituição da demanda por esses empreendimentos, sendo que esse sentimento deve ser qualificado e tratado de forma diferente nos diversos contextos socioespaciais em que aparece.

A partir dos dados levantados e pelos relatos das pessoas entrevistadas, concluímos que a disseminação do sentimento de insegurança, nas cidades estudadas, está ligada à manipulação de certos elementos subjetivos, mais do que aos fatos concretos. Os índices de criminalidade não sofreram aumentos tão consideráveis que justificassem essa percepção generalizada do aumento da insegurança. A maior parte dos entrevistados não sofreu nenhum tipo de violência, nem conhecia pessoas que já houvessem tido algum contato com ocorrências tidas como violentas, como afirmaram em suas respostas à questão relativa a esse ponto, constante em nosso roteiro de entrevista.

Sendo assim, as pessoas parecem não formar sua concepção sobre a insegurança a partir apenas do contexto em que vivem, ou seja, de sua realidade imediata. A percepção de insegurança é

formada a partir da internalização e transposição dos discursos gerais sobre a insegurança urbana, divulgados pela mídia e por outros agentes sociais, como os empreendedores imobiliários, as agências de seguros, os políticos, entre outros.

Por essa razão, fatos ocorridos em outros contextos são apontados como evidências do aumento da insegurança local. Por exemplo, um entrevistado residente na cidade de Buritama apontou a facção conhecida como PCC como uma das causadoras do aumento da violência. No entanto, não há registros da ação efetiva desse grupo na cidade.

> *Todo mundo pôde acompanhar pela televisão o caso daqueles ataques cometidos pelo PCC. Eles mostraram que são um grupo organizado, estão espalhados por várias cidades. São mais organizados que a própria polícia. Então, como a gente pode ficar seguro? Se os bandidos estão tomando conta? A polícia não consegue dar jeito neles não. A gente é que tem que tentar se proteger. Tem que tentar evitar certas situações, porque o perigo é grande.* (56 anos, comerciante)

Sobre essa visibilidade dos fatos ocorridos em lugares distantes, Bauman (2007, p. 11), aponta que

> A miséria humana de lugares distantes e estilos de vida longínquos, assim como a corrupção de outros lugares distantes e estilos de vida longínquos, são apresentadas por imagens eletrônicas e trazidas para casa de modo tão nítido e pungente, vergonhoso e humilhante como o sofrimento ou a prodigalidade ostensiva dos seres humanos próximos de casa, durante passeios diários pelas ruas das cidades.

Reforçando as idéias transcritas, destacamos que Bauman afirma que elementos distantes e longínquos são trazidos para dentro da casa das pessoas, sendo percebidos por elas como se fizessem parte de sua realidade cotidiana.

Portanto, um dos fatores que vêm contribuindo para a generalização da sensação de insegurança nas cidades médias e pequenas está ligado a esse fato. Diante da facilidade de se conseguir informações sobre diversas partes do mundo e da grande visibilidade que os atos violentos adquiriram na mídia, os residentes de cidades médias e pequenas acabam internalizando e transpondo essas situações objetivas de violência para suas realidades. Dessa maneira, vivenciam as inseguranças de espaços longínquos como se fossem peculiares aos seus espaços próximos.

Assim, a veiculação na mídia do aumento da insegurança de alguns espaços específicos contribui para a formação de uma percepção generalizada de insegurança, mesmo nos espaços em que essa insegurança não se justifica objetivamente.

Outro fator que contribui para esse aumento da sensação de insegurança nas cidades estudadas é a própria produção de empreendimentos como os loteamentos fechados ribeirinhos. Por serem espaços fechados, com acesso controlado e, desse modo, alcançarem maiores preços no mercado imobiliário, esses empreendimentos ratificam a presença da insegurança e a necessidade de proteção nas cidades em que estão implantados. Ou seja, por estarem materializados no espaço dessas cidades, os loteamentos fechados ribeirinhos indicam uma mudança, visto que demonstram espacialmente que existe uma necessidade maior de preocupação com a segurança, por meio do

fechamento e da utilização de dispositivos de segurança. Acabam assim, aumentando as possibilidades de generalização da sensação de insegurança.

Esse fato ganha peso ao considerarmos que os loteamentos fechados ribeirinhos, assim como os outros tipos de loteamentos fechados, são espaços produzidos simbolicamente como ideais, como modernos, como sendo portadores de qualidades superiores às encontradas nos outros espaços das cidades. Ao serem associados com essas imagens, os loteamentos fechados passam a se constituir em modelos ou exemplos a serem seguidos. Assim, quem não pode comprar uma casa dentro de um loteamento fechado passa a adotar outras medidas de segurança fora dos muros para não deixarem de participar dessa verdadeira "estética de segurança", como definida por Caldeira (2000). Observa-se um ciclo constante de alimentação e amplificação da sensação de insegurança, em que uma atitude de defesa gera mais insegurança, que vai gerar mais atitudes de defesa, que irão gerar mais insegurança e assim por diante.

Concluímos, desse modo, que as cidades médias e pequenas, que ao longo da urbanização, foram sendo associadas a imagens de espaços tranqüilos e pacatos, lugares seguros para se viver, longe da agitação e dos perigos encontrados nas cidades grandes, já não podem mais ser consideradas a partir dessa perspectiva.

Por meio da transposição, objetiva ou subjetiva, da sensação de insegurança para esses espaços, criou-se uma imagem genérica e automática de que todos os espaços urbanos, sejam eles de maior ou menor dimensão demográfica, são inseguros e, neles, é preciso adotar-se medidas para conter essa insegurança. Assim, a análise do sentimento de insegurança urbana deve ser levada em consideração também para a compreensão dos processos de produção do espaço em cidades médias e pequenas.

4.2. – A simulação da segurança: aspectos materiais e simbólicos do oferecimento de segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos

Destacamos, nos capítulos anteriores, que a principal motivação que levou os entrevistados a comprarem lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos diz respeito à busca por espaços de lazer em contato com a Natureza. No entanto, os consumidores desses espaços escolherem desfrutar desses momentos de contato, em espaços fechados e de acesso controlado. Esse fato justifica as discussões que realizamos neste capítulo acerca da insegurança urbana.

Vários autores que analisam a produção de loteamentos fechados em diferentes contextos socioespaciais indicam que a busca por segurança é um dos motivos chave para a compreensão desse fenômeno. A partir das entrevistas realizadas, das observações em campo e da análise dos materiais de divulgação dos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que a escolha desses espaços específicos de lazer, foi feita considerando-se a segurança que esses empreendimentos oferecem. Assim, depois de decidirem buscar um espaço de lazer que oferecesse um relacionamento

mais direto com a Natureza, as pessoas levaram em consideração a questão da segurança. Desse modo, poderiam ter comprado ranchos fora dos loteamentos fechados ribeirinhos, mas preferiram estar em espaços mais seguros.

A partir disso, surge a necessidade de que analisemos o conteúdo dessa segurança buscada pelas pessoas e a segurança efetivamente oferecida por esses espaços. Como podemos observar nas figuras de 22 a 27 e nas fotos de 29 a 34, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços de acesso controlado, nos quais todos que adentram seus muros são obrigados a se identificar nas portarias.

Figura 22 – Zacarias. Loteamento Marina Bonita

Fonte: Google Earth, 16 jun 2006

Foto 29 – Portaria do loteamento Marina Bonita. 2008

Figura 23 – Penápolis. Loteamento Recanto Belvedere

Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

Foto 30 – Portaria do loteamento Recanto Belvedere. 2008

Figura 24 – Buritama. Loteamento Jardim Itaparica

Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

Foto 31 – Portaria do loteamento Jardim Itaparica. 2008

Figura 25 - Buritama. Loteamento Riviera Santa Bárbara

Fonte: Google Earth, 16 jun 2006.

Foto 32 - Portaria do loteamento Riviera Santa Bárbara. 2008

Figura 26 - Buritama. Loteamento Portal da Praia

Fonte: Google Earth, 21 de maio de 2008

Foto 33 - Portaria do loteamento Portal da Praia. 2008

Figura 27 – Buritama.
Loteamento Orla Um

Foto 34 – Portaria do loteamento
Orla Um. 2008

Fonte: Google Earth, 21 de maio de 2008

Sendo assim, os loteamentos fechados ribeirinhos são identificados, como os outros tipos de loteamentos fechados e empreendimentos de acesso controlado, como ambientes providos de uma segurança total. Coerentemente com essa visão, os entrevistados demonstraram a partir de seus discursos, que nos loteamentos fechados ribeirinhos, sentiam-se mais seguros e podiam ficar mais tranqüilos dentro de seus muros, ou seja, identificaram os loteamentos fechados ribeirinhos como espaços notadamente mais seguros que a cidade aberta.

Dessa maneira, os entrevistados revelaram que a questão da segurança foi um fator de atração para a compra de lotes nesses empreendimentos fechados ribeirinhos, como podemos observar nos depoimentos a seguir.

> *O fato de que o rancho fica em um loteamento fechado foi importante para que nós escolhêssemos esse aqui. Nós fomos ver outros ranchos, mas escolhemos aqui justamente porque consideramos que aqui é mais seguro, podemos ficar mais tranqüilos. A portaria e os guardas cuidam de tudo, então a gente pode considerar que aqui é um espaço mais seguro, porque é mais vigiado, tem mais controle. (56 anos, médico, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita)*
>
> *Do jeito que as coisas estão hoje em dia, com a violência crescendo sempre mais, nós preferimos um rancho em um condomínio fechado justamente para temos mais segurança. Para que o rancho não se tornasse mais um motivo de preocupação pra gente. No nosso dia-a-dia, estamos sempre alerta, prestando atenção nas pessoas, nos lugares que a gente vai. Imagina se a gente fosse ficar a semana inteira preocupado se as coisas estariam correndo bem aqui no rancho, se ninguém teria invadido, roubado. Então, o fato de que aqui a gente tem o oferecimento da segurança é muito importante sim. (48 anos, empresária, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Orla Um)*
>
> *Quando a gente chega aqui no condomínio parece que a gente vira outras pessoas. Porque aqui não é um ambiente de tensão, de desconfiança como na cidade. Aqui a gente tem a certeza de que podemos nos sentir em todos espaços, como se fosse estivéssemos protegidos, separados do perigo. É como se todos os problemas ficassem lá fora. Aqui dentro a gente está menos vulnerável. É muito mais seguro. Pena que*

a gente não pode conviver sempre em espaços que nos dão essa sensação. (49 anos, empresária, residente na cidade de Andradina, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Assim, na concepção de nossos entrevistados, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços seguros, capazes de oferecer tranqüilidade e a sensação de que neles estão menos vulneráveis do que na cidade aberta. Mas será que esses espaços são mesmo capazes de oferecer toda essa segurança pretendida?

A partir da análise das formas de apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos e pela análise das informações coletadas, comparando-as às respostas formuladas, pudemos constatar que essa segurança oferecida, por meio do controle do acesso e pela vigilância, é relativa.

A segurança nunca foi e nunca poderá ser total, como aponta Bauman (2007, p. 16), quando ressalta que nenhum dos ambientes sociais em que as realizações da vida humana têm sido conduzidas, jamais ofereceram um seguro infalível contra os golpes do destino. Essa segurança total só existe no plano das idealizações e construções simbólicas, pois quando nos voltamos para as reais condições de segurança oferecidas pelos loteamentos fechados ribeirinhos, observamos a existência de algumas lacunas.

Primeiramente, um fator observado é que, em alguns loteamentos fechados ribeirinhos, as pessoas equipam suas casas com sistemas adicionais de segurança. Por exemplo, encontramos várias casas com portões altos, muros, cadeados nos portões, grades nas janelas, alarmes e até câmeras de segurança, como podemos observar nas fotos 35, 36, 37 e 38. Essa busca de uma segurança suplementar é por si só indicadora de que, apesar do discurso de confiança na segurança oferecida pelo loteamento, os proprietários não estão tão satisfeitos ou seguros assim.

Fotos 35, 36, 37 e 38 - Exemplos de ranchos, nos loteamentos ribeirinhos que utilizam muros e grades para aumentar a segurança. 2008

Foto 35

Foto 36

Foto 37

Foto 38

Uma entrevistada que possui casa no loteamento Belvedere em Penápolis, quando indagada sobre a razão da utilização de outros sistemas de segurança, além dos oferecidos pelo loteamento, respondeu:

> *Bom, com segurança não se pode brincar. O condomínio é seguro, a gente confia. Mas a gente investiu dinheiro nessa casa, ela é completa, tem todos os eletrodomésticos, os móveis, tem tudo. Então, a gente não pode se dar ao luxo de não tomar cuidado. Os guardas podem falhar, não é possível vigiar o condomínio inteiro ao mesmo tempo. Nunca é demais estar prevenido, é por isso que a gente fez os muros e colocou as câmeras, para ter mais segurança, caso alguma coisa aconteça, já estamos preparados.* (41 anos, empresária, residente no município de Penápolis)

Outro entrevistado que possui casa no loteamento Marina Bonita em Zacarias, alega que:

> *Atualmente, para podermos ficar seguros, temos que fazer tudo que está ao nosso alcance. Nós sabemos que o condomínio aqui é bem seguro, tem os guardas, não pode entrar qualquer pessoa, é afastado da cidade. Essas coisas dificultam a ação dos ladrões. Mas a gente tem a necessidade de complementar essa segurança. Porque cada vez mais, os bandidos encontram meios de burlar a segurança. Nós também temos que fazer nossa parte, dificultar a ação deles, não confiar somente nas atitudes do condomínio.* (56 anos, médico, residente no município de São José do Rio Preto)

A partir dessas falas, podemos perceber que mesmo considerando os loteamentos fechados ribeirinhos como espaços seguros, por terem o acesso controlado por meio das portarias e pela presença dos guardas, a preocupação com a segurança é tão grande que, mesmo dentro desses espaços, as pessoas sentem a necessidade de uma complementação que possa garantir uma segurança maior.

Uma hipótese que pode explicar essa busca suplementar por segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos está ligada ao fato de que, apesar do discurso e de toda a construção ideológica para identificar os loteamentos fechados ribeirinhos como seguros, as pessoas não se

sentem realmente seguras dentro de seus muros. Seus níveis de confiança nos sistemas oferecidos não são tão altos como querem deixar transparecer em suas falas.

Nesse sentido, os entrevistados enaltecem a segurança desses espaços, muitas vezes desconsiderando alguns eventos ocorridos dentro dos muros, encarando-os como eventualidades, que não constituem a realidade rotineira dos loteamentos. Sobre essa questão, um entrevistado que possui casa no loteamento Recanto Belvedere em Penápolis, destaca que:

> *Olha, eu já fiquei sabendo de algumas coisas que aconteceram aqui dentro sim. Mas já faz um tempo, é muito difícil de acontecer. Foram dois assaltos. No primeiro, levaram bastante coisa, televisão, DVD, aparelho de som, ventilador, até bebidas e carnes que estavam no freezer eles levaram. No outro caso roubaram só algumas "tralhas" de pesca, varas, iscas. Mas foi só isso. Todos os casos aconteceram à noite, quando não tinha ninguém nas casas. Mas veja bem, as pessoas abusam. Não é porque estamos num condomínio fechado que podemos deixar as coisas de qualquer jeito, tem que guardar tudo direitinho, trancar, colocar cadeado. Por que se não, acontece mesmo. Não acho que foi culpa do condomínio não, aqui é bem seguro.* (52 anos, comerciante, residente na cidade de Birigui)

Observamos, assim, que esses casos havidos dentro do loteamento são percebidos pelo entrevistado como fatos isolados, tendo ocorrido por causa do descuido das vítimas, que não tomaram o devido cuidado. A ocorrência de crimes dentro dos muros não é considerada como uma falha do loteamento e sim como uma negligência individual das vítimas.

A partir daí podemos começar a perceber as contradições presentes entre os discursos carregados de simbologias dos entrevistados e as reais condições de segurança oferecidas por esses loteamentos fechados. Se os loteamentos fechados ribeirinhos fossem tão seguros como os entrevistados deixam transparecer em suas falas, não haveria a menor necessidade de se adotar medidas complementares de segurança nas casas. Somente as medidas de segurança adotadas pelos loteamentos seriam suficientes para garantir a tranqüilidade dos proprietários.

Ao dizer que é preciso "*não abusar*", "*guardar bem as coisas*", "*trancar tudo*", *"colocar cadeados"*, porque se não, pode acontecer mesmo algum crime, o entrevistado se contradiz, já que havia considerado o loteamento bem seguro. Se o loteamento é seguro, não haveria motivos para ter mais preocupações.

Esses depoimentos contraditórios estão presentes nos discursos de vários entrevistados, que, mesmo considerando os loteamentos fechados ribeirinhos seguros, utilizam em suas casas, dispositivos adicionais de segurança. Ou essas pessoas não acreditam em seus próprios discursos, quando afirmam confiarem plenamente nos loteamentos, ou, numa segunda hipótese, estão de tal forma "impregnadas" pelo sentimento de insegurança, que perderam o limite de percepção do que seja seguro ou não.

A preocupação com a segurança adquire tamanha proporção na vida das pessoas que elas, mesmo em espaços tidos como seguros, sentem a necessidade de se protegerem mais, de buscar mais elementos que garantam sua segurança. Assim, somente lançando mão de inúmeros dispositivos de segurança, é que podem chegar o mais perto possível de se sentirem seguras. Porque

mesmo buscando incessantemente essa segurança, cada vez com mais instrumentos e ações preventivas, nunca atingirão um patamar em que se sentirão, ou estarão de fato, totalmente seguras.

Esse sentimento de frustração, de nunca ver satisfeita, de forma plena, sua necessidade de segurança, advém do fato de que as pessoas não estão, nesse caso, em busca da segurança real, oriunda de situações materiais de insegurança. Elas estão estruturando suas necessidades a partir de um processo de transposição, generalização e manipulação do sentimento de insegurança, que faz com que as pessoas se sintam inseguras em todos os espaços urbanos, mesmo naqueles em que não há evidências concretas de insegurança. Assim, abre-se um vasto mercado para a venda de equipamentos e serviços de segurança, que se alimenta da reprodução e da amplificação constante do sentimento de insegurança das pessoas.

Portanto, podemos considerar que essa busca adicional de segurança apontada pelos entrevistados surge da diferença entre as situações reais de segurança, oferecidas pelos loteamentos fechados e os discursos e símbolos que se elaboram sobre esses espaços. Ao buscarem os loteamentos fechados ribeirinhos, no que diz respeito à segurança, as pessoas não desejam apenas a segurança real, querem atender ao seu anseio de se sentirem incondicionalmente seguras.

Percebemos, nesse fato, duas situações contraditórias. Se, por um lado, não realizam uma análise crítica e realista da segurança dos loteamentos fechados ribeirinhos, que ajude a desconstruir a imagem de segurança total associada a esses empreendimentos, por outro, não se sentem satisfeitos com essa "totalidade" de segurança oferecida por eles. Reiterando: ou não acreditam em seus próprios discursos, ou, não conseguem mais perceber o limite entre o que seja seguro e o que seja inseguro, entrando num processo de busca constante, que não é satisfeita nem com a segurança considerada por eles como "total".

A partir das observações realizadas em campo e da análise das falas dos entrevistados, identificamos alguns problemas que se contrapõem à imagem de segurança total associada aos loteamentos fechados ribeirinhos. Por exemplo, esses empreendimentos possuem áreas extensas e na maior parte dos casos, apenas dois guardas para fazer a ronda noturna. Consideramos esse número insuficiente, visto que possibilita muitos pontos cegos, sem vigilância, que podem ser alvo de algum delito. Assim, a ronda noturna, apesar de ser importante, não é suficiente para garantir um nível confiável de segurança efetiva.

É interessante destacar também, que na maior parte dos loteamentos não são efetuadas rondas durante o dia, sobretudo nos dias de semana, em que os loteamentos fechados ribeirinhos ficam praticamente vazios. Esse fato pode nos oferecer indícios para que consideremos os aspectos simbólicos e simulacionais presentes no oferecimento de segurança pelos loteamentos fechados ribeirinhos, ao passo que, justamente nos períodos em que a vigilância seria mais necessária, visto que as casas ficam vazias durante a semana, são os períodos em que as rondas são menos freqüentes. Assim, a questão da visibilidade tem que ser inserida na análise da segurança presente

nesses empreendimentos. Durante os finais de semana, períodos em que os loteamentos fechados ribeirinhos estão repletos de seus freqüentadores, as rondas pelo empreendimento são realizadas mais vezes, para dar a sensação aos proprietários de que os espaços do loteamento estão seguros. Já durante a semana, como os proprietários não estão presentes, a simulação da segurança total pode ser afrouxada. Dessa forma, alguém que quiser praticar um delito, e procurar conhecer a rotina desses empreendimentos, pode utilizar esses dias, em que as rondas são mais esparsas, para realizar roubos, visto que muitas casas ficam bem afastadas da portaria.

Identificamos por meio das entrevistas que a principal preocupação dos proprietários é com a segurança de seus bens materiais. Por serem propriedades destinadas à segunda residência, sem uso diário, as pessoas temem que seus bens sejam roubados, principalmente durante a semana, período, aliás, em que a vigilância é menos rigorosa. Outra preocupação relatada pelos entrevistados diz respeito à segurança de sua família enquanto estiverem no loteamento. Consideram que, por serem empreendimentos com acesso controlado, terão um nível maior de segurança, não precisando se preocupar com as outras pessoas que estão no loteamento, pois consideram que elas já passaram por uma seleção socioeconômica e não oferecem nenhum tipo de perigo.

Essa idéia contém elementos idealizados e até preconceituosos, ao considerar que as pessoas que possuem um nível de renda suficiente para adquirir, locar ou frequentar uma casa dentro de um loteamento fechado, não oferecem perigo, reproduzindo a imagem do pobre como classe perigosa, como se somente eles fossem capazes de cometer crimes.

A partir desse fato, percebemos que a sensação de segurança gerada por meio do controle do acesso é relativa. Não há garantias efetivas de que um proprietário não possa realizar algum tipo de ato criminoso somente porque possui uma renda considerável, pois não há informações sobre a vida pregressa da pessoa, se ela já teve algum tipo de problema com a polícia, de onde provém sua renda, etc. Aliado a esse fato, destacamos que por ter uma destinação para segunda residência, voltada para o lazer, os loteamentos fechados ribeirinhos apresentam a prática do empréstimo e, em alguns empreendimentos em que é permitido, o aluguel dos ranchos. Dessa forma, a segurança oferecida pelo controle do acesso revela-se ainda mais relativa. Fica ainda mais difícil garantir que as pessoas que entrarão nos loteamentos não oferecerão nenhum tipo de risco para a propriedade e para a vida dos outros proprietários.

A entrada é feita mediante uma autorização assinada pelo proprietário do rancho, com o número da placa do carro e o número do R.G. das pessoas autorizadas a entrarem no loteamento. A reclamação de alguns entrevistados é que, muitas vezes, os proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos,

> "(...) *não escolhem direito as pessoas que vão deixar entrar no condomínio. Emprestam para um amigo ou pra alguém da família, que convida outro amigo, que traz outro e aí já viu, perde-se o controle. A pessoa tem que pensar bem em quem vai colocar aqui dentro. Tem que pensar nos outros também."* (45 anos, dentista, proprietário de casa no condomínio Belvedere em Penápolis e residente na cidade de Araçatuba)

Assim, a possibilidade de segurança oferecida pelo controle de acesso fica reduzida, pois o acesso pode ser expandido para pessoas que nem o próprio proprietário que está emprestando a casa conhece. Sem contarmos o fato de que as autorizações podem ser falsificadas. No caso do aluguel das casas, também há uma diminuição da segurança, pois as pessoas não conhecem a fundo as pessoas para quem estão alugando sua propriedade.

O controle do acesso realizado nas portarias falha também porque não considera a possibilidade de entrada de pessoas pelos rios. Dessa forma, os loteamentos fechados ribeirinhos apresentam uma fronteira livre de controle, permeável a qualquer pessoa. Assim, percebemos que o controle de acesso pelas portarias não propicia necessariamente uma segurança efetiva e, tampouco, o desejo de segurança justificaria esses tipos de controle preventivos.

Consideramos merecedor de destaque o fato de que os entrevistados sempre associam os problemas ocorridos no interior dos loteamentos fechados ribeirinhos com pessoas consideradas de fora dos loteamentos. Alguns defendem que deveria ser proibida a prática de empréstimos e de aluguéis nesses empreendimentos com o intuito de preservar o bem estar coletivo. Mas os dirigentes encontram resistências em implantar essa proibição, visto que não podem interferir no direito de uso das propriedades.

Ao vincular todos os problemas que ocorrem no interior dos loteamentos com os visitantes ou com pessoas que vêm de fora desses espaços, os entrevistados estabelecem uma separação simbólica qualitativa entre os de dentro e os que deveriam estar fora, sendo esses os que efetivamente constituem ameaças.

Outro aspecto que denota a parcialidade da segurança oferecida pelos loteamentos fechados ribeirinhos advém da pouca qualificação dos empregados responsáveis por manter a segurança nesses espaços. Os guardas, em grande parte dos loteamentos estudados, não possuem nenhum tipo de capacitação profissional no que se refere aos quesitos básicos de segurança, como defesa pessoal, técnicas de imobilização, entre outros conhecimentos. Eles simplesmente andam pelas ruas dos loteamentos observando se não há nenhum tipo de movimentação fora do comum. Quando identificam algo estranho, não estabelecem uma abordagem direta, chamam a polícia que, muitas vezes, demora pra chegar ao local, dando possibilidade de fuga para os infratores.

Dessa maneira, a presença dos guardas serve mais para inibir, do que para refrear uma ação já em curso. Outro aspecto preocupante, constatado durante as visitas aos empreendimentos, é o fato de que em alguns loteamentos os guardas andam armados, sem ter porte de arma, e nenhum curso que os habilite a utilizar as armas, como foi citado em entrevistas realizadas. Assim, oferecem riscos para os próprios proprietários de imóveis no loteamento que podem ser vítimas da inabilidade de um desses guardas. A insegurança pode ser gerada por aqueles que se considera que sejam responsáveis por manter a segurança. A ação dos guardas e da ronda noturna, nos casos estudados, é muito mais simbólica do que efetiva.

Em um dos loteamentos fechados ribeirinhos localizados no município de Buritama, o Riviera Santa Bárbara, não encontramos, nas duas visitas que fizemos ao empreendimento, ninguém na portaria, bem como ninguém que se responsabilizasse pelo loteamento no local, apesar de os anúncios publicitários informarem que há uma portaria que controla o acesso 24 horas por dia. Nossa entrada não foi verificada, tanto que realizamos as entrevistas sem pedir qualquer autorização. Assim, o controle nesse empreendimento é inexistente, diferentemente do que é divulgado.

Podemos concluir, assim, que de uma forma geral, os loteamentos fechados ribeirinhos apresentam muitas falhas no oferecimento de segurança para os proprietários, seja pelo número insuficiente e pela baixa qualificação dos funcionários, seja pela ineficácia do controle de acesso nesses empreendimentos. A imagem de espaço provedor de uma segurança total é muito mais simbólica do que correspondente às condições reais de segurança, nos loteamentos fechados ribeirinhos.

No momento da produção e da venda desses espaços, os empreendedores imobiliários divulgam a imagem de espaços seguros, superiores à cidade aberta. Os proprietários de casas nos loteamentos adotam e disseminam essa imagem. Mas, no plano das condições efetivas de segurança, demonstramos que existem muitas lacunas, desconsideradas pela maior parte dos entrevistados.

O que os loteamentos fechados ribeirinhos oferecem é a propagação de uma sensação de segurança; é a satisfação, no plano simbólico, de uma necessidade, muitas vezes simbólica, de segurança. Portanto, para entendermos a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, é extremamente importante contrapormos as imagens simbólicas e as reais dinâmicas que ocorrem nesses empreendimentos.

Um dos fatores da propagação desses empreendimentos, mesmo não sendo tão efetivamente seguros, como o difundido, baseia-se no fato de que esses empreendimentos surgem para satisfazer anseios imaginados, gerados a partir da manipulação do sentimento de insegurança. A demanda por empreendimentos fechados, nos casos estudados, não surge, primordialmente, a partir de dados materiais, concretos, respaldados pelos índices de aumento da criminalidade e, sim, por uma construção simbólica de uma insegurança total, que está em toda parte.

Dessa forma, a oferta de segurança representada como presente nesses empreendimentos é também simbólica, muito mais idealizada do que real. Assim, estamos tratando de soluções simbólicas para problemas simbólicos, sendo que os loteamentos atendem aos objetivos a que se propõem, visto que oferecem uma segurança idealizada, para uma insegurança idealizada. Se a insegurança urbana fosse, nessas áreas, tão aguda como se tenta passar a idéia, os problemas advindos das lacunas reais na segurança oferecida por esses empreendimentos seriam muito mais evidentes.

Há, portanto, um descolamento entre o que esses loteamentos produzem como imagem – segurança total – e as condições efetivas de segurança oferecidas pelo empreendimento –

segurança real. Avançando na análise, podemos trabalhar com a tese de que as barreiras físicas erguidas por esses empreendimentos com o intuito de manter a segurança nesses espaços, escondem outras intenções, como o distanciamento dos mais pobres, num processo de auto-segregação socioespacial, que visa à constituição de espaços exclusivos.

É nesse sentido que entendemos que a busca por segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos insere-se no contexto das simulações que caracterizam o nosso tempo. Os símbolos de segurança total são apropriados pelos consumidores desses espaços, que a partir desse consumo simbólico, apropriam-se objetivamente dos espaços dos loteamentos como se eles fossem efetivamente seguros. Assim, temos a constituição de uma situação real, a partir da manipulação de aspectos simbólicos.

Consideramos que a simulação nos loteamentos fechados ribeirinhos acontece em dois momentos. Primeiro, há a simulação da necessidade de segurança e, depois, a simulação de que os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços incontestavelmente seguros.

Dessa forma, a sensação de insegurança que, na atualidade, é transposta, principalmente por meio da mídia, para contextos socioespaciais tão diferenciados, é, nos casos estudados, uma insegurança muito mais ligada a aspectos simbólicos do que objetivos. Portanto, a crescente sensação de insegurança, utilizada para justificar o fechamento de parcelas de cidades de tamanhos e papéis diferenciados, é no que se refere, aos loteamentos fechados ribeirinhos, resultado de uma encenação e amplificação dos símbolos associados à concepção dominante de violência urbana.

Assim, a crescente divulgação de atos tidos hegemonicamente como violentos, vai criando uma percepção de que todos os espaços estão passando por um aumento da insegurança. Essa encenação da insegurança total não é gratuita. Existem diversos atores sociais que lucram com o medo das pessoas. Consideramos, assim, que há uma manipulação e uma simulação de que todos os espaços urbanos estão se tornando mais inseguros e que, dessa forma, ficam justificadas as ações socioespaciais de fechamento e segmentação que, na verdade, escondem outros conteúdos.

A partir da simulação de uma sensação de insegurança total, temos a simulação do consumo de espaços totalmente seguros. Apesar de todas as lacunas que apontamos no oferecimento de uma segurança efetiva pelos loteamentos fechados ribeirinhos, seus consumidores apropriam-se desses espaços a partir da simulação de que neles há uma segurança total. A constatação de que a segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos possui aspectos simulados, pode ser feita ao observamos as práticas que os entrevistados empreendem nesses espaços.

Enquanto dizem acreditar que os loteamentos fechados ribeirinhos possuem uma segurança total, nas suas ações constatamos que alguns entrevistados buscam uma segurança suplementar que evidencia o fato de que a segurança nesses empreendimentos não é tão total assim como querem transparecer, ou que a base na qual a segurança é buscada não corresponde às condições efetivas de insegurança.

De acordo com Baudrillard (1996), o simulacro não é uma simulação que imita a realidade e sim um processo que nega as diferenças entre a realidade e sua representação, anulando a oposição entre verdade e falsidade. Assim, temos a produção de representações de insegurança total e de segurança total, que acabam configurando uma situação vivida como real.

Sendo assim, consideramos que o consumo da segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos é o que Debord (2002) denomina como consumo espetacular. Através de imagens, criadas no âmbito da publicidade, nos discursos e nas ações dos empreendedores e dos proprietários, cria-se uma encenação de segurança percebida como realidade. Como Debord (2002, p. 15) destaca, não se pode opor abstratamente o espetáculo e a atividade social efetiva. O espetáculo que inverte o real é efetivamente produzido. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si própria a ordem espetacular, dando-lhe uma adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. "Cada noção assim fixada não tem por fundamento senão a sua passagem ao oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente".

Na constituição do simulacro de segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos, temos a criação de um cenário e de um contexto simbólico para que os atores do espetáculo possam representar seus papéis e alcançar, por meio do consumo, a felicidade que essas mercadorias idealizadas podem oferecer.

Isso porque numa sociedade onde a insegurança real e imaginada é cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, ter a possibilidade de se apropriar de um espaço produzido simbolicamente como seguro, é uma fonte de satisfação e, além disso, de diferenciação social. Assim, a produção do simulacro de segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos serve para valorizar esses empreendimentos, ao passo que são idealizados como espaços portadores de qualidades superiores às da cidade, vista de uma forma geral. A partir da criação, ou amplificação simbólica da raridade de certos elementos, como a Natureza e a segurança, os empreendedores imobiliários surgem com a solução para esses problemas. Aqueles que tiverem condições econômicas favoráveis podem comprar sua Natureza e sua segurança, e seguir na vivência simulada que reproduz o espetáculo.

A simulação existente nesses espaços não é feita de forma gratuita. Há os agentes que cuidam da organização do espetáculo, que criam as condições para que o espetáculo prossiga. No que se refere ao simulacro de segurança nos loteamentos fechados ribeirinhos, temos a influência da mídia de uma forma geral, que dissemina a idéia de agudização generalizada da insegurança e a ação dos incorporadores imobiliários que materializaram e comercializam esses espaços. Assim, o espetáculo serve aos interesses do capital, embora não seja determinado apenas por ele.

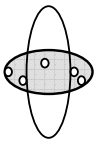
De acordo com Caldeira (2000, p. 294), todos os elementos associados à segurança tornaram-se parte de um novo código para a expressão da distinção – a estética da segurança. Esse código incorpora a segurança num discurso sobre gosto, transformando-a em símbolo de status. Assim, a busca por segurança deixa de ser realizada apenas pelo desejo da segurança em si. A segurança

carrega um conjunto de valores que é capaz de distinguir as pessoas, afirmando suas posições sociais. Dessa maneira, o consumo da segurança, nos espaços fechados, realizado pelos segmentos de maior poder aquisitivo não decorre apenas de suas intenções de diminuir sua vulnerabilidade perante os atos considerados como violentos. A simulação da insegurança e a busca pela segurança em espaços elitizados servem como código de distinção.

Consideramos dessa forma, que a simulação nos loteamentos ribeirinhos tem por trás de si uma intencionalidade, pretendida ou derivada, que leva os consumidores desses espaços a se diferenciarem e se distanciarem dos segmentos de menor poder aquisitivo. Sendo assim, é por meio do consumo da carga simbólica produzida nesses empreendimentos idealizados, que as pessoas criam explicações e justificações para manter longe de si os segmentos indesejados. Nesse sentido, as imagens criadas no âmbito da sociedade de consumo são responsáveis por alterar e definir as relações sociais, visto que, como Debord (2002, p. 14) ressalta, "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas sim, uma relação social mediada por imagens".

CAPÍTULO V

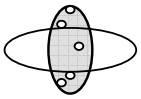
ERGUENDO BARREIRAS E CONSTRUINDO IDENTIDADES: RELAÇÕES ENTRE FECHAMENTO URBANO E A BUSCA POR "COMUNIDADES"



Ninguém é igual a ninguém

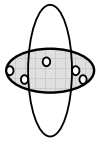
Humberto Gessinger – Engenheiros do Havaí

Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há tanta gente pelas ruas
Há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
Ninguém é igual a ninguém
Me encanta que tanta gente sinta
Se é que sente, a mesma indiferença

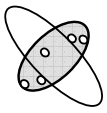


Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há palavras que nunca são ditas
Há muitas vozes repetindo a mesma frase:
Ninguém é igual a ninguém
Me espanta que tanta gente minta
Descaradamente, a mesma mentira

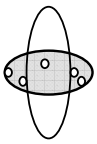
São todos iguais e tão desiguais
Uns mais iguais que os outros



Há pouca água e muita sede
Uma represa, um apartheid
A vida seca, os olhos úmidos
Entre duas pessoas



Entre quatro paredes
Tudo fica claro
Ninguém fica indiferente
Ninguém é igual a ninguém
Me assusta que justamente agora
Todo mundo, tanta gente, tenha ido embora



São todos iguais e tão desiguais
Uns mais iguais que os outros

O fechamento de unidades espaciais com o objetivo de se obter segurança é uma das características mais marcantes da urbanização contemporânea, como já destacamos. Diante do sentimento generalizado e amplificado de insegurança que vem sendo associado aos espaços urbanos, sejam cidades grandes, médias ou pequenas, as pessoas de maior poder aquisitivo escolhem realizar suas atividades cotidianas em espaços fechados e/ou de acesso controlado.

Esse fechamento e esse controle fazem com que as possibilidades de diversidade nos contatos entre as pessoas fiquem reduzidas, visto que, nesses espaços, os filtros do acesso acabam selecionando o tipo de pessoa que será possível encontrar em seus limites. Um dos requisitos básicos para se freqüentar tais espaços fechados é o poder aquisitivo, pois sua produção está direcionada, predominantemente, para atender às demandas dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo.

Dessa forma, o fechamento de certas parcelas do espaço urbano representa uma estratégia que visa dotar as relações pessoais de certa previsibilidade. Ao entrarem em um espaço fechado, seja ele destinado para a habitação, trabalho ou lazer, as pessoas esperam encontrar seus semelhantes. Desejam excluir de suas atividades cotidianas a possibilidade de se confrontarem e de se relacionarem com o que consideram diferente. Nesse caso, a diferença que procuram evitar não se refere, apenas, à distinção de gostos ou de perfis culturais, mas, sobretudo, às diferenças socioeconômicas.

Esse distanciamento que o fechamento promove decorre do fato de que as pessoas de menor padrão aquisitivo são consideradas como potencialmente perigosas. Assim, se desejam segurança, os segmentos de maior poder aquisitivo devem ficar o mais longe possível das pessoas de menor renda, evitando o convívio e até a proximidade.

Outra questão que o fechamento ameniza ao promover espaços marcados pela "homogeneidade" é o incômodo que certas mazelas sociais causam ao estarem ao alcance dos olhos das pessoas. Dessa forma, ao optarem por espaços fechados, os segmentos mais privilegiados, conseguem afastar o mal estar que sentiriam ao ver uma pessoa morando na rua, pedindo esmola ou passando fome. As evidências das desigualdades sociais, por não estarem visíveis nesses espaços fechados e controlados, deixam de sensibilizar ou incomodar as pessoas das esferas mais altas da sociedade.

As estratégias de fechamento urbano contêm, assim, no ato de erigir barreiras, um mecanismo de demarcação de limites sociais. O controle ao acesso exercido, nesses espaços, funciona como uma membrana semipermeável que deixa passar somente aqueles que possuem uma situação socioeconômica favorável, deixando de fora os menos privilegiados.

Essa demarcação física de barreiras é uma forma de materialização das fronteiras sociais. Ao se fecharem materialmente em determinados espaços, as pessoas concretizam as distâncias subjetivas que existem entre os estratos sociais. Os muros servem para sinalizar onde começa o espaço de um grupo – o dos mais ricos – e conseqüentemente, onde termina o de outro – o dos mais pobres.

Diante desse processo de acentuação da diferenciação socioespacial decorrente das estratégias de fechamento, trazemos para a discussão sobre os loteamentos fechados ribeirinhos, a questão da identificação e da criação de comunidades. Analisamos esses dois elementos conjuntamente, pois consideramos que a identidade é a base para o surgimento das comunidades, visto que é por meio dela que se justificam as solidariedades sociais.

De acordo com Bauman (2005, p. 19), na sociedade "líquido-moderna" as "identidades" flutuam no ar e temos que escolher aquelas que, verdadeiramente, correspondem às nossas características, no meio de várias outras, infladas e lançadas pelas pessoas à nossa volta, sendo preciso estar sempre atentos para defendermos as primeiras em relação às últimas.

Segundo Hall (2003, p. 38), a identidade é algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente em nossa consciência no momento do nascimento. "Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada"".

Para Bauman (2005, p. 21), a identidade nos é revelada como uma invenção,

> (...) como alvo de um esforço, "um objetivo"; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por elas e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 21)

Dessa maneira, a identidade não é um elemento acabado e intrínseco às pessoas. Ela é fruto de uma construção e é constantemente posta a prova, sendo reafirmada ou modificada. Assim, a identidade é uma ficção, que precisa ser buscada e trabalhada.

De acordo com Hall (2003, p.12-13), no mundo pós-moderno, a identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

A importância que a identidade adquire na sociedade atual advém do fato de que as noções que faziam com que as identidades sociais parecessem naturais – como raça, país ou local de nascimento, família – tornaram-se menos importantes, menos presentes ou mais diluídas. Ao perderem suas identidades pré-determinadas, as pessoas passam a buscar desesperadamente, novos grupos com os quais possam dividir a idéia de pertencimento. "Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer "natural", pré-determinada e inegociável, a "identificação" se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um "nós" a que possam pedir acesso". (BAUMAN, 2005, p. 30)

Nas sociedades contemporâneas, esse processo de constituição das identificações sociais é feito segundo a escolha de certas variáveis consideradas como ideais. Segundo Bauman (2003, p. 19), nas sociedades líquido-modernas, toda homogeneidade deve se "pinçada" de uma massa confusa e variada, por via da seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser construída, o acordo "artificialmente produzido" é a única forma disponível de unidade. Por mais firme que o acordo de

unidade seja, ele nunca parecerá tão natural e evidente quanto nas comunidades tradicionais, nem serão imunes à reflexão, contestação e à discussão.

Assim, Bauman (2005, p. 32/34) destaca que atualmente buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades *em movimento*, lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. "No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam".

Nesse sentido, Hall (2003, p. 13), aponta que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, "à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente".

Assim, na atualidade, as identidades, de acordo com Bauman (2005, p. 35), "ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas". Para o autor, na modernidade líquida, o desejo de identificação vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo.

Nesse sentido, as pessoas desejam reunir-se em grupos para dar consistência a suas identidades e fazem isso, por meio da busca de uma integração em pretensas comunidades, que também não estão disponíveis de forma acabada e, por isso, têm que ser buscadas e construídas.

Bauman (2003, p. 7/8) destaca que comunidade é uma palavra que guarda sensações. O que quer que comunidade signifique, sabemos que sugere uma coisa boa - é bom ter uma comunidade, estar numa comunidade. Comunidade, no plano das idealizações, é um lugar confortável e aconchegante. É onde podemos relaxar, visto que não há perigos. "Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós".

Dessa maneira, as fragilidades das relações e das instituições responsáveis pela manutenção das sensações de segurança e de bem-estar das pessoas, que se sentem cada vez mais sozinhas perante o mundo, são as razões pelas quais surge o desejo de se unirem a outras pessoas e, com elas, compartilharem as angústias, anseios e, sobretudo, aprovação social.

Precisamos nos sentir amparados e seguros e isso ocorre quando podemos conviver com pessoas que são capazes de nos entender e apoiar. Como Bauman (2003, p. 9) destaca, idealizamos a vida comunitária, considerando-a como um paraíso, porque não se trata de uma realidade em que vivemos e que conhecemos a partir de nossas experiências. Dessa maneira, soltamos nossa imaginação e glorificamos as vantagens de estarmos inseridos em uma comunidade, tida como aconchegante.

Mas há grandes diferenças entre essa comunidade de nossos sonhos e a comunidade que potencialmente poderemos alcançar. Atualmente, para tentarmos fazer parte de uma comunidade, precisamos fazer uma escolha que envolve a liberdade e a segurança. De acordo com o autor,

> Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. (BAUMAN, 2003, p.10)

Assim, na sociedade contemporânea, temos que lidar com situações de liberdade sem segurança ou de segurança sem liberdade. A possibilidade da sociedade de realizar escolhas individuais foi sendo conquistada ao longo do processo histórico, trazendo nela a contradição entre liberdade e segurança. A liberdade era oferecida em detrimento da segurança, mesmo que, no início, essa troca não fosse percebida. Os indivíduos tornaram-se capazes de fazer suas próprias escolhas, de tomarem suas próprias decisões, ficando em suas mãos o poder de dar diferentes rumos às suas vidas. (BAUMAN, 2003)

De acordo com Bauman (2001, p. 47), o processo de individualização característico da sociedade moderna traz para um número sempre crescente de pessoas uma liberdade sem precedentes de poder experimentar, mas, traz junto a tarefa sem precedentes de enfrentar as conseqüências. Assim, essa liberdade de fazer escolhas é portadora da insegurança que advém da possibilidade de errar, de tomar decisões equivocadas, isso porque não se tem mais a "confortável" sensação de ter o futuro pré-determinado externamente. As pessoas passaram a ser responsáveis por proporcionar a sua própria segurança e de sua família, não tendo mais um amparo tão forte de agentes externos.

Atualmente, as estratégias de fechamento revelam um desejo de retomar a segurança perdida, mesmo que isso signifique diminuir a liberdade. Vemos assim, que a comunidade, idealizada como um paraíso aconchegante, não é possível de ser alcançada, visto que só poderá se concretizar a partir de uma rigorosa e consciente obediência aos preceitos tidos como comuns.

Dessa forma, Bauman (2003, p. 19) destaca que a comunidade idealizada, como um círculo de entendimento comum, mesmo que seja alcançada, permanecerá frágil e vulnerável, necessitando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Assim, o autor aponta que serão desapontadas as pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar uma segurança de longo prazo, que tanta falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertarem-se da enfadonha tarefa de estar sempre realizando novas escolhas.

Nesse sentido, Bauman coloca que,

> (...) mais do que com uma ilha de "entendimento natural", ou um "círculo aconchegante" onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego e a tranqüilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo. (BAUMAN, 2003, p. 19)

Sendo assim, as possibilidades de identificação social e inserção comunitária que temos, na atualidade, são possibilidades forjadas, produzidas, e que por serem intrinsecamente voláteis, devem ser sempre defendidas, reconstruídas ou até mesmo trocadas. Dessa forma, as estratégias socioespaciais em direção ao fechamento de certas parcelas das cidades, visando o estabelecimento de identificações e a criação de um ambiente comunitário, terão resultados sempre parciais e transitórios.

As comunidades são buscadas, atualmente, de acordo com Bauman (2005, p. 68), porque são uma alternativa tentadora para as pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e pela transitoriedade do mundo em que habitam. "É um sonho agradável, uma visão do paraíso: de tranqüilidade, segurança física e paz espiritual". No entanto,

> Para as pessoas que lutam numa estreita rede de limitações, preceitos e condenações, pelejando pela liberdade de escolha e auto-afirmação, a mesmíssima comunidade que exige lealdade absoluta e que guarda estritamente as suas entradas e saídas é, pelo contrário, um pesadelo: uma visão do inferno ou da prisão. A questão é que todos nós estamos, intermitente ou simultaneamente, sobrecarregados com "responsabilidades demais" e ansiosos por "mais liberdade", o que só pode aumentar nossas responsabilidades. (BAUMAN, 2005, p. 68)

Assim, o autor afirma que a comunidade é um fenômeno de duas faces, completamente ambíguo – amado ou odiado, amado e odiado, atraente ou repulsivo, atraente e repulsivo. Dessa forma, consideramos que a busca por uma inserção comunitária via fechamento é uma contradição entre os interesses individuais e os interesses coletivos. As pessoas conquistaram o direito de realizarem suas próprias escolhas, exercendo assim, suas individualidades e suas liberdades. No entanto, não se desfizeram da necessidade de estabelecer identificações e de pertencerem a algum grupo, e seguirem as regras necessárias para que permaneçam nele.

Para a consolidação dessa busca por identidade empreendida na sociedade contemporânea, as pessoas desejam fazer parte de uma comunidade, que as abrigue e lhes dê uma sensação de aprovação social. Como destacamos, de acordo com Bauman (2003, p. 20), nem a identidade, nem a comunidade estão à disposição em nosso mundo privatizado e individualizado. A sociedade contemporânea vive, assim, num incessante processo de busca.

Bauman (2003, p.21) aponta que identidade significa "aparecer: ser diferente e, por essa diferença, ser singular". Dessa forma, a busca por identidade não pode deixar de dividir e de separar. O autor ressalta também, que a busca por identidades individuais apresenta muitas vulnerabilidades.

Sendo assim, diante da precariedade da construção solitária da identidade, Bauman (2003, p.21) aponta que "os construtores da identidade procuram cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos".

Assim, as pessoas acabam buscando um respaldo coletivo para suas ações individuais, partindo do princípio de que, se mais pessoas têm as mesmas opiniões ou tomam as mesmas atitudes, elas devem estar corretas. São geradas, assim, de acordo com o autor, "comunidades-cabide", capazes de oferecer um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas.

Dessa forma, a busca por comunidades na sociedade atual surge da insegurança gerada no processo de individualização e diluição das identidades pré-determinadas. A conquista da emancipação dos indivíduos traz consigo um sentimento de insegurança crescente, visto que as pessoas passam a ser responsáveis pelo seu próprio futuro, não tendo mais que obedecer a princípios determinados externamente. Nessa relação contraditória, as soluções para as inseguranças são buscadas individualmente, mas, diante da necessidade das pessoas de estabelecerem uma identidade, de respaldarem suas ações, unem-se com outras pessoas para criarem um novo tipo de "comunidade".

São as "comunidades de iguais", que se materializam em espaços cercados e guardados por sistemas de segurança, que deixam fora de seus muros os intrusos, os diferentes. Assim, para se sentirem seguros, os segmentos de maior poder aquisitivo isolam-se em enclaves fortificados, conforme destaca Caldeira (2000), com vigilância constante, revelando a contradição entre segurança e liberdade.

Para buscarem a segurança perdida, abrem mão da liberdade conquistada. Passam a viver, a consumir, a trabalhar, em espaços fechados, guardados e vigiados constantemente. Somente dessa forma, terão a sensação de estarem seguros, pois as diferenças mais agudas estarão longe de seus olhos e do convívio cotidiano.

Sendo assim, o novo tipo de "comunidade" almejada, aquela composta de iguais e materializada em espaços fechados, torna a contradição entre segurança e liberdade mais concreta e mais difícil de ser superada.

Utilizamos o termo comunidade entre aspas porque, segundo Bauman (2003, p.16), comunidade significa entendimento compartilhado do tipo natural e tácito, não sobrevivendo ao momento em que o entendimento torna-se autoconsciente, objeto de contemplação e exame. Dessa maneira, o que temos atualmente é a produção intencional de "pseudocomunidades", construídas artificialmente, com a unidade sendo dada a partir de acordos pré-estabelecidos.

Não devemos considerar, nesse caso, que a busca pelas "comunidades de iguais" seja realizada a partir da necessidade de sociabilidade e de intimidade. Ela é feita, antes de qualquer coisa, para respaldar o direito de permanecerem separados dos segmentos sociais mais pobres, vistos como ameaças.

Nesse sentido, Bauman (2003, p. 67) destaca que a característica mais marcante das comunidades-cabide é a natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Assim, nesses espaços os laços sociais são descartáveis. Nesses espaços, fica acertado de antemão que os laços podem ser desmanchados, visto que são transitórios, e, portanto,

provocam poucas inconveniências e não são fonte de temor. Dessa forma, não há nas comunidades artificiais da contemporaneidade a produção entre seus membros de compromissos de longo prazo, nem de responsabilidades éticas.

O fechamento de parcelas da cidade por meio de barreiras tangíveis é realizado, portanto, com o intuito de tentar manter a unidade das "comunidades de iguais", para que parcelas da sociedade, consideradas como qualitativamente diferentes, não se "misturem" ameaçando a integridade e a homogeneidade dessas "comunidades".

Para Bauman (2003, p. 104), a nova concepção de comunidade significa mesmice e a mesmice significa a ausência do Outro, especialmente um Outro que teima em ser diferente e, precisamente por isso, capaz de causar surpresas desagradáveis e prejuízos. "Na figura do estranho, o medo da incerteza, fundado na experiência da vida, encontra a largamente procurada, e bem-vinda, corporificação".

Vemos assim, que a construção das "comunidades de iguais" é realizada à força, a partir do estabelecimento de fronteiras físicas e simbólicas entre o dentro e o fora, entre o homogêneo e a desordem. Dessa forma, apresenta-se a fragilidade dessas "comunidades", visto que, por mais possibilidades que os segmentos de maior poder aquisitivo tenham de se apropriar segmentadamente dos espaços da cidade, não é possível extinguir completamente o convívio com os diferentes. Sendo assim, a unidade dessas "comunidades" é buscada por meio da separação física dos segmentos mais favorecidos da sociedade do caldeirão de misturas que constitui a cidade aberta.

5.1. - O que se revela por trás dos muros: loteamentos fechados ribeirinhos e a constituição de uma "comunidade de iguais"

A busca pela segurança, estimulada pela mídia e pelos empreendedores imobiliários, na sociedade atual, legitima a opção residencial de se fechar entre iguais, como defesa dos estranhos, percebidos como ameaça. Esse enclausuramento é resultado de buscas individuais para resolver a insegurança urbana, numa sociedade que se fragmenta e que tem suas práticas de solidariedade enfraquecidas.

Diante dos problemas enfrentados, no cotidiano urbano, advindos das grandes desigualdades sociais existentes, as pessoas preferem se afastar, ao invés de buscar soluções reais para os problemas da cidade como um todo. Dessa forma, tentam negar a presença das diferenças, afastando de si, responsabilidades sociais.

A sociedade atual é balizada, portanto, pelo individualismo, ou seja, pelas buscas individuais, que suplantam o bem-estar coletivo. As pessoas não querem mais resolver os problemas da

sociedade como um todo, buscam, individualmente, soluções para seus problemas dando as costas, muitas vezes, para as mazelas sociais.

De acordo com Hall (2003, p. 24), é lugar-comum, na atualidade, dizer que a época moderna fez surgir uma forma nova e decisiva de individualismo, no centro da qual se erigiu uma nova concepção do sujeito individual e sua identidade. No entanto, "isso não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos, mas que a individualidade era tanto "vivida" quanto conceituada de forma diferente".

Segundo Bauman (2001, p. 39), a apresentação dos membros da sociedade como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Essa apresentação, no entanto, não foi "uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente. A sociedade moderna existe em sua atividade incessante de 'individualização', assim, como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada 'sociedade'".

Bauman (2001, p. 40/43) aponta, ainda, que a individualização consiste em transformar a "identidade" humana de um "dado" em uma "tarefa" e encarregar os agentes da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências de sua realização. "Na sociedade individualizada, os riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados".

Uma das conseqüências da individualização é que ela altera as bases da cidadania. Bauman (2001, p. 45), apoiado em Tocqueville, afirma que libertar as pessoas pode torná-las indiferentes, sendo o indivíduo o pior inimigo do cidadão.

> O "cidadão" é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à "causa comum", ao "bem comum", à boa sociedade ou à "sociedade justa". Qual é o sentido de "interesses comuns" senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses?

Assim, consideramos que o processo de identificação e de inserção comunitária buscado pelos segmentos de maior poder aquisitivo por meio do fechamento é baseado numa estratégia de separar, muito mais que de unir. De acordo com Bauman (2005, p. 85), os diferentes significados associados ao uso do termo 'identidade' contribuem para minar as bases do pensamento universalista. "As batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções incluentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir".

Dessa forma, a intenção daqueles que buscam esses refúgios comunitários em espaços físico e simbolicamente fechados, como o caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, está muito mais ligada ao desejo de manter os indesejáveis fora, do que conviver mais estreitamente com seus iguais. Para Bauman (2005, p. 65),

> O objetivo mais ampla e intensamente cobiçado é a escavação de trincheiras profundas, possivelmente instransponíveis, entre o "dentro" e o "fora" de

> uma localidade territorial ou categórica. Fora: tempestades, furacões, ventos congelantes, emboscadas na estrada e perigos por toda parte. Dentro: aconchego, cordialidade, *chez soi*, segurança, proteção. Já que, para manter o planeta inteiro seguro (de modo que não precisemos mais separar-nos do inóspito lado de fora) nos faltam (ou pelo menos acreditamos que nos faltem) ferramentas e matérias-primas adequadas, vamos construir, cercar e fortificar um espaço indubitavelmente nosso e de mais ninguém, um espaço em cujo interior possamos nos sentir como se fôssemos os únicos e incontestáveis mestres.

Assim, de acordo com Bauman (2003, p. 52), as "comunidades cercadas", pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que as pessoas que possuem dinheiro ou crédito compram para manter distância da "confusa intimidade" da vida comum da cidade são "comunidades" só no nome. "O que seus moradores estão dispostos a comprar pelo preço de um braço e de uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos".

Embora, como aponta Caldeira (2000, p. 262), a idéia de comunidade não seja um elemento evidenciado na justificação ideológica da produção dos loteamentos fechados no Brasil, o que acontece sempre nos empreendimentos americanos, não consideramos que os moradores brasileiros desprezem a idéia de comunidade, como afirma a autora.

Diante das entrevistas realizadas nos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que, mesmo que não haja uma evidenciação da idéia da comunidade como um atributo positivo, a ser agregado aos imóveis, nos discursos que elaboram os empreendedores imobiliários, o ideal de identidade e de pertencimento a uma "comunidade de iguais" faz parte da percepção que os entrevistados deixaram transparecer em suas opiniões sobre esses *habitats.* Dessa forma, podemos dizer que os aspectos ligados à formação de uma "comunidade de iguais", base para um processo de identificação social, está presente na construção simbólica dos loteamentos fechados ribeirinhos, ainda que não sejam "vendidos" *a priori*, como os demais símbolos associados a esses espaços, entre eles a segurança e o contato harmonioso com a Natureza.

Não ser um símbolo destacado nos materiais de propaganda como importante e como diferenciador desses espaços não significa que ele não entre na composição simbólica que fundamenta a percepção acerca dos loteamentos fechados ribeirinhos e que oriente as opções por um ou outro tipo de *habitat* que realizam seus proprietários. No caso estudado, observamos que embora não digam, de forma explícita, que se consideram fazendo parte de uma comunidade formada "por iguais", os entrevistados constantemente se esforçam para se diferenciar das demais pessoas, das pessoas "de fora", que em suas opiniões, são as causadoras de todos os problemas que ocorrem nos loteamentos.

A partir das entrevistas realizadas, constatamos que os entrevistados, quando perguntados não afirmam, explicitamente, que consideram a identificação social e a comunidade como fatores determinantes para a escolha dos loteamentos fechados ribeirinhos. No entanto, em vários comentários efetuados por eles, percebe-se essa identificação. Para um entrevistado residente na cidade de Birigui:

> *Aqui dentro do loteamento a gente pode ficar tranqüilo quanto a isso* (quanto às "qualidades" dos outros proprietários). *As pessoas aqui são boas, são de confiança. Eu nunca soube de nenhum problema que alguém daqui tenha causado. Para você ver, todos os desentendimentos, os problemas que às vezes acontecem aqui dentro são causados por gente de fora, gente pra quem o rancho foi emprestado, ou algum convidado que não conhece as regras do loteamento. Mas do resto, todo mundo se dá bem, então eu considero que as pessoas daqui são todas gente de bem.* (45 anos, bancário, proprietário de uma casa no loteamento Belvedere em Penápolis)
>
> *Eu não vejo problemas com as pessoas aqui de dentro não. Acho que a maior dificuldade é manter a privacidade, porque estamos tomos compartilhando os mesmos espaços. Mas isso é feito de uma forma tranqüila, sem muitos problemas. A gente aqui pode se considerar como privilegiados de podermos ter um lugar como esses. Não vou dizer que todos aqui se amem, mas nós temos as bases para uma convivência tranqüila. Às vezes, acontece alguma coisa que nos desagrada, mas são fatos passageiros, pequenos mesmo, que na maior parte das vezes não é culpa dos proprietários e sim dos visitantes. Os proprietários já conhecem as regras aqui e sabem respeitá-las para que a gente continue se dando bem.* (56 anos, médico, residente na cidade São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita)

Assim, esses depoimentos são exemplos que nos mostram a separação que é feita pelos entrevistados entre o "nós" – proprietários de ranchos nos loteamentos – e os de fora, os outros – pessoas que deveriam ficar fora dos muros. No primeiro exemplo, o entrevistado, ao afirmar que, dentro do loteamento, pode ficar tranqüilo quanto à boa índole dos demais proprietários, acaba realizando um processo de qualificação e diferenciação das pessoas que possuem casas nesse loteamento e os de fora, ou que deveriam estar fora – os convidados e pessoas pra quem os ranchos são emprestados. Dessa maneira, considera o loteamento como um reduto de pessoas boas, de "gente de bem", em quem se pode confiar.

Essa diferenciação entre os de dentro e os de fora fica evidenciada, quando aponta que todos os problemas do loteamento são resultantes das ações de pessoas que não possuem casas nesse empreendimento. No segundo exemplo, o entrevistado não encontra problemas em dividir os mesmos espaços com os demais proprietários, pois considera que eles têm uma base para a "convivência tranqüila". Todos os de dentro, conhecem e respeitam as regras de sociabilidade dentro do loteamento, assim, possíveis problemas que ocorrem dentro do loteamento são causados pelos visitantes, que não compartilham das mesmas regras.

Outro entrevistado ao falar da segurança do loteamento fechado ribeirinho aponta que "aqui, você p*ode curtir a família, a tranqüilidade, à vontade, sem preocupação, que não vai chegar qualquer um aqui e tentar te roubar, te seqüestrar. É muito melhor".* (50 anos, proprietário de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama e residente na cidade de São José do Rio Preto)

Na fala desse entrevistado, podemos perceber que considera as pessoas que possuem casas no mesmo loteamento que ele como diferentes das que não possuem. Ao dizer que, no loteamento não vai "chegar qualquer um", que poderá roubar e seqüestrar, o entrevistado qualifica os demais proprietários, como não sendo pessoas que oferecem perigo, elas são "alguém" e não se tratam de qualquer um.

Em outro momento da entrevista, ao comentar um furto que ocorreu no loteamento fechado ribeirinho em que possui sua casa, esse mesmo entrevistado afirmou:

> *Eu tenho certeza de que não foi ninguém daqui não. As pessoas daqui de dentro do loteamento não precisam disso. Por que alguém daqui ia roubar? Isso foi coisa de gente de fora, de gente que entrou aqui no loteamento, não foi gente daqui. Aqui todo mundo é do bem.*

Verificamos, assim, que o entrevistado reforça a idéia de que as pessoas de dentro do loteamento não precisam roubar, pois são todas "*gente de bem*", diferentemente das pessoas de fora do loteamento, que podem oferecer perigo.

Para uma entrevistada residente em Araçatuba,

> *É bom estar entre pessoas em que podemos confiar. Aqui dentro a gente não precisa ficar se preocupando, se um vizinho vai fazer alguma coisa, ou outra pessoa. É diferente, a gente sente mais segurança, não precisa ficar com medo de conhecer outra pessoa, porque a gente vem pra cá com os mesmos interesses. A gente compartilha o gosto pela natureza, pelo barulho dos passarinhos, mexer na terra, os peixes, é muito gostoso. E, você saber que está perto de outras pessoas que também gostam disso, é muito bom. A gente gosta muito daqui e das outras pessoas, não temos problemas com elas não. Aqui todo mundo sabe o seu lugar, ninguém invade o espaço de ninguém, ninguém incomoda ninguém, é uma maravilha.* (56 anos, aposentada, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica em Buritama)

Para essa entrevistada, estar entre pessoas em que se pode confiar traz uma sensação de segurança, visto que não precisa temer o relacionamento com as outras pessoas do loteamento. Os outros proprietários são percebidos como pessoas civilizadas, que sabem o seu lugar e que não incomodam ninguém. Considera, assim, que há uma homogeneidade entre eles que permite uma segurança nos relacionamentos, que não acontece na cidade aberta, em que a heterogeneidade é predominante, o que faz com que os relacionamentos sejam marcados pela imprevisibilidade. Sem ter o controle do acesso, as outras parcelas das cidades podem reservar "surpresas" desagradáveis para as pessoas, que podem conhecer e se relacionar com pessoas que se mostrarão inconvenientes.

De acordo com Bauman (2001, p. 116), os espaços auto-cercados são ambientes purificados. Nesses espaços, é oferecido o reconfortante sentimento de pertencer, de fazer parte de uma comunidade. A ausência de diferença, o sentimento de que "somos todos semelhantes", o suposto de que não é preciso negociar, pois temos a mesma intenção, é o significado mais profundo da idéia de comunidade e a causa última de sua atração.

> Podemos dizer que "comunidade" é uma versão compacta de estar junto, e de um tipo de estar junto que quase nunca ocorre na "vida real": um estar junto de pura semelhança, do tipo "nós que somos todos o mesmo"; um estar junto que por essa razão é não-problemático e não exige esforço ou vigilância, e está na verdade pré-determinado; um estar junto que não é uma tarefa, mas o "dado" e *dado* muito antes que o esforço de fazê-lo. (BAUMAN, 2001, p. 116-118, grifo do autor)

Essa questão da identificação entre os de dentro e a contraposição com os de fora, é recorrente nas entrevistas realizadas. Os entrevistados identificam os outros proprietários como pessoas boas e de confiança, associando todos os problemas, desde roubos até desentendimentos e brigas, com

pessoas de fora dos loteamentos fechados ribeirinhos, que não possuem casa nesses espaços. Assim, acabam emitindo um juízo de valor que qualifica as pessoas de dentro e desqualifica as de fora. A identificação das pessoas nesses loteamentos dá-se, portanto, pela constatação de que todas elas possuem o atributo de terem uma boa índole, de serem respeitáveis, de não oferecerem perigo, gerado apenas por aquelas pessoas que não deveriam adentrar os muros, por não possuírem as "qualidades" necessárias.

Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos são exemplos de espaços onde é produzida uma identificação comunitária para que as pessoas possam separar os de fora e ficar dentro dos muros com as pessoas que, supostamente, não lhes oferecem perigo. De acordo com Sennett,

> Imagens de solidariedade comunitária são forjadas para que os homens possam evitar lidar com outros homens... Por um ato de vontade, uma mentira se quiserem, o mito da solidariedade comunitária deu a essas pessoas modernas a possibilidade de ser covardes e esconder-se dos outros... A imagem da comunidade purificada de tudo o que pode implicar um sentimento de diferença, ou o conflito, a respeito de o que "nós" somos. Desse modo, o mito da solidariedade comunitária é um ritual de purificação. (SENNETT, *apud* Bauman, 2001, p. 117),

Outro fator levantado pelos entrevistados como elemento de identificação entre eles e os demais proprietários diz respeito à apreciação da pesca e da Natureza. Para os entrevistados, a união nesses espaços ocorre porque todos possuem gostos comuns, visto que todos desejam estar em contato mais direto com a Natureza ou realizar a pesca. Para eles, estar entre pessoas que apreciam os mesmos tipos de coisas gera uma sensação agradável, um sentimento de pertencimento, vindo do fato de que as outras pessoas do loteamento compartilham os mesmos interesses que elas. Destacamos sobre essa questão, os depoimentos de alguns entrevistados:

> *"Aqui dentro é tudo gente como a gente, que gosta de água, de tranqüilidade, de estar em um lugar bonito, calmo. Que gosta de descansar com a família e os amigos longe da agitação da cidade, que tem muito barulho, muita gente. Então, a gente se identifica".* (45 anos, professora, residente na cidade de Birigui proprietária de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama)

> *É claro que nós aqui dentro possuímos alguns gostos em comum. Isso facilita a sociabilidade, parece que dá a sensação de que somos parecidos, de que nos entendemos. Então, você fica à vontade para comentar alguma coisa de pesca com alguém que encontra no rio, de fazer um comentário sobre um passarinho, sobre uma planta. Aqui dentro a gente corre menos risco de dar uma "bola fora", porque sabemos onde pisamos.* (43 anos, vendedor, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Dessa forma, apontamos a presença de uma identificação no plano simbólico entre os proprietários, que se percebem como diferentes dos de fora - causadores de problemas - e iguais aos de dentro – gente de bem, que gosta da Natureza. Essa unidade, essa purificação das relações interpessoais buscada nas comunidades de iguais não é completa. Nesse sentido, Bauman (2001, p. 202) destaca que o "nós" significa pessoas como nós e "eles" significa pessoas que são diferentes de nós, no entanto, isso não significa que as pessoas consideradas como "nós" sejam idênticas entre si e que as pessoas consideradas como "eles" sejam totalmente diferentes de quem se inclui no "nós".

> Não que "nós" sejamos idênticos em tudo; há diferenças entre "nós", ao lado das características comuns, mas as semelhanças diminuem, tornam difuso e neutralizam seu impacto. O aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo que o que nos separa; significativo bastante para superar o impacto das diferenças quando se trata de tomar posição. E não que "eles" sejam diferentes em tudo, mas eles diferem em um aspecto que é mais importante que todos os outros, importante o bastante para impedir uma posição comum e tornar improvável a solidariedade genuína, independente das semelhanças que existam. É uma situação tipicamente ou/ou: as fronteiras que nos separam "deles" estão claramente traçadas e são fáceis de ver, uma vez que o certificado de "pertencer" só tem uma rubrica, e o formulário que aqueles que requerem uma carteira de identidade devem preencher contém só uma pergunta, que deve ser respondida "sim ou não".

Assim, nas comunidades de iguais contemporâneas, a identificação de diferenças e semelhanças, dos de "dentro" e dos de "fora" é feita mediante a seleção de variáveis que os segmentos de maior poder aquisitivo consideram como importantes. Diante das contradições existentes nas relações sociais, fazendo com que segmentos sociais distintos possuam, ao mesmo tempo, características iguais e diferentes, faz com que aqueles que estão no poder de escolher, definam sua identificação a partir do privilegiamento de características que os distinga dos segmentos mais pobres. Onde poderia haver solidariedades, se fossem consideradas as características comuns, são criadas barreiras, materiais e simbólicas, para ressaltar as diferenças.

Segundo Bauman (2005, p. 19), no processo de busca pela identificação na sociedade contemporânea, há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. Nos loteamentos fechados ribeirinhos, a construção da identificação entre os de dentro, serve para ressaltar as diferenças em relação aos de fora e, portanto, mostrar material e simbolicamente que esses empreendimentos são espaços para pessoas com qualidades específicas.

Identificamos dessa maneira, que os entrevistados consideram-se fazendo parte de um grupo que compartilha identidades e que pode ser considerado como uma "comunidade de iguais", em que todos os membros possuem características semelhantes, visto que pertencem a níveis socioeconômicos equivalentes e tem gostos em comum. Sendo assim, mesmo que não haja uma construção ideológica por parte dos empreendedores imobiliários no sentido de valorizar o ideal de comunidade; e que os entrevistados não tenham dito explicitamente que buscavam fazer parte de uma comunidade, ao buscarem os loteamentos fechados ribeirinhos, percebemos que eles dão importância para estar entre pessoas consideradas como iguais: pela confiança que sentem em relação aos seus "iguais", porque os consideram "civilizados" e porque todos eles gostam da Natureza.

Não estamos considerando aqui comunidade como sendo o círculo aconchegante, em que há um entendimento compartilhado e natural. Segundo Bauman (2003, p. 9/17), as comunidades contemporâneas são comunidades buscadas, construídas, visto que constituem um "mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas que gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir". Comunidade, atualmente, é o mesmo que o paraíso perdido, para o qual esperamos intensamente

retornar. Dessa maneira, consideramos comunidade no sentido contemporâneo, como uma produção intencional, com a unidade sendo dada a partir de acordos pré-estabelecidos.

Dessa forma, observamos nos loteamentos fechados ribeirinhos uma tentativa de construção de uma comunidade – constituída por iguais – em que, supostamente, ninguém é estranho e ninguém oferece perigo. Nesse tipo de comunidade, o que é buscado é a homogeneidade e a previsibilidade. Todos que são considerados como diferentes – como não tendo os atributos para merecerem estar dentro dos muros – são deixados de fora e associados com a geração de problemas e perigo.

Sendo assim, o que os muros construídos em torno dos loteamentos fechados ribeirinhos nos revelam é que, nesses espaços, busca-se o conforto gerado pelas relações previsíveis, que negam o convívio entre a alteridade. Segundo Bauman (2003, p. 61), as novas "comunidades dos sonhos", empreendidas pelas elites, para que sintam que pertencem a alguma coisa, é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas.

> É uma "comunidade" de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do mesmo – que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada, parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuíssem. Quando monotonamente reiteradas pelas pessoas que estão em volta, as escolhas perdem muito de suas idiossincrasias e deixam de parecer aleatórias, duvidosas ou arriscadas: a tranqüilizadora solidez de que sentiriam falta se fossem os únicos a escolher é fornecida pelo peso impositivo da massa. (BAUMAN, 2003, p. 61)

Desse modo, consideramos que o que os consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos querem respaldar coletivamente, é a possibilidade de desfrutarem de seus momentos de lazer em espaços homogêneos, longe dos segmentos sociais indesejados. Assim, percebemos que nesse caso, o fechamento refere-se muito mais a uma necessidade produzida simbolicamente para tentar amenizar as práticas de segregação que essa prática contém.

Assim, a comunidade e a identificação social oferecidas pelos loteamentos fechados ribeirinhos são realizadas mediante o consumo desses espaços e dos símbolos associados a esses espaços. De acordo com Bauman (2003, p. 98), atualmente somos consumidores numa sociedade de consumo.

> A sociedade de consumo é a sociedade do mercado. Todos estamos dentro e no mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias. Não admira que o uso/consumo das relações humanas, e assim, por procuração, também de nossas identidades (nós nos identificamos em referência a pessoas com as quais nos relacionamos), se emparelhe, e rapidamente, com o padrão de uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluos.

Assim, diante do crescente papel que o consumo adquire nas nossas vidas, influenciando em nossas escolhas espaciais e nas nossas relações pessoais, as identidades e a inserção comunitária podem ser adquiridas mediante a compra de mercadorias e seus símbolos embutidos, e trocadas constantemente, de acordo com o surgimento de padrões mais sedutores. Dessa forma, como a aquisição de um carro, as identidades e a comunidade são mercadorias compradas, descartadas, valorizadas, seguindo a "moda" ditada pelo consumo. Portanto, como destaca Bauman (2003, p. 68), os laços e as identidades produzidas nas comunidades-cabide são transitórias e, nelas, está

sempre implícito o fato de que podem ser trocadas a qualquer momento, por outras mais atraentes.

Segundo Baudrillard (1995, p. 22), vivemos em uma sociedade em que o consumo invade a vida das pessoas, num processo em que as relações sociais, juntamente com as satisfações pessoais passam a ser definidas por meio dele. Para o autor, o consumo é estruturado como uma linguagem, na qual não se trata mais da apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços, mas da lógica da produção e manipulação dos significantes sociais. Segundo ele,

> (...) nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal, quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior. (BAUDRILLARD, 1995, p. 60)

Nesse sentido, Gorender, destaca que,

> A sociedade capitalista se apresenta como sociedade do espetáculo, tal qual definiu Debord. Importa mais do que tudo a imagem, a aparência, a exibição. A ostentação do consumo vale mais que o próprio consumo. O reino do capital fictício atinge o máximo de amplitude ao exigir que a vida se torne ficção de vida. A alienação do ser toma o lugar do próprio ser. A aparência se impõe por cima da existência. Parecer é mais importante do que ser. (GORENDER, 1999, p. 125)

Dessa forma, por meio do consumo, que em nossa sociedade é baseado na ostentação e nas aparências, podemos ter a constituição de identidades e da sensação de pertencimento à comunidades, que são antes de mais nada, fruto de construções simbólicas e do fechamento material no intuito de ressaltar a diferenciação das pessoas por seus gostos e seu poder aquisitivo. Sendo assim, o consumo material e simbólico das mercadorias, incluídas aí, os loteamentos fechados ribeirinhos, se dá por meio do consumo das imagens associadas a elas, capazes de diferenciar seus consumidores das demais pessoas, comunicando aos "outros" que, entre eles, existe uma distinção.

Como as identidades são produzidas a partir das pessoas com as quais nos relacionamos e das mercadorias que consumimos, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços propícios para a conotação de *status* e diferenciação social aos seus consumidores. São empreendimentos que além de serem distintivos por serem exclusivos, não acessíveis a todos, oferecem a possibilidade de relacionamento entre pessoas que simbolicamente possuem o mesmo nível, as mesmas qualidades, fato que reforça o *status* das identidades criadas nesses ambientes, visto que reforçam o capital social de seus consumidores.

De acordo com Bourdieu (1998, p. 67), o capital social refere-se à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns – passíveis de serem percebidas pelo observador – mas também, unidos por ligações permanentes e úteis. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que eles não são espaços que oferecem redes de relacionamento fortes e duradouras, mas consideramos que as vinculações das pessoas, mesmo que frágeis e simbólicas, nesses espaços, são capazes de contribuir com o aumento do capital social, ao

passo que esses espaços e a potencialidade das relações homogêneas que possibilitam, atestam e tornam visíveis as posições sociais de seus freqüentadores e deixam explícita a concepção de estilo de vida que querem passar.

Assim, mesmo que o capital social gerado a partir da vinculação de pessoas a um mesmo grupo, nos loteamentos fechados ribeirinhos, não seja advindo dos contatos, das trocas e das influências objetivas que as pessoas do grupo podem se oferecer, o fato de compartilharem o mesmo espaço, os conecta no plano simbólico, dando às pessoas do grupo a capacidade de reverterem em vantagens pessoais, a distinção e o *status* que esses espaços e que as pessoas que os consomem oferecem. Nesse sentido, destacamos o depoimento de uma entrevistada que aponta a valorização do empreendimento em que possui um rancho, em razão de que pessoas consideradas como "*importantes*", adquiriram lotes nesse loteamento.

> *"Olha, para mim, eu vejo vantagens sim, nas pessoas daqui terem um certo nível. O condomínio valoriza, dá a impressão de ser mais bem freqüentado, então, o preço dos lotes aumenta e o condomínio passa a ser visto como melhor. Então, aqui no nosso condomínio a gente tem médicos, advogados, até um juiz veio olhar uma casa aqui, mas não sei se ele comprou. Então, a presença de pessoas importantes dá uma valorizada, passa a impressão de um ambiente mais requintado.*

Essa entrevistada percebe a presença de pessoas com profissões consideradas como portadoras de *status* no loteamento fechado ribeirinho como um fator de valorização material dos preços dos lotes e de uma valorização simbólica no sentido de que o loteamento passa a ser visto como um ambiente "*mais requintado*". Temos assim, um exemplo de que mesmo as pessoas não estabelecendo laços efetivos dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, elas podem fazer uso do capital social gerado a partir do compartilhamento desses espaços por pessoas de nível social considerável.

De acordo com Bourdieu (1998, 166),

> O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos (capitais) necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.

O consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos agrega valor ao capital social de seus consumidores, servindo para que as pessoas possam exibir seus gostos e seus estilos de vida, identificando-se com pessoas e com espaços carregados de prestígio. Dessa maneira, numa sociedade que privilegia o consumo de símbolos, a identidade e a comunidade passam a ser produzidas e apropriadas num simulacro. Na busca pela identificação, as pessoas produzem suas identidades por meio do consumo – material e simbólico – aproximando-se de pessoas que podem comprar os mesmos bens que elas, dessa forma, separam-se dos outros – aqueles que não compartilham das mesmas mercadorias e símbolos.

As comunidades e as identidades produzidas a partir do consumo possuem como característica a fragilidade. Como o sistema capitalista reproduz-se, a partir da criação incessante de novas "necessidades" e novas mercadorias, os produtos e as imagens valorizadas pelo mercado estão em constante transformação. Assim, as identidades e as comunidades de iguais são altamente cambiáveis, visto que são produzidas sobre bases frágeis.

No caso do consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos e a aquisição de uma percepção de comunidade de iguais, baseada num processo de identificação social entre os proprietários de casas nesses espaços, constatamos que a fragilidade dos laços estabelecidos é mais intensa. Além da fragilidade advinda do fato de que esses elementos são adquiridos pelo consumo, temos a questão de que os loteamentos fechados ribeirinhos não são espaços de apropriação cotidiana, o que reduz ainda mais, a possibilidade do estabelecimento de vínculos sociais mais duradouros.

Constatamos que a apropriação desses espaços que unem, mesmo que incompletamente, os proprietários de casas nesses empreendimentos, num círculo simulacional de comunidade, é feita não no sentido do estabelecimento de relações entre os iguais e sim, na negação do relacionamento com os diferentes.

Nesse processo de simulação que resulta na produção das frágeis comunidades de iguais em empreendimentos fechados, temos também, a simulação das justificativas que atestam a necessidade do fechamento desses espaços. Sendo assim, de acordo com Bauman (2003, p. 106), as pessoas que buscam o confinamento espacial e o fechamento social, são zelosos na justificação de seus investimentos, "pintando a selva do lado de fora dos portões com cores mais carregadas". No entanto, as pessoas descobrem que quanto mais seguras se sentem dentro dos muros, menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais coragem se faz necessária para aventurar-se, além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança.

Como constatamos, as comunidades de iguais estabelecidas nos loteamentos fechados ribeirinhos são constituídas a partir da produção de barreiras físicas e materiais que ressaltam algumas diferenças, escolhidas e manipuladas, entre os que ficam dentro e os que ficam fora dos muros desses empreendimentos. Dessa maneira, essa prática vai ao encontro do que destaca Hall (2003, p. 92), ao afirmar que, na atualidade, existem fortes tentativas de se construírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o "fechamento", frente ao hibridismo e à diversidade. Nesse sentido, quanto mais as diferenças se acirram, mais a inabilidade de lidar com elas faz com que atitudes como o fechamento sejam tomadas, para que certos segmentos não tenham que conviver, nem mesmo dividir, os mesmos espaços com os segmentos sociais considerados como diferentes, nesse caso, os mais pobres.

Dessa diferenciação entre os segmentos mais ricos, os que estão dentro, e os mais pobres, os de fora, decorrem algumas questões que mostram que essas atitudes individualistas, como o fechamento, somente contornam e escondem os problemas sociais, bem como, em muitos casos, agudizam as diferenças, transformando-as em desigualdades.

Sobre essa questão, destacamos a afirmação de Bauman (2005, p. 44), para quem,

> (...) a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm o direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...

Dessa forma, concebemos que precisamos atentar para a outra face do processo de fechamento. Enquanto que, para os segmentos de maior poder aquisitivo, aos de dentro, são oferecidas, por meio do consumo, todas as comodidades, as facilidades, possibilidades de felicidade e os bens considerados raros na atualidade, como a segurança e a Natureza, os de fora ficam excluídos desse processo e suas necessidades nem sempre são atendidas.

Assim, a possibilidade de constituição das identidades sociais na modernidade líquida é variada, com a apresentação constante de diferentes modelos, disponíveis, no modo como se constituem no período atual, para as pessoas totalmente incluídas nas atividades de consumo. Aos segmentos de menor poder aquisitivo, não é dado o direito de possuir ou de transitar, pelas várias identidades disponíveis para os setores mais privilegiados. Fazemos essa afirmação, não porque acreditamos que os segmentos de menor poder aquisitivo não tenham suas próprias identidades, mas porque na maior parte das vezes, essas identidades não correspondem àquelas reconhecidas pelos setores dominantes, decorrentes dos valores estabelecidos no âmbito do consumo.

De acordo com Bourdieu (1996, p. 144), cada campo – econômico, social, cultural, artístico – possui conjuntos específicos de símbolos responsáveis por formar os *habitus* correspondentes. Cada campo possui também, uma estrutura de percepção e de ação próprias. Assim, pessoas dos segmentos de maior poder aquisitivo possuem esquemas classificatórios e perceptivos próprios. Ao olharem o mundo e as pessoas desse mundo, a partir de seus próprios pontos de vista, não reconhecem, ou não compreendem, os sistemas de identificação e de ação dos segmentos menos privilegiados. Assim, utilizam seus próprios parâmetros para identificar, estigmatizando, os setores de menor poder aquisitivo.

De acordo com Bauman (2005, p. 45), há pessoas a quem é negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação que lhes é atribuída e imposta. Dessa maneira, certos segmentos ficam exilados do direito de pleitearem e de verem respeitadas suas próprias identidades.

> Se você foi destinado à subclasse (porque abandou a escola, é mão solteira vivendo da previdência social, viciado ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter, lhe é negada *a priori.* O significado da "identidade da subclasse" é a *ausência de identidade*, a abolição ou negação da

> individualidade, do "rosto" – esse objeto do dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas. (BAUMAN, 2005, p. 46)

Dessa maneira, consideramos que a diferenciação simbólica empreendida nos loteamentos fechados ribeirinhos não pode ser entendida como a materialização das diferenças sociais existentes "naturalmente" na sociedade contemporânea. A identificação social e a inserção em um círculo comunitário formado por iguais, negados aos segmentos menos privilegiados, são resultado de construções e de escolhas simbólicas realizadas pelos setores dominantes.

De acordo com Debord (2002), o espetáculo que perpassa a vida das sociedades contemporâneas, ou melhor, que constitui suas relações socioespaciais, é fruto de sua própria construção, pois ele mesmo cria suas próprias regras. Para o espetáculo, a separação, é segundo o autor, "o alfa e o ômega". Tanto a separação entre os segmentos sociais, a separação do trabalhador em relação àquilo que produz e a institucionalização da divisão do trabalho são exemplos das separações empreendidas no âmbito da sociedade do espetáculo. Essas separações vão resultar na perda da unidade do mundo.

> O sistema econômico baseado no isolamento é uma *produção circular de isolamento*. O isolamento fundamenta a técnica e, em retorno, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os *bens selecionados* pelo sistema espetacular são também as suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das "multidões solitárias". O espetáculo reencontra cada vez mais concretamente os seus próprios pressupostos. (DEBORD, 2002, p. 35)

Assim, podemos considerar que as separações sociais que se instauram em empreendimentos como os loteamentos fechados ribeirinhos são separações produzidas no âmbito do espetáculo. Segundo Debord (2002, p. 35), no espetáculo, "uma parte do mundo *representa-se perante* o mundo, e é-lhe superior. O espetáculo não é mais do que a linguagem comum dessa separação. O que une os espectadores não é mais do que uma relação irreversível com o próprio centro que mantém seu isolamento. O espetáculo reúne o separado, mas reúne-o *enquanto separado*".

Dessa forma, as pessoas dos diferentes segmentos sociais são unidas, pois todas participam do espetáculo, mas essa união é feita ressaltando as separações que existem entre eles. Podemos dizer que os papéis que lhes são destinados no espetáculo são diferentes, e que os símbolos selecionados como os hegemônicos na sociedade espetacular são símbolos que reforçam o conteúdo segmentado da sociedade.

Dessa forma, a estratégia de fechamento, realizada no âmbito da sociedade de consumo espetacular, evidencia a necessidade que os segmentos de maior poder aquisitivo possuem de ressaltar suas distinções. No entanto, consideramos que temos na atualidade uma estandardização do consumo, num processo em que os símbolos estão disponíveis para todos, mas sua apropriação está restrita àqueles que tiverem condições financeiras para pagar. Sendo assim, muitas vezes, os padrões de consumo incutidos no imaginário dos diferentes segmentos sociais são os mesmos, o que se diferenciam são os meios materiais para que esse consumo se realize.

De acordo com Bauman,

> Numa sociedade sinóptica de viciados em comprar/assistir, os pobres não podem desviar os olhos; não há mais para onde olhar. Quanto maior a liberdade na tela e quanto mais sedutoras as tentações que emanam das vitrines, e mais profundo o sentimento da realidade empobrecida, tanto mais irresistível se torna o desejo de experimentar, ainda que por um momento fugaz, o êxtase da escolha. Quanto mais escolha parecem ter os ricos, tanto mais a vida sem escolhas parece insuportável para todos. (BAUMAN, 2001, p. 104)

Nesse sentido, não é somente aos segmentos de maior poder aquisitivo que são oferecidos os símbolos tentadores da sociedade de consumo. Não são só os segmentos mais privilegiados que desejam o carro mais moderno, a roupa da moda, o celular mais tecnológico, habitar em lugares fechados e de *status*.

Dessa forma, ao entrevistar pessoas dos segmentos com menor poder aquisitivo das cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos e que não possuem casas nesses empreendimentos, constatamos que eles aprovam o fechamento desses espaços e que desejariam, se tivessem as condições financeiras, consumir esses loteamentos. Assim, esses entrevistados mostraram uma imagem positiva desses empreendimentos, com o fechamento sendo considerado como uma prática legítima e invejável. Os entrevistados mostraram, também, que aprovam outras estratégias de manutenção da exclusividade e da homogeneidade social estabelecidas pelos segmentos de maior renda, como os shopping centers.

Ao idealizarem esses tipos de atitudes adotadas pelos segmentos de maior poder aquisitivo, os entrevistados revelam não perceberem o caráter intrínseco de segregação socioespacial presente nessas atitudes, apesar de notarem diferenças no que diz respeito ao poder aquisitivo dos diferentes extratos sociais, visto que não consideram que esses espaços fechados sejam para eles. Por exemplo, uma entrevistada residente na cidade de Buritama afirmou:

> *Eu fui poucas vezes em shopping. Só lá em Araçatuba porque fica perto da rodoviária e quando a gente precisa ir fazer alguma coisa lá, compras, pagar alguma conta, ir na Santa Casa, a gente aproveita e dá uma passada lá pra ver as lojas, as pessoas. É tudo muito bonito, arrumadinho, a gente se sente bem, se sente até rico. Só não dá pra comprar nada, é tudo caro, a única coisa que eu já comprei lá foi sorvete. Mais nada. (...) eu gostaria de ir mais vezes sim, passear, mas é difícil, precisava ter um pouco mais de dinheiro, se não só passa vontade. Nossa, minha filha fica querendo um monte de coisas. Então, é melhor não ir. Mas é gostoso, é bom sim.* (56 anos, comerciante)

Pela fala da entrevistada, vemos que ela considera o *shopping* como uma coisa boa, gostosa de passear. Não tem nenhum sentimento negativo em relação a esse tipo de empreendimento, embora perceba que não é um espaço voltado para pessoas de seu poder aquisitivo, visto que lá as coisas são caras e ela precisaria ter mais dinheiro para freqüentá-lo mais vezes. Esses espaços acabam gerando um sentimento de projeção simbólica, no sentido de que, nas vezes em que as pessoas de menor poder aquisitivo entram em contato com eles, sentem-se mais próximos das pessoas de maior poder aquisitivo. Dessa forma, nossos entrevistados não demonstraram um posicionamento crítico em relação a esses tipos de espaços, encarando-os como espaços

diferenciados, destinados a pessoas de outro nível social, mas desejam poder também se apropriar deles.

Outra entrevistada, pertencente ao segmento de menor poder aquisitivo, residente na cidade de Penápolis diz:

> *Bom, eu não conheço muito bem o Belvedere [*nome do loteamento implantado na cidade], *não. Só de passagem, a gente vê na estrada. Mas eu nunca entrei lá não. Só gente rica tem casa lá, né. Porque para a gente é difícil ter uma casa na cidade, já pensou ter outra na beira do rio? Eu não tenho casa, moro de aluguel, precisaria ter muito dinheiro para ter duas casas. Não tenho condições não. Nem conheço ninguém que tem esse dinheiro não. Mas seria muito bom, eu gostaria. Já pensou, eu todo fim de semana indo para o rancho, descansando. No final de semana, eu tenho é que trabalhar. Mas deve ser muito gostoso.* (51 anos, frentista)

Quando questionados quanto ao caráter fechado desses empreendimentos, os entrevistados deram respostas como:

> *É bom, não é? É mais seguro para eles. Seria bom se todo mundo pudesse morar em condomínio fechado. Aí a gente podia ficar mais tranqüilo, porque é mais seguro, é melhor.* (44 anos, professora, residente na cidade de Penápolis)

> *Eu não acho que tenha alguma coisa ruim, não. É o direito deles. Se eles têm dinheiro para contratar segurança, para ter portaria, é melhor para eles. Quem, se tivesse dinheiro, não ia querer proteger sua família, suas coisas? Eu queria.* (46 anos, tratorista, residente na cidade de Zacarias)

Podemos observar, assim, que a prática do fechamento e do acesso controlado aos espaços é tida como positiva, como uma vantagem que os mais ricos possuem em relação aos mais pobres, que não dispõem de dinheiro para gastar com a segurança, motivo ao qual associaram o fechamento os segmentos de menor poder aquisitivo quando entrevistados. Todos os entrevistados pertencentes aos segmentos menos privilegiados demonstraram desejo de poder viver ou ter uma segunda residência em um loteamento fechado se possuíssem situação financeira favorável. Nenhum deles demonstrou alguma percepção negativa em relação aos loteamentos ribeirinhos, mas reconheceram que esses espaços não são destinados a eles.

Dessa maneira, podemos concluir que os loteamentos fechados ribeirinhos cumprem sua função de distinguir os diferentes segmentos sociais no sentido de que criam no imaginário da sociedade a idéia de que esses espaços são destinados a segmentos exclusivos. Assim, os segmentos de menor poder aquisitivo reconhecem a separação entre os de "dentro" e os de "fora", ao reforçarem a idéia de que esses espaços não são produzidos para serem apropriados por eles. No entanto, como a difusão dos padrões de consumo não atinge apenas àqueles que podem efetivamente consumir, os segmentos menos privilegiados mostram que aprovam e que também desejam os mesmos produtos que os mais ricos.

Nesse sentido, não podemos realizar uma leitura maniqueísta da tendência à busca por fechamento e diferenciação social, considerando que os setores mais privilegiados são os "ruins" ou os únicos que valorizam a distinção social, porque desejam se diferenciar e consumir produtos portadores de status. Os segmentos menos privilegiados também mostram o desejo de se

diferenciarem e de consumirem produtos exclusivos, sendo que os entrevistados que estão fora dos muros dos loteamentos fechados ribeirinhos demonstraram que se tivessem condições favoráveis, também iriam querer ter um rancho no loteamento fechado.

Consideramos, assim, que os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços que possibilitam a produção de identificações sociais e de um sentimento de inserção comunitária baseados na separação física e simbólica dos segmentos de menor poder aquisitivo. Esses espaços correspondem, assim, ao sentido contemporâneo que a palavra comunidade possui para os segmentos de maior padrão aquisitivo.

Bauman (2003, p. 60), destaca que os segmentos de maior poder aquisitivo realizam atitudes que eliminam a comunidade, "entendida como um lugar de compartilhamento do bem-estar conjuntamente conseguido; como uma espécie de união que supõe a responsabilidade dos ricos e dá substância às esperanças dos pobres de que essa responsabilidade será assumida". Mas,

> Isso não quer dizer que a "comunidade" esteja ausente do vocabulário da elite global, nem que, se mencionada, seja negada e censurada. É só que a "comunidade" da *Lebenswelt* da elite global é muito diferente daquela outra "comunidade" dos fracos e despossuídos. Em cada uma das duas linguagens em que aparece, a das elites globais e a dos deixados para trás, a noção de "comunidade" corresponde à experiências inteiramente diferentes e a aspirações contrastantes. (BAUMAN, 2003, p. 60)

Dessa forma, não queremos afirmar em nosso trabalho, que as comunidades de iguais estabelecidas no interior dos espaços fechados, destinadas para as elites sejam a única concepção de comunidade que temos na atualidade. Mas que esse tipo de comunidade que pressupõe a homogeneidade tem sido muito valorizado pelos segmentos sociais com maior padrão de vida.

No caso dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, também existem processos de diferenciação, identificação e construções comunitárias, mas esses processos possuem conteúdos diferentes e, muitas vezes, têm objetivos antagônicos dos processos empreendidos pelas elites. Não nos cabe, no âmbito dos objetivos desse trabalho, discutir aprofundadamente as formas e os conteúdos das comunidades produzidas pelos segmentos de menor poder aquisitivo, mas faremos uma breve exemplificação para que não corramos o risco de idealizar as comunidades dos segmentos mais pobres em relação às comunidades dos mais ricos.

De acordo com Zaluar (1998, p. 211), as comunidades integradas pelos segmentos menos privilegiados também podem gerar segmentações. Analisando o caso da construção de uma noção específica de comunidade nas favelas cariocas, implementada sob a influência da Igreja Católica, a autora destaca que, "em conseqüência da prioridade dada às identidades locais e grupais, ela reforçou a segmentação da população e diminuiu os compromissos com os interesses, demandas e estratégias gerais e públicos". A autora destaca que essa comunidade integrada pelos segmentos mais pobres com o objetivo de conjuntamente resolverem os problemas locais, tem o significado de:

> (...) grupos locais e circunscritos, com a referência geral aos pobres como aqueles que deveriam congregar-se para resolver seus problemas por si mesmos, enquanto esperam pela justiça final na Terra. Como pobres, são aqueles a quem falta habitação, saúde, educação, emprego, bons salários, ou seja, serviços e políticas públicas do Estado, os primeiros serviços atendidos localmente. De fato, embora explicitamente oposta ao clientelismo, e ao egoísmo de grupos particulares, essa ideologia comunitária acabou reforçando o localismo, sem romper, pelo menos como possibilidade de solução para os problemas locais, totalmente com o clientelismo. (ZALUAR, 2004, p. 52)

Dessa maneira, esse tipo de comunidade dos segmentos menos privilegiados também é baseado em ideais segmentários, segundo o qual cada grupo deve ser responsável por atender suas próprias demandas, sem a construção de algum tipo de ideal coletivo. Assim, a união, nessas comunidades, apesar de ter motivações diferenciadas daquelas que são produzidas pelos segmentos de maior renda, também estão baseadas na separação e no individualismo.

Depois de termos identificado que os loteamentos fechados ribeirinhos oferecem aos seus consumidores um processo de identificação e de inserção em uma comunidade de iguais, mesmo que esses valores não estejam vinculados explicitamente, *a priori*, nesses empreendimentos, realizaremos uma análise mais aprofundada sobre os conteúdos dessa identificação e desse relacionamento comunitário, que os entrevistados deixam transparecer em seus discursos, como se fossem harmônicos e portadores apenas de qualidades positivas.

5.2. – A simulação da comunidade de iguais e da identidade: atitudes segregacionistas e de distinção social nos loteamentos fechados ribeirinhos

De acordo com Bauman (2003, p. 9), temos, em contraposição à comunidade imaginada que produz uma sensação de aconchego, a comunidade que poderá potencialmente ser colocada em prática: "uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e (em nome de todo bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo que ficar aquém de tal lealdade como um ato imperdoável de traição".

Dessa forma, a comunidade, na atualidade, só poderá ser alcançada por meio de acordos e de uma rigorosa obediência, o que já afasta dessa comunidade real a idéia de aconchego presente na comunidade idealizada. Assim, para se obter as vantagens que estar em comunidade pode trazer, temos que nos sujeitar a certas regras, como destaca o autor:

> Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale em línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (BAUMAN, 2003, p. 10)

Sendo assim, fazer parte de uma comunidade, atualmente, não tem nada de natural ou espontâneo. É uma busca que só poderá ser alcançada a partir do cumprimento de várias regras e acordos. A partir da realização das entrevistas e das observações em campo, verificamos que, embora a dimensão da identificação e da "comunidade de iguais" esteja presente na percepção das pessoas entrevistadas, essa comunidade não se realiza efetivamente, a não ser como simulação.

As pessoas dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos não convivem como em uma comunidade, porque não estabelecem relações estreitas entre si. A sensação de tranqüilidade advinda do fato de estarem entre semelhantes é garantida com a constatação do pertencimento a um mesmo nível socioeconômico e do compartilhamento de certos interesses. Mas essa tranqüilidade gerada pela homogeneidade das pessoas não vem acompanhada de um número significativo de relacionamentos entre elas. Elas se sentem bem por saberem que podem se relacionar sem preocupações com as outras pessoas do loteamento, porém, não sentem a necessidade de se relacionarem efetivamente com elas. A segurança e a tranqüilidade ficam, assim, ligadas à potencialidade do convívio.

Retomando a fala da entrevistada a qual afirma que, dentro do loteamento, *"é tudo gente como a gente"* e que *"a gente se identifica"*, podemos observar essa visão. Ao ser perguntada sobre as pessoas com quem mantinha relacionamentos dentro do loteamento ela respondeu:

> *Olha, eu conheço os meus vizinhos aqui do lado. Conheço assim, a gente se cumprimenta, fala da pescaria, só isso. A gente não tem amigos aqui dentro, só fala bom dia, boa tarde, agora, fazer alguma coisa juntos a gente não faz não. É porque a gente sempre vem em família ou traz os nossos amigos de fora. Acho que é isso que dificulta a gente conhecer as outras pessoas daqui. Mas são todos gente boa.* (45 anos, professora, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama)

A partir dessa fala, podemos constatar que a identificação não implica em relacionamento. A entrevistada reitera que as pessoas de dentro do loteamento são "*todos gente boa*", mas revela que não estabelece contatos estreitos com nenhuma delas. As relações são apenas de cordialidade. Sendo assim, que tipo de comunidade é essa, em que seus membros desejam apenas a proximidade e não a convivência?

Destacamos a seguir, mais alguns depoimentos que apontam nesse sentido:

> *A gente se conhece, às vezes nos encontramos na cidade, nos cumprimentamos, perguntamos do rancho, se está tudo bem. Então temos um ambiente que permite que a gente quando encontra a pessoa, reconheça que ela é do loteamento. Isso dá uma sensação agradável. Mas tudo fica por aí. Nós não saímos juntos, quando não estamos no rancho e quando a gente está lá, temos algumas conversas casuais, mas não posso dizer que tenhamos amigos lá. As relações são mais superficiais, mas quem sabe se com o tempo a gente não melhora isso.* (45 anos, dentista, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere)

> *Eu sei que as pessoas aqui se dão bem, mas não é uma relação de amizade, de você ir na casa do outro, de almoçar junto, essas coisas. A gente conversa quando a gente se encontra, troca algumas palavras e só. Mas por exemplo, eu tenho amigos aqui dentro, só que eu já os conhecia antes, então são amizades lá de fora. A gente não virou amigo de ninguém aqui dentro. Mas não sei se isso é geral, ou se é um caso*

> *específico da minha família.* (43 anos, farmacêutico, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara)
>
> *Nós somos conhecidos, pessoas que sabem quem as outras são e só. Mas quando a gente vem pra cá, a gente já vem preparado, vamos dizer assim. Ninguém vai passar um final de semana no rancho sozinho. Até tem as pessoas que querem descansar a cabeça e vem. Mas geralmente as pessoas vêm com os amigos, com a família, forma uma turma. Assim, você não procura outros relacionamentos. Mas temos boas relações.* (48 anos, empresária, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Orla Um)

Podemos inferir, assim, que os proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos entrevistados, não desejam adquirir com essa comunidade um círculo de amizades, de compartilhamento de atividades, mesmo possuindo gostos comuns. Não procuram trocar experiências uns com outros. Sentem-se satisfeitos apenas de saber que podem confiar nas outras pessoas que se encontram dentro do loteamento.

Esse fato faz com que tenhamos ratificada a idéia de que o tipo de comunidade buscada nos loteamentos fechados ribeirinhos seja a definida por Bauman (2003, p. 21) como "comunidade-cabide", em que as pessoas buscam exorcizar coletivamente suas ansiedades experimentadas individualmente.

> Essa técnica de construção só pode criar "comunidades" tão frágeis e transitórias como emoções esparsas e fugidias, saltando erraticamente de um objetivo a outro na busca sempre inconclusiva de um porto seguro: comunidade de temores, ansiedades e ódios compartilhados – mas em cada caso comunidades "cabide", reuniões momentâneas em que muitos indivíduos solitários penduram seus solitários medos individuais. (BAUMAN, 2001, p. 47)

Nesse sentido, o símbolo de "comunidade de iguais", que é percebido pelos entrevistados como atributo dos loteamentos fechados ribeirinhos, esconde o que na verdade buscam. Não querem, como já afirmamos, relacionar-se com pessoas que consideram iguais, querem, antes de tudo, ficar longe das que consideram diferentes. Assim, os muros e o controle do acesso não servem para demarcar um território em que os relacionamentos podem ocorrer tranquilamente. Demarcam espacialmente a fronteira que existe entre os diferentes estratos sociais, ou seja, delimitam fisicamente o espaço dos mais ricos – dentro – e o espaço dos mais pobres – fora.

Nesse caso, observamos que a construção dessa "comunidade de iguais" é resultado de uma ação segregacionista, que pretende deixar de fora o diferente que, nessa situação, são os segmentos mais pobres da sociedade. A homogeneidade da comunidade é dada, principalmente, pelo fator econômico, visto que os proprietários se consideram iguais por possuírem o mesmo poder aquisitivo e se separam dos outros por meio de barreiras físicas, com grande componente simbólico.

Sua identificação serve, assim, como uma justificativa para segregarem os outros. Ao se unirem coletivamente, os "iguais" respaldam suas intenções de deixar de fora os "outros", visto que não desejam com sua união criar um espaço de proximidade, de convívio entre pessoas com interesses comuns, e sim um espaço em que não precisem se preocupar com a presença dos mais pobres. O símbolo de comunidade e de identidade é utilizado, assim, não com a intenção de impor uma

fronteira que ofereça relações confortáveis para os de dentro, mas, sobretudo, que deixe os diferentes de fora. É uma comunidade baseada na proteção de interesses comuns, sendo o principal deles, a demarcação da posição social dos proprietários.

Esse caráter dos loteamentos fechados ribeirinhos fica claro, quando analisamos a fala da secretária da associação de proprietários do loteamento Lago Azul localizado no município de Buritama, quando justificou a negação de nossa entrada no loteamento para a realização das entrevistas: *Olha, eu não vou poder deixar você entrar porque as pessoas pagam justamente para não serem incomodadas. Está no regimento. Elas querem tranqüilidade, não querem ninguém indesejado batendo nas suas portas. É um direito delas.*

Vemos, assim, que o fechamento permite que as pessoas não sejam incomodadas por pessoas indesejadas. No grupo dessas pessoas indesejadas, podemos incluir os vendedores, os mendicantes, os pesquisadores tentando realizar suas entrevistas, enfim, todas aquelas pessoas que não possuem as "qualidades" consideradas como válidas para se adentrar os muros.

Essa garantia contra o incômodo causado por pessoas indesejadas está baseada em critérios socioeconômicos. Aqueles que não possuem condições materiais de construir uma casa nos loteamentos fechados são considerados como não aptos para entrar neles. Assim, as pessoas pagam para ficar longe dos mais pobres, para não precisarem ficar próximos deles, muito menos se relacionar com eles, como se as próprias pessoas de dentro do loteamento não pudessem causar transtornos.

Em nome da busca por segurança, o fechamento revela ser um processo que minimiza os impactos decorrentes do confronto entre realidades sociais diferentes, entre alteridades. Isso ocorre, por dois motivos complementares - os mais pobres são alvo de um mecanismo que os associa com a imagem de perigo ou classe perigosa, e também porque as pessoas desejam ficar longe do incômodo de constatarem que existem pessoas que vivem em condições muito precárias, o que poderia gerar algum tipo de peso em suas consciências. As barreiras servem assim, para criar um ambiente em que essas diferenças não apareçam, podendo ser esquecidas. Ao simular espaços homogêneos quanto à situação socioeconômica, as pessoas acirram o abismo que existe entre os diferentes segmentos sociais.

Uma das entrevistadas relata que, dentro dos loteamentos, ela se sente como num mundo ideal e que valoriza não estar em contato o tempo todo com os problemas sociais.

> *É uma coisa assim, estranha, mais eu moro em um loteamento e tenho um rancho dentro de um loteamento. Então, para mim, nos espaços que eu convivo mais, as coisas estão boas. Eu não preciso ver os problemas das outras pessoas, como é comum no restante da cidade. Pessoas pedindo dinheiro, dormindo na rua, aquelas criancinhas doentes, todas sujas. Não é que eu não saiba que isso existe, mas eu não fico em contato com isso todo o tempo. Porque é difícil, às vezes a gente não pode fazer nada. Para que vai ficar se sensibilizando. Se eu pudesse fazer alguma coisa, mas eu não vou conseguir mudar o mundo. Então, para mim, eu considero melhor assim, não tem para que ficar se chocando a todo momento. Por exemplo, meus filhos se sentem mal de ver as pessoas pobres passando necessidade, mas não é culpa deles. Então, é melhor que eles não fiquem vendo essas coisas. É estranho, mais é melhor.* (48 anos, empresária, residente em um loteamento fechado na

> cidade de São José do Rio Preto e proprietária de casa no loteamento Orla Um em Buritama)

Esse depoimento é revelador de como algumas pessoas dos segmentos de maior poder aquisitivo evitam os problemas decorrentes das desigualdades sociais. Como consideram não serem responsáveis pelas adversidades vividas pelos mais pobres e não se sentem capazes de fazer alguma coisa para melhorar essa situação, preferem freqüentar espaços em que esses problemas não estejam visíveis. As pessoas sabem que o problema existe, mas preferem não *"ficar se sensibilizando", "se chocando a todo o momento".*

De acordo com Bauman (2003. p. 59), no mundo acolchoado, maleável e informe da elite global dos negócios e da indústria cultural, em que tudo pode ser feito e refeito e nada vira sólido,

> (...) não há lugar para realidades obstinadas e duras como a pobreza, nem para a humilhação que representa a incapacidade de participar do jogo do consumo. A nova elite, com carros próprios em quantidade suficiente para não se preocupar com o estado lamentável do transporte público, de fato destruiu as pontes que seus pais tinham atravessado à medida que as deixava pra trás, esquecendo que essas pontes eram construídas e usadas socialmente.

Para Elias (1994, p. 17), uma das questões centrais da sociedade contemporânea é como criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e as exigências feitas a cada indivíduo para a manutenção e eficiência do todo social, de outro. O que vemos é que entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida em sociedade há um abismo intransponível. Isso cria uma contradição, visto que só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação, conflito.

Dessa maneira, por vivermos em sociedade, nossa existência está conectada a das outras pessoas, somos indivíduos que dependem uns dos outros e juntos formamos um todo social. Então, não se sustenta a afirmação de que não temos responsabilidade sobre o destino das outras pessoas. Essa responsabilidade pode não advir diretamente de nossas ações concretas, mas de nossa omissão com o objetivo maior de coesão e de equiparação social.

O que temos observado, atualmente, é que diante da impossibilidade – estrutural e intrínseca – ao modo capitalista de produção de fazer com que toda a sociedade goze de satisfação individual suficiente, as pessoas buscam se isolar e se fechar em comunidades em que todos os membros tenham alcançado certo nível socioeconômico. Assim, não precisam conviver com os problemas daqueles que ainda não atingiram níveis aceitáveis de satisfação individual.

As pessoas conseguem tomar essa atitude de omissão e de separação, porque estão inseridas em uma sociedade que legitima essas ações. Até mesmo os segmentos mais desfavorecidos, muitas

vezes, mostram a vontade de ascender socialmente para praticar as mesmas ações que os mais privilegiados realizam em busca da homogeneidade social – querem morar em um loteamento fechado, querem fazer compras no *shopping* etc.

Utilizando a metáfora empregada por Bauman (2005, p. 12), observamos que a produção de "refugo humano" é uma característica inevitável da Modernidade. Na sociedade capitalista, muitos precisam perder para que alguns possam ganhar. Assim, a produção de pessoas que estão fadadas ao fracasso, ou seja, pessoas refugadas, rejeitadas, postas de lado como inúteis ou desinteressantes, é um fato inquestionável.

Para o autor, um dos problemas da sociedade "líquido-moderna" consiste em uma crise aguda da indústria de remoção do refugo humano. "Enquanto a produção de refugo humano prossegue inquebrantável e atinge novos ápices, o planeta passa a precisar de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do lixo". (Bauman, 2005, p. 13)

Diante da crescente produção de pessoas inseridas precariamente na sociedade, uma estratégia encontrada é tentar colocar esse refugo longe das vistas dos mais favorecidos para que eles possam desfrutar de suas condições mais confortavelmente. Assim, o fechamento serve bem a esse propósito – criam espaços que simulam a impressão de que não existem diferenças entre as pessoas. Mas o fato de não quererem ver e ter contato com essas pessoas diferentes, que lhes causam incômodo e medo, não faz com que os laços invisíveis que as unem desapareçam, ao passo que elas fazem parte de uma mesma Sociedade sob um mesmo modo de produção.

O enclausuramento de parcelas da cidade com o objetivo de manter uma unidade social homogênea representa, portanto, uma das maneiras mais radicais e eficientes de remoção dos "dejetos humanos", que segundo Bauman (2005, p. 38/39), consiste em torná-los invisíveis, para que não precisemos olhá-los e nem pensar neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem. A fronteira entre o admitido e o rejeitado, o incluído e o excluído, precisa ser constantemente vigiada, porque não é uma fronteira natural. "A sobrevivência moderna - a sobrevivência da forma de vida moderna – depende da destreza e da proficiência na remoção do lixo".

Podemos constatar que, mesmo não sendo difundido como caráter inerente aos loteamentos fechados ribeirinhos nas propagandas publicitárias, o ideal de comunidade, em sua concepção moderna, está implícito na apropriação desses empreendimentos, visto que a união das pessoas nesses espaços, mesmo que sem uma efetiva sociabilidade, faz-se para justificar e ratificar os símbolos tangentes a esse simulacro.

A idéia de comunidade mostra-se presente, de forma implícita, nos discursos dos proprietários, na diferenciação que realizam quando utilizam o termo "os de fora", para representar aqueles que, em seu entendimento, deveriam ficar do lado de fora dos muros, por não possuírem as características necessárias para garantir um convívio pacífico. São sempre os de fora que causam problemas dentro dos loteamentos, relacionados a delitos ou perturbação da ordem. Assim, a

"comunidade de iguais" estabelece-se para que, juntos, exerçam o controle social sobre seus espaços, deixando de fora os diferentes, representados nesse caso, pelos mais pobres. Sabemos que essas pessoas que tentam fazer parte desse tipo de "comunidade de iguais" não são de fato idênticas, mas compartilham de certo grau de homogeneidade socioeconômica e de interesses na apropriação dos espaços dos loteamentos, que as fazem se identificarem como iguais e se diferenciarem dos de fora.

Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos representam comunidades-cabide, em que a união se dá com o objetivo de segregar o outro e não de criar um espaço de sociabilidade. A união dessas pessoas em nome desse mesmo objetivo serve para que, juntas, possam respaldar suas atitudes e, assim, ganharem aprovação social. Esse tipo de comunidade é constituído por bases frágeis, com objetivos frágeis, por isso não se realiza objetivamente.

A comunidade não é tida como um espaço de entendimento e compartilhamento. As pessoas nos loteamentos fechados ribeirinhos não estão preocupadas com o bem-estar comum. Não conseguem nem mesmo entrar em acordo sobre questões corriqueiras relativas ao funcionamento do loteamento, pois consideram, como na fala de um entrevistado, que *"loteamento é conflito".* Mesmo em espaços em que as outras pessoas são consideradas como iguais é difícil equalizar os interesses individuais. Os proprietários não estão interessados nem em comparecer nas assembléias promovidas pelos loteamentos. Assim, não estão se unindo em busca de ideais comuns, de criar um espaço em que possam compartilhar conjuntamente um convívio tranqüilo. Unem-se, principalmente, para deixar os "outros" de fora.

Sobre esse aspecto, destacamos alguns depoimentos que mostram que a comunidade de iguais formada dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, além de não ser baseada na busca por relacionamentos efetivos entre seus membros, também não garante uma identificação total entre os de dentro e nem garante, mesmo que se considerem como boas pessoas, uma visão homogênea e sem conflitos sobre os problemas e decisões relativas ao loteamento.

> *Você tocou numa questão delicada. As assembléias aqui são pouco freqüentadas, mas quando tem alguma coisa importante para decidir, geralmente quando envolve a destinação do dinheiro do condomínio, as pessoas comparecem. Aí, é aquela história, um quer uma coisa, outro quer outra. Geralmente, as pessoas só querem aquilo que vai beneficiar a elas mesmas. Então, querem que o asfalto seja feito primeiro na frente do rancho delas, ou que o condomínio construa a pracinha perto do rancho dela, ou que construa a quadra longe do seu rancho para evitar o barulho das crianças. É difícil chegar em um acordo comum. Tem gente que acha que não tem que fazer mais nada no condomínio, porque já está bom assim. Tudo para não gastar mais dinheiro. É por isso que eu digo que condomínio é conflito. (45 anos, bancário, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere)*
>
> *Às vezes é complicado chegar em um entendimento comum. A gente tem divergências aqui dentro também. Na maior parte das vezes, a gente discorda sobre assuntos ligados às regras do condomínio e sobre as formas de fazer cumprir essas regras. Tem gente que sabe que não vai cumprir e então não aceita a cobrança de multa. Então, nesse sentido, as pessoas às vezes não têm as mesmas*

opiniões. (61 anos, empresário, residente em Monte Aprazível, proprietário de casa no loteamento ribeirinho Riviera Santa Bárbara)

Sempre tem aqueles que são diferentes, que não compartilham das mesmas idéias que a maioria, que não sabem respeitar as coisas e as pessoas. Ainda bem que isso é exceção aqui, mas acontece. (40 anos, arquiteta, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Marina Bonita)

Dessa forma, esses depoimentos mostram que o entendimento entre os proprietários de ranchos nesses empreendimentos não é tácito. Existem divergências entre eles, sobretudo no que se refere às formas de se gastar o dinheiro e às benfeitorias que vão ser realizadas pelo empreendimento. Cada proprietário deseja atender a seus interesses individuais, mostrando que nem entre os iguais existe uma homogeneidade de idéias e interesses, além de não haver o desejo de bem-estar coletivo. Dentro do próprio grupo de iguais, mesmo considerados como exceção, existem "*aqueles que são diferentes*", que não possuem as mesmas idéias e não compartilham da aceitação das mesmas regras.

Outro fator que evidencia que a homogeneidade buscada nesses espaços não se efetiva completamente, é a questão da diferenciação que os proprietários fazem entre as pessoas que possuem casas na beira do rio e outras que possuem casas mais afastadas, e por isso, apresentam *status* diferenciado.

A partir das entrevistas realizadas com os proprietários de lotes e com pessoas que participam da gestão dos loteamentos fechados ribeirinhos, percebemos que, na maior parte dos empreendimentos analisados, há uma diferença de preços entre os lotes mais próximos da água e os mais distantes, sendo mais valorizados os primeiros. Dessa forma, além da venda do lote em si, há a venda da facilidade e da comodidade de se ter acesso mais fácil aos rios. Esse fato acaba criando certa hierarquia dentro dos loteamentos, visto que adquirir um lote mais próximo ao rio oferece mais status do que comprar um lote mais afastado. Dessa forma, é possível constatar, pelas entrevistas realizadas que, de forma geral, as pessoas com padrão econômico um pouco mais elevado compram lotes mais perto dos rios e as que possuem menor poder aquisitivo, compram lotes mais distantes. Esse fato expressa a percepção que as pessoas fazem dos loteamentos fechados ribeirinhos, que não são vistos como espaços totalmente homogêneos. Sobre esse fato, uma entrevistada, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica, diz:

Nós compramos o nosso lote no melhor lugar do condomínio. Aqui fica pertinho da água, dá pra olhar as crianças brincando, daqui da varanda. A gente fica olhando o pôr-do-sol sem nenhuma casa na frente... Então, a gente escolheu bem, porque não adianta nada você construir uma casa num condomínio, lá no final dele, porque dá até desânimo de descer para a água. Tem que carregar as coisas, ah, não. Nós costumamos até brincar, que as pessoas que tem casa muito longe da água são meio que os excluídos do condomínio. Eles não aproveitam tanto como nós. Então, eu acho que quanto mais perto da água, melhor. A gente não vem aqui para isso? Desse ponto de vista, nós (os proprietários de lotes nas margens do rio) somos mais privilegiados. (49 anos, empresária, residente na cidade de Birigui)

Podemos constatar, assim, a partir da fala dessa entrevistada, que ela estabelece uma diferenciação entre aqueles que possuem casas às margens dos rios, como ela – os privilegiados - e aqueles que possuem casas longe do rio – "*os excluídos do loteamento*". Assim, existe uma lógica de hierarquização dos lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos, de acordo com o valor e a posição geográfica deles, bem como, uma diferenciação entre as pessoas, proprietárias dos lotes mais valorizados ou menos valorizados. Cabe ressaltar que não são, apenas, as pessoas com padrão aquisitivo um pouco menor que compram lotes longe da água. Há pessoas que escolhem essas áreas por as considerarem mais tranqüilas e por acharem que ali terão mais privacidade. Mesmo assim, existe nesses empreendimentos essa percepção de que os diferentes espaços do loteamento possuem conteúdos diferenciados.

A partir desse fato, podemos constatar que a diferenciação buscada nesses loteamentos fechados ribeirinhos não diz respeito apenas à separação e/ou à demarcação da distinção social em relação aos segmentos de menor poder aquisitivo, uma vez que, no âmbito do mesmo segmento socioeconômico, tentam se diferenciar, mostrando mais estilo, melhor bom gosto e mais *status*.

Considerando, portanto, que mesmo que não haja, explicitamente, a venda da comunidade de iguais como um valor dos loteamentos fechados ribeirinhos, a identificação social e a inserção numa comunidade de iguais fazem parte do desejo e da percepção que os entrevistados possuem acerca desses espaços. No entanto, as comunidades e as identificações sociais produzidas nesses ambientes são frágeis e instáveis, e prescindem da efetivação de laços sociais fortes e duradouros. Os entrevistados consideram que todos do loteamento são "pessoas boas", ainda que tenham destacado que não possuíam relações estreitas com os outros proprietários de lotes e que, às vezes, existem divergências de interesses, prevalecendo, geralmente, os interesses individuais em detrimento dos coletivos ou de alguma solução mais consensual para a solução de problemas ou opção de propostas que são apresentadas em reuniões.

Pelas entrevistas que realizamos com as pessoas residentes nos municípios em que estão implantados os loteamentos ribeirinhos, mas que não possuem ranchos nesses empreendimentos, constatamos que não podemos idealizar as relações de vizinhança e de contato entre as pessoas que residem em um mesmo bairro da cidade aberta. Mesmo considerando que os instrumentos dessa pesquisa não sejam suficientes para analisar as relações de vizinhança que acontecem fora dos loteamentos fechados ribeirinhos, destacamos dois depoimentos que apontam que não podemos generalizar nem idealizar a realidade, no sentido de achar que o convívio nos loteamentos fechados é de distanciamento e que os contatos realizados ente vizinhos nos bairros abertos da cidade são próximos.

> *Nós conhecemos os nossos vizinhos sim, sabemos quem é, sabemos onde eles trabalham. (...) mas a gente não costuma fazer nenhuma atividade juntos não, cada um tem sua vida. A gente tem uma boa relação, conversamos no portão, a gente chama as crianças da rua para o aniversário dos nossos filhos, mas é só. A gente não tem conflitos não, podemos dizer que a convivência é pacífica.* (56 anos, comerciante, residente na cidade de Buritama)

A gente não é muito de ficar freqüentando a casa dos vizinhos não. A gente se vê de vez em quando, quando estamos guardando o carro, saindo para trabalhar. Às vezes, nós trocamos algumas palavras, mas nós não temos uma relação de amizade com os nossos vizinhos não. As nossas relações de amizade não têm nada a ver com o lugar que a gente mora. (37 anos, advogada, residente na cidade de Zacarias)

Sendo assim, não estamos afirmando que somente nos loteamentos fechados ribeirinhos as relações entre os vizinhos são distantes. Não temos elementos para analisar essa questão, aprofundadamente, e os indicadores colhidos mostram que não podemos estabelecer relações apressadas, visto que cada situação possui determinantes diferentes. Nesse sentido, não estamos afirmando que há diferenças substanciais entre os tipos de relacionamentos existentes dentro e fora dos muros, visto que temos exemplos de vizinhança na cidade aberta que também não são marcadas por serem estreitas.

O que constatamos é que, nos loteamentos fechados ribeirinhos, a sociabilidade entre os iguais não é tão privilegiada como o desejo de compartilhamento de um espaço socialmente homogêneo. Nesse sentido, os loteamentos estudados criam um simulacro de vida em comunidade e de identidade constituída a partir dela. Os consumidores desses empreendimentos percebem esses espaços como homogêneos e a partir dessa percepção, vivenciam e compartilham os espaços dos loteamentos ribeirinhos como se houvesse um laço de identificação que os unisse entre si e os distinguisse dos de fora. Ao efetivar essa apropriação, produzem novos sentidos para a noção de comunidade e de identidade, baseados em sua simulação. Não uma simulação significando simples imitação do real, e sim, como destaca Baudrillard (1979, p. 5/8), aquela que se constitui por meio de um processo que gera novos modelos de algo real, que não possuem origem na realidade – o hiperreal. "Simular es fingir tener lo que no se tiene".

Assim, constatamos que todos os símbolos associados a esses empreendimentos, analisados por nós – Natureza, segurança e comunidade de iguais – são produzidos artificialmente e através de sua reunião em um mesmo espaço, são gerados empreendimentos idealizados, cuja apropriação não se dá, necessariamente, de forma fingida, visto que as pessoas ao consumirem e introjetarem esses símbolos, fazem-no como se estivessem apropriando-se de elementos presentes e gerados, de fato, em situações reais. Assim, nesses espaços de simulação, a distinção entre real e simulacro vai tornando-se mais difícil.

Considerando então, que os loteamentos fechados ribeirinhos são consumidos e apropriados simuladamente, a partir da manipulação de símbolos e discursos, o que justifica que se escolham esses símbolos específicos – Natureza, comunidade de iguais e segurança - para definir o consumo desses espaços? Qual é o sentido do discurso produzido a partir desse tipo de consumo?

De acordo com Baudrillard (1995, p. 59), a lógica social do consumo é estruturada como uma linguagem. Atualmente, a importância não é dada para a "apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços, (...) também não é a lógica da satisfação (a que prevalece), mas a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais". Assim, o consumo serve para comunicar. Por

meio de um conjunto de códigos, o consumo é uma linguagem que exerce uma função de classificação e de diferenciação social.

Segundo Bauman (2001, p. 88), o consumismo hoje não diz respeito à satisfação das necessidades. O "*spiritus movens*" da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, e sim, o desejo:

> (...) entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não-referencial que as "necessidades", um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou "causa". A despeito de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado. (BAUMAN, 2001, p. 88)

A criação do desejo nos consumidores é resultado de uma produção, sempre em renovação e sob altos custos. "De fato, a própria produção de consumidores devora uma fração intoleravelmente grande dos custos totais de produção – fração que a competição tende a ampliar ainda mais".

De acordo com Fergunson, o desejo,

> (...) liga o consumo à auto- expressão, e a noções de gosto e discriminação. O indivíduo expressa a si mesmo através de suas posses, mas, para a sociedade capitalista avançada, comprometida com a expansão continuada da produção, esse é um quadro psicológico muito limitado, que em última análise, dá lugar a uma economia psíquica muito diferente. (FERGUNSON apud BAUMAN, 2001, p. 89)

De acordo com Featherstone (1995, p.119), estamos passando por um processo de estilização da vida, no qual esses estilos são entendidos como modos distintivos de grupos com status específicos. Através da estilização de suas vidas, as pessoas entendem sua individualidade e sua auto-expressão, a partir de uma consciência estilizada de si. Nesse sentido, as escolhas feitas por meio do consumo são representantes da individualidade do gosto e do senso de estilo de seu proprietário/consumidor.

O mesmo autor (1995, p. 123) destaca que a preocupação com o estilo de vida, com a estilização da vida, sugere que as práticas de consumo, o planejamento, a compra e a exibição dos bens e experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidas simplesmente mediante concepções de valor de troca e cálculo racional instrumental. As pessoas, no âmbito da cultura do consumo transformam o estilo num projeto de vida e manifestam sua individualidade e senso de estilo na especificidade do conjunto de bens, roupas, práticas, experiências, aparências e disposições corporais destinados a compor um estilo de vida. O indivíduo moderno tem a consciência de que se comunica não apenas por meio de suas roupas, mas também através de sua casa, mobiliários, decoração, carro e outras atividades, que serão interpretadas e classificadas em termos de presença ou falta de gosto. Essa tendência da cultura de consumo para diferenciar, para estimular o jogo das diferenças, precisa ser matizada pela observação de que as diferenças precisam ser reconhecidas, legitimadas socialmente: a alteridade total, assim como a individualidade total, corre o risco de ser irreconhecível.

Percebemos, dessa forma, que enquanto uma mercadoria, produzida material e simbolicamente, os loteamentos fechados ribeirinhos são consumidos conspicuamente, ou seja, é um tipo de consumo feito para ser ostentado e exibido, no intuito de mostrar por meio da aquisição e da apropriação desses espaços, que existe uma distinção entre aqueles que possuem condições financeiras para comprá-los e aqueles que não têm. Dessa maneira, o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos não é feito puramente por determinantes objetivas de natureza econômica. Há uma determinante simbólica que faz com que o consumo desses espaços ressalte e torne visíveis as diferenças que existem entre as pessoas, tanto as diferenças entre os diversos segmentos sociais, como também, aquelas que se estabalecem entre os que compõem um mesmo segmento.

Nesse sentido, o consumo desses loteamentos fechados ribeirinhos, feito material e simbolicamente, tomando-se como referência as idéias de Featherstone (1995, 35), aponta para os modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais.

Nesse sentido, no consumo desses espaços, há, conforme Bourdieu (1989), a produção de um capital simbólico, que atua como um delimitador entre os segmentos sociais, fazendo com que o consumo desses espaços seja utilizado, voluntária ou involuntariamente, como meio de distinção simbólica e de afastamento material dos segmentos menos privilegiados.

Consideramos, assim, que as dinâmicas de processo de produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos são realizadas com o objetivo de promover a distinção social. No entanto, de acordo com Featherstone (1995, p. 38), existe, na atualidade, a usurpação dos bens marcadores de *status* por grupos de menor renda, provocando, nesse sentido, uma banalização do conjunto de bens utilizados para distinguir os segmentos. Assim, cria-se um processo de busca infinita por diferenciação, segundo a qual, "os de cima serão obrigados a investir em novos bens a fim de restabelecer a distância social original". Dessa forma, o consumo de bens materiais e simbólicos serve para produção de distinções sociais não em função do atendimento de certas necessidades, mas pelo caráter de escassez desses elementos e da impossibilidade de que outros segmentos os possuam.

Dessa maneira, os produtos que surgem, inicialmente, como artigos de luxo, marcadores de *status*, destinados a segmentos de maior poder aquisitivo, vão sendo apropriados por outros segmentos, num processo de massificação dessas mercadorias, visto que não são apenas os segmentos de maior padrão de renda que desejam se diferenciar e marcar sua posição no espaço social. Assim, vão sendo produzidos, para os segmentos de menor padrão de renda, mercadorias semelhantes àquelas utilizadas pelos segmentos de maior padrão, considerando-se suas possibilidades de consumo. Isso explica o fato de que os loteamentos fechados estão sendo produzidos também para segmentos de menor renda.

Nesse sentido, há uma necessidade de que os produtores dessas mercadorias consumidas pelos segmentos de maior renda criem novos mecanismos para diferenciar seus produtos e fazer com que eles mantenham esse objetivo de diferenciação.

É, nesse contexto, que surgem práticas como a que verificamos no loteamento fechado ribeirinho Jardim Itaparica, localizado no município de Buritama. Ele contém dez pistas de mini-golfe, como podemos ver um exemplo, na foto 39, e as apresenta como um fator de diferenciação do empreendimento e, portanto, de seus consumidores. De acordo com alguns entrevistados, a presença das pistas de mini-golfe é percebida por eles como um fator de *status*, visto que consideram que a prática desse esporte é uma marca da elite. Dessa forma, a presença dessas pistas de mini-golfe serve para valorizar e diferenciar esse empreendimento, mesmo que os proprietários de imóveis ali localizados não saibam e não tenham os instrumentos necessários para jogar golfe. Destacamos a seguir, alguns depoimentos que evidenciam essa leitura.

> Isso é uma coisa que só o nosso condomínio é que tem. Nós temos esse privilégio. Eu acho bom, porque valoriza o nosso investimento, porque golfe é um esporte de elite. Os outros condomínios têm quadras, parquinho, mas pista de golfe é só o nosso. (...) Olha, eu não sei jogar não, nem sei onde comprar os tacos e as bolinhas. Nem sei o preço que isso custa, mas acho que deve ser caro, porque se não, o golfe já tinha se espalhado mais. Mas é uma questão de interesse, as pistas estão aí. (49 anos, empresária, residente na cidade de Andradina, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)

> Eu acho que dá um ar mais chique para o nosso condomínio não é? porque é uma exclusividade. Eu nunca vi ninguém jogando a sério naquelas pistas não, só as crianças, às vezes, é que brincam, mas elas não jogam certinho, porque precisa dos instrumentos. Mas é uma coisa boa, uma novidade, pode ser que, com o tempo, o uso das pistas "pegue". (56 anos, aposentada, residente na cidade Araçatuba, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica)

Foto 39 – Buritama. Exemplo de pista de mini-golfe presente no loteamento Jardim Itaparica. 2008

Concluímos que o consumo dos símbolos associados aos loteamentos fechados ribeirinhos, além de trazerem sensações de bem-estar, tranqüilidade e segurança, servem para demarcar a separação entre os segmentos mais privilegiados e os mais pobres. Nesse sentido, são criadas imagens e discursos que justificam a busca por Natureza, por segurança e por um convívio, nesses espaços, que não ofereça imprevistos. Esses desejos, atendidos por meio do consumo dos loteamentos

fechados ribeirinhos, justificam a criação das barreiras físicas e ratificam a existência simbólica entre as pessoas e os espaços dos segmentos mais privilegiados e as pessoas e os espaços dos segmentos de menor poder aquisitivo. Conforme Bourdieu (1989, p. 34), as escolhas e preferências dos indivíduos são construídas simbolicamente como sinais de posição social, status e distinção.

Sobre esse aspecto, Featherstone (1995, p. 120), destaca uma visão que avança no sentido de não considerar que os estilos de vida e o consumo sejam totalmente manipulados, nem que o consumo e os estilos de vida sejam elementos resultantes de atividades lúdicas e autônomas, além das determinações econômicas. Nesse sentido, o autor destaca que as práticas de consumo, seu planejamento, sua compra e a exibição dos bens, ou seja, todas as experiências que perpassam o consumo cotidiano não podem ser entendidas mediante, apenas, concepções de valor de troca e de cálculo instrumental relacionado ao pólo do capital. Isso porque as pessoas, no âmbito da cultura do consumo, não adotam um estilo de vida de maneira absolutamente irrefletida ou manipulada pela propaganda, ao passo que existe uma participação ativa do consumidor na composição desse estilo, manifestada nos bens, práticas, experiências e aparências que exibe. Desse modo, Featherstone (1995, p. 123) destaca que "as dimensões instrumental e expressiva não deveriam ser vistas como polaridades excludentes: antes, é possível imaginar que a cultura de consumo põe ambas em confronto numa balança" (p. 123).

Ainda sobre essa questão, Featherstone (1995, p. 124), aponta para a insuficiência no mapeamento dos estilos e gostos com base apenas, na renda, visto que isso deixa de fora outros princípios concernentes ao funcionamento e ordenamento das práticas de consumo. Assim, além dos interesses econômicos, devem ser considerados outros aspectos, por exemplo, a cultura. Segundo o autor, o capital cultural pode ser convertido em poder social, independentemente da renda ou do dinheiro.

Portanto, os loteamentos fechados ribeirinhos proporcionam um lugar para que as pessoas possam consumir elementos simbólica e/ou materialmente escassos na sociedade e nas cidades atuais. O consumo dessas raridades implica em uma demarcação dos estilos de vida e dos símbolos escolhidos pelos segmentos de maior poder aquisitivo no intuito de se diferenciarem dos segmentos de menor poder aquisitivo e de menor *status*. Consideramos, desse modo, que o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos e dos símbolos associados a eles, escondem intenções de segregação em relação a grupos diferentes sócio-culturalmente, reforçando a segmentação e apontando para um processo de fragmentação das relações socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fábrica do poema

Adriana Calcanhoto, Waly Salomão

Sonho o poema de arquitetura ideal
Cuja própria nata de cimento
Encaixa palavra por palavra
Tornei-me perito em extrair
Faíscas das britas e leite das pedras.
Acordo!
E o poema todo se esfarrapa
Fiapo por fiapo
Acordo!
O prédio, pedra e cal, esvoaça
Como um leve papel solto à mercê do vento e evola-se,
Cinza de um corpo esvaído de qualquer sentido
Acordo, e o poema-miragem se desfaz
Desconstruído como se nunca houvera sido
Acordo! Os olhos chumbados pelo mingau das almas
E os ouvidos moucos
Assim é que saio dos sucessivos sonos:
Vão-se os anéis de fumo de ópio
E ficam-me os dedos estarrecidos
Metonímias, aliterações, metáforas, oximoros
Sumidos no sorvedouro
Não deve adiantar grande coisa permanecer à espreita
No topo fantasma da torre de vigia
Nem a simulação de se afundar no sono
Nem dormir deveras
Pois a questão-chave é:
Sob que máscara retornará o recalcado?

Um dos conteúdos mais marcantes da urbanização contemporânea é a prática do fechamento, material e simbólico, de partes da cidade, para a apropriação específica de alguns segmentos mais privilegiados da sociedade que fazem a escolha de realizarem suas atividades cotidianas em lugares exclusivos e de acesso controlado.

Dessa maneira, surgem, no âmbito residencial, os loteamentos e condomínios fechados, idealizados como se fossem o *habitat* ideal pra a elite. Esses espaços fechados alteram as formas pelas quais as pessoas se relacionam com os diferentes espaços da cidade e também com as outras pessoas, revelando práticas que resultam em segregação, segmentação e fragmentação socioespacial.

Para justificar o fechamento residencial e o controle do acesso, esses empreendimentos utilizam o discurso da insegurança, destacando que diante da crescente insegurança que vem atingido cidades de diferentes tamanhos e papéis, há a necessidade de se buscar espaços seguros, que tenham a capacidade de oferecer uma segurança maior do que a que é possível na cidade aberta.

A partir da análise dos loteamentos fechados ribeirinhos, pudemos constatar que outros fatores devem ser analisados para a compreensão do fechamento, além da busca por segurança. Os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços destinados para segunda residência, com o objetivo do estabelecimento de um tipo de lazer em contato com a Natureza. Esses empreendimentos estão localizados em municípios de pequeno porte e são consumidos primordialmente por pessoas que residem em cidades médias da região. Como demonstramos na pesquisa, os índices de criminalidade efetiva presentes nos municípios em que se implantam os loteamentos fechados ribeirinhos estudados não são suficientes para explicarem, sozinhos, a necessidade da construção de barreiras físicas, que também atuam no plano simbólico, para manter a segurança nesses espaços de lazer, apesar de todos os entrevistados terem mencionado que perceberam um aumento da insegurança em suas cidades de moradia e nas cidades, de uma forma geral.

Diante disso, consideramos que o discurso e a sensação de insegurança não são baseados apenas nos índices concretos de criminalidade, sendo produzidos e manipulados por uma série de agentes que convertem o símbolo de insegurança em lucros financeiros e também, em lucros imateriais, como poder e influência. Entre esses agentes, destacamos que a mídia e os próprios incorporadores imobiliários são fontes importantes da geração do medo generalizado e estandardizado. Assim, cria-se um ambiente simbólico, nos mais diferentes contextos socioespaciais, propício para a venda de uma série de mercadorias, espaços e serviços ligados à busca pela segurança.

A produção e a apropriação desses espaços fechados, como os loteamentos fechados ribeirinhos, revela uma tendência da sociedade contemporânea de buscar soluções individuais para problemas que são coletivos. Não há intenção de se resolver as questões referentes à geração da insegurança, nem de tornar a cidade segura para todas as pessoas, dos mais diferentes estratos sociais. Os que

pertencem aos segmentos mais privilegiados, com condições financeiras melhores, buscam soluções individualizadas no intuito de conseguirem sua segurança e de sua família, deixando o ideal coletivo de lado.

A individualização da sociedade aparece, também, nos loteamentos fechados ribeirinhos, quando analisamos a questão do acesso à Natureza. Diante da crescente dominação dos elementos naturais pelos Homens, a Natureza passa a ser produzida nas cidades para atender a interesses estéticos e paisagísticos, no intuito de valorizar e diferenciar os empreendimentos imobiliários. A Natureza, entendida como a concepção idealizada de Natureza produzida pelos setores dominantes, fica restrita desse modo, àqueles que puderem pagar por ela. Dessa maneira, elementos necessários para toda a sociedade, são mercantilizados, organizados e vendidos para os segmentos de maior poder aquisitivo, sendo restringido, portanto, o direito dos segmentos menos privilegiados de terem um contato com a Natureza, mesmo que seja a Natureza produzida pelos Homens.

Dessa maneira, constatamos a partir da pesquisa, que o fechamento de parcelas urbanas está presente também em cidades pequenas. Sendo assim, há um processo de transposição e difusão de padrões de consumo e de práticas socioespaciais para cidades de diferentes portes, criando-se necessidades estandardizadas, que, muitas vezes, justificam-se apenas no plano simbólico. Portanto, consideramos que os loteamentos fechados ribeirinhos são produtos imobiliários produzidos no intuito de atenderem uma demanda, material e simbólica, por espaços de lazer diferenciados e diferenciadores.

A análise dos aspectos simbólicos que perpassam a produção e a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos é importante visto que esses espaços não oferecem a Natureza, a segurança e uma comunidade de iguais, apenas, no plano material, ou seja, como demanda gerada a partir somente de necessidades concretas. Quando analisamos os discursos de nossos entrevistados, constatamos que há uma dissociação entre o que desejam simbolicamente e as formas pelas quais se apropriam dos loteamentos fechados ribeirinhos. Buscam um contato harmônico com a Natureza, mas não desejam os elementos naturais em sua forma selvagem, e sim, ordenada paisagisticamente, como um cenário para a realização de suas atividades de lazer. Buscam a segurança e dizem acreditar que os espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos são seguros, mas a segurança oferecida de fato por esses empreendimentos pode ser relativizada, tanto pelas lacunas que verificamos, quanto pelas próprias atitudes adicionais que alguns proprietários de ranchos nesses espaços demonstram no sentido de adquirirem uma segurança adicional. Buscam espaços homogêneos, que lhes possibilitem uma identificação social e uma inserção de uma comunidade de iguais, para que as relações sociais possam ser realizadas sem imprevistos e sem terem que confrontar a alteridade, nesse caso simbolizada pelos segmentos de menor poder aquisitivo. Paradoxalmente, não desejam estreitar os laços de relacionamentos entre si.

É, nesse sentido, que consideramos que os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços de simulação. A produção desses espaços passa por uma manipulação simbólica, no intuito de associar símbolos, valorizados pelos segmentos de maior poder aquisitivo na sociedade atual, com esses empreendimentos, que passam a ter, além de sua funcionalidade material, uma dimensão simbólica. Dessa maneira, vendem-se a partir desses espaços, simulacros de Natureza, simulacros de segurança e simulacros de uma comunidade de iguais, ou seja, de uma parcela da cidade, portadora de qualidade de vida, felicidade, conforto, segurança, espaços nos quais os problemas advindos das profundas desigualdades sociais fiquem de fora.

Acreditamos que essas práticas de consumo material e simbólico de espaços fechados, que oferecem uma sensação, mesmo que momentânea, de felicidade, que passam a idéia de que os problemas sociais estão apenas fora dos muros, servem para marcar e ressaltar as diferenças sociais existentes entre os diversos segmentos da sociedade. Esses empreendimentos associam símbolos de elementos que são valorizados socialmente pelo fato de terem se tornados raros. Nesse sentido, aqueles que possuem condições financeiras para comprá-los, adquirem também, distinção social e *status*. Portanto, as raridades, efetivas ou criadas simbolicamente, como a Natureza, a segurança e a inserção comunitária, são atreladas aos loteamentos fechados ribeirinhos, valorizando esses espaços de lazer, diferenciando tais empreendimentos de outros, bem como seus consumidores.

Um fator interessante na produção e na apropriação desses loteamentos fechados ribeirinhos é que podemos considerar que são resultado de uma simulação dupla: surgem de necessidades criadas e simuladas e são apropriados de forma simulada. Ao internalizarem as imagens e discursos associados aos loteamentos fechados ribeirinhos como "realmente" necessários, as pessoas passam a consumir esses espaços de forma simulada, criando uma nova situação de realidade.

A simulação presente, nesses espaços, faz com que sejam destacadas as diferenças existentes entre as pessoas e os espaços que estão dentro dos muros e aquelas pessoas e espaços que ficam fora dos muros, fazendo que sejam ampliadas as lacunas socioespaciais existentes. Nesse sentido, constatamos que os loteamentos fechados ribeirinhos não são apenas simples espaços de lazer. São espaços idealizados e carregados de símbolos distintivos.

Não acreditamos que essas práticas de fechamento de parcelas da cidade sejam uma negação da cidade ou das práticas urbanas, e sim um indicativo de que esses elementos estão adquirindo outros conteúdos na contemporaneidade, diante da ampliação da individualização da sociedade e da estandardização do consumo. Os rumos que a sociedade atual está tomando, capitaneada pelas elites capitalistas, estão construindo novas cidades, nas quais são, cada vez mais, valorizados aspectos como a exclusividade, a segregação, a segmentação e a fragmentação socioespacial.

Dessa maneira, percebemos que os símbolos que estão associados aos loteamentos fechados ribeirinhos são polissêmicos e podem ser decodificados de modos diferentes. O que apresentamos, nesse trabalho, foram os símbolos que identificamos a partir dos materiais de publicidade desses empreendimentos e dos discursos dos proprietários desses espaços. No entanto, esses símbolos podem

ter significações diferenciadas. Não há uma garantia de que a mensagem que se quer passar com certos símbolos será a mesma mensagem apreendida por todas as pessoas, ainda mais se considerarmos as diferenças entre os segmentos sociais. Dessa maneira, onde alguns vêem *status*, prestígio, distinção, outros podem ler proibição, segregação, exclusão, ostentação.

Dessa forma, consideramos que a atual situação das relações entre os diferentes segmentos sociais caminham para uma situação insustentável, ao passo que por mais que os segmentos mais privilegiados tentem realizar suas práticas cotidianas em espaços separados dos espaços em que os segmentos mais pobres realizam as suas, os mais ricos não podem prescindir totalmente das relações estabelecidas entre eles e os menos privilegiados. Estamos todos numa mesma sociedade, produzindo, a cada dia, nossos caminhos e nossa história. Nossas ações individualistas refletem-se na vida da coletividade. Enquanto não entendermos que os benefícios sociais devem ser pensados de forma universal, contemplando todos os membros da sociedade sem distinções sociais, raciais, econômicas, culturais, não poderemos vivenciar cidades igualitárias e justas, livres das dualidades que se tornaram suas marcas.

A análise dos loteamentos fechados ribeirinhos leva-nos a perceber que não é mais aceitável que somente os segmentos mais ricos tenham acesso a condições que são necessárias a todos. Todos precisamos da Natureza, todos precisamos de segurança e todos temos o direito de estabelecermos livremente nossas identidades e é necessário que seja assegurado, a todos os segmentos sociais, conviver diretamente, compartilhar os mesmos espaços, sem limitações artificiais e preconceituosas. Só assim, poderemos ter uma cidade mais integral e, quem sabe, pensarmos na constituição de uma comunidade, de fato, onde seus membros estejam interessados no bem estar dos outros, além do seu próprio. Precisamos pensar num ideal de cidade e de sociedade, em que o que importe mais não sejam a ostentação e a distinção, por meio do consumo de mercadorias portadoras de *status*, e sim, o atendimento das necessidades básicas de todos os cidadãos, para que as diferenças individuais não sejam transformadas em agudas desigualdades sociais.

Enfim, concordamos com as palavras de Harvey:

> Se, como crê a maioria de nós, temos o poder de moldar o mundo de acordo com nossas concepções e nossos desejos, como então explicar que tenhamos coletivamente criado tamanho horror? Nosso mundo físico e social pode ser e tem de ser feito e refeito, e se der errado, refeito de novo. Onde começar e o que fazer são as interrogações essenciais.
> (...) E quando a Idade de Ouro chegar, poderemos finalmente alimentar a esperança de "dizer adeus ao medo, à tensão, à ansiedade, ao excesso de trabalho e às noites sem dormir". (HARVEY, 2006, p. 366)

A análise desses espaços privatizados e elitizados destinados ao lazer, que refletem os padrões gerais de consumo dos segmentos mais privilegiados, revela que é passada a hora de serem pensadas e efetivadas alternativas que tornem a vida mais justa para todos.

Referências

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº 8, 2002.

ADORNO, S.; CARDIA, N. **Dilemas do controle democrático da violência**: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: SANTOS, J. V. Tavares dos (org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANDRADE, Luciana T. de. **Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados**. FRÚGOLI Jr, Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernando A. (organizadores). As cidades e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006, p.305-329.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência**: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. Revista Território. Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13, 2003.

BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações da Interpretação da Natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema:** dos mitos pretéritos às recentes transformações. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente, 2006.

BARAJAS, Luís Felipe Cabrales, ZAMORA, Elia Canosa. **Nuevas formas y viejos valores: urbanizaciones cerradas de lujo en Guadalajara**. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, UNESCO, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos**. México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1969.

BAUDRLLARD, Jean. Cultura e simulacro. Barcelona: Editorial Kairós, 1979.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d' água, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, Berta K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BILLARD, G.; CHEVALIER, T.; MADORÉ, F. **Ville fermée, ville suveillée**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

BORSDORF, Axel. **Barrios cerrados em Santiago de Chile, Quito y Lima**: tendencias de la segregación sócio-espacial em capitales andinas. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, UNESCO, 2002

BORSDORF, Axel. **Hacia La ciudad fragmentada**. Tempranas estruturas segregadas em la ciudad latinoamericana. Scripta Nova – Universidad de Barcelona. Vol.VII, n. 146(122). 2003.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Explorando o lazer contemporâneo**: entre a razão e a emoção. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.93-104, maio/agosto de 2004

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CALDEIRA, T. P. do Rio. **Cidade de muros** – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as Estações na Cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARBALLO, Cristina. **Etiqueta verde y urbanizaciones cerradas**. Revista Ciudades, n.59, RNIU, Puebla, México, 2003.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHUMILLAS, Isabel Rodríguez, RUIZ-GÓMEZ, Manuel Mollá. **Urbanizaciones cerradas en Puebla y Toluca**. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, UNESCO, 2002.

CÔRREA, José Machado. KRUGER, Walquíria, OLIVEIRA, Lucia Helena de. **A problemática da definição e da delimitação do Espaço Rural e urbano** – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. Revista Geografia-volume 26, n. 1, 2001- Rio Claro – AGETEO.

DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani. SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Suburbanización y periurbanización**. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In Monclús, F.J. (ed.), *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*, CCCB, Barcelona, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Erich. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLACKEN, Clarence J. **Huellas en la playa de Rodas.** Naturaleza y cultura en el pensamiento ocidental desde la Antiguedad hasta finales des siglo XVIII. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.

GÓES, Eda; ANDRÉ, Luis André. **Violência e fragmentação: dimensões complementares da realidade paulistana**. Revista Terra Livre, nº 2, p. 49-68, 2006.

GÓES, Eda; SPÓSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. **Urbanización difusa, espacio público e inseguridad**. CIUDADES 77, Janeiro-março de 2008, RNIU, Puebla, México.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Agendando velhos reencontros**: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In, SPOSITO, M.E.B. (org.). Urbanização e Cidades Médias. Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

GOMES, P. C. da Costa. **A condição urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas, SP: Autores Associados chancela editorial - CBCE, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, David. **A condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HENRIQUE, Wendel. O direito à Natureza na cidade. Ideologias e práticas na cidade. Rio Claro: Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2004.

HENRIQUE, Wendel. **A cidade e a natureza**: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, pp. 65 - 77, 2006.

HIDALGO, Rodrigo. BORSDORF, Axel. SÁNCHEZ, Rafael. **Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas - o caso de Santiago de Chile**. In: SILVEIRA, R. XAVIER, P. UEDA, V. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

ICKS, Wonne. **Los fraccionamientos cerrrados en la Zona Metropolitana de Guadalajara**. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, UNESCO, 2002.

JANOSCHKA, Michael. **Nordelta – Ciudade Cerrada**. El analises de um nuevo estilo de vida em gran Buenos Aires. Scripta Nova – Universidad de Barcelona. Vol.VII, n. 146 (121), 2003.

JANOSCHKA, Michael. GLASZE, Georg. **Urbanizaciones cerradas**: um modelo analítico. Revista Ciudades. n. 59, RNIU, Puebla, México, 2003.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LENOBLE, Robert. **História da Idéia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEMGRUBER, Julita. **Violência, omissão e insegurança pública**: o pão nosso de cada dia. Trabalho apresentado no Encontro Anual dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências, em 1º de junho de 2004. disponível em www. ucamcesec.com.br, acesso em 25/08/2008.

LUCAS, Fabrício da Mata. **A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente - SP**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP, Presidente Prudente, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores associados, 2002.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MÉNDEZ, Eloy. CHUMILLAS, Isabel. **Comunidades cercadas en la frontera México-EEUU.** Scripta Nova – Universidade de Barcelona. Vol. VIII, núm. 171, agosto de 2004.

MISSE, Michel. "**Crime e pobreza**: velhos enfoques, novos problemas", in: Gonçalves, M.A. e Villas Boas, G. (orgs.) O Brasil na Virada do Século. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

MISSE, Michel. **Da violência de nossos dias.** In: Diálogo entre as civilizações, Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil – Unic Rio, 2001 – disponível em www. unicrio.org.br/Textos/dialogo/michel_misse.htm, acesso em 10/09/2008.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo**. Estudos de Sociologia do crime e da violência. RJ: Lúmen Júris, 2006.

MUNFORD. L. **A cidade na história.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RAMIRES, Julio César de Lima; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras**. In: BARAJAS, Luis Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadajara: Universidade de Guadalajara; Paris: UNESCO, 2002.

RECLUS, Élisée. **Coletânea**. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Org.Manuel Correia de Andrade)

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção do espaço e ambiente urbano**. In, SPOSITO, M.E.B. (org.). Urbanização e Cidades Médias. Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

ROITMAN, S onia. **Barrios cerrados y segregación social urbana**. Scripta Nova – Universidad de Barcelona. vol.VII, n. 146(118). 2003

SANTOS, Milton. **A redescoberta da Natureza**. São Paulo: USP, 1992

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. **Ensaios sobre a Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada**. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, XXXII, 63, 1997, p. 179 – 190.

SAVÉRIO SPOSITO, E. SPOSITO, M.E.B. SOBARZO, O. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SEABRA, O. C. de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo devida. **Cidades**. v. 1, n. 2, 2004, p. 181-206.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SERPA, Ângelo. **Espaço público e acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, William Ribeiro. **Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina – PR**. In: Savério Sposito, Eliseu. Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito. Sobarzo, Oscar. (orgs.) Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, William Ribeiro. SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. **Redefinição das centralidades urbanas. Padrões socioeconômicos e centralidade urbana**: Catuaí shopping center e zona norte de Londrina. Revista Formação. Vol. II, n. 13. Presidente Prudente, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Grafmentación y segregación espacial em ciudades no metropolitanas**: las periferias urbanas del sur do Brasil. In: BARAJAS, Luis Felipe Cabrales (coord.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadajara: Universidade de Guadalajara; Paris: UNESCO, 2002.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente**: Análise dos condomínios horizontais. Presidente Prudente: Dissertação de mestrado - FCT/UNESP, 1999.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo & SPOSITO, M.E.B. **Urbanizaciones cerradas**: reflexiones y desafios. Revista Ciudades, n.59, RNIU, Puebla, México, 2003.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os Espaços da sociabilidade segmentada** : a produção do espaço público em Presidente Prudente. Presidente Prudente: Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. 2004.

SODRÉ, Muniz. **Violência, mídia e política**. In: Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: medo generalizado e militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação. **A expansão territorial urbana de Presidente Prudente**. In: Recorte, n. 04. Presidente Prudente: UNESP, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas**. Revista de Geografia. Dourados: AGB, n. 4, 1996.

SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. **A Urbanização da Sociedade**: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos territórios urbanos e novas formas de hábitat no Estado de São Paulo, Brasil**. In: BARAJAS, Luis Felipe Cabrales. (Org.). Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A cidade dentro da cidade:** uma *Edge City* em São José do Rio Preto. Scripta Nova – Universidad de Barcelona. vol. VII, n. 146(045), agosto de 2003.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo,** 2004. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria encarnação Beltrão. **A questão cidade-campo**: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, M. E. B. & WHITACKER, A. M. Cidade e campo relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaron**. La vida em los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro**. 185f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

VALLADARES, Licia do Prado ; Edmond Preteceille ; FREIRE-MEDEIROS, B. ; CHINELLI, F. **Rio de Janeiro en el viraje hacia el nuevo siglo** : mercado de trabajo, violencia y formas de movilizacion y accion colectivas. In: Portes, A; Roberts, B.; Grimson, A. (Org.). Ciudades latinoamericanas: un análisis comparativo el umbral del nuevo siglo. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

VALVERDE, Carmen. **Un processo de difusíon: urbanizaciones cerradas**. Revista Ciudades, n. 59, RNIU, Puebla, México, 2003.

VALE, Ana Rute do. **Definindo o conceito de descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano**. Congresso Brasileiro de Geografia, VI, 2004, Goiânia. Disponível em: www.igeo.uerj.br. Acesso em 15 de maio de 2006.

VALLETE, Elodie. A Economia Rural Periurbana ou Inovação em Periferia: O Caso de Montpellier. Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol. 5, N. 8, p.9-19, Mar. 2004, Brasil.

VIÑAS, Carmen Delgado. **Vivienda secundaria y turismo residencial como agentes de urbanización y segregación territorial en Cantabria.** Scripta Nova. Vol. XII, núm. 269, julio de 2008.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (org. coleção) e SCHWARCZ, Lília M. (org. volume). **História da vida privada no Brasil**. SP: Cia da Letras, 1998, vol. 4, p.247 – 318.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZANDONADI, Julio Cesar. **A expansão territorial urbana na cidade de Marília – SP e os loteamentos fechados**. Monografia de Bacharelado - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, 2005.

Apêndice Metodológico

O desafio inicial proposto para a realização dessa pesquisa de mestrado resultou da continuidade da análise de uma temática trabalhada durante minha graduação: compreender a produção de loteamentos fechados ribeirinhos no município de Buritama, local em que ocorreu a instalação de número considerável desses empreendimentos. Para o desenvolvimento da investigação científica desse processo, na fase de pós-graduação, realizamos uma ampliação do recorte territorial, passando a estudar também, a produção dos loteamentos fechados ribeirinhos em Penápolis e Zacarias, cidades em que dinâmicas semelhantes se manifestam.

A escolha dessas cidades não foi aleatória. Em função de nosso interesse em compreender as dinâmicas socioespaciais urbanas nas cidades pequenas, selecionamos Buritama, Penápolis e Zacarias, por apresentarem, respectivamente, 14.735, 56.681 e 2.229 habitantes, segundo a contagem de população 2008 do IBGE. A análise dessas cidades permite-nos identificar as especificidades dos processos que nelas ocorrem, em relação às cidades médias e grandes, mas também, entre elas próprias, visto que, apesar de serem todas cidades pequenas, apresentam dimensões populacionais diferentes.

Outro aspecto que foi ampliado, em relação à pesquisa realizada durante a graduação, foi o da perspectiva de análise. Não pretendemos analisar, apenas, os processos de produção desses espaços. Objetivamos, no âmbito da pós-graduação, investigar também, as formas pelas quais esses espaços estão sendo apropriados, a partir da averiguação dos usos e das práticas que se estabelecem neles, bem como, identificar os impactos socioespaciais advindos da implantação dos loteamentos fechados ribeirinhos nessas cidades. Com o decorrer das leituras e com o desenvolvimento da pesquisa, um ponto foi se mostrando importante – o da produção simbólica desses empreendimentos.

Verificamos que os loteamentos fechados ribeirinhos são produtos imobiliários revestidos de cargas simbólicas que refletem alguns anseios da sociedade contemporânea. Dessa forma, outro objetivo que nos colocamos foi o de identificar os principais símbolos associados a esses empreendimentos e verificar se o desejo de consumir esses símbolos se mantém nos usos que são realizados nos loteamentos fechados ribeirinhos, ou se a busca deles se sustenta apenas no plano subjetivo.

Os procedimentos metodológicos, que descreveremos a seguir, refletem, assim, nossa preocupação em atingir os objetivos propostos para a pesquisa.

A – Visitas e levantamento de dados

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi a visita às Prefeituras dos municípios de Buritama, Zacarias e Penápolis para a obtenção das seguintes informações:

- Número de loteamentos fechados ribeirinhos presentes em cada município
- Ano de início de implantação de cada loteamento
- Número total de lotes de cada loteamento
- Tamanho médio dos lotes
- Porcentagem de lotes já edificados
- Área média das edificações
- Incorporadoras responsáveis pelos loteamentos[12]

Realizamos, também, visitas às Câmaras Municipais dessas cidades, para a obtenção das leis municipais referentes ao zoneamento e ao parcelamento do solo. Posteriormente, realizamos visitas a alguns dos loteamentos fechados ribeirinhos para identificar, preliminarmente, algumas dinâmicas socioespaciais que ali ocorriam e, assim, definir as ferramentas metodológicas que seriam utilizadas para analisar nosso objeto.

B – Pesquisa qualitativa

Diante do nosso objetivo de analisar a apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, bem como as percepções que os proprietários têm sobre esses espaços, optamos pela realização de entrevistas semi-estruturadas, com eles, que contemplassem os temas que consideramos importantes para a compreensão das dinâmicas estabelecidas nesses espaços. Também realizamos observações em campo, para verificar as práticas desenvolvidas nesses espaços. De acordo com nosso interesse de investigação, a aplicação de grande número de questionários, para fins estatísticos, não se mostrou relevante.

C– Entrevistas

A partir das leituras realizadas sobre o tema e do conhecimento sobre o objeto, adquirido na iniciação científica e nas visitas posteriores realizadas para o conhecimento dos loteamentos fechados ribeirinhos, elaboramos as questões que julgávamos pertinentes ao entendimento dos processos selecionados em nossos objetivos. Assim, as entrevistas com os proprietários seguiram ao roteiro abaixo[13]:

Roteiro para as entrevistas com os proprietários de lotes

[12] Esses dados podem ser vistos no quadro 1, inserido do capítulo II.

[13] Esse roteiro é resultado do melhoramento de um modelo inicial, modificado depois da realização das primeiras entrevistas, como piloto para averiguação da pertinência das questões, bem como para verificar se, como estavam estruturadas, eram bem compreendidas pelos entrevistados.

Primeiro passo: Apresentação dos objetivos gerais da pesquisa

A. Perfil do entrevistado (esclarecer que não haverá identificação dos mesmos)[14]

A.1. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas

A.2. Renda familiar aproximada

A.3. Há quanto tempo possuem lote nesse loteamento? Há quanto tempo construíram a casa?

A.4. Em que cidade moram? (para os que são de fora)

B. Motivação

B.1. Por que escolheram comprar um lote nesse loteamento fechado? Quais aspectos mais chamaram a atenção de vocês?

C. Insegurança urbana

C.1. Vocês acham que a criminalidade aumentou? Acham que as cidades são perigosas?

C. 2. A que vocês atribuem esse aumento da violência na cidade?

C.3. Houve alguma ocorrência violenta, com alguém da sua família ou alguém próximo, que influenciasse nessa sensação de insegurança?

C.4. De que tipo de crimes têm mais medo? Contra o patrimônio ou contra a pessoa?

C. 5. Quais são as medidas de segurança adotadas pelo loteamento?

C.6. Vocês consideram adequadas essas medidas de segurança?

C.7. Já tiveram algum problema com relação à segurança dentro dos loteamentos?

C.8. Gostariam de morar em loteamentos fechados nas suas cidades de origem?

C.9. Quais medidas de segurança vocês adotam em sua casa fora do loteamento?

D. Cotidiano nos loteamentos fechados ribeirinhos

D.1. Descreva, um pouco a rotina de vocês quando estão no loteamento.

D.2. Com que freqüência vão para o loteamento? No início, quando compraram o lote, freqüentavam mais?

D.3. Qual a relação de seus filhos com o loteamento – gostam de ir, o que gostam de fazer lá?

D.4. Qual a relação de vocês com a cidade em que estão implantados os loteamentos? Vão com freqüência, com que objetivos? (Para os que são de outras cidades)

E. Vizinhança

E.1. Você conhece seus vizinhos, ou outras pessoas do loteamento?

E.2. Em caso de resposta anterior positiva: Costumam realizar atividades conjuntas com essas pessoas?

E.3. Costumam encontrá-las fora do loteamento?

E.4. Como consideram a questão da privacidade no loteamento?

E.5. Possuem algum tipo de identificação social ou cultural com os outros proprietários?
E.6. Possuem algum tipo de conflito com os outros proprietários?

F. Visitas

[14] Neste roteiro, o que se encontra entre parênteses são aspectos a serem observados ou lembrados pelo pesquisador.

F.1. Você e sua família costumam receber visitas, ou emprestar sua casa para pessoas de fora do loteamento?

F.2. Em caso de resposta positiva: As regras desse loteamento interferem nessas visitas? Incomodam essas pessoas?

F.3. Já tiveram algum tipo de problema com visitantes?

G. Serviços

G.1. Vocês possuem empregados fixos para fazer a manutenção de sua casa no loteamento? Quantos?

G.2. Com que freqüência esses empregados vão ao loteamento?

G.3. As regras do loteamento interferem no cotidiano de seus empregados?

G.4. Onde mora(m) seu(s) empregado(s)?

H. Governança interna

H.1. O que acham do regimento interno do loteamento? Quais regras consideram importantes e o que poderia ser mudado?

H.2. Você e sua família participam das assembléias, das reuniões do loteamento?

H.3. Quais regras existem, mas que não costumam ser cumpridas?

I. Contato com a natureza – realidade rural

I.1. Você ou alguém da família já teve algum tipo de contato com a realidade rural?
I.2. Gostariam de morar definitivamente no loteamento?
I.3. O que gostam e o que não gostam na rotina que levam na cidade?
I.4. O que você considera que seja natureza? O que vem à sua cabeça?
I. 5. Você considera que existe natureza na cidade? E no loteamento?
I.6. Que atividades de lazer vocês praticam na cidade onde moram?

J. Avaliação

J.1. Vocês estão satisfeitos por terem adquirido um lote nesse loteamento fechado?

Depois da elaboração do roteiro para a realização das entrevistas com os proprietários de lotes nos empreendimentos ribeirinhos estudados, iniciamos o agendamento dessas entrevistas. Nessa fase, tivemos algumas dificuldades para estabelecer o contato inicial com os possíveis entrevistados, considerando o fato de que a maior parte deles é proveniente de outras cidades e não dos próprios municípios em que estão implantados os loteamentos. Outro fator que dificultou o agendamento das entrevistas é o fato de que os proprietários de lotes nesses espaços, geralmente, não conhecem seus vizinhos e, assim, não podiam dar referências de outras pessoas que poderiam ser entrevistadas. Diante disso, optamos por mudar de estratégia – não realizamos mais o agendamento das entrevistas, conseguimos autorizações para entrar nos empreendimentos e depois íamos tentando encontrar pessoas dispostas a nos conceder as entrevistas. Dessa outra forma também encontramos dificuldades, visto que, em alguns desses empreendimentos, nossa entrada não foi permitida, sob a alegação de que "os proprietários pagavam para não serem incomodados".

No entanto, consideramos que as entrevistas que conseguimos realizar foram suficientes e representativas das formas de percepção dos proprietários no tocante aos símbolos associados aos loteamentos fechados ribeirinhos e das maneiras objetivas de apropriação desses espaços. No total, foram realizadas 25 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: a) 15 no município de Buritama, sendo, seis no Loteamento Portal da Praia, quatro no Loteamento Jardim Itaparica, três no Loteamento Riviera Santa Bárbara e duas no Loteamento Orla Um; b) seis no município de Penápolis, no Loteamento Belvedere; e c) quatro no município de Zacarias, no Loteamento Marina Bonita. Assim, foram analisados no total, seis loteamentos fechados ribeirinhos[15], no período de janeiro a fevereiro de 2008. No quadro 4, temos o perfil dos entrevistados.

Quadro 4 – Perfil dos entrevistados – proprietários de lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos

Loteamento	Profissão	Idade	Renda Familiar	Cidade onde reside
Portal da Praia (Buritama)	1 - Aposentada	55 anos	4.000 reais	Birigui
Portal da Praia (Buritama)	2 - Comerciante	50 anos	3.000 reais	São José do Rio Preto
Portal da Praia (Buritama)	3 - Professora	45 anos	3.000 reais	Birigui
Portal da Praia (Buritama)	4 - Professora	46 anos	4000 reais	Birigui
Portal da Praia (Buritama)	5 - Escrevente Judiciário	38 anos	4.500 reais	Araçatuba
Portal da Praia (Buritama)	6 - Funcionária Pública municipal	41 anos	4.000 reais	Buritama
Riviera Santa Bárbara (Buritama)	7- Empresário	61 anos	6.000 reais	Monte Aprazível
Riviera Santa Bárbara (Buritama)	8- Farmacêutico	43 anos	4.000 reais	Birigui
Riviera Santa Bárbara (Buritama)	9 - Comerciante	36 anos	3.500 reais	Araçatuba
Orla Um (Buritama)	10 - Dentista	42 anos	16.000 reais	São José do Rio Preto
Orla Um (Buritama)	11 - Empresária	48 anos	15.000 reais	São José do Rio Preto
Jardim Itaparica (Buritama)	12- Aposentada	56 anos	3.000 reais	Araçatuba
Jardim Itaparica (Buritama)	13- Vendedor	43 anos	1.800 reais	Birigui
Jardim Itaparica (Buritama)	14- Representante Comercial	35 anos	4.000 reais	Birigui
Jardim Itaparica (Buritama)	15- Empresária	49 anos	5.000 reais	Andradina
Belvedere (Penápolis)	16- Empresária	41 anos	5.000 reais	Penápolis
Belvedere (Penápolis)	17- Comerciante	52 anos	4.000 reais	Birigui
Belvedere	18- Dentista	45 anos	4.500 reais	Araçatuba

[15] No município de Buritama existem outros loteamentos fechados ribeirinhos em que não realizamos entrevistas, porque nosso acesso foi negado, ou porque ainda estavam em fase inicial de implantação.

(Penápolis)				
Belvedere (Penápolis)	19- Bancário	45 anos	3.500 reais	Birigui
Belvedere (Penápolis)	20- Dona de casa	48 anos	4.000 reais	Penápolis
Belvedere (Penápolis)	21- Promotor de eventos	36 anos	6.000 reais	Lins
Marina Bonita (Zacarias)	22- Médico	56 anos	13.000 reais	São José do Rio Preto
Marina Bonita (Zacarias)	23- Dentista	43 anos	14.000 reais	São José do Rio Preto
Marina Bonita (Zacarias)	24- Empresário	46 anos	17.000 reais	Birigui
Marina Bonita (Zacarias)	25- Arquiteta	40 anos	15.000 reais	São José do Rio Preto

A partir da realização das entrevistas com os proprietários de lotes nos loteamentos fechados ribeirinhos, consideramos relevante a realização de entrevistas com a população residente nos municípios em que estão implantados esses empreendimentos, para verificarmos quais as percepções que as pessoas que se encontram fora dos muros possuem desses espaços e também para constatar quais são suas percepções e práticas referentes a outros aspectos que permeiam a pesquisa, como a insegurança urbana, o contato com a Natureza e a noção de comunidade e identidade. Nessa etapa da pesquisa, consideramos importante entrevistar pessoas de segmentos sociais diferentes, para apreendermos as diferenças e semelhanças entre suas percepções e práticas. Dessa forma, para a definição do perfil das pessoas que seriam entrevistadas, utilizamos um critério baseado na estratificação social, segundo o poder aquisitivo. Assim, foram selecionadas pessoas representativas dos segmentos de maior poder aquisitivo, definido como o grupo de pessoas que possuem renda mensal superior a cinco salários, e pessoas que representam os segmentos de menor poder aquisitivo, definido como o grupo dos que possuem renda mensal até cinco salários. A partir da definição desses parâmetros, foram escolhidas, em cada município estudado, duas pessoas representativas de cada segmento, totalizando 12 entrevistas. No quadro 5, encontramos o perfil desses entrevistados.

Quadro 5 – Perfil dos entrevistados – residentes nas cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos

Município de residência	Profissão	Idade	Renda familiar
Buritama	Comerciante	56 anos	1.500 reais
Buritama	Aposentado	64 anos	800 reais

Buritama	Advogada	39 anos	6.000 reais
Buritama	Contador	41 anos	7.000 reais
Penápolis	Professora	44 anos	2.000 reais
Penápolis	Frentista	51 anos	1.200 reais
Penápolis	Dentista	33 anos	5.000 reais
Penápolis	Médico	48 anos	8.000 reais
Zacarias	Aposentada	52 anos	1.000 reais
Zacarias	Tratorista	43 anos	900 reais
Zacarias	Advogada	37 anos	3.000 reais
Zacarias	Dona de supermercado	34 anos	4.000 reais

As questões que serviram de base para as entrevistas realizadas com esses grupos de pessoas, encontram-se no roteiro que se segue.

Roteiro para as entrevistas com os moradores das cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos – Penápolis, Zacarias e Buritama

Primeiro passo: Apresentar os objetivos gerais da pesquisa

A. Perfil do entrevistado (esclarecer que não haverá identificação dos mesmos)

A.1. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas

A.2. Renda familiar aproximada

A.3. Há quanto tempo moram nessa cidade?

A.4. Em que cidade moraram antes? (para os que vieram de outra cidade)

B. Insegurança urbana

B.1. Vocês acham que a criminalidade aumentou? Acham que as cidades são perigosas?

B. 2. A que vocês atribuem esse aumento da violência na cidade?

B.3. Houve alguma ocorrência violenta, com alguém da sua família ou alguém próximo, que influenciasse nessa sensação de insegurança?

B.4. De que tipo de crimes vocês têm mais medo? Contra o patrimônio ou contra a pessoa?

B. 5. Quais são as medidas de segurança que vocês adotam em suas casas?

B.6. Vocês consideram adequadas essas medidas de segurança?

B.7. Vocês sempre tiveram essa preocupação com a segurança ou ocorreu algum fato que fez com que vocês tomassem atitudes diferentes em relação à segurança?

B.8. A sensação de insegurança faz com que você tome atitudes diferentes em suas ações cotidianas na cidade? Quais?

B.9. Quais as vantagens e desvantagens que você considera em morar em uma cidade pequena?

C. Vizinhança

C.1. Você conhece seus vizinhos ou outras pessoas do bairro onde mora?

C.2. Em caso de resposta anterior positiva: Costumam realizar atividades conjuntas com essas pessoas?

C.3. Possuem algum tipo de identificação social ou cultural com os seus vizinhos ou outras pessoas do bairro?
C.4. Possuem algum tipo de conflito com os seus vizinhos ou com os outros moradores do bairro?

D. Contato com a Natureza

D.1. O que você considera que seja Natureza? O que vem à sua cabeça quando se fala em Natureza?
D.2. Você considera que existe Natureza na cidade?
D.3. Em caso afirmativo: como você avalia essa Natureza? Quais impressões ela te causa?
D.4. Como você avalia a Natureza presente no campo? Quais impressões ela te causa?
D.5. Pra você, a Natureza presente no campo e a Natureza presente na cidade tem alguma coisa em comum?
D.6. Como você avalia a rotina que tem na cidade? Cite aspectos que considera positivos e aspectos que considera negativos.
D.7. Como você acha que é a vida no campo?
D.8. Se você pudesse escolher, em qual desses espaços gostaria de morar? Por quê?
D.9. Quais atividades de lazer praticam?

E. Percepção sobre os loteamentos fechados ribeirinhos
E.1. Você conhece algum loteamento fechado ribeirinho aqui do município?
E.2. Qual deles? (No caso de Buritama, que possui mais de um loteamento)
E.3. Você já visitou o loteamento ou apenas viu ou ouviu falar?
E.4. Em caso de já ter visitado o loteamento: Pelo intermédio de quem você realizou essa visita? (dono do rancho, acompanhando um amigo que foi convidado a visitar, aluguel)
E.5. Qual a impressão que você tem desses loteamentos? Acha bom, ruim, por quê?
E.6. Você gostaria de possuir uma casa dentro de um loteamento desses? Por quê?
E.7. O que você acha do fato de os loteamentos fechados ribeirinhos terem o acesso restrito, controlado? Por quê?

E.8. Você acha que esses loteamentos são mais seguros do que os outros espaços do município?

Outro grupo de pessoas que consideramos importante entrevistar é o das residentes na área rural dos municípios em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos. Essas entrevistas tiveram como objetivo, perceber quais são as impressões das pessoas que residem próximas aos loteamentos fechados ribeirinhos, sobre esses empreendimentos e sobre as possíveis alterações produzidas na dinâmica socioespacial do meio rural, a partir da implantação deles. A escolha das pessoas para realizarmos as entrevistas não foi, nesse caso, definida seguindo critérios de poder aquisitivo e sim, em relação à proximidade de suas propriedades com os loteamentos fechados ribeirinhos. Foram realizadas no total, seis entrevistas, sendo: três no município de Buritama, duas no município de Zacarias e uma no município de Penápolis. Essas entrevistas seguiram o roteiro a seguir.

Roteiro para as entrevistas com os moradores das áreas rurais próximas aos loteamentos fechados ribeirinhos

Primeiro passo: Apresentar os objetivos gerais da pesquisa

A. Perfil do entrevistado (esclarecer que não haverá identificação dos mesmos)

A.1. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas

A.2. Renda familiar aproximada

A.3. Há quanto tempo moram nessa área rural?

A.4. Sempre moraram no campo? Em caso negativo: onde moraram antes?

B. Percepções sobre a vida no campo e na cidade - insegurança

B.1. Como você avalia a vida no campo? Quais as vantagens e desvantagens?

B.2. Como você acha que é a vida na cidade? Quais as vantagens e desvantagens?

B.3. Se você pudesse escolher em qual desses espaços gostaria de morar? Por quê?

B.4. Como você considera a questão da insegurança atualmente? Houve um aumento, diminuição?

B.5. Você considera que o campo também vem se tornando mais inseguro? Em que fatos você baseia essa resposta?

B.6. Houve alguma ocorrência violenta, com alguém da sua família ou alguém próximo, que influenciasse nessa sensação de insegurança?

B.7. Quais são as atitudes de segurança que vocês adotam aqui no sítio?

B.8. Você toma alguma precaução quando vai para a cidade? Qual?

C. Contato com a Natureza

D.1. O que você considera que seja Natureza? O que vem à sua cabeça quando se fala em Natureza?
D.2. Você considera que existe Natureza na cidade?
D.3. Em caso afirmativo: como você avalia essa Natureza? Quais impressões ela te causa?
D.4. Como você avalia a Natureza presente no campo? Quais impressões ela te causa?
D.5. Pra você, a Natureza presente no campo e a Natureza presente na cidade tem alguma coisa em comum?

D. Percepções sobre as mudanças no campo a partir dos loteamentos fechados ribeirinhos

D.1. Você acha que atualmente a vida no campo vem sofrendo algum tipo de modificação? Qual?

D.2. Você conhece algum loteamento fechado ribeirinho aqui do município? Qual deles? (verificar se só conhecem os que estão próximos – no caso de Buritama que possui mais de um loteamento)

D.3. Você já entrou nesse loteamento ou só conhece de vista?

D.4. Em caso de já ter entrado no loteamento: por intermédio de quem você realizou esta visita: dono do rancho, acompanhando um amigo que foi convidado a visitar.

D.5. Qual a impressão que você tem desses loteamentos?

D.6. O que mudou na vida de vocês com a implantação do loteamento aqui perto?

D.7. Você considera positiva ou negativa essa implantação? Por quê?

D.8. Você tem algum tipo de contato com as pessoas que vêm pra esses loteamentos?

D.9. O que você acha do fato de os loteamentos terem acesso restrito, controlado?

D.10. Você acha que esses loteamentos são mais seguros do que os outros espaços do município?
D.11. Você gostaria de ter uma casa dentro de um loteamento desses? Por quê?

A seguir, apresentamos o quadro 6, com o perfil desses entrevistados.

Quadro 6 – Perfil dos entrevistados residentes na zona rural das cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos

Cidade em que reside	Proximidade com qual loteamento fechado ribeirinho	Há quantos anos reside no local	Idade
Buritama	Jardim Itaparica	10 anos	42 anos
Buritama	Riviera Santa Bárbara	20 anos	51 anos
Buritama	Lago Azul	15 anos	45 anos
Zacarias	Marina Bonita	30 anos	62 anos
Zacarias	Marina Bonita	25 anos	53 anos
Penápolis	Recanto Belvedere	12 anos	42 anos

A realização dessas entrevistas, no total de 43, possibilitou o levantamento de um material muito rico em informações sobre as percepções e práticas dos entrevistados, que subsidiará uma análise qualitativa dos aspectos propostos.

D - Observações em campo

Para complementar as informações obtidas, a partir das entrevistas, realizamos, também, observações em campo, nos loteamentos fechados ribeirinhos, com a intenção de apreender alguns aspectos referentes à apropriação desses espaços que tivessem ficado fora dos discursos dos entrevistados e para confirmar aqueles que foram destacados por eles.

Essas observações em campo foram muito importantes, pois permitiram-nos verificar, no plano das ações, as formas pelas quais os entrevistados apropriavam-se dos espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos, examinando as atividades que eles mais realizam ali, as partes dos loteamentos que eles mais utilizam, como são suas relações com as outras pessoas do loteamento, entre outros aspectos. Todas as nossas percepções foram sendo anotadas em uma caderneta de campo.

Tais observações campo foram feitas em diferentes épocas do ano (inverno e verão), em diferentes períodos da semana (meio da semana e finais de semana) e em diferentes horários (noite

e dia), porque partimos do princípio de que os espaços dos loteamentos fechados ribeirinhos são apropriados de formas diferentes, segundo diversas determinações.

Notamos diferenças nos usos realizados no inverno – menos freqüente e com mais atividades no interior das casas – e no verão – mais freqüente e com maior utilização dos espaços externos às residências. No que diz respeito à diferenciação de usos presentes nos loteamentos fechados ribeirinhos, nos diferentes períodos da semana, observamos que durante a semana, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços que recebem a ação de trabalhadores: pedreiros, entregadores de materiais de construção, jardineiros, limpadores de piscinas e outros profissionais, que preparam os loteamentos para receberem, nos finais de semana, os proprietários de lotes e suas famílias. Portanto, é nos finais de semana que ocorre uma apropriação mais intensa dos loteamentos fechados ribeirinhos. As observações em campo possibilitaram, assim, que verificássemos as alterações ocorridas nas paisagens e nas práticas socioespaciais nos loteamentos fechados estudados.

E– Levantamento e análise de material publicitário

Paralelamente à realização das entrevistas, fomos recolhendo material de propaganda dos loteamentos fechados ribeirinhos estudados. A análise desses materiais vem se mostrando muito interessante na identificação dos símbolos/imagens que os incorporadores imobiliários estão tentando vender a partir dos loteamentos fechados ribeirinhos[16].

F– Levantamento e tratamento dos dados estatísticos

Depois de identificarmos a insegurança urbana como um fator importante para a compreensão da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos, surgiu a necessidade de avaliar se o sentimento de insegurança nas cidades estudadas partia somente da realidade objetiva ou se era resultado de um processo de transposição e amplificação desse sentimento. Para agregar informações àquelas obtidas nas entrevistas, consideramos importante trabalhar com alguns números que demonstrassem a realidade objetiva das cidades estudadas, em relação à insegurança. A definição dos dados com os quais íamos trabalhar foi difícil, visto que consideramos, a partir das bibliografias analisadas, que a violência é um conceito múltiplo, que pode englobar diversas ações. As ações que podem gerar e ampliar o sentimento de insegurança são muitas e de naturezas diferentes. Mesmo assim, consideramos relevante a análise de alguns dados, para fundamentarmos nossa investigação científica.

Diante disso, decidimos que, além de trabalhar com dados referentes às cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos, iríamos analisar dados referentes às principais cidades de onde provêm os proprietários de lotes nesses empreendimentos – Birigui, Araçatuba e São José do Rio Preto – e também, para estabelecermos um referencial de comparação, com dados

[16] Ver capítulos II e III dessa dissertação.

de São Paulo, capital do estado, e Campinas, tida como uma das cidades mais violentas do Estado de São Paulo.

Partimos, assim, para a busca desses dados. Primeiramente, encontramos dados no *site* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Esses dados eram referentes ao total de ocorrências registradas, nos municípios, como homicídio doloso, furto, roubo, e furto e roubo de veículos. Ao começarmos a trabalhar com esses dados, sentimos a necessidade de ampliar um pouco o nosso horizonte de análise. Então, buscamos outros dados e encontramos mais informações no Acervo de Dados em Segurança Pública – AdeSP – no *site* do SEADE.

Nesse acervo, existe uma infinidade de dados acerca de diversas atividades criminais. Nosso desafio foi, portanto, escolher as variáveis com as quais iríamos trabalhar. Decidimos por analisar o número de ocorrências registradas com relação a nove tipos de crimes: homicídio doloso, roubo consumado, roubo de veículos consumado, roubo seguido de morte (latrocínio), extorsões, furto consumado, furto de veículos consumado, estupro consumado e tráfico de entorpecentes. Sabemos que, somente a partir da análise desses dados, não é possível estabelecer um quadro exato da situação das cidades estudadas, quanto à chamada violência urbana. No entanto, consideramos que a análise dessas informações nos permitiria traçar um panorama geral que ilustre a situação dessas cidades quanto a ocorrências relevantes, que compusessem o contexto no qual se insere o sentimento de insegurança. Para estabelecer uma série histórica de comparação dos dados, selecionamos o período de 1997 a 2005, período sobre o qual os dados estavam disponíveis.

O primeiro passo que realizamos para a análise desses dados foi a soma do total de ocorrências registradas para cada tipo de crime, em cada ano estudado, para cada município. Obtivemos assim, o número total de ocorrências registradas, em relação aos crimes selecionados, em cada município, nos anos compreendidos em nosso período de análise. Se fossemos trabalhar, apenas com o número total de ocorrências, poderia haver uma distorção das informações, vistas as diferenças das dimensões das cidades trabalhadas.

Para resolver esse problema, criamos um índice para cada município, representado pela divisão do número total de ocorrências registradas pelo número total de habitantes, estimado pelo IBGE, em cada ano. Assim, fomos buscar na base de dados do IBGE, as projeções para a população dos municípios estudados, em cada ano considerado, e organizamos as informações obtidas, no quadro 7.

Quadro 7 – Projeções da População nos municípios estudados

Anos	Zacarias	Buritama	Penápolis	Birigui	Araçatuba	São José do Rio Preto	São Paulo	Campinas
1997	1.751	13.763	52.433	88.867	165.076	334.151	9.887.614	924.194
1998	1.726	13.986	53.284	91.780	167.192	343.059	9.927.868	937.135
1999	1.701	14.209	54.133	94.685	169.303	351.944	9.968.485	950.043
2000	1.675	14.432	54.984	97.600	171.420	360.860	10.009.231	962.996
2001	1.945	13.972	55.346	96.682	171.289	367.247	10.499.133	982.977
2002	1.944	14.083	55.971	98.335	172.768	374.745	10.600.060	995.024
2003	1.943	14.189	56.591	100.207	174.399	382.274	10.677.019	1.006.918
2004	1.940	14.412	57.893	104138	177823	398.079	10.838.581	10.31.887
2005	1.938	14.536	58.613	106.313	179.717	406.826	10.927.985	1.045.706

Fonte: Projeções da População IBGE
Organização: Maria Angélica de Oliveira

Para não trabalharmos com números decimais, multiplicamos o número obtido com a divisão do total de ocorrências, pelo total de população estimada, por mil. Dessa forma, chegamos ao índice de total de ocorrências registradas, por mil habitantes. Organizamos as informações obtidas na tabela 1.

Tabela 1 – Número de ocorrências registradas nos municípios estudados

	Zacarias	Buritama	Penápolis	Birigui	Araçatuba	São José do Rio Preto	São Paulo	Campinas
				1997				
Homicídio Doloso	0	1	4	2	20	23	4536	362
Roubo Consumado	0	1	62	146	267	394	76837	8949
Roubo de Veículos Consumado	0	0	2	6	22	25	29797	4190
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	0	0	0	1	202	19
Extorsões	0	0	0	0	3	8	196	36
Furto Consumado	5	83	599	930	808	2238	82264	5707
Furto de Veículos Consumado	0	6	13	116	253	615	45788	4425
Estupro Consumado	1	3	6	8	16	16	983	150
Tráfico de Entorpecente	0	0	3	25	42	105	1003	247
Ocorrências Totais	6	94	689	1233	1431	3425	241606	24085
Ocorrências por mil habitantes	3,4	6,8	1,3	13,8	8,6	10,2	24,4	26
				1998				
Homicídio Doloso	0	0	4	14	35	29	4801	459
Roubo Consumado	0	6	67	99	518	661	96247	8465
Roubo de Veículos Consumado	0	0	8	6	30	36	38099	6136
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	0	0	5	2	260	26
Extorsões	0	0	0	0	4	8	346	32
Furto Consumado	12	86	620	929	1136	3056	96932	6723
Furto de Veículos Consumado	0	4	33	157	468	717	52349	5131
Estupro Consumado	0	0	3	9	16	16	1070	170
Tráfico de Entorpecente	0	1	7	27	43	135	1225	311
Ocorrências Totais	12	97	742	1241	2255	4660	291329	27453
Ocorrências por mil habitantes	6,9	6,9	13,9	13,5	13,4	13,5	29,34	29,2
				1999				
Homicídio Doloso	0	9	5	14	38	31	5408	499
Roubo Consumado	0	4	80	173	657	847	109866	8503

Roubo de Veículos Consumado	0	1	3	11	30	34	53717	8141
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	0	3	3	0	325	32
Extorsões	0	0	0	2	8	14	393	16
Furto Consumado	11	108	494	633	817	4027	95834	8167
Furto de Veículos Consumado	1	13	36	181	502	1184	59121	6799
Estupro Consumado	0	1	14	5	24	20	1095	199
Tráfico de Entorpecente	0	1	6	14	36	126	951	190
Ocorrências Totais	12	137	638	1036	2115	6283	326710	32546
Ocorrências por mil habitantes	7	9,6	11,7	10,9	12,4	17,8	32,7	34,2
	2000							
Homicídio Doloso	0	0	6	15	27	30	5320	494
Roubo Consumado	0	4	78	186	718	1062	108227	10983
Roubo de Veículos Consumado	0	2	4	16	35	43	60554	11514
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	1	1	1	2	310	37
Extorsões	0	0	0	0	7	13	262	31
Furto Consumado	9	103	530	813	2076	4181	90266	8358
Furto de Veículos Consumado	0	10	60	146	331	1173	59973	6239
Estupro Consumado	0	2	6	2	17	13	1149	174
Tráfico de Entorpecente	0	1	3	6	35	101	662	173
Ocorrências Totais	9	122	688	1185	3247	6618	326723	38003
Ocorrências por mil habitantes	5,3	8,4	12,5	12,1	18,9	18,3	32,6	39,4
	2001							
Homicídio Doloso	0	4	1	24	37	50	5185	542
Roubo Consumado	0	8	86	347	588	1311	112134	10984
Roubo de Veículos Consumado	0	4	9	34	65	96	52095	8043
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	0	1	2	0	263	27
Extorsões	0	1	0	8	13	7	311	14
Furto Consumado	13	266	1092	1018	2529	4701	94148	10582
Furto de Veículos Consumado	0	10	43	188	284	1111	55844	6016
Estupro Consumado	0	3	8	10	16	21	1210	137
Tráfico de Entorpecente	0	4	9	8	36	103	689	242
Ocorrências Totais	13	300	1248	1638	3570	7400	321879	36587
Ocorrências por mil habitantes	6,6	21,4	22,5	16,9	20,8	20,1	30,6	37,2
			2002					
Homicídio Doloso	0	3	6	25	31	45	4697	455
Roubo Consumado	0	3	66	382	720	1194	120424	8634
Roubo de Veículos Consumado	0	0	5	37	36	73	43713	5799
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	1	0	1	3	196	19
Extorsões	0	0	0	5	15	6	299	49
Furto Consumado	18	174	582	1134	2669	4739	96182	10811
Furto de Veículos Consumado	0	5	48	175	296	1028	51543	4671
Estupro Consumado	0	2	5	5	21	20	1219	165
Tráfico de Entorpecente	0	0	16	19	60	171	929	271
Ocorrências Totais	18	187	729	1782	3849	7279	319202	30874
Ocorrências por mil habitantes	9,2	13,2	13	18,1	22,2	19,4	30,1	31
				2003				
Homicídio Doloso	0	1	5	15	33	37	4373	496
Roubo Consumado	1	8	65	291	536	1328	131080	9730
Roubo de Veículos Consumado	0	2	7	14	17	78	41880	5280
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	0	0	3	2	187	23
Extorsões	0	3	2	2	9	11	401	55
Furto Consumado	21	222	692	1507	3402	5318	104973	12093
Furto de Veículos Consumado	0	6	32	113	319	1285	51110	5491
Estupro Consumado	0	1	5	14	20	26	1135	120
Tráfico de Entorpecente	0	0	29	39	93	144	1157	304
Ocorrências Totais	22	243	837	1995	4432	8229	336296	33592
Ocorrências por mil habitantes	11,3	17,1	14,7	19,9	25,4	21,5	31,4	33,3
				2004				
Homicídio Doloso	0	2	1	25	48	34	3431	364
Roubo Consumado	2	14	70	295	479	1301	120863	9853
Roubo de Veículos Consumado	0	1	4	22	22	108	42249	3926
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	1	0	0	3	134	33
Extorsões	0	0	0	9	26	19	2174	205
Furto Consumado	0	0	7	7	25	29	1202	146
Furto de Veículos Consumado	25	253	879	1260	3364	5815	109839	13520
Estupro Consumado	0	3	46	116	236	1518	52709	5850
Tráfico de Entorpecente	1	3	20	29	68	169	1302	377
Ocorrências Totais	28	276	1028	1763	4268	8996	333903	34274
Ocorrências por mil habitantes	14,4	19,1	17,7	16,9	24	22,5	30,8	33,2
				2005				
Homicídio Doloso	0	1	10	28	49	36	2581	226
Roubo Consumado	0	13	93	396	657	1376	114054	9670
Roubo de Veículos Consumado	0	1	11	53	31	96	40835	4969

Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	0	0	2	0	4	3	107	39
Extorsões	0	0	0	4	38	52	1839	478
Furto Consumado	13	263	775	1217	2646	5469	111515	13685
Furto de Veículos Consumado	0	10	95	173	248	1244	52825	5080
Estupro Consumado	0	1	5	14	20	34	1178	122
Tráfico de Entorpecente	0	2	13	29	65	188	1446	342
Ocorrências Totais	13	291	1004	1914	3758	8498	326380	34611
Ocorrências por mil habitantes	6,7	20	17,12	18	20,9	20,8	29,8	33,3

Fonte: Acervo de dados em segurança pública – ADeSP – SEADE
Organização: Maria Angélica de Oliveira